

# IMPRESA

## Contas Anuais 2018

IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200-787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa





## RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO DE 2018

Dando cumprimento às exigências impostas por lei às sociedades abertas, o Conselho de Administração da IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. vem apresentar o seu RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO relativo ao exercício do ano 2018. Ao fazê-lo, teve a natural preocupação de que o mesmo contenha elementos e informação suficientes para que os senhores acionistas e o público investidor em geral possam avaliar, com clareza e objetividade, a atividade do Grupo IMPRESA no respetivo horizonte de intervenção.

### A. CONTAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respetivas interpretações “SIC” e “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).

### 1. Sumário executivo

- Em 2018, a IMPRESA regressou aos resultados líquidos positivos, atingindo os 3,1 M€, uma forte melhoria face aos prejuízos de 2017.
- O EBITDA consolidado foi de 18,1 M€, um ganho de 21,0% em relação às contas pró-forma de 2017.
- Destaca-se a melhoria no desempenho operacional da SIC, que alcançou um EBITDA ajustado de custos com reestruturação de 21,3 M€, uma subida de 9,6% em relação às contas pró-forma de 2017.
- Relativamente às contas pró-forma de 2017, as receitas totais do Grupo IMPRESA atingiram 172,2 M€ em 2018, uma descida de 2,2%, que foi compensado pela redução dos custos operacionais em 4,4%. reforçando a otimização de recursos dos últimos anos.
- A dívida remunerada líquida cifrou-se em 179,2 M€ no final de 2018, uma ligeira subida em 0,4%, em termos homólogos, resultante do financiamento do projecto de expansão do Edifício IMPRESA e do investimento em tecnologia nos novos estúdios.
- A SIC terminou 2018 com uma média de 17,0% de share, mantendo a liderança em ambos os targets comerciais (A/B CD 15/54 e A/B CD 25/54) no horário nobre, com 19,8% e 20,4%.



- No final do verão de 2018, a SIC anunciou a contratação da apresentadora Cristina Ferreira, que teve ampla repercussão no mercado em 2018, e obteve efeitos imediatos em 2019. O “Programa da Cristina” estreou a 7 de janeiro, recuperando imediatamente a liderança das manhãs.
- Em termos globais, em janeiro de 2019, a SIC atingiu uma audiência de 19,0%, no consolidado, regressando à liderança nos dias úteis, o que não acontecia desde março de 2015.
- A subida nas audiências da SIC iniciou-se em outubro, com as estreias do programa “Júlia”, nas tardes dos dias úteis, e o concurso “Casados à Primeira Vista”, que liderou no acesso ao “prime time” nos dias úteis e nas noites de domingo.
- Em 2018, a SIC Mulher atingiu uma audiência recorde, com 1,0% de share. A SIC Notícias destacou-se, mais uma vez, como canal líder de informação, com 1,9% de share. No total dos canais por subscrição, o grupo de canais temáticos da SIC alcançou uma quota de mercado de 3,8%, uma subida de 0,1% relativamente a 2017.
- A SIC celebrou um acordo de distribuição com a Comcast, expandindo a cobertura da SIC Internacional a todo o território dos EUA.
- No final de 2018, a IMPRESA lançou a SIC Ventures, com vista a diversificar as suas fontes de receitas. A SIC pretende desta forma promover publicitariamente o negócio de startups, obtendo como contrapartida a aquisição de participações nessas empresas. Da primeira iniciativa resultou o lançamento do site Volante SIC, sendo a Zaask o segundo investimento anunciado.
- O EXPRESSO manteve-se como o jornal mais vendido em Portugal, com uma média por edição de 86 mil exemplares de circulação paga, segundo os dados divulgados pela APCT referentes ao ano de 2018.
- O EXPRESSO é também a publicação portuguesa líder na circulação digital paga, vendendo, em média, mais de 25 mil exemplares por edição.
- No início de 2019, o EXPRESSO trocou o seu tradicional saco de plástico por um saco de papel, mais amigo do ambiente, reforçando a sua aposta na sustentabilidade.



Tabela 1. Principais Indicadores (Valores em €)		Pro-forma (a)			
	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Receitas Consolidadas</b>	<b>172 162 757</b>	<b>176 060 868</b>	<b>▼ -2,2%</b>	<b>201 821 209</b>	<b>-14,7%</b>
Televisão	145 309 942	150 200 875	▼ -3,3%	153 704 664	-5,5%
Publishing	24 273 158	23 664 091	▼ 2,6%	46 170 642	-47,4%
InfoPortugal	2 135 721	2 319 889	▼ -7,9%	2 319 889	-7,9%
Intersegmentos & Outras	443 936	-123 987	n.a.	-373 986	n.a.
<b>Custos Operacionais (1)</b>	<b>154 052 740</b>	<b>161 093 598</b>	<b>▼ -4,4%</b>	<b>188 005 778</b>	<b>-18,1%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>18 110 017</b>	<b>14 967 269</b>	<b>▼ 21,0%</b>	<b>13 815 431</b>	<b>31,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>10,5%</b>	<b>8,5%</b>		<b>6,8%</b>	
EBITDA Televisão	20 001 532	17 899 068	▼ 11,7%	17 617 403	13,5%
EBITDA Publishing	1 188 370	-105 541	n.a.	-975 714	n.a.
EBITDA Infoportugal & Outras	-3 079 885	-2 826 258	▼ 9,0%	-2 826 258	9,0%
<b>EBITDA ajustado (2)</b>	<b>20 192 046</b>	<b>18 909 524</b>	<b>▼ 6,8%</b>	<b>19 176 794</b>	<b>▼ 5,3%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3 139 284</b>	<b>-</b>	<b>n.a.</b>	<b>-21 654 037</b>	<b>n.a.</b>
<b>Dívida Líquida + Locações (M€)</b>	<b>179,2</b>	<b>178,4</b>	<b>0,4%</b>	<b>178,4</b>	<b>0,4%</b>

Nota: EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Provisões + Imparidade em ativos não correntes. Dívida Líquida = Empréstimos (CP+MLP) – Caixa e Equivalentes de Caixa + Locação Financeiras. (1) Não considera Amortizações e Depreciações, Provisões e Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (2) EBITDA ajustado dos custos de reestruturação. Em 2018, registou-se um total de 2,1 M€ em indemnizações, enquanto em 2017, o valor foi de 3,9 M€, em termos de contas pró-forma. (a) As contas pró-formas de dezembro de 2017 foram preparadas expurgando os rendimentos e gastos que são imputáveis ao portfolio de revistas alienado em 2018, e consideram o impacto da adoção do IFRS 15 e do IFRS 9, como se tivessem sido aplicados em 2017.



## 2. Análise das Contas Consolidadas

A partir de janeiro de 2018, foi adotada a IFRS 15, referente ao reconhecimento de rendimentos de contratos com clientes. A aplicação desta norma implicou para IMPRESA, uma descida de rendimentos e gastos operacionais, no mesmo montante, não tendo impacto ao nível dos fluxos de caixa. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2018 foi adotada a IFRS 9, que acarretou um efeito residual nos resultados operacionais de 2017, apresentados para efeitos comparativos.

Em janeiro de 2018, foi alienado o portfólio das revistas à TiN, pelo valor acordado de 10,2 M€, que levou ao reconhecimento das correspondentes perdas por imparidade nas contas anuais de 2017. As contas consolidadas pró-forma relativas a 2017 também refletem essa alteração, até à rubrica dos resultados operacionais.

Esta alienação foi realizada no âmbito da concretização do Plano Estratégico para o triénio 2017-2019, e do reposicionamento da atividade da IMPRESA, com um enfoque primordial nas componentes do audiovisual e digital.

A IMPRESA atingiu, no final de 2018, receitas consolidadas de 172,2 M€, o que representou um volume de negócios inferior em 2,2% às contas pró-forma de 2017, tendo as principais fontes de receitas descido em 2018, em termos consolidados, com exceção da publicidade.

Tabela 2. Receitas Totais (Valores em €)	Pro-forma (a)				
	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Total Receitas</b>	<b>172 162 757</b>	<b>176 060 868</b>	<b>-2,2%</b>	<b>201 821 209</b>	<b>-14,7%</b>
Publicidade	111 929 215	111 582 074	0,3%	119 275 588	-6,2%
Subscrição Canais	36 857 597	39 287 723	-6,2%	43 129 491	-14,5%
Circulação	9 326 920	9 603 328	-2,9%	22 910 919	-59,3%
Outras receitas	14 049 026	15 587 743	-9,9%	16 505 212	-14,9%

Relativamente às contas pró-forma de 2017, os custos operacionais no final de 2018, sem considerar amortizações, depreciações, provisões e perdas de imparidade em ativos não correntes, foram reduzidos em 4,4%. Esta evolução é resultante da descida dos custos com programação, menor atividade dos IVR's, e redução dos custos de reestruturação durante o ano 2018.

No final de 2018, o EBITDA consolidado foi de 18,1 M€, um ganho de 21,0% em relação às contas pró-forma do período homólogo, registando-se uma melhoria em todas as áreas. O EBITDA ajustado dos custos com reestruturação, atingiu 20,2 M€, um ganho de 6,8%, face às contas pró-forma, ajustadas do ano homólogo.

O volume de amortizações e depreciações desceu 3,6%, em 2018, ainda sem o impacto do investimento realizado na expansão do edifício IMPRESA, o qual apenas foi concluído no início de 2019.

Em 2018 continuou o investimento na expansão do edifício IMPRESA, em Paço de Arcos, com a construção de novos estúdios de televisão, o que permitirá juntar no mesmo espaço as atividades de Publishing e de Televisão, com sinergias inerentes e redução de custos

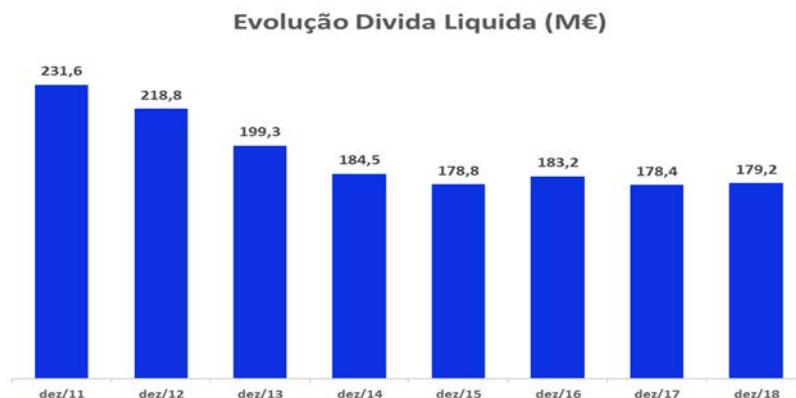


operacionais. Em simultâneo, com a construção dos novos estúdios, renovou-se toda a infraestrutura tecnológica na área de televisão. Este projeto arrancou em 2016 e terminou no final de janeiro de 2019. No dia 27 de janeiro de 2019, teve início a emissão da SIC, e dos restantes canais do seu universo, a partir dos novos estúdios, no edifício IMPRESA, em Paço de Arcos.

Em junho de 2018, a IMPRESA efetuou uma operação de financiamento suportada no Edifício IMPRESA, por um período de 10 anos, tendo o montante envolvido na operação sido de 24,2 M€. Em novembro de 2018, a IMPRESA reembolsou o empréstimo obrigacionista de 30 M€.

No que respeita aos resultados financeiros, manteve-se a tendência de poupança dos últimos anos, com uma melhoria relativamente ao ano anterior, tendo sido registado um valor de 5,5 M€, o que representa uma redução de 18,4% quando comparado com 2017. Registaram-se melhorias em todas as linhas de atuação, nomeadamente:

- Redução dos juros em 10,9%, apesar da manutenção do saldo da dívida, alavancada pela descida da taxa de juro média ao longo de 2018;
- Registaram-se ganhos cambiais em 2018, ao invés das perdas registadas em 2017, uma melhoria que representou cerca de 0,5 M€;
- Melhoria dos resultados das empresas associadas, nomeadamente da VASP, que regressou aos resultados líquidos positivos em 2018, acrescida da contribuição positiva por parte da LUSA.



Em termos da demonstração de posição financeira, no final de 2018, a dívida líquida, incluindo locações financeiras, cifrava-se em 179,2 M€, ou seja, uma ligeira subida de 0,8 M€ face a dezembro de 2017. Este aumento ficou a dever-se ao

financiamento do projeto de expansão do edifício IMPRESA e aos novos estúdios, tendo beneficiado, em parte, pelo encaixe realizado em 2018, com a alienação do portfolio das revistas. Os valores desta venda serão recebidos até junho de 2020.

No final de 2018, a IMPRESA, em termos consolidados, apresenta uma autonomia financeira de 31,6%.

Após um resultado líquido negativo de 21,6 M€ em 2017, e que foi particularmente afetado pelo registo de imparidades e elevados custos de reestruturação, em 2018 o resultado líquido foi positivo, atingindo os 3,1 M€.



Tabela 3. Demonstração Consolidada		Pro-forma (a)			
(Valores em €)	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Receitas Totais</b>	<b>172 162 757</b>	<b>176 060 868</b>	<b>-2,2%</b>	<b>201 821 209</b>	<b>-14,7%</b>
Televisão	145 309 942	150 200 875	-3,3%	153 704 664	-5,5%
Publishing	24 273 158	23 664 091	2,6%	46 170 642	-47,4%
InfoPortugal	2 135 721	2 319 889	-7,9%	2 319 889	-7,9%
Intersegmentos & Outras	443 936	-123 987	n.a.	-373 986	n.a.
<b>Custos Operacionais (1)</b>	<b>154 052 740</b>	<b>161 093 598</b>	<b>-4,4%</b>	<b>188 005 778</b>	<b>-18,1%</b>
<b>Total EBITDA</b>	<b>18 110 017</b>	<b>14 967 269</b>	<b>21,0%</b>	<b>13 815 431</b>	<b>31,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>10,5%</b>	<b>8,5%</b>		<b>6,8%</b>	
Televisão	20 001 532	17 899 068	11,7%	17 617 403	13,5%
Publishing	1 188 370	-105 541	n.a.	-975 714	n.a.
InfoPortugal & Outras	-3 079 885	-2 826 258	9,0%	-2 826 258	9,0%
<b>Total EBITDA ajustado (2)</b>	<b>20 192 046</b>	<b>18 909 524</b>	<b>6,8%</b>	<b>19 176 794</b>	<b>5,3%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>11,7%</b>	<b>10,7%</b>		<b>9,5%</b>	
Amortizações	3 521 332	3 651 544	-3,6%	3 651 544	-3,6%
<b>EBIT</b>	<b>14 588 685</b>	<b>11 315 725</b>	<b>28,9%</b>	<b>10 163 886</b>	<b>43,5%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>8,5%</b>	<b>6,4%</b>		<b>5,0%</b>	
Res Financeiros (-)	5 491 509	-	-	6 729 500	-18,4%
<b>Res. Ant. Imp.&amp; Int. s/controlo (s/imp)</b>	<b>9 097 176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 434 386</b>	<b>164,9%</b>
Provisões (-)	2 778 232	-	-	-	n.a.
Imposto (IRC)(-)	3 179 660	-	-	1 888 804	68,3%
<b>Resultado Líquido (s/imparidades)</b>	<b>3 139 284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 545 582</b>	<b>103,1%</b>
<b>Imparidades (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23 199 619</b>	<b>n.a.</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3 139 284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-21 654 037</b>	<b>n.a.</b>

Nota: EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Provisões + Imparidade em ativos não correntes. (1) Não considera Amortizações e Depreciações, Provisões e Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (2) EBITDA ajustado dos custos de reestruturação. Em de 2018, registou-se um total de 2,1 M€ em indemnizações, enquanto em 2017, o valor foi de 3,9 M€, em termos de contas pró-forma. (a) As contas pró-forma de 2017 foram preparadas expurgando os rendimentos e gastos que se estima serem imputáveis ao portfolio de revistas alienado em 2018, e consideram o impacto da adoção da IFRS 15 e da IFRS 9, como se tivessem sido aplicadas em 2017. (3) Perdas por imparidade em 2017, referentes à alienação do portfolio de revistas e alienação dum lote de terreno.

No final de 2018, a IMPRESA lançou a SIC Ventures, com vista a diversificar as suas fontes de receitas. A SIC pretende através da SIC Ventures promover publicitariamente o negócio de startups, obtendo como contrapartida a aquisição de participações minoritárias nessas empresas. No seguimento desta iniciativa, a IMPRESA no final de 2018, adquiriu o antigo site KBB.pt, numa operação de “media-for-equity” avaliada em cerca de 360 mil euros, e cujo o site passou a ser denominado Volante SIC. A Zaask foi a segunda start-up selecionada, tendo a entrada no seu capital sido realizada no início de 2019.





### 3. Televisão – SIC

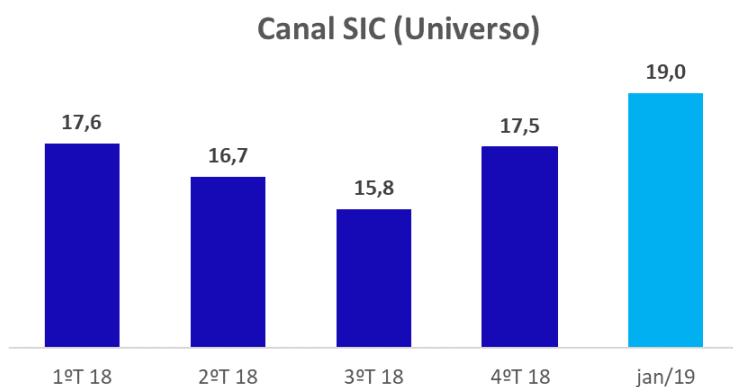
Tabela 4. Indicadores Televisão		Pro-forma (a)			
	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Total Receitas</b>	<b>145 309 942</b>	<b>150 200 875</b>	<b>-3,3%</b>	<b>153 704 664</b>	<b>-5,5%</b>
Publicidade	97 448 776	98 167 745	-0,7%	98 167 745	-0,7%
Subscrição Canais	36 857 597	39 287 723	-6,2%	43 129 491	-14,5%
Multimedia	6 474 786	8 412 580	-23,0%	8 074 602	-19,8%
Outras	4 528 783	4 332 827	4,5%	4 332 827	4,5%
<b>Custos Operacionais (1)</b>	<b>125 308 410</b>	<b>132 301 806</b>	<b>-5,3%</b>	<b>136 087 261</b>	<b>-7,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>20 001 532</b>	<b>17 899 068</b>	<b>11,7%</b>	<b>17 617 403</b>	<b>13,5%</b>
<b>EBITDA (%)</b>	<b>13,8%</b>	<b>11,9%</b>		<b>11,5%</b>	
<b>EBITDA Ajustado (2)</b>	<b>21 333 480</b>	<b>19 467 185</b>	<b>9,6%</b>	<b>19 185 519</b>	<b>11,2%</b>
<b>EBITDA (%)</b>	<b>14,7%</b>	<b>13,0%</b>		<b>12,5%</b>	

Nota: EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (1) Não considera Amortizações e Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (2) EBITDA ajustado dos custos de reestruturação A SIC incorporou 1,3 M€ de custos de reestruturação em 2018, e 1,5 M€ em 2017. (a) As contas pró-formas de 2017, no segmento de televisão, refletem o impacto da adoção do IFRS 15 e do IFRS 9, como se tivessem sido aplicadas em 2017

No ano de 2018, a SIC atingiu receitas totais de 145,3 M€, o que representou uma descida homóloga de 3,3%, face às contas pró-forma de 2017. As contas pró-forma refletem o impacto da adoção do IFRS 15, como se esta tivesse ocorrido em 2017, tendo afetado as receitas de subscrição de canais.

Em 2018, as receitas de publicidade atingiram 97,5 M€, uma ligeira descida de 0,7% comparativamente a 2017. No global, o mercado publicitário de televisão em sinal aberto e canais de subscrição registou uma subida de 0,4% em 2018. Na comparação com 2017, as receitas publicitárias e 2018 são prejudicadas pela realização das celebrações dos 25 anos da SIC, em 2017, que se tratou de um evento “one shot”. Contudo, o canal SIC reforçou a sua quota de mercado durante o ano 2018, tendo atingindo 45,0% do investimento publicitário de televisão em Portugal, tendo beneficiado também da realização do Campeonato do Mundo de Futebol, já que alguns jogos foram transmitidos pela SIC.

O ganho de quota mercado do investimento publicitário foi possível devido ao bom desempenho dos canais SIC em termos de audiências, principalmente a partir do último trimestre de 2018.



A SIC terminou 2018 com uma média de 17,0% de share, comparado com os 17,6% de 2017, mantendo a liderança em ambos os targets comerciais (A/B CD 15/54 e A/B CD 25/54) no dia e no horário nobre, no universo dos canais generalistas, com 16,7% e 17,3%, e 19,8% e 20,4% de share, respetivamente.

Em janeiro de 2019, a estreia do “Programa da Cristina” nas manhãs dos dias da semana, impulsionou a subida das audiências, passando a SIC a liderar o horário das manhãs e do dia, nos dias úteis e no





universo, e também desde a estreia da nova grelha a 7 de janeiro, atingindo 19,0% de share em janeiro de 2019.

Para os resultados do ano transato, contribuíram principalmente as estreias a partir de setembro de 2018, destacando-se o programa “Casados à Primeira Vista”, e realce-se ainda o desempenho da novela “Paixão” bem como a estreia no 2º trimestre da novela “Vidas Opostas”, a liderar em ambos os targets comerciais desde a sua estreia, e ainda a liderança do “Jornal da Noite” nos targets comerciais.



- “Casados à Primeira Vista”, com a estreia no início de outubro, rapidamente atingiu a liderança no acesso ao horário nobre, nos dias de semana, atingindo uma audiência média de 22,9% no universo. E os especiais das noites de domingo também lideraram com 26,3%.
- “Alma e Coração”, que veio substituir a novela “Paixão”, que terminou em setembro de 2017, teve uma audiência média de 21,7%.
- “Vidas Opostas”, na segunda linha do horário nobre, que arrancou em maio 2018, com audiência média de 21,7%, e com cerca de 1.0 milhões de telespetadores.
- “Júlia”, com um novo formato de programa para as tardes, que marcou o arranque da nova grelha em setembro de 2018. Foi o retorno da Júlia Pinheiro a este horário, e com bons resultados, atingindo 15,6% no universo, tendo contribuído para o regresso da SIC às lideranças do horário da tarde.
- “Terra Nossa” marcou o regresso de César Mourão à SIC, e ao horário nobre das noites da SIC, com um bom resultado, 21,4% de audiência no universo.
- Os últimos meses de 2018, foram marcados por outro regresso, os especiais de comédia “Levantate e Ri”, com uma audiência média de 29,2%, foi dos conteúdos com mais sucesso em 2018.

É ainda de ressaltar o bom desempenho da novela brasileira “Segundo Sol”, no horário nobre, e dos programas de Informação, com o “Jornal da Noite”, a atingir uma audiência média de 19,1%, tendo liderado em ambos os targets comerciais.

Os canais por subscrição da SIC alcançaram uma quota de mercado de 3,8% em 2018, superior em 0,1 p.p. ao valor de 2017, depois de atingir um valor recorde no 3º trimestre de 2018, com uma audiência global de 4,1%, resultante da boa performance do canal SIC Mulher e SIC K.

A SIC Notícias destacou-se, uma vez mais, como o canal de informação preferido pelos portugueses, com 1,9% de share em 2018. Quanto aos restantes canais temáticos, destacam-se: a SIC Mulher, com 1,0% de share, um recorde para o canal; a subida da SIC K (para 0,3%); a manutenção da SIC Radical (com 0,4%) e da SIC Caras (0,3%).

As receitas de subscrição geradas pelos 8 canais da SIC, distribuídos por cabo e satélite, em Portugal e no estrangeiro, desceram 6,2% (relativo às contas pró-forma), para 36,9 M€. Esta quebra ao longo do ano, ficou a dever-se essencialmente à desvalorização do Dólar



norte-americano, que por sua vez penalizou os contratos estrangeiros, registrando uma quebra mais abrupta nos últimos meses do ano. No último trimestre, foram celebrados novos contratos de distribuição com a NOS, Multichoice e ZAP.

Em 2018, a SIC continuou a expandir a sua cobertura internacional, tendo no 1º semestre celebrado um acordo de distribuição com a Comcast, expandindo a cobertura do SIC Internacional a todo o território dos EUA, passando a atingir estados como a Califórnia, Texas, Virgínia ou Pensilvânia. Simultaneamente, houve um reforço da cobertura da



presença da SIC Internacional e da SIC Notícias na Suíça. Foi renovado o acordo com a Multichoice para a distribuição do canal infanto-juvenil TXILLO (ex-Dstv Kids).

Em 2018 registou-se alguma instabilidade nas receitas de interatividade (denominados IVR's), devido principalmente à descontinuação de alguns dos programas, ao longo de 2017 e 2018, nomeadamente, "A Vida nas Cartas", desde setembro de 2017, e "Juntos à Tarde", a partir do início de março de 2018. Como consequência, as receitas com IVR descenderam 23,0%, para os 6,5 M€ em 2018. De referir, que as receitas com IVR inverteram a tendência descendente dos últimos trimestres, e apresentaram uma subida de 6,0% no 4º trimestre de 2018.

Para esta inversão, contribuiu a introdução de uma nova numeração de IVRs, 761, que permite efetuar chamadas com um valor unitário de 1 euro. Esta nova numeração, que foi introduzida nalguns programas durante os últimos meses de 2018, será estendida a todos os programas com IVRs em 2019.

As restantes receitas subiram 4,5% para 4,5 M€, em 2018, com o aumento das vendas de conteúdos. A recuperação das vendas de conteúdos permitiu atingir 1,1 M€ em 2018. Entrou-se no mercado do Médio Oriente, através da venda das novelas "Amor Maior" e "Rainha das Flores" para o canal MBC, e "Rainha das Flores" para Alemanha, num formato reeditado para o mercado internacional.

O ano de 2018 também foi marcado por uma redução de custos operacionais, excluindo amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade em ativos não correntes, da televisão. Houve uma redução de cerca de 7 M€, o que representou uma descida de 5,3%, relativamente às contas pró-forma de 2017. Esta descida foi consequência da redução dos custos de programação, e ainda da menor atividade com os IVRs. Em 2018, ainda se registaram custos de reestruturação, que atingiram 1,3 M€, um valor inferior em 0,25 M€ ao registado em 2017.

A redução dos custos permitiu o crescimento do EBITDA, apesar da descida do total das receitas. Em 2018, o EBITDA ajustado alcançou 21,3 M€, registando um aumento de 9,6% em relação a 2017.

De referir que a SIC, a 27 de janeiro de 2019, arrancou com as emissões nos novos estúdios do edifício IMPRESA, em Paço de Arcos, terminando assim o plano de investimento nas novas instalações e construção dos estúdios, permitindo a concentração de toda a atividade do Grupo IMPRESA num só Edifício (exceto a delegação Norte, em Matosinhos). Esta reorganização do Grupo irá permitir obter poupanças de índole operacional durante 2019 e 2020.



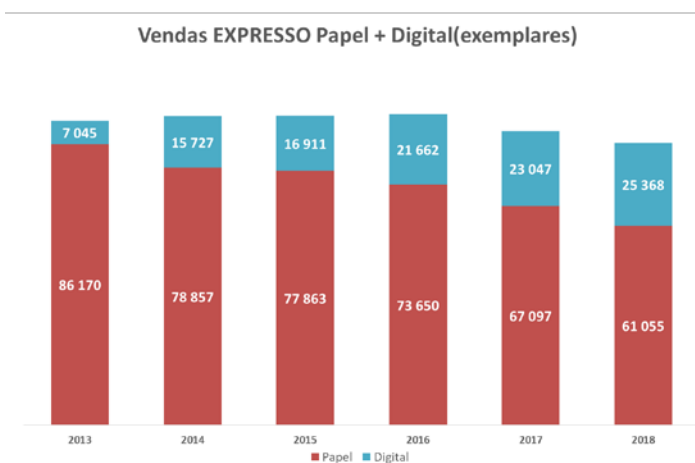
## 4. IMPRESA Publishing

Tabela 5. Indicadores Publishing		Pro-forma (a)			
	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Total Receitas</b>	<b>24 273 158</b>	<b>23 664 091</b>	<b>2,6%</b>	<b>46 170 642</b>	<b>-47,4%</b>
Circulação	9 326 920	9 603 328	-2,9%	22 910 919	-59,3%
Publicidade	14 452 584	13 128 178	10,1%	20 821 692	-30,6%
Outros	493 655	932 585	-47,1%	2 438 031	-79,8%
<b>Custos Operacionais (1)</b>	<b>23 084 788</b>	<b>23 769 632</b>	<b>-2,9%</b>	<b>47 146 356</b>	<b>-51,0%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1 188 370</b>	<b>-105 541</b>	<b>n.a</b>	<b>-975 714</b>	<b>n.a</b>
EBITDA (%)	4,9%	-0,4%		-2,1%	
<b>EBITDA Ajustado (2)</b>	<b>1 362 188</b>	<b>2 000 587</b>	<b>-31,9%</b>	<b>2 549 523</b>	<b>-46,6%</b>
EBITDA (%)	5,6%	8,5%		5,5%	

Nota: EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (1) Não considera Amortizações e Depreciações, Provisões e Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (2) EBITDA ajustado dos custos de reestruturação. Em 2018, a Publishing incorporou 173,8 mil euros de custos com reestruturação, comparando com 2,1 M€ em 2017. (a) As contas pró-forma de 2017 foram preparadas expurgando uma estimativa dos rendimentos e gastos que seriam imputáveis ao portfolio de revistas alienado em 2018, e considerando o impacto da adoção da IFRS 15 e IFRS 9 como se tivessem sido aplicadas em 2017.

O ano de 2018, iniciou-se com a venda do portfolio de doze publicações e respetivas marcas, pelo que o segmento do Publishing passou a compreender apenas os seguintes títulos/atividades: o Expresso, o Blitz (que passou a ter apenas presença digital, com edições especiais em papel), as Novas Soluções de Media (que inclui o Customer Publishing), a Boa Cama Boa Mesa (anteriormente no perímetro da InfoPortugal) e a gestão comercial de propriedades digitais não detidas pela IMPRESA, incluindo, desde 2018, os sites Notícias ao Minuto e Zero Zero, para além do LinkedIn, em Portugal. Os resultados operacionais aqui apresentados comparam com as contas pró-forma relativas ao ano de 2017.

Em 2018, as receitas totais subiram 2,6% relativamente às contas pró-forma de 2017, para 24,3 M€. Para esta subida contribuíram as receitas de publicidade.



Em 2018, as receitas de circulação descenderam 2,9% para 9,3 M€, prejudicadas pelo encerramento da edição em papel da revista Blitz, no final de 2017. Os valores da circulação paga do Expresso caíram em 3,8%, com a quebra das vendas em banca a ser parcialmente compensada pelo aumento das vendas digitais. As vendas e assinaturas digitais ultrapassaram os 25,500 exemplares por edição no final de 2018, tendo crescido cerca de 11%

no ultimo ano. De salientar também o aumento da contribuição das receitas digitais, que em 2018 representaram 14,7% do total das receitas de circulação. De referir ainda a subida do preço de capa do Expresso, para 3,80€, no 2º trimestre de 2018.



As receitas de publicidade atingiram 14,4 M€, o que representa uma subida de 10,1% quando comparadas com os valores pró-forma do período homólogo. De destacar, para estes bons resultados, o forte contributo do segmento digital, registando uma subida de 28,6% em 2018.



As vendas de produtos associados relativos à extensão de marca cresceram em 2018, com o contributo dos guias do Boa Cama Boa Mesa e livros da Biblioteca Expresso.

As outras receitas, no global, atingiram 0,5 M€, em 2018, valor impactado por ajustes não recorrentes.



Os custos operacionais desceram 2,9%, tendo sido penalizado por custos de reestruturação, cerca de 173 mil euros, mas substancialmente inferior aos valores registados em 2017.



Assim, no acumulado, a evolução combinada de receitas e custos operacionais, excluindo amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade em ativos não correntes, resultou num EBITDA de 1,2 M€, contra o valor negativo registado em 2017. Sem custos de reestruturação, o EBITDA atingiu 1,4 M€, representando uma descida de 31,9% relativamente ao EBITDA ajustado das contas pró-forma de 2017.



## 5. IMPRESA Outras

Tabela 6. Indicadores IMPRESA Outras		Pro-forma (a)			
	dez/18	dez/17	var %	dez/17	var %
<b>Total Receitas</b>	<b>2 579 657</b>	<b>2 195 902</b>	<b>17,5%</b>	<b>1 945 903</b>	<b>32,6%</b>
InfoPortugal	2 135 721	2 319 889	-7,9%	2 319 889	-7,9%
Intersegmentos & Outras	443 936	-123 987	n.a	-373 986	n.a
<b>Custos Operacionais (1)</b>	<b>5 659 542</b>	<b>5 022 160</b>	<b>12,7%</b>	<b>4 772 161</b>	<b>18,6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-3 079 885</b>	<b>-2 826 258</b>	<b>9,0%</b>	<b>-2 826 258</b>	<b>9,0%</b>
<b>EBITDA Ajustado (2)</b>	<b>-2 503 622</b>	<b>-2 558 248</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-2 558 249</b>	<b>-2,1%</b>

Nota: EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (1) Não considera Amortizações e Depreciações, Provisões e Perdas por Imparidade em ativos não correntes. (2) EBITDA ajustado dos custos de reestruturação. (a) As contas pró-formas de 2017 foram preparadas, no segmento Outras, refletem o impacto da adoção do IFRS 15 e do IFRS 9, como se tivessem sido aplicadas em 2017. Em 2018, registaram-se 614,7 mil euros de custos de reestruturação, enquanto em 2017 atingiram 268 mil euros.

Este segmento inclui os custos de gestão e financeiros da holding da IMPRESA e engloba ainda, as atividades operacionais da Infoportugal, empresa dedicada às tecnologias de informação e produção de conteúdos, designadamente fotografia aérea, cartografia e conteúdos georreferenciados, e à exploração do site de fotografia e da Academia Olhares. Relativamente a 2017, a atividade relacionada com a Boa Cama Boa Mesa foi transferida para o segmento do Publishing.

Em 2018, as receitas totais da Infoportugal diminuíram em 7,9% face ao ano anterior, tendo atingido um valor total de 2,1 M€. A saída do projeto Boa Cama Boa Mesa do universo InfoPortugal para o universo Publishing justifica esta redução. Apesar da quebra da faturação, o EBITDA cresceu 25%, atingindo uma margem de 17,6%.



Durante 2018, registou-se uma boa performance da área editorial, tendo crescido o serviço de EPG (Electronic Programming Guide), para os principais operadores nacionais e alguns clientes internacionais, e no final do ano foram fechados importantes contratos de fornecimento de pontos de interesse (Pois), também para clientes internacionais. A área de Fotografia Aérea e Cartografia registaram um decréscimo de faturação,

penalizados pela avaria do avião da InfoPortugal.

Entretanto, ganhou-se um importante projeto de produção de cartografia para Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, que teve o seu início no final de 2018 e estender-se-á pelo o ano seguinte. A área de I&D mais que dobrou a sua faturação em 2018, já que a aposta no desenvolvimento de tecnologia baseada em Realidade Aumentada, Inteligência Artificial e Visão Computacional irá permitir avanços significativos na área da cartografia e sistemas de informação geográfica, e nos serviços prestados pela Infoportugal.





Pelo segundo ano consecutivo, o prémio “World’s Leading Tourism Authority Website” foi entregue pela “World Travel Awards” ao site [www.visitportugal.com](http://www.visitportugal.com) desenvolvido pela InfoPortugal, para o Turismo de Portugal.

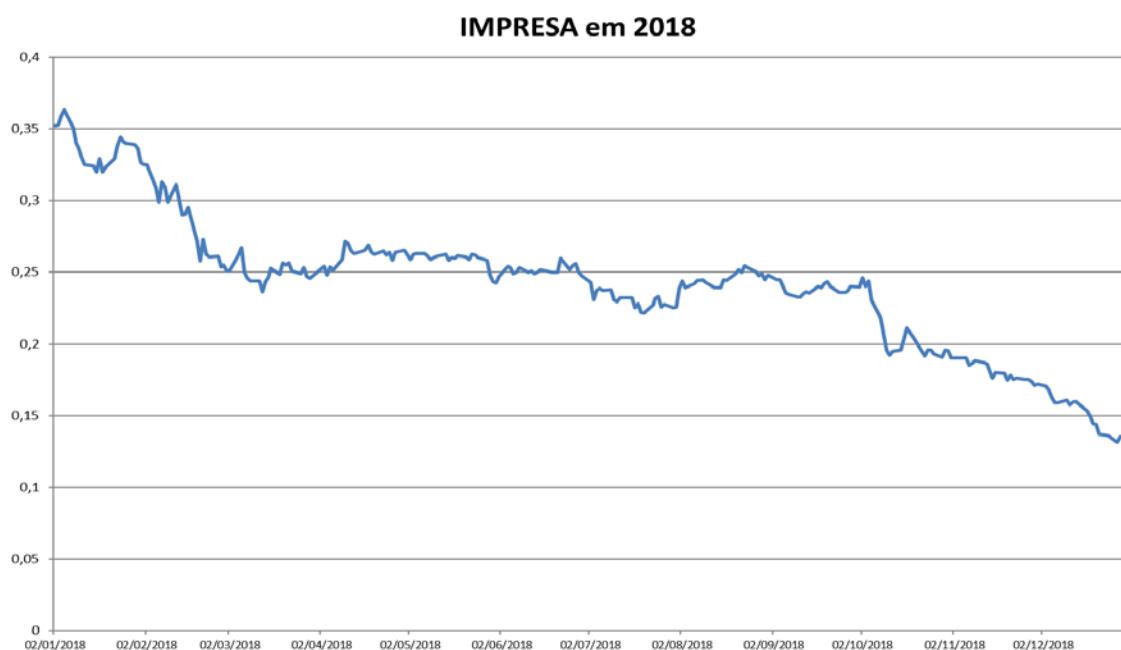
Em termos de resultados consolidados, o EBITDA deste segmento foi negativo, no montante de 3,1 M€, apresentando um agravamento de 9,0%, sendo penalizado pelos custos de reestruturação.





## 6. IMPRESA na Bolsa

O ano de 2018, foi um ano particularmente negativo para os mercados capitais, apesar dum forte arranque do ano, no seguimento da recuperação do dinamismo da economia portuguesa. No entanto, várias ameaças foram desenrolando ao longo do ano – Brexit, crise italiana, conflito comercial EUA - China, que descarrilaram as perspetivas iniciais. Deste modo, o PSI 20 veio a terminar o ano de 2018, com uma descida de 12,2%, ligeiramente melhor que o EuroStoxx 50, que desceu 13,1%.



Por seu lado, o setor dos media, na Europa, teve um comportamento menos negativo, com o índice DJ EuroStoxx Media a desvalorizar-se apenas 4,2% em 2018. No entanto, no grupo das ações das estações de televisão europeias, as quedas foram muito mais pronunciadas, com a média das descidas a rondar os 35% em 2018, com as operadoras ibéricas a descerem perto dos 50%.

E as ações da IMPRESA, não fugiram a esta tendência, com uma queda de 60,1%, em 2018, depois de terem uma valorização de 80,0%, em 2017. Em simultâneo, com a desvalorização, os volumes de transação registaram uma forte contração. Com a média de transações, desceu cerca de 73% para cerca de 200 mil ações/dia em 2018, duma média de 745 mil ações/dia em 2017.





## **7. Perspetivas**

A conclusão do investimento tecnológico nos novos estúdios em Paço de Arcos, a consequente concentração das atividades do Grupo num só edifício e o aumento da competitividade da programação da SIC permitirão ao GRUPO IMPRESA, em 2019, aumentar a sua rentabilidade e prosseguir com a redução do passivo remunerado.



## **B. CONTAS INDIVIDUAIS**

### **1. Análise das Contas individuais**

O Conselho de Administração da IMPRESA adotou, desde 1 de janeiro de 2009, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, os IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, considerando o dia 1 de janeiro de 2008 como data de transição para efeitos do cálculo dos ajustamentos de conversão. Assim, as demonstrações financeiras individuais, apresentadas desde então, foram preparadas de acordo com aquele referencial contabilístico.

Em 2018, em termos individuais, os resultados operacionais foram negativos, no montante de 22.671 mil euros, com o registo da perda por imparidade da IMPRESA Publishing, e que comparam com resultados negativos de 12.289 mil euros, obtidos em 2017.

No que se refere aos resultados financeiros, foram positivos, no montante de 4.457 mil euros, que comparam com valores positivos de 6.307 mil euros obtidos em 2017, como consequência de menores custos financeiros e menores ganhos de empresas do Grupo.

Deste modo, em termos de resultados líquidos, o valor apurado em 2018 foi negativo, no montante de 17.180 mil euros, superior ao valor de 4.797 mil euros obtido em 2017.

### **2. Proposta de aplicação de resultados**

Para o resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de 17.180.586 euros propõe-se a sua transferência para conta de resultados transitados.

## **C. ATIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS**

Os administradores não executivos, no cumprimento das atribuições que lhes foram cometidas por lei, participaram nas reuniões do Conselho de Administração, nomeadamente nas reuniões onde foram apreciadas e aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais do exercício de 2018, e da assembleia geral, não tendo deparado com quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

Nos termos da lei e do regulamento da Comissão de Auditoria da IMPRESA, a atividade dos membros não executivos pertencentes à Comissão de Auditoria será descrita em relatório autónomo, que acompanhará o Relatório e Contas de 2018 da IMPRESA.



## **D. AGRADECIMENTOS**

O Conselho de Administração agradece aos trabalhadores o esforço e dedicação com que se empenharam durante o exercício em análise, que permitiram a obtenção dos resultados apresentados.

O Conselho de Administração agradece ao Revisor Oficial de Contas, Deloitte & Associados, S.R.O.C., e aos bancos, Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Caixa Banco de Investimento, Millennium BCP, Banco Santander Totta, Banco Popular, Montepio Geral, Banco EuroBIC, Novo Banco, Caixa de Crédito Agrícola, BNP Paribas, Bankinter e Haitong Bank, toda a colaboração prestada durante o exercício findo.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

### **O Conselho de Administração**

Francisco José Pereira Pinto de Balsemão

Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

António Soares Pinto Barbosa

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

José Manuel Archer Galvão Teles

João Nuno Lopes de Castro



## **ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO DE 2018**

Todos os membros do Conselho de Administração declaram, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 1 do artº 245º do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a), igualmente do nº 1 do mesmo artigo, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão, conjuntamente com os anexos que o integram, expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

**Francisco José Pereira Pinto Balsemão**  
Presidente do Conselho de Administração

**Francisco Maria Supico Pinto Balsemão**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão**  
Vogal do Conselho de Administração e CEO

**Alexandre de Azeredo Vaz Pinto**  
Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria

**António Soares Pinto Barbosa**  
Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

**Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia**  
Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

**José Manuel Archer Galvão Teles**  
Vogal do Conselho de Administração

**João Nuno Lopes de Castro**  
Vogal do Conselho de Administração

# **Demonstrações Individuais**

## **Contas Anuais 2018**

IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200-787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa



IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<u>ATIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Investimentos em empresas do grupo e associadas	10	280.907.854	288.195.786
Outros ativos não correntes	20.1	227.601	261.833
Total de ativos não correntes		<u>281.135.455</u>	<u>288.457.619</u>
<u>ATIVOS CORRENTES:</u>			
Outros ativos correntes	11	4.624.291	11.527.778
Caixa e seus equivalentes	12	122.725	211.951
Total de ativos correntes		<u>4.747.016</u>	<u>11.739.729</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>285.882.471</u>	<u>300.197.348</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital	13	84.000.000	84.000.000
Prémio de emissão de ações	14	36.179.271	36.179.271
Reserva legal	15	2.001.797	2.001.797
Outras reservas	15	15.806.179	15.830.896
Resultados transitados	15	(4.797.627)	-
Resultado líquido do exercício		<u>(17.180.586)</u>	<u>(4.797.627)</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>116.009.034</u>	<u>133.214.337</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	16	56.076.197	68.349.627
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	17	74.063.385	-
Provisões		-	29.400
Passivos por impostos diferidos	8	51.210	58.913
Total de passivos não correntes		<u>130.190.792</u>	<u>68.437.940</u>
<u>PASSIVOS CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	16	36.610.399	70.487.875
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	17	-	25.230.671
Fornecedores e contas a pagar	18	143.539	278.125
Passivos por imposto corrente	8	1.134.667	1.694.568
Outros passivos correntes	11	1.794.040	853.832
Total de passivos correntes		<u>39.682.645</u>	<u>98.545.071</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>169.873.437</u>	<u>166.983.011</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>285.882.471</u>	<u>300.197.348</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Outros proveitos operacionais	3	41.952	20.110
		<u>41.952</u>	<u>20.110</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Fornecimentos e serviços externos	4	(585.994)	(648.613)
Custos com o pessoal	5	(2.861.369)	(2.424.677)
Provisões e perdas por imparidade	10	(18.788.000)	(8.750.957)
Outros custos operacionais	6	(478.050)	(485.355)
Total de custos operacionais		<u>(22.713.413)</u>	<u>(12.309.602)</u>
Resultados operacionais		<u>(22.671.461)</u>	<u>(12.289.492)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos financeiros, líquidos	7	(4.226.358)	(4.724.896)
Ganhos/(perdas) em empresas do grupo e associadas	7	8.684.179	11.032.268
		<u>4.457.821</u>	<u>6.307.372</u>
Resultados antes de impostos		<u>(18.213.640)</u>	<u>(5.982.120)</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	1.033.054	1.184.493
Resultado líquido do exercício		<u>(17.180.586)</u>	<u>(4.797.627)</u>
<u>Outro rendimento integral:</u>			
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Ganhos/(perdas) atuariais	8 e 20	<u>(24.717)</u>	<u>31.881</u>
Rendimento integral do exercício		<u>(17.205.303)</u>	<u>(4.765.746)</u>
Resultado do exercício por ação:			
Básico	9	(0,1023)	(0,0286)
Diluído	9	(0,1023)	(0,0286)
Rendimento integral do exercício por ação:			
Básico	9	(0,1024)	(0,0284)
Diluído	9	(0,1024)	(0,0284)

O anexo faz parte integrante das demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Prémio de emissão de ações</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	84.000.000	36.179.271	1.782.188	11.626.434	-	4.392.190	137.980.083
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais (Nota 20.1)	-	-	-	41.138	-	-	41.138
Plano de pensões - passivos por impostos diferidos (Nota 8)	-	-	-	(9.257)	-	-	(9.257)
Outro rendimento integral	-	-	-	31.881	-	-	31.881
Outras alterações:							
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 15)	-	-	219.609	4.172.581	-	(4.392.190)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	(4.797.627)	(4.797.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	84.000.000	36.179.271	2.001.797	15.830.896	-	(4.797.627)	133.214.337
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais (Nota 20.1)	-	-	-	(31.893)	-	-	(31.893)
Plano de pensões - passivos por impostos diferidos (Nota 8)	-	-	-	7.176	-	-	7.176
Outro rendimento integral	-	-	-	(24.717)	-	-	(24.717)
Outras alterações:							
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 15)	-	-	-	-	(4.797.627)	4.797.627	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	(17.180.586)	(17.180.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	84.000.000	36.179.271	2.001.797	15.806.179	(4.797.627)	(17.180.586)	116.009.034

O anexo faz parte integrante das demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Pagamentos a fornecedores		(725.080)	(1.438.854)
Pagamentos ao pessoal		(2.448.215)	(2.450.511)
Fluxos gerados pelas operações		(3.173.295)	(3.889.365)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		153.632	2.137.654
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(191.859)	(146.540)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(3.211.522)</u>	<u>(1.898.251)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos obtidos	7	8.684.179	11.032.268
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	11	7.395.000	-
Prestações acessórias e suplementares concedidas	10	-	6.000.000
		<u>16.079.179</u>	<u>17.032.268</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações acessórias e suplementares	10	(11.500.000)	-
		<u>(11.500.000)</u>	<u>-</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>4.579.179</u>	<u>17.032.268</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	16	500.000	1.050.000
Empréstimos obtidos de empresas do grupo		48.832.714	10.250.732
		<u>49.332.714</u>	<u>11.300.732</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	16	(46.796.106)	(21.783.607)
Juros e custos similares		(3.974.308)	(4.572.857)
		<u>(50.770.414)</u>	<u>(26.356.464)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(1.437.700)</u>	<u>(15.055.732)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(70.043)	78.285
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	(4.771.550)	(4.849.835)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	(4.841.593)	(4.771.550)

O anexo faz parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "Impresa") tem sede em Lisboa, foi constituída em 18 de outubro de 1990 e tem como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

A Impresa é a empresa-mãe de um grupo constituído pela Impresa e empresas subsidiárias ("Grupo"). O Grupo atua na área de media, nomeadamente através da difusão de programas de televisão e da edição de publicações em papel e em formato digital.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 28 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração da Impresa.

A Empresa preparou igualmente, nos termos legais, demonstrações financeiras consolidadas.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Accounting Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa e do Grupo, conforme divulgado no anexo consolidado às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, considerando as linhas de crédito disponíveis, e capacidade de financiamento das suas subsidiárias e as operações de financiamento em negociação, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A adoção das IFRS nas contas individuais ocorreu pela primeira vez em 2009, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses ("POC") para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de janeiro de 2008, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro ("IFRS 1").

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Impresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem para estes efeitos as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018.

### 2.2 Adoção de IAS/IFRS novos ou revistos

As políticas contabilísticas adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e referidas no respetivo anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018:

Aplicável na União Europeia nos exercícios		Breve descrição
Norma / Interpretação	iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	01-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.
Emenda à IFRS 2: Classificação e mensuração das transações de pagamentos em ações	01-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com caraterísticas de liquidação compensada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01-jan-18	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos	01-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	01-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.

Não existiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e melhoramentos acima referidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Breve descrição
IFRS 16 – Locações	01-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	01-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	01-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em resultado da aplicação das normas acima referidas, apenas são expectáveis impactos futuros decorrente da adoção da IFRS 16, conforme segue:

#### IFRS 16 – Locações

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada do IFRS 16 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A data de aplicação inicial do IFRS 16 para a Empresa será 1 de janeiro de 2019.

A Empresa estima optar pelo modelo de transição retrospectivo modificado do IFRS 16, previsto nos seus parágrafos IFRS 16:C3(b), C7 e C8. Consequentemente, a Empresa estima utilizar o expediente prático de não reavaliar se um contrato é, ou contém, uma locação, tendo efetuado uma avaliação global da nova definição e avaliado a totalidade de contratos por si celebrados ou modificados antes de 1 de janeiro de 2019, e não irá reexpressar a informação financeira comparativa, registando na data de transição o passivo relativo às rendas futuras, e um ativo sob direito de uso de igual montante.

O Conselho de Administração estima que a entrada em vigor no exercício a findar em 1 de janeiro de 2019 do IFRS 16 possa ter os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício a findar em 31 de dezembro de 2019:

#### Locações operacionais

À luz da IAS 17, as responsabilidades futuras com locações operacionais são divulgadas nas respetivas notas anexas como compromissos assumidos não incluídos na demonstração da posição financeira. O IFRS 16 irá alterar a forma como a Empresa contabiliza as locações anteriormente classificadas como operacionais, passando a registar as responsabilidades e direitos futuros na demonstração da posição financeira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Na aplicação inicial do IFRS 16, a Empresa irá:

- reconhecer passivos de locação e ativos sob direitos de uso na demonstração da posição financeira, mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros de cada locação;
- reconhecer gastos financeiros sobre passivos da locação e depreciações de ativos de direitos de uso na demonstração dos resultados por naturezas;
- separar as quantias pagas entre capital e juros (apresentados como atividades de financiamento) na demonstração de fluxos de caixa.

Para locações de curto prazo (prazo de 12 meses ou inferior) e locações de baixo valor (conforme descrito nos parágrafos B3-B8 do IFRS 16), a Empresa irá optar por reconhecer um gasto de locação numa base linear como um gasto operacional, conforme permitido pela IFRS 16.

O locatário deve aplicar a IAS 36 - Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tem compromissos de locação assumidos não canceláveis de, aproximadamente, 100.043 Euros (Nota 20.2), que ao abrigo da IFRS 16 se enquadram em locações de curto prazo.

A avaliação preliminar realizada pelo Conselho de Administração indica que, dos contratos de locação assumidos pela Empresa não canceláveis em 31 de dezembro de 2018, são todos de curto prazo pelo que a entrada em vigor da IFRS 16 não irá trazer impactos significativos na sua transição.

#### Locações financeiras

Na aplicação inicial, a Empresa irá apresentar os ativos adquiridos com contratos de locações financeiras, atualmente incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis, na linha de ativos de direitos de uso e o respetivo passivo de locação, atualmente registado na rubrica de empréstimos obtidos, numa linha separada na demonstração da posição financeira para passivos de locação.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, passíveis de aplicação às operações da Empresa, mas com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Breve descrição
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	01-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8– Definição de material	01-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Das normas supra referidas, a Empresa entende que a sua adoção não acarreta alterações significativas nas suas demonstrações financeiras.

### 2.3 Investimentos em empresas do grupo e associadas

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas do Grupo e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para os IFRS e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas por imparidade estimadas.

As prestações acessórias e suplementares concedidas pela Empresa a empresas do Grupo e associadas são registadas pelo respetivo valor nominal e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas do Grupo e associadas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e, de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídas à Empresa desde que o capital próprio dessas empresas não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas do Grupo e associadas são registados como proveitos financeiros e as reduções de capital são registados como redução ao valor do investimento.

### 2.4 Instrumentos financeiros

#### 2.4.1 Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício.



#### 2.4.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### 2.4.3 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo amortizado na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente Imposto do Selo, são registados na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

#### 2.4.4 Empréstimos obtidos de empresas do Grupo

Os empréstimos obtidos de empresas do Grupo são registados pelo respetivo valor nominal, sendo o montante correspondente aos juros vencidos e não liquidados à data de fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

#### 2.4.5 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

### 2.5 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões é revisto e ajustado à data de cada demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

### 2.6 Responsabilidades com pensões

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados e administradores remunerados, admitidos até 5 de julho de 1993, prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial, ou uma percentagem fixa aplicada ao salário base, reportado a 2002.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19. Esta norma estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de determinar o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com o valor de mercado dos ativos do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das contribuições a efetuar ou registar.

Os efeitos resultantes da alteração de pressupostos e da diferença entre os pressupostos utilizados e a realidade, são considerados ganhos ou perdas atuariais, sendo reconhecidos diretamente em reservas (outro rendimento integral).

## 2.7 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são constituídos por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecidos de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Impresa é tributada em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), que abrange todas as empresas em que a Impresa participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime. As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Impresa, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo aos impostos sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante de impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## 2.8 Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos financeiros relacionados com juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## 2.9 Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

## 2.10 Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 2.11 Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do

ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral.

#### 2.12 Alterações de políticas contabilísticas e estimativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Em resultado de incertezas inerentes à atividade, a base dos valores estimados é a última informação disponível fiável estando as principais estimativas relacionadas com as análises de imparidade das participações financeiras, provisões e responsabilidades com pensões. A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

### 3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros proveitos operacionais foram como segue:

	2018	2017
Outros proveitos operacionais:		
Outros	41.952	20.110
	<u>41.952</u>	<u>20.110</u>

### 4. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica teve a seguinte composição:

	2018	2017
Trabalhos especializados	308.113	284.401
Rendas (a)	202.383	249.068
Conservação e reparação	1.566	4.739
Outros	73.932	110.405
	<u>585.994</u>	<u>648.613</u>

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica incluía o montante de 81.000 Euros e 89.784 Euros, respetivamente, debitado por entidades relacionadas (Nota 21).

**5. CUSTOS COM O PESSOAL**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com o pessoal foram como segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	1.185.411	1.393.909
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 21)	636.711	552.482
Encargos sobre remunerações	429.771	452.186
Indemnizações	585.000	-
Outros	24.476	26.100
	<u>2.861.369</u>	<u>2.424.677</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 20 e 21 colaboradores, respetivamente.

**6. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros custos operacionais foram como segue:

	2018	2017
Impostos	397.607	376.331
Quotizações	79.843	109.022
Outros custos operacionais	600	2
	<u>478.050</u>	<u>485.355</u>

**7. RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	2018	2017
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	(3.369.344)	(4.300.345)
Outros custos financeiros	(857.014)	(424.551)
	<u>(4.226.358)</u>	<u>(4.724.896)</u>
<u>Ganhos/(perdas) em empresas do grupo e associadas:</u>		
Dividendos (b)	8.684.179	11.032.268
	<u>4.457.821</u>	<u>6.307.372</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica inclui o montante de 1.967.726 Euros e 2.384.244 Euros, respetivamente, debitado por entidades relacionadas (Nota 21).

(b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica correspondia aos dividendos recebidos das seguintes empresas (Nota 21):

	2018	2017
SIC - Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ("SIC")	8.684.179	10.852.268
Vasp – Distribuidora de Publicações, S.A. ("Vasp")	-	180.000
	<u>8.684.179</u>	<u>11.032.268</u>

#### 8. DIFERENÇAS ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

A Empresa é tributada em sede de IRC ao abrigo do RETGS conjuntamente com as suas subsidiárias: Impresa Publishing, S.A. ("Impresa Publishing"), SIC, GMTS – Global Media Technology Solutions – Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Sociedade Unipessoal, Lda. ("GMTS"), Impresa Office & Service Share – Gestão de Imóveis e Serviços, S.A. ("IOSS"), e InfoPortugal - Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A. ("InfoPortugal").

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de derrama municipal até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável, determinado pelo Grupo, é condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das Autoridades Fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Impresa e as suas subsidiárias, não tinham prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos para imposto corrente detalham-se conforme segue:

	2018	2017
<u>Passivos para imposto corrente</u>		
Pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta gerados no âmbito do RETGS	(2.008.716)	(1.078.917)
IRC gerado no âmbito do RETGS (i)	3.084.874	2.713.621
Estimativa de imposto	58.509	59.864
	<u>1.134.667</u>	<u>1.694.568</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, este montante tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Contas a pagar geradas no âmbito do RETGS (Nota 11)	(240.107)	-
Contas a receber geradas no âmbito do RETGS (Nota 11)	<u>4.452.821</u>	<u>3.902.538</u>
	4.212.713	3.902.538
Prejuízos fiscais da Empresa utilizados no exercício no âmbito do RETGS	<u>(1.127.839)</u>	<u>(1.188.917)</u>
	<u>3.084.874</u>	<u>2.713.621</u>

a) Diferenças temporárias – Movimentos nos ativos por impostos diferidos

31 de dezembro de 2018:

	Prejuízos fiscais reportáveis
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Constituições	1.127.839
Recuperação	<u>(1.127.839)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>

31 de dezembro de 2017:

	Prejuízos fiscais reportáveis
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Constituições	1.188.917
Recuperação	<u>(1.188.917)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, gerados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram integralmente utilizados nos exercícios findos naquelas datas, em virtude do resultado fiscal positivo apurado pelas empresas incluídas no RETGS.

b) Diferenças temporárias – Movimentos nos passivos por impostos diferidos31 de dezembro de 2018:

	<u>Plano de pensões</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	58.913
Constituição / (reversão) com efeito no outro rendimento integral	(7.176)
Constituição / (reversão) com efeito em resultados	<u>(527)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>51.210</u></u>

31 de dezembro de 2017:

	<u>Plano de pensões</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	50.771
Constituição / (reversão) com efeito no outro rendimento integral	9.257
Constituição / (reversão) com efeito em resultados	<u>(1.115)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>58.913</u></u>

c) Reconciliação da taxa de imposto

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultados antes de impostos	(18.213.640)	(5.982.120)
Taxa nominal de imposto	<u>21%</u>	<u>21%</u>
Imposto estimado	(3.824.864)	(1.256.245)
Diferenças permanentes (i)	2.696.498	66.213
Ajustamento à coleta (ii)	58.509	59.864
Insuficiência de estimativa de imposto	36.803	-
Excesso de estimativa de imposto do exercício anterior	-	<u>(54.325)</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u><u>(1.033.054)</u></u>	<u><u>(1.184.493)</u></u>
Imposto corrente	58.509	59.863
Excesso de estimativa de imposto do exercício anterior	-	<u>(54.325)</u>
Imposto diferido gerado no exercício	(1.128.366)	(1.190.032)
Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	36.803	-
	<u><u>(1.033.054)</u></u>	<u><u>(1.184.493)</u></u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Dividendos recebidos (Nota 7)	(8.684.179)	(11.032.268)
Perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo (Nota 10)	18.788.000	8.750.957
Encargos financeiros não aceites fiscalmente no âmbito do RETGS	2.229.754	2.514.107
Outros, líquidos	506.891	82.500
	12.840.466	315.296
	21%	21%
	2.696.498	66.213

- (ii) Este montante representa a parcela de IRC tributada autonomamente.

d) Processos fiscais em curso

Em resultado de fiscalizações efetuadas à Impresa Serviços e Multimédia, S.A. ("ISM") (fundida em 2015 na Impresa) e do respetivo procedimento tributário, a Impresa foi notificada em 2011, 2012, 2014 e 2015, de correções fiscais em sede de IRC relativas a 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, no âmbito da qual a Administração Fiscal recusou a dedutibilidade fiscal dos juros relativos à parte de um empréstimo do BPI destinado ao financiamento da aquisição dos suprimentos não remunerados detidos pelo BPI (anterior acionista) sobre a Solo (entidade fundida em exercícios anteriores na ISM). Os motivos alegados pela Administração Fiscal para essa recusa são o facto da atividade normal e corrente da ISM não integrar a concessão de empréstimos às subsidiárias (não era uma SGPS) e tais encargos não estarem supostamente associados a capitais alheios obtidos para a sua exploração direta. As correções à matéria coletável em causa foram no montante de 3.415.295 Euros para 2008, 2.105.621 Euros em 2009, 2.161.788 Euros em 2010, 2.334.795 Euros em 2011 e 943.005 Euros em 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Autoridade Tributária procedeu à anulação da liquidação adicional de IRC instaurada à Empresa relativa ao exercício de 2012, no montante total de 943.005 Euros, e para a qual se encontrava prestada uma garantia, no montante de 325.041 Euros, que foi cancelada em abril de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo obteve uma sentença favorável relativa a uma impugnação judicial apresentada contra as liquidações adicionais de IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009, relacionadas com a dedutibilidade de encargos financeiros suportados, tendo sido apresentado recurso pela Autoridade Tributária.

Assim, em 31 de dezembro de 2018, as correções fiscais supra referidas encontravam-se contestadas em sede de Impugnação Judicial, tendo a Impresa prestado garantias bancárias no montante de 2.991.811 Euros relativas aos exercícios de 2010, 2011 (Nota 19). No que respeita às contestações relativas aos exercícios de 2008 e 2009, não foram prestadas garantias bancárias, dado que naqueles exercícios o RETGS apresentou prejuízos fiscais reportáveis (utilizados no exercício de 2010) que compensam as correções fiscais referidas.

No entendimento do Conselho de Administração, com base na opinião dos seus advogados, a perspectiva de sucesso das reclamações e/ou impugnações daqueles atos, interposto, é razoável, pelo que não foi registada qualquer provisão para esta contingência fiscal.

9. RESULTADO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(17.180.586)	(4.797.627)
Número de ações (Nota 13)	168.000.000	168.000.000
Resultado do exercício por ação	(0,1023)	(0,0286)
Rendimento integral do exercício	(17.205.303)	(4.765.746)
Número de ações (Nota 13)	168.000.000	168.000.000
Resultado integral do exercício por ação	(0,1024)	(0,0284)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam efeitos diluidores, pelo que os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

10. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos investimentos em empresas do grupo e associadas, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

31 de dezembro de 2018:

	Partes de capital	Prestações acessórias e suplementares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.945.786	21.250.000	288.195.786
Reforço perdas por imparidade (a)	(18.788.000)	-	(18.788.000)
Aumentos (b)	68	11.500.000	11.500.068
Saldo em 31 de dezembro de 2018	248.157.854	32.750.000	280.907.854

31 de dezembro de 2017:

	Partes de capital	Prestações acessórias e suplementares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	275.696.743	27.250.000	302.946.743
Reforço perdas por imparidade (c)	(8.750.957)	-	(8.750.957)
Diminuições (d)	-	(6.000.000)	(6.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	266.945.786	21.250.000	288.195.786

(a) O reforço de perdas por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, resulta do apuramento de uma diferença negativa relativamente ao valor recuperável deste ativo determinado tendo em consideração o valor de avaliação da Impresa Publishing, tendo por base o valor da unidade geradora de caixa Publishing (conforme divulgado no anexo às demonstrações financeiras consolidadas), face ao valor contabilístico ao qual se encontrava registado.

(b) O aumento da rubrica "Prestações acessórias e suplementares" refere-se à realização de prestações acessórias sob o regime das prestações suplementares à Impresa Publishing, no montante de 11.500.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- (c) No último trimestre de 2017, o Grupo tomou a decisão de alienar um conjunto de títulos consubstanciado num portfólio de revistas, o qual era detido pela Impresa Publishing, tendo encetado um plano para a concretização desta operação. No seguimento da implementação deste plano, em função das negociações em curso, foi determinado que o valor estimado de venda daquele portfólio ascenderia a, aproximadamente, 10.200.000 Euros. Deste modo, para efeitos de apuramento do valor recuperável da participação detida pela Impresa na Impresa Publishing, o valor recuperável deste ativo foi determinado tendo em consideração o valor de avaliação da Impresa Publishing, tendo por base o valor da unidade geradora de caixa Publishing, considerando apenas os títulos que ficariam na esfera da Impresa Publishing, conforme definido no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, adicionado do valor esperado recuperável decorrente da venda do portfólio das revistas. Em consequência do supra referido, a Empresa reconheceu, em 31 de dezembro de 2017, perdas por imparidade de, aproximadamente, 8.751.000 Euros, correspondente à diferença entre o valor determinado, nos termos acima referidos, e a quantia escriturada deste investimento.
- (d) A diminuição da rubrica “Prestações acessórias e suplementares” refere-se ao reembolso de prestações acessórias concedidas em exercícios anteriores sob o regime das prestações suplementares à Impresa Publishing, no montante de 6.000.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas (informação contabilística das participadas retirada das suas demonstrações financeiras).

31 de dezembro de 2018:

Denominação	Sede	Ativo líquido	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido do exercício	Percentagem de participação	Valor de balanço	Perdas por imparidade	Empréstimos permanentes	Investimento total
Impresa Publishing (a)	Lisboa	29.143.695	1.205.255	24.272.519	(3.672.457)	100%	35.611.372	(37.688.372)	29.000.000	26.923.000
IOSS (a)	Oeiras	40.339.096	8.158.974	6.492.751	(318.743)	100%	5.947.555	-	3.750.000	9.697.555
SIC	Oeiras	137.638.230	24.150.853	143.378.001	11.647.093	100%	239.408.738	-	-	239.408.738
Infoportugal	Matosinhos	1.392.675	522.019	2.135.721	211.745	100%	2.842.503	-	-	2.842.503
Vasp	Cacém	40.218.110	9.071.219	222.475.796	409.870	33,33%	1.144.666	-	-	1.144.666
Lusa	Lisboa	13.099.971	4.484.400	15.986.983	1.141.508	22,35%	890.732	-	-	890.732
Nexponor	Porto	n.d	n.d	n.d	n.d	0,001%	660	-	-	660
Outros	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	30.000	(30.000)	-	-
							<u>285.876.226</u>	<u>(37.718.372)</u>	<u>32.750.000</u>	<u>280.907.854</u>

31 de dezembro de 2017:

Denominação	Sede	Ativo líquido	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido do exercício	Percentagem de participação	Valor de balanço	Perdas por imparidade	Empréstimos permanentes	Investimento total
Impresa Publishing (a)	Lisboa	23.518.445	(6.503.134)	46.165.584	(23.289.988)	100%	35.611.372	(18.900.372)	17.500.000	34.211.000
IOSS (a)	Oeiras	21.229.612	8.477.717	6.470.394	(201.842)	100%	5.947.555	-	3.750.000	9.697.555
SIC	Oeiras	104.003.013	21.347.859	151.255.360	8.684.178	100%	239.408.738	-	-	239.408.738
Infoportugal	Matosinhos	1.691.196	450.815	2.319.889	135.742	100%	2.842.435	-	-	2.842.435
Vasp	Cacém	42.763.551	8.526.627	217.326.770	(118.718)	33,33%	1.144.666	-	-	1.144.666
Lusa	Lisboa	11.893.332	3.370.163	16.226.463	720.693	22,35%	890.732	-	-	890.732
Visapress	Lisboa	n.d	n.d	n.d	n.d	10,00%	5.000	(5.000)	-	-
Nexponor	Porto	n.d	n.d	n.d	n.d	0,001%	660	-	-	660
Outros	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	30.000	(30.000)	-	-
							<u>285.881.158</u>	<u>(18.935.372)</u>	<u>21.250.000</u>	<u>288.195.786</u>

- (a) O capital próprio destas participadas inclui os montantes registados pela Empresa como prestações acessórias e suplementares, identificados na rubrica “Empréstimos permanentes”.

**11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica outros ativos correntes tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
<u>Clientes</u>		
Vasp (Nota 21)	1.213	1.213
Outros clientes conta corrente	18.536	18.536
	<u>19.749</u>	<u>19.749</u>
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Empresas do Grupo - RETGS (Notas 8 e 21):		
SIC	4.191.039	3.688.372
Impresa Publishing	-	81.177
GMTS	193.142	22.073
IOSS	-	60.125
InfoPortugal	68.640	50.791
	<u>4.452.821</u>	<u>3.902.538</u>
Empresas do Grupo (Nota 21):		
IOSS	-	7.395.000
Outros	151.721	210.491
	<u>4.624.291</u>	<u>11.527.778</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber das empresas do Grupo, nos montantes de 4.452.821 Euros e 3.902.538 Euros, respetivamente, respeitam a estimativas de impostos, retenções na fonte e pagamentos por conta daquelas participadas registadas no âmbito do RETGS (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica outros passivos correntes tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
Empresas do Grupo - RETGS (Notas 8 e 21):		
Impresa Publishing	193.284	-
IOSS	46.823	-
	<u>240.107</u>	<u>-</u>
Acréscimos de custos:		
Férias e subsídio de férias a liquidar	303.352	347.036
Indemnizações	450.000	-
Juros a liquidar	539.774	254.733
Outros	72.133	53.098
	<u>1.365.259</u>	<u>654.867</u>
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	86.854	91.946
Contribuições para a Segurança Social	81.425	85.103
	<u>168.279</u>	<u>177.049</u>
Outros passivos		
Outros credores	20.395	21.916
	<u>1.794.040</u>	<u>853.832</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os acréscimos de custos com juros a liquidar, incluem 489.939 Euros referentes ao empréstimo concedido pela SIC (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa naquelas datas foram como segue:

	2018	2017
Caixa	1.798	1.489
Depósitos bancários	120.927	210.462
	122.725	211.951
Descobertos bancários (Nota 16)	(4.964.318)	(4.983.501)
	(4.841.593)	(4.771.550)

A rubrica de caixa e equivalentes compreende os valores de caixa e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a 84.000.000 Euros, sendo constituído por 168.000.000 ações com o valor nominal de cinquenta cêntimos, sendo detido como segue, de acordo com as participações qualificadas comunicadas à CMVM:

	2018		2017	
	Percentagem detida	Montante	Percentagem detida	Montante
Impreger - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Impreger")	50,31%	42.257.294	50,31%	42.257.294
Madre - SGPS, S.A.	4,47%	3.750.622	4,63%	3.887.483
Santander Asset Management	4,18%	3.507.282	4,18%	3.507.282
Grupo BPI	3,69%	3.100.000	3,69%	3.100.000
Newshold - SGPS, S.A.	2,40%	2.019.382	2,40%	2.019.382
Azvalor Asset Management	3,05%	2.562.793	2,80%	2.354.481
Norges Bank	2,78%	2.336.667	2,78%	2.336.667
Outros	29,13%	24.465.960	29,21%	24.537.412
	100,00%	84.000.000	100,00%	84.000.000

14. PRÉMIO DE EMISSÃO DE AÇÕES

O valor registado nesta rubrica resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital, ocorridos em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

15. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Reserva legal" corresponde à reserva legal da Empresa constituída de acordo com a legislação comercial, a qual estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de reservas foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018:

	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2018	2.001.797	15.830.896	-
Diminuições (a)	-	-	(4.797.627)
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais (Notas 8 e 20.1)	-	(24.717)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.001.797</u>	<u>15.806.179</u>	<u>(4.797.627)</u>

- (a) A diminuição registada deve-se à aplicação do resultado líquido negativo de 4.797.627 Euros, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em Resultados transitados, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em 19 de abril de 2018.

31 de dezembro de 2017:

	Reserva legal	Outras reservas
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.782.188	11.626.434
Aumentos (a)	219.609	4.172.581
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais (Notas 8 e 20.1)	-	31.881
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.001.797</u>	<u>15.830.896</u>

- (a) O aumento registado nestas rubricas deve-se ao deliberado em Assembleia Geral de acionistas realizada em 19 de abril de 2017, em que o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aplicado conforme segue:

Reserva legal	219.609
Resultados transitados	<u>4.172.581</u>
	<u>4.392.190</u>

**16. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

Entidades financiadoras	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco BPI, S.A. (a)	55.581.637	9.939.866	55.826.229	9.983.607	65.522.391	9.939.999	65.809.837	9.983.606
Banco Santander, S.A. (b)	494.560	989.119	500.000	1.000.000	1.483.491	988.994	1.500.000	1.000.000
Caixa Central de Crédito Agrícola								
Mútuo, C.R.L. (c)	-	1.344.843	-	1.350.000	1.343.745	1.343.744	1.350.000	1.350.000
Banco BIC Português, S.A. (d)	-	4.172.253	-	4.187.500	-	6.165.723	-	6.200.000
Empréstimo obrigacionista (e)	-	-	-	-	-	29.915.914	-	30.000.000
Contas correntes caucionadas (f)	-	15.200.000	-	15.200.000	-	17.150.000	-	17.150.000
Descobertos bancários (g) (Nota 12)	-	4.964.318	-	4.964.318	-	4.983.501	-	4.983.501
	<u>56.076.197</u>	<u>36.610.399</u>	<u>56.326.229</u>	<u>36.685.425</u>	<u>68.349.627</u>	<u>70.487.875</u>	<u>68.659.837</u>	<u>70.667.107</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido no saldo de dívidas a instituições de crédito, separado por movimentos com fluxos de caixa associado e sem fluxo de caixa, foi como segue:

Entidades financiadoras	31 de dezembro de 2017	Fluxos de caixa do exercício		Movimentos sem fluxo de caixa	31 de dezembro de 2018
	Valor de balanço	Recebimentos	(Pagamentos)	Efeito do custo amortizado	Valor de balanço
Banco BPI, S.A. (a)	75.462.390	-	(9.983.606)	42.719	65.521.503
Banco Santander, S.A. (b)	2.472.485	500.000	(1.500.000)	11.194	1.483.679
Caixa Central de Crédito Agrícola	-	-	-	-	-
Mútuo, C.R.L. (c)	2.687.489	-	(1.350.000)	7.354	1.344.843
Banco BIC Português, S.A. (d)	6.165.723	-	(2.012.500)	19.030	4.172.253
Empréstimo obrigacionista (e)	29.915.914	-	(30.000.000)	84.086	-
Contas correntes caucionadas (f)	17.150.000	-	(1.950.000)	-	15.200.000
	<u>133.854.001</u>	<u>500.000</u>	<u>(46.796.106)</u>	<u>164.383</u>	<u>87.722.278</u>
Descobertos bancários (g) (Nota 12)	4.983.501	-	(19.183)	-	4.964.318
	<u>138.837.502</u>	<u>500.000</u>	<u>(46.815.289)</u>	<u>164.383</u>	<u>92.686.596</u>

Em 31 de dezembro de 2017 o movimento ocorrido no saldo de dívidas a instituições de crédito, separado por movimentos com fluxos de caixa associado e sem fluxo de caixa, foi como segue:

Entidades financiadoras	31 de dezembro de 2016	Fluxos de caixa do exercício		Movimentos sem fluxo de caixa	31 de dezembro de 2017
	Valor de balanço	Recebimentos	(Pagamentos)	Efeito do custo amortizado	Valor de balanço
Banco BPI, S.A. (a)	85.403.275	-	(9.983.607)	42.722	75.462.390
Banco Popular, S.A. (b)	3.461.290	-	(1.000.000)	11.195	2.472.485
Caixa Central de Crédito Agrícola	-	-	-	-	-
Mútuo, C.R.L. (c)	3.582.149	-	(900.000)	5.340	2.687.489
Banco BIC Português, S.A. (d)	8.517.603	-	(2.400.000)	48.120	6.165.723
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	7.362.613	-	(7.500.000)	137.387	-
Empréstimo obrigacionista (e)	29.818.481	-	-	97.433	29.915.914
Contas correntes caucionadas (f)	16.100.000	1.050.000	-	-	17.150.000
	<u>154.245.411</u>	<u>1.050.000</u>	<u>(21.783.607)</u>	<u>342.197</u>	<u>133.854.001</u>
Descobertos bancários (g) (Nota 12)	4.925.604	-	57.897	-	4.983.501
	<u>159.171.015</u>	<u>1.050.000</u>	<u>(21.725.710)</u>	<u>342.197</u>	<u>138.837.502</u>

(a) Empréstimo contraído pela ISM junto do Banco BPI, S.A., para aquisição da totalidade do capital da Solo (integrada por fusão na ISM), que detinha uma participação de 18,35% na SIC, e de uma participação de 30,65% na SIC. Em 1 de janeiro de 2015, a ISM foi integrada por fusão na Impresa, tendo sido transferida para esta entidade a totalidade da responsabilidade inerente. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,5%, e será reembolsado em 38 prestações semestrais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira prestação em 30 de junho de 2006. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é o seguinte:

2019	<u>9.983.607</u>
2020	9.983.607
2021	9.983.607
2022	9.983.607
2023	9.983.607
2024	9.983.607
2025	<u>5.908.194</u>
	<u>55.826.229</u>
	<u>65.809.836</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa subscreveu uma livrança em branco e adicionalmente foram cedidas em penhoras ações representativas de 100% do capital da SIC.

Em resultado da contratação deste empréstimo, a Impresa assumiu diversos *covenants* e restrições relacionados essencialmente com a aquisição e alienação de ativos e com distribuição de dividendos.

Nos termos deste contrato, a Impresa deve manter pelo menos 51% do capital da SIC. Adicionalmente, a Impreger não deve reduzir a sua participação na Impresa abaixo de 50,01% do seu capital.

- (b) Contrato de financiamento celebrado pela Empresa em junho de 2015, com o Banco Popular, S.A. (atualmente Banco Santander, S.A.), a ser reembolsado em dez prestações semestrais sucessivas até 16 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,25%. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é o seguinte:

2019	<u>1.000.000</u>
2020	<u>500.000</u>
	<u>500.000</u>
	<u>1.500.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

- (c) Empréstimo contraído pelo Grupo em setembro de 2015, com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo C.R.L., a ser reembolsado em oito prestações semestrais até 15 de setembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,6%. O plano de reembolso prevê que a totalidade do valor nominal em dívida seja amortizado em 2019.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Adicionalmente, nos termos deste contrato, a Impresa deve manter pelo menos 51% do capital da SIC e da Impresa Publishing.

- c) Em 18 de setembro de 2015, a Empresa celebrou, com o Banco BIC Português, S.A., um financiamento a ser reembolsado em seis prestações semestrais, sendo as cinco primeiras no valor de 1.200.000 Euros e a última, em 18 de setembro de 2018, de 5.000.000 Euros. Em 16 de julho de 2018, o Grupo e o BIC celebraram um aditamento ao contrato, onde ficou definido o reembolso deste financiamento em duas últimas prestações, uma de 312.500 Euros em março de 2019 e remanescente em junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 1,875%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Adicionalmente, em resultado da contratação deste empréstimo, a Impresa assumiu o cumprimento de determinados *covenants*.

Nos termos deste contrato de financiamento, a Impreger não deve reduzir a sua participação na Impresa abaixo de 50,01% do seu capital.

- (d) Em 12 de novembro de 2014, a Empresa emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de 30.000.000 Euros, correspondente a 600 obrigações com valor nominal de 50.000 Euros, com reembolso em 12 de novembro de 2018. O empréstimo vence juros à taxa de Euribor a 6 meses adicionado de um *spread* de 4%.

Ao abrigo deste financiamento a Impresa assumiu determinadas obrigações, não devendo deixar de deter a totalidade do capital da SIC e da Impresa Publishing, assim como a Impreger não deverá deixar de deter a maioria (50,01%) do capital da Impresa.

Em 31 de dezembro de 2018, este financiamento encontra-se liquidado, uma vez que se procedeu ao reembolso da totalidade do empréstimo obrigacionista no dia 12 de novembro de 2018.



(e) Contas-correntes caucionadas obtidas, as quais vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares.

(f) Os descobertos bancários vencem juros a taxas de mercado para operações similares.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a taxa de juro efetiva em cada empréstimo foi como segue:

Entidades financiadoras	2018	2017
Banco BPI, S.A.	2,50%	2,50%
Banco Santander, S.A.	2,25%	2,25%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.	2,60%	2,60%
Banco BIC Português, S.A.	1,88%	1,50%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	2,85%
Novo Banco, S.A. e Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	4,00%	4,00%

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado líquido daqueles exercícios teria diminuído ou aumentado em, aproximadamente, 579.000 Euros e 745.000 Euros, respetivamente.

O Conselho de Administração entende que não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes dos empréstimos anteriormente referidos, quer quanto à manutenção das principais participações sociais nas empresas subsidiárias, quer de limitação de investimentos ou distribuição de dividendos, quer de *covenants* financeiros, os quais se encontram detalhados na Nota 28 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### 17. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS DE EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa detinha empréstimos obtidos junto das suas subsidiária cujo detalhe é o seguinte:

	2018	2017
<u>Empresas do grupo (Nota 21):</u>		
SIC	51.323.385	25.230.671
IP	12.150.000	-
IOSS	10.590.000	-
	<u>74.063.385</u>	<u>25.230.671</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos obtidos de empresas do Grupo foram classificados no passivo não corrente, decorrente do acordo entre as partes.

#### 18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de fornecedores e contas a pagar era o seguinte:

	2018	2017
SIC (Nota 21) (a)	82.964	201.954
Outros fornecedores conta corrente	60.575	76.171
	<u>143.539</u>	<u>278.125</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2017, este saldo a pagar inclui juros suportados referentes ao exercício de 2017, no montante de 188.017 Euros.

**19. PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, no montante de 2.991.811 Euros relativa a processos de execução fiscal, decorrente da correção à matéria tributável em sede de IRC relativamente aos exercícios de 2010 e 2011 (Nota 8).

**20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS****20.1 Pensões**

A Impresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados e a administradores remunerados, admitidos até 5 de julho de 1993, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações são calculadas com base numa percentagem crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial, ou numa percentagem fixa aplicada ao salário base, definida como sendo os valores em 2002.

Em 1987, foi criado um fundo de pensões autónomo para onde foram transferidas as responsabilidades pelo pagamento das prestações pecuniárias acima referidas.

De acordo com um estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, o valor atual das responsabilidades supra referidas por serviços passados dos seus empregados ativos e reformados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi estimado em 678.966 Euros e 720.465 Euros, respetivamente, sendo que o valor do fundo, a essa data, ascendia a 906.567 Euros e 982.298 Euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor das responsabilidades por serviços passados dos seus empregados ativos e reformados e no valor dos ativos do plano da Empresa, foi como segue:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos no início do	720.465	772.998
Benefícios pagos	(41.686)	(41.686)
Custo dos serviços correntes	8.230	8.901
Custo dos juros	15.742	13.163
(Ganhos) e perdas actuariais	(23.785)	(32.911)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos no final do	678.966	720.465
Ativos do plano no início do exercício:	982.298	998.645
Benefícios pagos	(41.686)	(41.686)
Juros do fundo	21.633	17.112
Ganhos e (perdas) financeiras	(55.678)	8.227
Ativos do plano no final do exercício	906.567	982.298
<i>Superavit</i>	227.601	261.833

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados e os ganhos e perdas atuariais entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades, foram registados como rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio, como outro rendimento integral. Os restantes proveitos e custos foram registados na demonstração dos resultados.

	2018	2017
Montantes reconhecidos na demonstração dos resultados:		
Custo dos serviços correntes	(8.230)	(8.901)
Custo dos juros	(15.742)	(13.163)
Juros do fundo	21.633	17.112
	<u>(2.339)</u>	<u>(4.952)</u>
Montantes reconhecidos como outro rendimento integral:		
(Ganhos) e perdas actuariais	(23.785)	(32.911)
(Ganhos) e perdas financeiras	55.678	(8.227)
	<u>31.893</u>	<u>(41.138)</u>

Na Nota 33.1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas encontram-se divulgadas outras informações relativamente a esta situação.

## 20.2 Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas não canceláveis de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2018	2017
no prazo de um ano	100.043	107.639
entre um ano e cinco anos	-	104.426
	<u>100.043</u>	<u>212.065</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa reconheceu, na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, custos com locações operacionais nos montantes de, aproximadamente, 121.000 Euros e 127.000 Euros, respetivamente.

## 21. PARTES RELACIONADAS

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias e associadas pertencentes ao Grupo Impresa, conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, e o acionista Impreger.

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas pelo Administrador Delegado e pelo Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as transações com o Conselho de Administração correspondem, essencialmente, às remunerações auferidas no desempenho das suas funções no Grupo Impresa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos e as transações com partes relacionadas são as seguintes:

	2018	2017
<u>Transações:</u>		
Rendas suportadas (Impreger) (Nota 4)	81.000	89.784
Custos com o pessoal (Nota 5)	636.711	552.482
Juros e gastos similares (Nota 7)	1.967.726	2.384.244
Dividendos recebidos (Nota 7)	8.684.179	11.032.268
<u>Saldos:</u>		
Caixa e seus equivalentes (a)	32.209	134.098
Contas a receber (Nota 11)	4.454.034	11.298.751
Passivos correntes (Nota 11)	730.046	-
Empréstimos obtidos (Nota 17)	74.063.385	25.230.671
Fornecedores e contas a pagar (Nota 18)	82.964	201.954
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	70.809.836	80.793.443

(a) Estes saldos correspondem a depósitos bancários no Banco BPI, S.A..

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos complementos de pensões ao Presidente do Conselho de Administração, no montante de 184.739 Euros, em cada exercício, pelo fundo de pensões.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram atribuídos benefícios de longo prazo, de cessação de contrato ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

## 22. GESTÃO DO RISCO

A gestão do risco é efetuada numa ótica consolidada, pelo que se remete para a Nota 36 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante da remuneração anual paga pela Empresa ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foram como segue:

	2018	2017
Serviços de revisão de contas	61.500	61.500
Serviços de garantia de fiabilidade	2.700	2.700
Outros serviços que não revisão de contas	27.500	27.500
	<u>91.700</u>	<u>91.700</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 285.882.471 Euros e um total de capital próprio de 116.009.034 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 17.180.586 Euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Imparidade dos investimentos em empresas do grupo:</u></p> <p>(referido nas Notas 2.3, 2.11 e 10 do anexo às demonstrações financeiras)</p> <p>A demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 inclui investimentos em empresas do grupo e associadas de 280.907.854 Euros, registados ao custo ou custo considerado deduzido de perdas por imparidade, decorrente de aquisições de participações financeiras em exercícios anteriores, essencialmente, em entidades que controlam os negócios da televisão e das publicações. A realização destes investimentos está dependente dos fluxos de caixa futuros a gerar pelas subsidiárias correspondentes, pelo que existe o risco destes não serem suficientes para recuperar o valor investido. Conforme referido na Nota 2.11 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade efetua análises daqueles investimentos sempre que se verifiquem indícios de imparidade, recorrendo para esse efeito a uma entidade terceira, externa ao Grupo, que prepara as avaliações. As análises de imparidade são efetuadas utilizando o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base as projeções futuras de cada negócio a cinco anos, considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano, as quais, incluem diversos pressupostos relativos a um conjunto de variáveis que se encontram detalhadas na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Considerando o valor desta rubrica, assim como a existência de um elevado número de julgamentos e estimativas que os testes de imparidade comportam, consideramos que a análise de imparidade dos investimentos em empresas do grupo é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Testes aos controlos internos considerados relevantes relativos à elaboração das análises de imparidade;</li> <li>- Obtenção das análises de imparidade preparadas pelo órgão de gestão com recurso a uma entidade externa e revisão dos estudos efetuados por essa entidade quanto à plenitude e consistência com a restante informação financeira:             <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise da razoabilidade dos pressupostos utilizados, considerando a conjuntura económica e de mercado atual, e o desempenho futuro esperado das unidades geradoras de caixa correspondentes.</li> <li>(ii) comparação dos fluxos de caixa projetados nas análises, incluindo os principais pressupostos considerados, com o desempenho histórico das unidades geradoras de caixa e respetivos orçamentos aprovados pelo órgão de gestão, e</li> <li>(iii) verificação da sua correção aritmética.</li> </ul> </li> <li>- Envolvimento dos nossos especialistas internos para a avaliação dos principais pressupostos utilizados, nomeadamente no cálculo das taxas de desconto e das taxa de crescimento da perpetuidade.</li> </ul>

## Outras matérias

Conforme referido na Nota Introdutória das notas anexas, as demonstrações financeiras acima referidas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IFRS e indicado na Nota 2.3, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são apresentados ao custo de aquisição ou ao custo considerado deduzido de perdas por imparidade, quando estas se verifiquem. Assim, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação de ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos totais das empresas participadas direta ou indiretamente pela Entidade, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado.

70

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

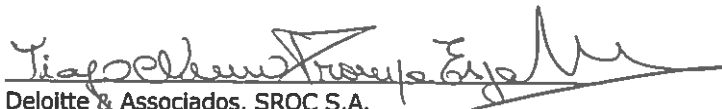
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- A Deloitte & Associados, SROC, S.A. enquanto membro da rede Deloitte, é Revisor Oficial de Contas da Entidade há 16 anos. Fomos nomeados em Assembleia Geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2015 para o mandato que termina no exercício findo 31 de dezembro 2018.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 18 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 18 de março de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado, ROC

# Demonstrações Consolidadas

**Contas Anuais 2018**

IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200-787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa



IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017 (reexpresso)	1 de janeiro de 2017 (reexpresso)
<u>ATIVOS NÃO CORRENTES:</u>				
Goodwill	17	268.622.821	268.622.821	300.892.821
Ativos intangíveis	18	159.523	313.863	435.821
Ativos fixos tangíveis	19	42.157.742	29.882.242	28.234.916
Investimentos financeiros	20	4.040.066	3.614.521	3.667.894
Propriedades de investimento	21	1.478.489	1.478.489	5.912.440
Direitos de transmissão de programas	22	2.586.358	4.959.298	4.568.154
Outros ativos não correntes	24	5.086.515	5.567.277	4.941.825
Ativos por impostos diferidos	15	1.790.735	1.605.884	818.427
Total de ativos não correntes		<u>325.922.249</u>	<u>316.044.395</u>	<u>349.472.298</u>
<u>ATIVOS CORRENTES:</u>				
Direitos de transmissão de programas	22	15.264.200	12.778.402	15.636.356
Existências	22	504.724	355.302	1.422.658
Clientes e contas a receber	23	32.370.747	36.258.860	37.254.064
Outros ativos correntes	24	9.813.192	5.195.593	6.329.572
Caixa e equivalentes de caixa	25	9.639.108	3.824.133	3.491.256
Total de ativos correntes		<u>67.591.971</u>	<u>58.412.290</u>	<u>64.133.906</u>
Ativos classificados como detidos para venda	26	3.200.000	13.845.466	-
TOTAL DO ATIVO		<u>396.714.220</u>	<u>388.302.151</u>	<u>413.606.204</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>				
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>				
Capital	27	84.000.000	84.000.000	84.000.000
Prémio de emissão de ações	27	36.179.272	36.179.272	36.179.272
Reserva legal	27	2.001.797	2.001.797	1.782.188
Resultados transitados e outras reservas		60.378	21.774.666	19.142.598
Resultado consolidado líquido do exercício		3.139.284	(21.590.996)	2.759.895
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>125.380.731</u>	<u>122.364.739</u>	<u>143.863.953</u>
<u>PASSIVO:</u>				
<u>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</u>				
Empréstimos obtidos	28	98.931.373	83.506.647	134.986.990
Provisões	29.2	7.078.308	4.502.402	3.757.354
Passivos por impostos diferidos	15	255.082	339.650	315.456
Fornecedores e contas a pagar	30	2.026.823	-	-
Total de passivos não correntes		<u>108.291.586</u>	<u>88.348.699</u>	<u>139.059.800</u>
<u>PASSIVOS CORRENTES:</u>				
Empréstimos obtidos	28	89.879.559	98.742.384	51.709.758
Fornecedores e contas a pagar	30	32.880.943	32.035.967	29.876.474
Passivos para imposto corrente	15	1.004.271	1.324.841	253.801
Outros passivos correntes	31	39.277.130	43.554.780	48.842.418
Total de passivos correntes		<u>163.041.903</u>	<u>175.657.972</u>	<u>130.682.451</u>
Passivos relativos a ativos classificados como detidos para venda	26	-	1.930.741	-
TOTAL DO PASSIVO		<u>271.333.489</u>	<u>265.937.412</u>	<u>269.742.251</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>396.714.220</u>	<u>388.302.151</u>	<u>413.606.204</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017 (Reexpresso)
<b><u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u></b>			
Prestações de serviços	9	160.304.765	173.162.319
Vendas	9	9.841.484	24.012.138
Outros proveitos operacionais	10	2.016.508	1.142.296
Total de proveitos operacionais		<u>172.162.757</u>	<u>198.316.753</u>
<b><u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u></b>			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	11	(73.756.113)	(80.691.513)
Fornecimentos e serviços externos	12	(35.838.956)	(46.965.634)
Custos com o pessoal	13	(43.057.546)	(53.073.972)
Amortizações e depreciações	18 e 19	(3.521.332)	(3.651.545)
Provisões e perdas por imparidade	29	(2.778.232)	(23.886.666)
Outros custos operacionais	10	(1.400.124)	(3.020.115)
Total de custos operacionais		<u>(160.352.303)</u>	<u>(211.289.445)</u>
Resultados operacionais		<u>11.810.454</u>	<u>(12.972.692)</u>
<b><u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u></b>			
Ganhos / (perdas) em investimentos financeiros	14	430.544	126.627
Juros e outros custos financeiros	14	(6.387.286)	(7.171.619)
Outros proveitos financeiros	14	465.233	315.492
Resultados financeiros		<u>(5.491.509)</u>	<u>(6.729.500)</u>
Resultados antes de impostos		6.318.945	(19.702.192)
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	(3.179.661)	(1.888.804)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>3.139.284</u>	<u>(21.590.996)</u>
<b><u>Outro rendimento integral</u></b>			
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Ganhos / (perdas) atuariais	15 e 33.1	(128.903)	91.781
Rendimento integral do exercício		<u>3.010.381</u>	<u>(21.499.215)</u>
<b>Resultado do exercício por ação:</b>			
Básico	16	0,0187	(0,1285)
Diluído	16	0,0187	(0,1285)
<b>Rendimento integral do exercício por ação:</b>			
Básico	16	0,0179	(0,1280)
Diluído	16	0,0179	(0,1280)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

		Capital	Prémio de emissão de ações	Reserva legal	Resultados transitados e outras reservas	Resultado consolidado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2017		84.000.000	36.179.272	1.782.188	19.520.330	2.759.895	144.241.685
Ajustamentos da reexpressão	2	-	-	-	(377.732)	-	(377.732)
Saldo em 1 de janeiro de 2017 (reexpresso)	2	84.000.000	36.179.272	1.782.188	19.142.598	2.759.895	143.863.953
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	33.1	-	-	-	118.429	-	118.429
Plano de pensões - passivos por impostos diferidos	15	-	-	-	(26.648)	-	(26.648)
Outro rendimento integral		-	-	-	91.781	-	91.781
Aplicação do resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	27	-	-	219.609	2.540.286	(2.759.895)	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)		-	-	-	-	(21.590.996)	(21.590.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)		84.000.000	36.179.272	2.001.797	21.774.666	(21.590.996)	122.364.739
Plano de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	33.1	-	-	-	(166.327)	-	(166.327)
Plano de pensões - passivos por impostos diferidos	15	-	-	-	37.424	-	37.424
Outro rendimento integral		-	-	-	(128.903)	-	(128.903)
Outras variações no capital próprio		-	-	-	5.611	-	5.611
Aplicação do resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)	27	-	-	-	(21.590.996)	21.590.996	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018		-	-	-	-	3.139.284	3.139.284
Saldo em 31 de dezembro de 2018		84.000.000	36.179.272	2.001.797	60.378	3.139.284	125.380.731

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		172.702.844	198.462.666
Pagamentos a fornecedores		(110.323.919)	(128.466.646)
Pagamentos ao pessoal		(44.002.126)	(53.881.822)
Fluxos gerados pelas operações		18.376.799	16.114.198
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(3.091.086)	(1.546.108)
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(690.944)	(455.113)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>14.594.769</u>	<u>14.112.977</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		329.175	308.640
Subsídios		523.295	256.285
Alienação de investimentos financeiros	20	10.000	-
Ativos classificados como detidos para venda	26	2.400.000	-
Dividendos e reduções de capital de investimentos financeiros	20	-	180.000
Ativos fixos tangíveis		-	13.333
Propriedades de investimento	21	-	640.000
Reembolso do excesso de financiamento do plano de pensões	33	-	211.000
		<u>3.262.470</u>	<u>1.609.258</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6.092.725)	(4.029.899)
Ativos intangíveis		(45.147)	(137.002)
		<u>(6.137.872)</u>	<u>(4.166.901)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(2.875.402)</u>	<u>(2.557.643)</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	28	53.368.322	22.596.572
		<u>53.368.322</u>	<u>22.596.572</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito	28	(53.177.680)	(26.945.173)
Juros e custos similares		(6.807.720)	(6.391.588)
		<u>(59.985.400)</u>	<u>(33.336.761)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(6.617.078)</u>	<u>(10.740.189)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		5.102.289	815.145
Constituição de depósitos bancários cativos	25	-	(640.000)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	25	(1.799.368)	(1.974.513)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	25	3.302.921	(1.799.368)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Impresa” ou “Empresa”) tem sede em Lisboa, na Rua Ribeiro Sanches nº 65, foi constituída em 18 de outubro de 1990 e tem como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

O Grupo Impresa (“Grupo”) é constituído pela Impresa e empresas subsidiárias (Nota 4). O Grupo atua na área de media, nomeadamente através da difusão de programas de televisão e da edição de publicações em papel e em formato digital.

As ações da Impresa encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Estas demonstrações financeiras, foram autorizadas para publicação em 28 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração da Impresa.

No final do exercício de 2017, o Grupo tomou a decisão de proceder à alienação de um conjunto de títulos (portfólio de revistas) no âmbito de um processo de reposicionamento da sua atividade com enfoque primordial no audiovisual e digital. Os títulos em causa, que em conjunto constituíam o portfólio de revistas do Grupo, encontravam-se incluídos no segmento Publishing, partilhando diversas receitas e gastos com as restantes publicações do segmento, pelo que não constituíam uma unidade geradora de caixa ou segmento autónomo. Desta forma, o Grupo concluiu que não se verificavam as condições previstas na IFRS 5 para a sua apresentação como operação descontinuada, pelo que todas as notas relativas a rubricas de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluem os rendimentos e gastos gerados por aquelas publicações, motivo pelo qual existe uma diminuição global dos montantes evidenciados nas demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 face ao período homólogo.

Em 2 de janeiro de 2018, foi concluído o processo de alienação dos títulos supra referidos, incluindo um conjunto de ativos e passivos relacionados, com a assinatura de um contrato no qual a Impresa Publishing procedeu à venda das publicações Activa, Caras, Caras Decoração, Courier Internacional, Exame, Exame Informática, Jornal de Letras, TeleNovelas, TV Mais, Visão, VisãoHistória e Visão Junior, à sociedade designada Trust in News, Unipessoal, Lda. Esta alienação foi realizada pelo valor nominal de 10.200.000 Euros, a receber durante dois anos e meio, no âmbito da concretização do Plano Estratégico para o triénio 2017-2019, e do reposicionamento da atividade do Grupo, com um enfoque primordialmente nas componentes do audiovisual e do digital (Nota 26).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), preparados no cumprimento das disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards (“IAS”) emitidos pela International Accounting Standards Committee (“IASC”), os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e respetivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração, considerando as perspetivas de geração de cash-flow até final do exercício, os plafonds de crédito disponíveis para utilização, os montantes renováveis de linhas de crédito existentes, e as negociações em curso para obtenção de novos financiamentos que espera concluir no curto prazo com sucesso, concluiu que o Grupo dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas (Nota 36.d).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)2.2 Políticas contabilísticas

A Impresa adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Impresa declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018.

Adoção de IAS/IFRS novos ou revistos

Exceto pela adoção do IFRS 9 e IFRS 15, cujo impacto levou à reexpressão das demonstrações financeiras comparativas, as políticas contabilísticas adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Impresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e referidas no respetivo anexo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, entraram em vigor (“endorsed”) as seguintes normas, interpretações, emendas e melhoramentos, com aplicação obrigatória no corrente exercício económico:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Breve descrição
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	01-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.
Emenda à IFRS 2: Classificação e mensuração das transações de pagamentos em ações	01-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01-jan-18	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos	01-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	01-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.



A entrada em vigor em 1 de janeiro de 2018 da IFRS 9 e da IFRS 15 teve os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nessa data:

(i) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Baseados numa análise aos ativos e passivos financeiros do Grupo, o Conselho de Administração do Grupo avaliou o impacto da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras consolidadas como segue:

Classificação e mensuração

Todos os instrumentos financeiros continuam a ser mensurados na mesma base tal como atualmente no âmbito do IAS 39. Desta forma, as contas a receber e a pagar de e a terceiros e os financiamentos obtidos, continuam a ser subsequentemente mensurados pelo custo amortizado no âmbito da aplicação do IFRS 9.

Imparidades

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, passam a estar sujeitos a imparidades no âmbito do IFRS 9 determinadas com base na imparidade esperada.

O Grupo aplicou a abordagem simplificada de reconhecer as perdas de crédito esperadas na vida económica das contas a receber comerciais conforme requerido ou permitido pelo IFRS 9.

Assim, o Conselho de Administração entende que a aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas resultou no reconhecimento antecipado de perdas de crédito para os respetivos ativos que com efeitos a 1 de janeiro de 2017 e a 31 de dezembro de 2017 ascenderam a, aproximadamente, 378.000 Euros e 315.000 Euros, respetivamente.

(ii) IFRS 15 – Contratos com clientes

Relativamente às receitas do Grupo, o Conselho de Administração efetuou as seguintes avaliações para cada um desses negócios:

- Exibição de anúncios, publicação de anúncios e serviços de valor acrescentado relativos a concursos e iniciativas com participação telefónica: Decorrente da adoção do IFRS 15, nomeadamente do preconizado nesta norma no que respeita à identificação do cliente, nas transações relativas aos serviços de valor acrescentado relativos a concursos e iniciativas com participação telefónica foram identificados um conjunto de custos que vinham sendo reconhecidos como uma dedução aos rendimentos dos serviços prestados, que passaram a ser reconhecidos como custo. Relativamente às restantes transações não foram identificadas diferenças no reconhecimento das mesmas. Deste modo, na demonstração consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reclassificados 337.311 Euros da rubrica “Prestações de serviços” para a rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.
- Direitos de exibição dos canais de televisão: Decorrente da adoção do IFRS 15, nomeadamente do preconizado nesta norma no que respeita à identificação do preço das transações, no que se refere às transações relativas à cedência dos direitos de transmissão de sinal, foram identificados um conjunto de custos que vinham sendo reconhecidos como tal, que fazem parte do preço da respetiva transação. Deste modo, na demonstração consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reclassificados 3.841.767 Euros da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” para a rubrica “Prestação de serviços”.
- Direitos de exibição de conteúdos cedidos: Relativamente à cedência de direitos de conteúdos pelo Grupo para outros mercados, o Grupo avaliou que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que o controlo dos conteúdos cedidos são transferidos mediante a sua entrega, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Desta forma, perspetiva-se que o reconhecimento do respetivo rédito ocorra num momento do tempo, após a referida entrega dos conteúdos, à semelhança do que o Grupo efetuava anteriormente no âmbito do IAS 18.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- Venda de publicações e livros: O negócio relativo à venda de publicações incorpora uma obrigação de desempenho única que é cumprida no momento da disponibilização dos jornais em banca ou em plataforma digital. Desta forma, considera-se que o reconhecimento do respetivo rédito ocorra num momento do tempo, com a referida disponibilização das publicações, à semelhança do que o Grupo efetuava no âmbito do IAS 18.
- Execução de projetos na área de sistemas de informação geográfica (SIG): No que respeita aos projetos na área de SIG, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da entrega do serviço de produção, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o produto é produzido e entregue. Entende-se que não existe uma diferença significativa entre o momento da entrega dos respetivos projetos e/ou das diversas fases dos mesmos, e o momento em que o Grupo incorre nos custos da sua execução.

O Conselho de Administração decidiu adotar o método retrospectivo total de transição para o IFRS 15 e IFRS 9 na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reexpressando as suas demonstrações financeiras em 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

	1 de janeiro 2017	31 de dezembro 2017
Capital Próprio	144.241.685	122.679.430
Ajustamento por resultados transitados	(377.732)	(377.732)
Ajustamento por resultado líquido do exercício	-	63.041
	(377.732)	(314.691)
Capital Próprio (reexpresso)	143.863.953	122.364.739

Os efeitos na demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2017, derivados da aplicação das normas acima mencionadas, detalham-se como se segue:

	1 de janeiro 2017	Aplicação da IFRS 9	1 de janeiro 2017 (reexpresso)
<u>Ativos correntes</u>			
Clientes e contas a receber	37.631.796	(377.732)	37.254.064
Total do ativo	413.983.936	(377.732)	413.606.204
<u>Capital Próprio</u>			
Resultados transitados e outras reservas	19.520.330	(377.732)	19.142.598
Total do Capital Próprio	144.241.685	(377.732)	143.863.953
Total do Passivo	269.742.251	-	269.742.251
Total do Capital Próprio e do Passivo	413.983.936	(377.732)	413.606.204

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Os efeitos na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017, derivados da aplicação das normas acima mencionadas, detalham-se como segue:

	31 de dezembro 2017	Aplicação da IFRS 9	31 de dezembro 2017 (reexpresso)
<u>Ativos correntes</u>			
Clientes e contas a receber	36.573.551	(314.691)	36.258.860
Total do ativo	388.616.842	(314.691)	388.302.151
<u>Capital Próprio</u>			
Resultados transitados e outras reservas	22.152.398	(377.732)	21.774.666
Resultado líquido do exercício	(21.654.037)	63.041	(21.590.996)
Total do Capital Próprio	122.679.430	(314.691)	122.364.739
Total do Passivo	265.937.412	-	265.937.412
Total do Capital Próprio e do Passivo	388.616.842	(314.691)	388.302.151

Decorrente dos ajustamentos acima indicados, a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reexpressa como segue:

	31 de dezembro 2017	Aplicação da IFRS 9	Aplicação da IFRS 15	31 de dezembro 2017 (reexpresso)
<u>Proveitos operacionais</u>				
Prestações de serviços	176.666.775	-	(3.504.456)	173.162.319
<u>Custos operacionais</u>				
Fornecimentos e serviços externos	(50.470.090)	-	3.504.456	(46.965.634)
Provisões e perdas por imparidade	(23.949.707)	63.041	-	(23.886.666)
Resultados operacionais	(13.035.733)	63.041	3.504.456	(12.972.692)
Resultado consolidado líquido do período	(21.654.037)	63.041	-	(21.590.996)

As seguintes normas, interpretações, emendas e melhoramentos, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Breve descrição
IFRS 16 – Locações	01-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	01-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	01-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Estas normas não foram adotadas pelo Grupo em 2018, em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Em resultado da aplicação das normas acima referidas, apenas são expectáveis impactos decorrente da adoção da IFRS 16, conforme segue:

#### IFRS 16 – Locações

A data de aplicação inicial do IFRS 16 para o Grupo será 1 de janeiro de 2019.

O Grupo estima optar pelo modelo de transição retrospectivo modificado do IFRS 16, previsto nos seus parágrafos IFRS 16:C3(b), C7 e C8. Consequentemente, o Grupo pretende utilizar o expediente prático de não reavaliar se um contrato é, ou contém, uma locação, tendo efetuado uma avaliação global da nova definição e avaliado a totalidade de contratos por si celebrados ou modificados antes de 1 de janeiro de 2019, e não deverá reexpressar a informação financeira comparativa, registando na data de transição o passivo relativo às rendas futuras, e um ativo sob direito de uso de igual montante.

O Conselho de Administração estima que a entrada em vigor no exercício a findar em 1 de janeiro de 2019 do IFRS 16 possa ter os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício a findar em 31 de dezembro de 2019:

#### Locações operacionais

À luz da IAS 17, as responsabilidades futuras com locações operacionais são divulgadas nas respetivas notas anexas como compromissos assumidos não incluídos na demonstração da posição financeira. O IFRS 16 irá alterar a forma como o Grupo contabiliza as locações anteriormente classificadas como operacionais, passando a registar as responsabilidades e direitos futuros na demonstração consolidada da posição financeira.

Na aplicação inicial do IFRS 16, o Grupo irá:

- reconhecer passivos de locação e ativos sob direitos de uso na demonstração consolidada da posição financeira, mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros de cada locação;
- reconhecer gastos financeiros sobre passivos da locação e depreciações de ativos de direitos de uso na demonstração consolidada dos resultados por naturezas;
- separar as quantias pagas entre capital e juros (apresentados como atividades de financiamento) na demonstração consolidada de fluxos de caixa.

Para locações de curto prazo (prazo de 12 meses ou inferior) e locações de baixo valor (conforme descrito nos parágrafos B3-B8 do IFRS 16), o Grupo irá optar por reconhecer um gasto de locação numa base linear como um gasto operacional, conforme permitido pela IFRS 16.

O locatário deve aplicar a IAS 36 - Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem compromissos de locação assumidos não canceláveis de, aproximadamente, 2.716.000 Euros (Nota 33).

A avaliação preliminar realizada pelo Conselho de Administração indica que, dos contratos de locação assumidos pelo Grupo não canceláveis em 31 de dezembro de 2018, o Grupo irá reconhecer um ativo sob direito de uso de, aproximadamente, 1.700.000 Euros e um passivo de locação correspondente de igual montante. A avaliação efetuada pelo Conselho de administração estima que a aplicação do IFRS 16 teria um impacto, com referência a 31 de dezembro de 2018, de, aproximadamente, 750.000 Euros resultando numa redução dos Fornecimentos e Serviços Externos neste montante, um aumento das depreciações em, aproximadamente 706.000 Euros e dos gastos financeiros em, aproximadamente 146.000 Euros. O impacto da adoção da IFRS 16 será aumentar os fluxos de caixa operacionais em aproximadamente 750.000 Euros e afetar negativamente os fluxos de caixa de financiamento em igual montante. Nos termos da IAS 17, todos os pagamentos de locação de locações operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa operacionais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)Locações financeiras

Na aplicação inicial, o Grupo irá apresentar os ativos adquiridos com contratos de locações financeiras, atualmente incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis, na linha de ativos de direitos de uso e o respetivo passivo de locação, atualmente registado na rubrica de empréstimos obtidos, numa linha separada na demonstração consolidada da posição financeira para passivos de locação.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, passíveis de aplicação às operações da Empresa, mas com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Breve descrição
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano.
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emenda à IAS 1 e IAS 8– Definição de material	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Das normas supra referidas, a Empresa entende que a sua adoção não acarreta alterações significativas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As demonstrações financeiras de todas as empresas controladas pelo Grupo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. Considera-se existir controlo quando o Grupo está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com as empresas participadas e tem a capacidade de afetar esses mesmos retornos através do poder que exerce sobre essas empresas. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, quando aplicável, são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, na rubrica "Capital próprio atribuível aos interesses sem controlo". As empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição da subsidiária. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do exercício em que ocorre a aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As alterações verificadas na participação do Grupo em empresas já controladas, das quais não resulta perda do controlo, são registadas em capital próprio. Consequentemente, os interesses do Grupo e os interesses sem controlo relativos àquelas empresas são ajustados de modo a refletir as alterações verificadas no controlo das subsidiárias. As diferenças verificadas entre o montante dos interesses sem controlo adquiridos ou alienados e o justo valor da aquisição ou da alienação, respetivamente, são reconhecidas em capital próprio.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das alienações de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

b) Empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas (Nota 5) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por outras variações ocorridas no seu capital próprio, bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 14).

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

O Grupo suspende a aplicação do método de equivalência patrimonial quando o investimento na associada for reduzido a zero e apenas é reconhecido um passivo se existirem obrigações legais ou construtivas perante associadas ou os seus credores. Se posteriormente a associada apresentar lucros, o método de equivalência patrimonial é retomado após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Anualmente é feita uma avaliação quanto à existência de indícios de imparidade dos investimentos em associadas, e quando tais são corroboradas, são preparadas avaliações para determinar o seu valor recuperável. São registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão até ao limite da imparidade registada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição é classificado como *goodwill* e incluído na quantia escriturada do investimento. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

## 2.4 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis de uma subsidiária na respetiva data de aquisição. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Decorrente da exceção prevista no IFRS 1, o Grupo não aplicou retrospectivamente as disposições do IFRS 3 às aquisições ocorridas anteriormente a 1 de janeiro de 2004, pelo que o *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para os IFRS (1 de Janeiro de 2004) foi mantido pelos valores líquidos apresentados, nessa data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior (Nota 17).

Na alienação de uma subsidiária o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

## 2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se seu valor contabilístico for recuperado essencialmente por via de uma transação de venda e não pelo uso contínuo. Esta condição é considerada como cumprida apenas quando o ativo (ou grupo de ativos a alienar) está disponível para venda imediata na sua condição atual, sujeito apenas a termos que são habituais para vendas desse ativo (ou grupo de ativos a alienar) e sua venda é altamente provável. Entende-se que um ativo não corrente está detido para venda quando existe a expectativa do Conselho de Administração que a venda destes ativos estará concluída no prazo de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não correntes (ou grupo de ativos a alienar) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contabilístico e justo valor deduzido dos custos da alienação.

## 2.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem *software* (excluindo aquele que se encontra associado a ativos fixos tangíveis), despesas com registo de marcas e títulos, licenças e outros direitos de uso, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do exercício em que são incorridos, exceto quando os custos de desenvolvimento estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre três e seis anos.

## 2.7 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data da transição para IFRS) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida da demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual (quando relevante), de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	4 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8

## 2.8 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

## 2.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, terrenos detidos para arrendamento, valorização do capital investido, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, ao custo de aquisição acrescido dos custos de transação, tendo o Grupo optado pela manutenção da sua mensuração ao custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os custos incorridos com manutenção, reparação, seguros e impostos suportados, assim como os rendimentos auferidos pelas propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período a que respeitam.

## 2.10 Instrumentos financeiros

### 2.10.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros classificadas como correntes, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao custo amortizado, na medida em que se espera o seu recebimento no curto prazo e que este não difere materialmente do seu justo valor à data da contratação, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



O Grupo reconhece uma perda de crédito esperada sobre investimentos em instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado. Os montantes de perdas de crédito esperadas são atualizados em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de perdas preparada com base na experiência histórica de perdas por imparidade de contas a receber do Grupo por tipologia de transações, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação tanto das condições atuais como da previsão de condições na data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

As perdas por imparidade em dívidas de clientes e de outros terceiros classificadas como correntes correspondem, essencialmente, à diferença entre o montante inicialmente registado e o montante que o Grupo estima que venha a ser recebido do devedor. Para além das perdas esperadas de contas a receber, o Grupo estima as perdas por imparidade com base na antiguidade de saldos das entidades em causa, nas garantias que possam existir para cada entidade, a experiência histórica com cada entidade e informação recolhida pelo departamento financeiro relativa à sua situação financeira e aos eventuais motivos que possam existir para atrasos nos pagamentos.

As dívidas de clientes e de outros terceiros classificadas como não correntes, encontram-se registadas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Na mensuração do custo amortizado foi considerado o método do juro efetivo, tendo sido imputado o rendimento dos juros durante o período de vida esperado dos respetivos instrumentos financeiros, considerando os seus termos contratuais.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período em que são estimadas.

#### 2.10.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos obtidos”.

#### 2.10.3 Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal e, quando aplicável, pelo seu valor descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### 2.10.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de emissão) e o valor a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

#### 2.11 Existências e direitos de transmissão de programas

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O valor realizável líquido é estimado com base na experiência histórica da Empresa, de acordo com critérios de antiguidade e rotação dos *stocks*, considerando, adicionalmente, as suas possibilidades de utilização futura.

O Grupo tem como política registar na rubrica “Direitos de transmissão de programas” os direitos adquiridos a terceiros para transmissão de programas, por contrapartida da rubrica “Fornecedores e contas a pagar”, a partir da data de entrada em vigor desses direitos e sempre que, simultaneamente, se verifiquem as seguintes condições:

- Os custos relativos aos direitos de transmissão de programas são conhecidos ou podem ser razoavelmente determinados;
- O conteúdo dos programas foi aceite de acordo com as condições estabelecidas contratualmente; e
- Os programas estão disponíveis para exibição sem restrição.

Os direitos de transmissão de programas correspondem, essencialmente, a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de novelas, filmes, séries e outros programas de televisão, sendo valorizados ao custo específico de aquisição. O custo dos programas é registado na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimado e os benefícios estimados de cada exibição.

Adicionalmente, os adiantamentos efetuados para a compra de conteúdos são registados na rubrica “Direitos de transmissão de programas”, por contrapartida da rubrica “Fornecedores e contas a pagar”.

Na Nota 33.2 é apresentada informação sobre os compromissos financeiros futuros assumidos para aquisição de programas.

São registadas perdas por imparidade (Notas 22 e 29) nos casos em que o custo das existências ou dos direitos de transmissão de programas é superior ao seu valor estimado de recuperação.

## 2.12 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do plano e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O montante das provisões é revisto e ajustado à data de cada demonstração consolidada da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado (Nota 32), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

## 2.13 Responsabilidades com pensões

Determinadas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados e administradores remunerados, admitidos até 5 de julho de 1993, prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial, ou uma percentagem fixa aplicada ao salário base, reportado a 2002.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19. Esta norma estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, o Grupo obtém um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de determinar o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com o valor de mercado dos ativos do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das contribuições a efetuar ou registar.

Os efeitos resultantes da alteração de pressupostos e da diferença entre os pressupostos utilizados e a realidade, são considerados ganhos ou perdas atuariais, sendo reconhecidos em reservas (outro rendimento integral).

#### 2.14 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são constituídos por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecidos de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Impresa encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS"), que abrange todas as empresas em que a Impresa participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime. As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Impresa, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo aos impostos sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na variação entre exercícios da diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos na data de encerramento de cada exercício e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como está estabelecido na referida norma, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão ser recuperados no futuro. No final de cada exercício, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos ativos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação futura.

#### 2.15 Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu valor nominal quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento relacionados com a aquisição de ativos são registados como rendimento diferido, sendo este reconhecido como rendimento do exercício numa base sistemática durante a vida útil dos ativos.

#### 2.16 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à venda de jornais, livros e outras publicações) são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral quando o controlo dos bens e dos serviços prestados são transferidos para o cliente e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As devoluções são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito, estimadas de acordo com a informação histórica. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos resultantes da subscrição e assinatura de publicações regulares são reconhecidos ao longo do período de subscrição e assinatura dessas publicações.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços (essencialmente, venda de espaço publicitário em jornais, televisão, internet e serviços de valor acrescentado) são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral no momento da sua inserção/exibição. Acresce referir que uma parte significativa da venda de espaço publicitário em televisão em canal aberto, resulta da exibição de anúncios publicitários, para os quais, a receita gerada, encontra-se dependente das audiências atingidas, tendo em consideração o perfil do respetivo target comercial contratado pelo anunciante. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização. Os principais descontos comerciais concedidos aos principais clientes do Grupo, encontram-se dependentes do nível de investimento publicitário efetuado anualmente por estes, assim como de outras condições acordadas entre as partes.

Os proveitos relacionados com a cedência de direitos de transmissão do canal generalista e dos canais temáticos, essencialmente, aos operadores de televisão por cabo, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral durante o período da respetiva cedência.

Os proveitos relativos à cedência dos direitos de transmissão de programas ou dos direitos dos respetivos formatos a terceiros, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral quando o controlo é transferido, o respetivo rédito possa ser estimado com fiabilidade e seja provável. O rédito desta transação encontra-se afetado de um conjunto de custos como pertencentes à mesma obrigação de desempenho.

Em resumo:

Origem do rédito	Classificação	Momento do reconhecimento
Venda de publicações	Vendas	No momento em que os jornais são disponibilizados em banca ou em plataforma digital
Venda de livros e outras publicações	Vendas	No momento em que os livros e outras publicações são disponibilizados em banca ou em plataforma digital
Exibição de anúncios	Prestações de serviços	No momento em que a publicidade é exibida
Publicação de anúncios	Prestações de serviços	No momento em que a publicidade é publicada
Serviços de valor acrescentado relativos a concursos e iniciativas com participação telefónica	Prestações de serviços	No momento em que os serviços são prestados
Direitos de exibição dos canais de televisão	Prestações de serviços	No período em que os direitos são cedidos
Direitos de exibição de conteúdos cedidos	Prestações de serviços	No momento em que os direitos são cedidos
Execução de projetos na área de SIG	Prestações de serviços	Durante o período de execução do projeto

## 2.17 Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## 2.18 Imparidade de ativos, excluindo goodwill

O Grupo efetua avaliações de imparidade dos seus ativos sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral.

#### 2.19 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração consolidada da posição financeira, publicadas pelas instituições financeiras. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração consolidada da posição financeira, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período.

#### 2.20 Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração consolidada da posição financeira.

#### 2.21 Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ESTIMATIVAS

Exceto pela adoção do IFRS 9 e IFRS 15, cujo impacto levou à reexpressão das demonstrações financeiras comparativas, as políticas contabilísticas adotadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Impresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e referida no respetivo anexo.

As estimativas contabilísticas mais relevantes refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- Análises de imparidade do *goodwill*;
- Registo de provisões;
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Datas de exibição dos direitos de exibição de programas;
- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Perdas por imparidade de propriedades de investimentos;
- Definição dos pressupostos e bases técnicas atuariais;
- Classificação e mensuração de ativos detidos para venda;
- Descontos comerciais concedidos aos principais clientes.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

**4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Atividade principal	Percentagem efetiva em	
			2018	2017
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (empresa - mãe)	Lisboa	Gestão de participações sociais	Mãe	Mãe
Impresa Publishing, S.A. ("Impresa Publishing")	Paço de Arcos	Edição de publicações	100,00%	100,00%
SIC - Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ("SIC")	Carnaxide	Televisão	100,00%	100,00%
GMTS - Global Media Technology Solutions - Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Sociedade Unipessoal, Lda. ("GMTS")	Carnaxide	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
InfoPortugal - Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A. ("InfoPortugal")	Matosinhos	Produção multimédia	100,00%	100,00%
Impresa Service & Office Share - Gestão de Imóveis e Serviços, S.A. ("IOSS")	Paço de Arcos	Gestão de imóveis e serviços	100,00%	100,00%

**5. EMPRESAS ASSOCIADAS**

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. As suas sedes e a proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pelo Grupo são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva do capital detido em	
		2018	2017
Vasp – Distribuidora de Publicações, S.A. ("Vasp") (a)	Cacém	33,33%	33,33%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa") (a)	Lisboa	22,35%	22,35%
Visapress - Gestão de Conteúdos dos Media, C.R.L. ("Visapress")	Lisboa	7,69%	21,43%

(a) Estas participações são detidas diretamente pela Impresa.

**6. OUTRAS EMPRESAS**

Os investimentos financeiros em empresas participadas, e a proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pelo Grupo, são como segue:

Denominação social	Percentagem efetiva do capital detido em	
	2018	2017
NP - Notícias de Portugal, C.R.L. ("NP") (a)	10,71%	10,71%
Nexponor (b)	0,001%	0,001%

(a) Participação detida pela Impresa Publishing e SIC.

(b) Participação adquirida pela Impresa SGPS, em abril de 2013.

**7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)8. RELATO POR SEGMENTOS

Os segmentos reportáveis pelo Grupo assentam na identificação dos segmentos conforme a informação financeira que é internamente reportada ao Conselho de Administração e que serve de suporte a este na avaliação de desempenho dos negócios e na tomada de decisões quanto à afetação dos recursos a utilizar. Os segmentos identificados, pelo Grupo, para o relato por segmentos, são assim consistentes com a forma como o Conselho de Administração analisa o seu negócio.

O Grupo identificou assim os seguintes segmentos reportáveis:

**Televisão** – O Grupo detém uma participação de 100% na SIC, que transmite em sinal aberto e por cabo, ao abrigo de licenças de transmissão, os canais de televisão “SIC”, “SIC Notícias”, “SIC Radical”, “SIC Internacional”, “SIC Mulher”, “SIC K” e “SIC Caras”. O Grupo inclui também neste segmento a GMTS.

**Publishing** – O Grupo publica jornais, livros e outras publicações, incluindo o jornal semanário “Expresso”.

**Outros** – Inclui a “holding” do Grupo, a IOSS e a InfoPortugal, que atua na área de sistemas de informação geográfica (SIG).

No segmento Publishing, as vendas efetuadas ao Grupo Vasp contribuíram com 4,7% e 8,9% das receitas do Grupo apresentadas nas demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, correspondente a 8.056.062 Euros e 17.659.015 Euros, respetivamente (Nota 34). A Vasp é um intermediário entre os editores de publicações e a rede de distribuição ao consumidor final, sendo participada pela Impresa em 33,33% (Nota 5). Adicionalmente, as receitas de publicidade resultam essencialmente de compras efetuadas às empresas do Grupo por cinco centrais de meios que atuam como intermediários entre o anunciante e os meios de comunicação social.

As transações entre segmentos são registadas segundo os mesmos princípios das transações com terceiros. As políticas contabilísticas de cada segmento são as mesmas do Grupo.

a) Relato por segmento principal – Segmento de negócio:Em 31 de dezembro de 2018:

	Televisão	Publishing	Outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
<b>Proveitos operacionais:</b>						
Prestações de serviços - clientes externos	143.902.299	14.082.328	2.320.138	160.304.765	-	160.304.765
Prestações de serviços - inter-segmentos	33.276	41.322	5.912.395	5.986.993	(5.986.993)	-
Vendas - clientes externos	-	9.841.484	-	9.841.484	-	9.841.484
Outros proveitos operacionais - clientes externos	1.284.392	308.024	424.092	2.016.508	-	2.016.508
Outros proveitos operacionais - inter-segmentos	89.975	-	-	89.975	(89.975)	-
Total de proveitos operacionais	145.309.942	24.273.158	8.656.625	178.239.725	(6.076.968)	172.162.757
<b>Custos operacionais:</b>						
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(71.434.308)	(2.321.805)	-	(73.756.113)	-	(73.756.113)
Fornecimentos e serviços externos	(26.270.817)	(11.132.235)	(4.512.872)	(41.915.924)	6.076.968	(35.838.956)
Custos com o pessoal	(26.875.147)	(9.503.500)	(6.678.899)	(43.057.546)	-	(43.057.546)
Amortizações e depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	(2.760.878)	(108.805)	(651.649)	(3.521.332)	-	(3.521.332)
Provisões e perdas por imparidade (Nota 29)	(95.883)	(2.610.000)	(72.349)	(2.778.232)	-	(2.778.232)
Outros custos operacionais	(728.138)	(127.248)	(544.738)	(1.400.124)	-	(1.400.124)
Total de custos operacionais	(128.165.171)	(25.803.593)	(12.460.507)	(166.429.271)	6.076.968	(160.352.303)
Resultados operacionais	17.144.771	(1.530.435)	(3.803.882)	11.810.454	-	11.810.454
<b>Resultados financeiros:</b>						
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	-	-	430.544	430.544	-	430.544
Outros resultados financeiros	(1.113.496)	(387.623)	(4.420.934)	(5.922.053)	-	(5.922.053)
	(1.113.496)	(387.623)	(3.990.390)	(5.491.509)	-	(5.491.509)
<b>Resultados antes de impostos</b>	16.031.275	(1.918.058)	(7.794.272)	6.318.945	-	6.318.945

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)Em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso):

	Televisão	Publishing	Outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
<b>Proveitos operacionais:</b>						
Prestações de serviços - clientes externos	148.938.659	21.915.128	2.308.532	173.162.319	-	173.162.319
Prestações de serviços - inter-segmentos	304.281	53.149	6.400.400	6.757.830	(6.757.830)	-
Vendas - clientes externos	-	24.012.138	-	24.012.138	-	24.012.138
Outros proveitos operacionais - clientes externos	864.407	190.227	87.662	1.142.296	-	1.142.296
Outros proveitos operacionais - inter-segmentos	92.861	-	-	92.861	(92.861)	-
Total de proveitos operacionais	150.200.208	46.170.642	8.796.594	205.167.444	(6.850.691)	198.316.753
<b>Custos operacionais:</b>						
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas	(75.484.492)	(5.207.021)	-	(80.691.513)	-	(80.691.513)
Fornecimentos e serviços externos	(28.119.509)	(21.277.785)	(4.419.031)	(53.816.325)	6.850.691	(46.965.634)
Custos com o pessoal	(26.154.439)	(20.306.153)	(6.613.380)	(53.073.972)	-	(53.073.972)
Amortizações e depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	(2.863.627)	(122.588)	(665.330)	(3.651.545)	-	(3.651.545)
Provisões e perdas por imparidade (Nota 29)	(1.718.967)	(22.115.143)	(52.556)	(23.886.666)	-	(23.886.666)
Outros custos operacionais	(2.242.277)	(187.397)	(590.441)	(3.020.115)	-	(3.020.115)
Total de custos operacionais	(136.583.311)	(69.216.087)	(12.340.738)	(218.140.136)	6.850.691	(211.289.445)
Resultados operacionais	13.616.897	(23.045.445)	(3.544.144)	(12.972.692)	-	(12.972.692)
<b>Resultados financeiros:</b>						
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	-	-	126.627	126.627	-	126.627
Outros resultados financeiros	(1.598.527)	(424.907)	(4.832.693)	(6.856.127)	-	(6.856.127)
	(1.598.527)	(424.907)	(4.706.066)	(6.729.500)	-	(6.729.500)
<b>Resultados antes de impostos</b>	12.018.370	(23.470.352)	(8.250.210)	(19.702.192)	-	(19.702.192)

Os ativos, passivos e outra informação adicional relevante por segmentos e a respetiva reconciliação para o total consolidado foram como segue:

Em 31 de dezembro de 2018:

	Televisão	Publishing	Outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
<b>Goodwill</b>	17.499.139	-	251.123.682	268.622.821	-	268.622.821
Investimentos financeiros	6.235	7.470	4.026.361	4.040.066	-	4.040.066
Ativos classificados como detidos para venda	3.200.000	-	-	3.200.000	-	3.200.000
Outros ativos	126.942.707	31.083.907	32.857.333	190.883.947	(70.032.614)	120.851.333
Total do ativo	147.648.081	31.091.377	288.007.376	466.746.834	(70.032.614)	396.714.220
<b>Dívidas a instituições de crédito</b>	56.176.720	11.856.658	120.777.554	188.810.932	-	188.810.932
Outros passivos	67.320.508	16.081.782	69.152.881	152.555.171	(70.032.614)	82.522.557
Total do passivo	123.497.228	27.938.440	189.930.435	341.366.103	(70.032.614)	271.333.489
<b>Outras informações:</b>						
Adições aos ativos fixos tangíveis (Nota 19)	8.995.033	374.632	6.752.835	16.122.500	-	16.122.500
Depreciações e amortizações do exercício	2.760.879	108.804	651.649	3.521.332	-	3.521.332
Perdas por imparidade, exceto goodwill (Nota 29)	268.050	28.920	-	296.970	-	296.970
Reversões de perdas por imparidade (Nota 29)	791.333	-	55.834	847.167	-	847.167
Utilizações de perdas por imparidade, exceto goodwill (Nota 29)	-	13.805	-	13.805	-	13.805
Número médio de pessoal	565	203	127	895	-	895

Em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso):

	Televisão	Publishing	Outros	Total dos segmentos	Eliminações	Total consolidado
<b>Goodwill</b>	17.499.139	-	251.123.682	268.622.821	-	268.622.821
Investimentos financeiros	6.235	12.470	3.595.816	3.614.521	-	3.614.521
Ativos classificados como detidos para venda	3.200.000	10.645.466	-	13.845.466	-	13.845.466
Outros ativos	90.115.086	14.776.280	25.059.466	129.950.832	(27.731.490)	102.219.343
Total do ativo	110.820.460	25.434.216	279.778.964	416.033.640	(27.731.490)	388.302.151
<b>Dívidas a instituições de crédito</b>	26.841.784	14.234.792	141.172.455	182.249.031	-	182.249.031
Passivos relativos a ativos classificados como detidos para venda	-	1.930.741	-	1.930.741	-	1.930.741
Outros passivos	62.790.739	15.786.787	30.911.604	109.489.130	(27.731.490)	81.757.640
Total do passivo	89.632.522	31.952.320	172.084.060	293.668.902	(27.731.490)	265.937.412
<b>Outras informações:</b>						
Adições aos ativos fixos tangíveis (Nota 19)	980.051	175.649	3.897.544	5.053.244	-	5.053.244
Depreciações e amortizações do exercício	2.735.503	91.742	824.300	3.651.545	-	3.651.545
Perdas por imparidade, exceto goodwill (Nota 29)	2.993.852	-	31.676	3.025.528	-	3.025.528
Perdas por imparidade de goodwill (Nota 17)	-	21.965.668	-	21.965.668	-	21.965.668
Reversões de perdas por imparidade (Nota 29)	261.376	28.157	-	289.533	-	289.533
Utilizações de perdas por imparidade (Nota 29)	724.556	79.966	4.300	808.822	-	808.822
Número médio de pessoal	563	374	132	1.069	-	1.069



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

A coluna “Outros” corresponde essencialmente aos ativos e passivos conforme registados na Impresa, cuja atividade consiste na gestão de participações financeiras, pelo que os correspondentes ativos incluem *goodwill* relativo aos segmentos de televisão, publishing e outros, nos montantes de 228.524.334 Euros, 20.130.334 Euros e 2.469.014 Euros, respetivamente, bem como os correspondentes passivos, nomeadamente dívidas a instituições de crédito, utilizadas na aquisição daquelas participações.

b) Relato por segmento secundário – Mercados geográficos:

Os proveitos operacionais por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Portugal		Outros mercados		Total consolidado	
	2018	2017 (reexpresso)	2018	2017 (reexpresso)	2018	2017 (reexpresso)
Prestações de serviços	154.317.772	166.446.472	5.986.993	6.715.847	160.304.765	173.162.319
Vendas	9.841.484	24.012.138	-	-	9.841.484	24.012.138
Outros proveitos operacionais	2.016.508	1.142.296	-	-	2.016.508	1.142.296
Total de proveitos operacionais	<u>166.175.764</u>	<u>191.600.906</u>	<u>5.986.993</u>	<u>6.715.847</u>	<u>172.162.757</u>	<u>198.316.753</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiram aquisições de ativos de longa duração afetos ao segmento “Outros mercados”. Adicionalmente, é de referir que os ativos e passivos afetos ao mercado geográfico Portugal são superiores a 99% do total dos ativos do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

9. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E VENDAS POR ATIVIDADE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as prestações de serviços e as vendas foram como segue:

	2018	2017 (reexpresso)
<u>Prestações de serviços:</u>		
Televisão:		
Publicidade	97.448.776	98.167.745
Assinaturas de canais	36.857.597	39.625.035
Multimédia	6.474.786	8.412.580
Outras	3.121.140	2.733.299
	<u>143.902.299</u>	<u>148.938.659</u>
Publishing:		
Publicidade	12.616.068	20.821.692
Outras	1.466.260	1.093.436
	<u>14.082.328</u>	<u>21.915.128</u>
Outros:		
Cartografia digital	1.676.256	2.253.770
Outras	643.882	54.762
	<u>2.320.138</u>	<u>2.308.532</u>
Total das prestações de serviços	<u>160.304.765</u>	<u>173.162.319</u>
<u>Vendas:</u>		
Publicações	9.326.920	22.910.919
Outras - publishing	514.564	1.101.219
Total das vendas	<u>9.841.484</u>	<u>24.012.138</u>
Total das prestações de serviços e das vendas	<u>170.146.249</u>	<u>197.174.457</u>

10. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros proveitos operacionais foram como segue:

	2018	2017
Proveitos suplementares e outros		
proveitos e ganhos operacionais (a)	516.040	596.478
Subsídios	653.301	256.285
Reversões de perdas de imparidade (Nota 29.1)	847.167	289.533
	<u>2.016.508</u>	<u>1.142.296</u>

(a) Em 2018 e 2017 esta rubrica corresponde, essencialmente, a proveitos obtidos com patrocínios recebidos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros custos operacionais foram como segue:

	2018	2017
Perdas de imparidade em contas a receber (Nota 29.1)	296.970	1.791.577
Impostos	921.902	909.351
Quotizações	132.218	183.730
Outros custos e perdas operacionais	49.034	135.457
	<u>1.400.124</u>	<u>3.020.115</u>

11. CUSTOS DOS PROGRAMAS EMITIDOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos dos programas emitidos e das mercadorias vendidas foram como segue:

	2018	2017
Programas exibidos	71.434.308	75.484.492
Matérias-primas consumidas	2.043.808	4.746.553
Mercadorias vendidas	277.997	460.468
	<u>73.756.113</u>	<u>80.691.513</u>

**12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica teve a seguinte composição:

	2018	2017 (reexpresso)
Trabalhos especializados	8.105.264	9.527.499
Subcontratos	5.514.705	9.081.547
Conservação e reparação	4.508.635	4.113.046
Artigos para oferta (prémios)	3.432.088	4.253.680
Comunicação	2.983.597	5.696.483
Rendas e alugueres	2.742.662	3.006.896
Honorários	2.612.060	3.551.585
Publicidade e propaganda	1.747.921	2.721.312
Outros	4.192.023	5.013.586
	<u>35.838.956</u>	<u>46.965.634</u>

A variação nas rubricas de “Subcontratos”, “Trabalhos especializados” e “Comunicação”, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, face a 2017, está relacionada, essencialmente, com a alienação do portfólio de revistas.

A variação nas rubricas de “Artigos para oferta (Prémios)” e “Comunicação”, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, face a 2017, deve-se essencialmente, à diminuição das chamadas efetuadas pelos telespectadores para os números de serviço telefónico de valor acrescentado e respetivos prémios atribuídos.

**13. CUSTOS COM O PESSOAL**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com o pessoal foram como segue:

	2018	2017
Salários do pessoal e do Conselho de Administração	32.470.326	38.235.287
Encargos sobre remunerações e outros custos com o pessoal	9.103.238	9.879.629
Indemnizações	1.483.982	4.959.056
	<u>43.057.546</u>	<u>53.073.972</u>

A variação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 face ao período homólogo está relacionada, essencialmente, com a reestruturação do Grupo em 2017 e com a alienação do portfólio de revistas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 895 e 1.069 empregados, respetivamente.

14. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Ganhos e perdas em empresas associadas (a):		
Perdas em empresas associadas	-	(51.571)
Ganhos em empresas associadas	430.544	178.198
	<u>430.544</u>	<u>126.627</u>
Juros e outros custos financeiros:		
Juros suportados	(5.206.394)	(5.649.309)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(593.250)
Outros custos financeiros (b)	(1.180.892)	(929.060)
	<u>(6.387.286)</u>	<u>(7.171.619)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	329.175	118.423
Diferenças de câmbio favoráveis	135.418	189.934
Descontos de pronto pagamento obtidos	640	5.059
Outros proveitos financeiros	-	2.076
	<u>465.233</u>	<u>315.492</u>
Resultados financeiros	<u>(5.491.509)</u>	<u>(6.729.500)</u>

(a) Esta rubrica detalha-se conforme segue:

	2018	2017
Vasp (Nota 20)	181.514	(51.571)
Lusa (Nota 20)	249.030	178.198
	<u>430.544</u>	<u>126.627</u>

(b) Esta rubrica corresponde, essencialmente, a comissões e despesas bancárias.

15. DIFERENÇAS ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

A Impresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") conjuntamente, com as suas subsidiárias: Impresa Publishing, SIC, GMTS, IOSS e Infoportugal.

A Impresa e as suas empresas participadas encontram-se sujeitas a tributação em sede de IRC, à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável, determinado pelo Grupo, é condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa e as suas subsidiárias encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

A Administração do Grupo Impresa entende que não é provável que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da Administração Fiscal às suas declarações de impostos, tenham efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos para imposto corrente detalham-se conforme segue:

	2018	2017
<u>Passivos para imposto corrente</u>		
Estimativa de imposto	3.301.094	2.740.282
Pagamentos adicionais por conta	(441.738)	(419.252)
Pagamentos por conta	(1.477.323)	(641.268)
Pagamentos especiais por conta	(89.656)	(18.397)
Retenções na fonte	(288.106)	(336.524)
	<u>1.004.271</u>	<u>1.324.841</u>

O Grupo contabiliza os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos seus ativos e passivos. Neste sentido, foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ativos por impostos diferidos como segue:

(a) Diferenças temporárias – Movimentos nos ativos por impostos diferidos31 de dezembro de 2018:

	<u>Ativos por impostos diferidos</u>			<u>Total</u>
	<u>Perdas por imparidade de contas a receber</u>	<u>Provisões para outros riscos e encargos</u>	<u>Perdas por imparidade em propriedades de investimento</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	530.894	669.784	405.206	1.605.884
Constituição/(reversão)	265.951	(81.099)	-	184.851
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>796.845</u>	<u>588.685</u>	<u>405.206</u>	<u>1.790.735</u>

31 de dezembro de 2017:

	<u>Ativos por impostos diferidos</u>			<u>Total</u>
	<u>Perdas de imparidade de contas a receber</u>	<u>Provisões para outros riscos e encargos</u>	<u>Perdas de imparidade em propriedades de investimento</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	380.406	372.152	65.869	818.427
Constituição/(reversão)	150.488	297.632	339.337	787.457
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>530.894</u>	<u>669.784</u>	<u>405.206</u>	<u>1.605.884</u>

(b) Diferenças temporárias – Movimentos nos passivos por impostos diferidos31 de dezembro de 2018:

	<u>Plano de pensões</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	339.650
Constituição/(reversão) com efeito no outro rendimento integral	(37.424)
Constituição/(reversão) com efeito em resultados	(47.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>255.082</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)31 de dezembro de 2017:

	Plano de pensões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	315.456
Constituição/(reversão) com efeito no outro rendimento integral	26.648
Constituição/(reversão) com efeito em resultados	(2.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>339.650</u>

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não tinha prejuízos fiscais a reportar.

c) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os impostos sobre o rendimento foram como segue:

	2018	2017 (reexpresso)
Resultado antes de impostos	6.318.945	(19.702.192)
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	<u>1.326.978</u>	<u>(4.137.460)</u>
Diferenças permanentes (i)	614.740	5.089.322
Ajustamentos à coleta	252.641	289.267
Derrama Municipal e Estadual	874.740	709.242
Insuficiência/(excesso) de estimativa para imposto do período anterior	110.562	(61.567)
Imposto sobre o rendimento	<u>3.179.661</u>	<u>1.888.804</u>
Imposto corrente	3.301.094	2.740.282
Imposto diferido do exercício	(231.995)	(789.911)
Insuficiência/(excesso) de estimativa para imposto do período anterior	110.562	(61.567)
	<u>3.179.661</u>	<u>1.888.804</u>

(i) Este montante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

	2018	2017 (reexpresso)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 20)	(430.544)	(126.627)
Perda por imparidade do <i>goodwill</i> (Nota 17)	-	21.965.668
Encargos financeiros não dedutíveis ou para além dos limites legais	2.229.754	2.514.107
Outras rubricas, líquidas	1.128.124	(118.280)
	<u>2.927.335</u>	<u>24.234.868</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	<u>614.740</u>	<u>5.089.322</u>

16. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo efetuado no apuramento do resultado por ação básico e diluído, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi baseado na seguinte informação:

	2018	2017 (reexpresso)
<u>Número de ações:</u>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (Nota 27)	168.000.000	168.000.000
<u>Resultados:</u>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	3.139.284	(21.590.996)
Resultados para efeito de cálculo do rendimento integral por ação básico (rendimento integral do exercício)	3.010.381	(21.499.215)
<u>Resultado do exercício por ação:</u>		
Básico	0,0187	(0,1285)
Diluído	0,0187	(0,1285)
<u>Rendimento integral do exercício por ação:</u>		
Básico	0,0179	(0,1280)
Diluído	0,0179	(0,1280)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiram efeitos diluidores, pelo que os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

17. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2018 não ocorreu qualquer movimento na rubrica de *goodwill*, exceto a utilização da perda por imparidade registada em 2017, decorrente da alienação do portfólio das revistas (Nota 29).

No último trimestre de 2017, o Grupo tomou a decisão de alienar um conjunto de títulos consubstanciado no *portfólio* de revistas, o qual se encontrava incluído na unidade geradora de caixa *Publishing*, tendo encetado um plano para a concretização desta operação, pelo que os ativos e passivos a incluir na transação, em 31 de dezembro de 2017, foram classificados como ativos e passivos detidos para venda (Nota 26). No seguimento da implementação deste plano, em função das negociações em curso, foi determinado que o valor estimado de venda daquele *portfólio* ascenderia a, aproximadamente, 10.200.000 Euros. Para efeitos de imputação do *goodwill* a afetar ao *portfólio* das revistas, o qual encontrava-se incluído na unidade geradora de caixa do segmento *Publishing*, foi tido em consideração o valor do *goodwill* apurado em exercícios anteriores na aquisição das entidades detentoras das referidas revistas e registado na Medipress, antes da sua incorporação na Impresa Publishing pela fusão por incorporação da primeira na segunda. Em consequência do supra referido, o Grupo reconheceu em 2017 uma perda por imparidade de, aproximadamente, 22.000.000 Euros (Nota 29), correspondente à diferença entre o valor acordado para a transação e a parcela de *goodwill* originado na aquisição da referida entidade. Com a concretização desta transação em 2018, o Grupo utilizou a referida perda por imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

O detalhe do *goodwill* em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

Empresa	2018	2017
Televisão:		
Registado pelas holdings	228.524.334	228.524.334
Registado na SIC	17.499.139	17.499.139
	<u>246.023.473</u>	<u>246.023.473</u>
Publishing:		
Registado pelas holdings	<u>20.130.334</u>	<u>20.130.334</u>
Infoportugal:		
Registado pela Impresa	2.065.500	2.065.500
Registado pela InfoPortugal	403.514	403.514
	<u>2.469.014</u>	<u>2.469.014</u>
	<u>268.622.821</u>	<u>268.622.821</u>

No cumprimento das disposições da IAS 36, o Grupo procede anualmente a análises de imparidade do *goodwill*, reportadas a 31 de dezembro de cada ano, ou sempre que existam indícios de imparidade. Para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* foi atribuído às diversas unidades geradoras de caixa identificadas, considerando-se como unidade geradora de caixa o mais pequeno grupo identificável de ativos que seja gerador de fluxos de caixa e que seja em larga medida independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Assim, para estes efeitos, as unidades geradoras identificadas às quais foi imputado *goodwill* são as seguintes:

- Televisão: correspondendo ao canal generalista SIC, aos canais temáticos SIC Notícias, SIC Mulher, SIC Radical, SIC K, SIC Internacional e SIC Caras, detidos pela entidade jurídica SIC, e à GMTS;
- Publishing: a partir de 31 de dezembro de 2017, em virtude do plano de venda do portfólio das revistas, corresponde, essencialmente, aos títulos Expresso e Blitz, sob o formato papel e digital, os quais são detidos pela entidade jurídica Impresa Publishing;
- InfoPortugal: correspondendo, essencialmente, ao negócio de cartografia digital, incluindo também o *goodwill* registado em exercícios anteriores da Olhares.com pela InfoPortugal, uma vez que, em resultado da fusão entre estas duas sociedades passaram a estar incluídas numa única unidade geradora de caixa.

Abordagem seguida para determinar os valores atribuídos a pressupostos-chave

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo recorreu a uma entidade externa especializada para efetuar a análise de imparidade do *goodwill* relativo à Televisão e ao Publishing, por serem os valores mais significativos e por considerar tratar-se das unidades geradoras de caixa com maior complexidade na análise do seu valor recuperável. Para o *goodwill* afeto às restantes unidades geradoras de caixa, o Grupo analisou internamente a respetiva imparidade.

As análises de imparidade do *goodwill* são efetuadas utilizando o método *discounted cash-flow*, tendo como base as projeções financeiras de *cash-flow* a cinco anos de cada unidade geradora de caixa e considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano.

As projeções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da atividade das unidades geradoras de caixa, que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com a tendência dos mercados, serem razoáveis e prudentes e que refletem a sua visão e a dos consultores envolvidos na sua preparação. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos, e a experiência do Grupo.

As taxas de desconto utilizadas pela entidade externa e independente, refletem o nível de endividamento e o custo de capital alheio de cada unidade geradora de caixa, bem como o nível de risco e rentabilidade esperados pelo mercado. Acresce referir que, na determinação das taxas de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um ativo sem risco, tem por referência a taxa de juro das obrigações alemãs a dez anos, à qual foi adicionada um prémio de risco país, correspondente a uma média do *spread* entre as obrigações portuguesas e alemãs a dez anos. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado, estimado pelos consultores externos que elaboraram os estudos de imparidade.



A taxa de crescimento da perpetuidade é estimada com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, com base nas expectativas do Conselho de Administração e dos consultores externos envolvidos nas avaliações. Para o efeito, os consultores externos consideraram uma amostra de empresas no mercado.

Nas análises de imparidade efetuadas em 31 de dezembro de 2018, as principais alterações face à experiência passada são como segue:

- Diminuição do mercado publicitário, com exceção no segmento digital, com consequente impacto na diminuição do crescimento da publicidade na televisão e aumento do decrescimento na imprensa;
- Aumento das receitas com as chamadas de valor acrescentado e aumento da receita com a produção de conteúdos (canais temáticos e venda de conteúdos);
- Ganhos de quota de mercado do Expresso;
- Diminuição das receitas com Pay-TV associado à renegociação dos contratos com as operadoras (nacionais e internacionais);
- Aumento do preço do jornal Expresso, considerando uma diminuição na circulação em papel e aumento das receitas na versão digital;
- Diminuição do efeito das sinergias estimadas na estrutura de custos do Publishing, decorrente da alienação do portfólio das revistas.

Testes de imparidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente dos testes de imparidade efetuados, o Grupo não identificou imparidade no *goodwill*.

Televisão:

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado considerando as projeções financeiras da unidade geradora de caixa Televisão para um período de cinco anos, uma taxa de desconto de 7,6% (7,7% em 31 de dezembro de 2017) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2% (2% em 2017).

Os principais pressupostos de atividade considerados foram os seguintes:

- Mercado publicitário: foi considerada uma taxa composta de crescimento anual ao longo do período de projeção de 2% para o mercado afeto aos canais generalistas e nos canais pagos;
- Quota de mercado de publicidade e de audiências: estas variáveis foram consideradas constantes e similares às verificadas em 2018, para o período de cinco anos das projeções;
- Custos de grelha: foi estimado uma manutenção para 2019 dos custos verificados em 2018, aumentando marginalmente até 2023.
- Renovação automática no final do respetivo prazo das licenças de exploração da atividade televisiva, sem custos adicionais;
- Manutenção dos atuais gastos associados à transmissão, em sinal aberto, do canal SIC generalista, assim como a continuidade operativa dos atuais canais temáticos.

A análise de imparidade efetuada pressupõe a manutenção do atual número de canais televisivos emitidos em sinal aberto, assim como do atual limite de espaço publicitário em cada um desses canais e demais regulação do sector.

O Grupo fez análises de sensibilidade, como segue:

- uma redução de 1% nas receitas publicitárias da unidade geradora de caixa ao longo do período da projeção não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;
- um aumento de 0,5% no pressuposto da taxa de desconto ao longo dos anos das projeções não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;
- um aumento de 1% nos custos dos programas emitidos ao longo do período da projeção não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;
- uma diminuição do pressuposto da taxa de crescimento da perpetuidade para 1,50% não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018.

O Grupo entende que as variações consideradas nas análises de sensibilidade são razoáveis, considerando a evolução atual e perspectiva do mercado, o desempenho da SIC, a evolução dos diversos parâmetros considerados nas projeções e a atual conjuntura económica portuguesa.

Publishing:

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado considerando as projeções financeiras do segmento Publishing para um período de cinco anos, uma taxa de desconto de 6,7% (7,1% em 31 de dezembro de 2017) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 0,5% (0,5% em 2017).

Os principais pressupostos de atividade considerados foram os seguintes:

- Mercado publicitário: foi considerada uma taxa composta de crescimento anual negativa ao longo do período de projeção de 3% considerando um crescimento similar ao mercado para as publicações em formato papel e um crescimento acima do mercado para as publicações em formato digital;
- Circulação digital: foi estimado um crescimento significativo no volume de subscrições de publicações digitais, assim como um ligeiro aumento do preço das mesmas;
- Circulação em papel: foi estimado um aumento nos preços, compensado por uma diminuição da circulação ao longo dos anos da projeção;

O Grupo fez análises de sensibilidade, como segue:

- uma redução de 1% nas receitas publicitárias da unidade geradora de caixa ao longo do período da projeção, o qual já inclui um crescimento médio anual negativo de 3,3% no mercado publicitário, não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;
- uma redução de 1% nas receitas de circulação ao longo do período de projeção não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;
- um aumento de 0,5% no pressuposto da taxa de desconto ao longo dos anos das projeções não implicaria a necessidade de registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018;

O Grupo não considera razoável assumir uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior a 0,5%.

O Grupo entende que as variações consideradas nas análises de sensibilidade são razoáveis, não considerando que seja provável a ocorrência de desvios superiores, considerando a evolução recente e perspectivado do mercado, o desempenho histórico do jornal Expresso, a variação dos diversos parâmetros considerados na avaliação e a atual conjuntura económica portuguesa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)InfoPortugal:

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado considerando as projeções financeiras da atividade da cartografia digital para um período de cinco anos, uma taxa de desconto de 8,02% (8,02% em 31 de dezembro de 2017) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2% (2% em 2017).

Os principais pressupostos considerados nas projeções pressupõem para 2018 a manutenção da recuperação da atividade operacional iniciada em 2017, considerando uma taxa composta de manutenção anual das receitas de conteúdos digitais ao longo do período de projeção, e um aumento anual das receitas nos negócios da cartografia e no desenho de aplicações, na ordem dos 11,3% e 4,9%, respetivamente.

Adicionalmente, não foram identificadas alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos-chave das avaliações em que a Empresa se baseou para a determinação do valor recuperável, que implicasse a necessidade de se registar uma perda por imparidade em 31 de dezembro de 2018.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2018:

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Total
<u>Ativo bruto:</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.757.054	950.187	3.707.241
Aquisições	-	45.147	45.147
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.757.054</u>	<u>995.334</u>	<u>3.752.388</u>
<u>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.743.837)	(649.541)	(3.393.378)
Reforços	(1.911)	(197.576)	(199.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(2.745.748)</u>	<u>(847.117)</u>	<u>(3.592.865)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>11.306</u>	<u>148.217</u>	<u>159.523</u>

31 de dezembro de 2017:

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Total
<u>Ativo bruto:</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.757.054	813.183	3.570.237
Aquisições	-	137.004	137.004
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.757.054</u>	<u>950.187</u>	<u>3.707.241</u>
<u>Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.730.624)	(403.792)	(3.134.416)
Reforços	(13.213)	(245.749)	(258.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.743.837)</u>	<u>(649.541)</u>	<u>(3.393.378)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	<u>13.217</u>	<u>300.646</u>	<u>313.863</u>

As aquisições de ativos intangíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se, essencialmente, a atualizações e licenças de *software* do programa Oracle.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)19. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram como segue:

31 de dezembro de 2018:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Ativo bruto:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.245.593	23.477.475	107.515.474	158.639	26.183.588	333.341	4.416.983	164.331.092
Aquisições	-	-	538.486	-	84.695	-	15.499.319	16.122.500
Alienações e abates	-	-	(66.904)	-	(8.495)	-	(482.905)	(558.304)
Transferências	-	-	2.266	-	2.618	-	(4.884)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.245.593</u>	<u>23.477.475</u>	<u>107.989.322</u>	<u>158.639</u>	<u>26.262.406</u>	<u>333.341</u>	<u>19.428.513</u>	<u>179.895.288</u>
<u>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(9.118.481)	(99.447.044)	(155.103)	(25.604.388)	(123.834)	-	(134.448.850)
Reforços	-	(464.832)	(2.478.403)	(3.536)	(311.742)	(63.332)	-	(3.321.845)
Reduções por alienações e abates	-	-	28.556	-	4.593	-	-	33.149
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>(9.583.313)</u>	<u>(101.896.891)</u>	<u>(158.639)</u>	<u>(25.911.537)</u>	<u>(187.166)</u>	<u>-</u>	<u>(137.737.546)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>2.245.593</u>	<u>13.894.162</u>	<u>6.092.431</u>	<u>-</u>	<u>350.869</u>	<u>146.175</u>	<u>19.428.513</u>	<u>42.157.742</u>

31 de dezembro de 2017:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Ativo bruto:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.245.593	23.368.173	106.018.081	158.639	25.895.775	333.341	1.282.212	159.301.814
Aquisições	-	109.302	960.871	-	291.446	-	3.691.624	5.053.244
Alienações e abates	-	-	(20.332)	-	(3.633)	-	-	(23.965)
Transferências	-	-	556.854	-	-	-	(556.854)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.245.593</u>	<u>23.477.475</u>	<u>107.515.474</u>	<u>158.639</u>	<u>26.183.588</u>	<u>333.341</u>	<u>4.416.983</u>	<u>164.331.092</u>
<u>Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(8.655.068)	(96.943.357)	(148.032)	(25.259.939)	(60.502)	-	(131.066.898)
Reforços	-	(463.413)	(2.513.043)	(7.071)	(345.724)	(63.332)	-	(3.392.583)
Reduções por alienações e abates	-	-	9.356	-	1.275	-	-	10.631
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>(9.118.481)</u>	<u>(99.447.044)</u>	<u>(155.103)</u>	<u>(25.604.388)</u>	<u>(123.834)</u>	<u>-</u>	<u>(134.448.850)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	<u>2.245.593</u>	<u>14.358.994</u>	<u>8.068.430</u>	<u>3.536</u>	<u>579.200</u>	<u>209.507</u>	<u>4.416.983</u>	<u>29.882.242</u>

A aquisição de diverso equipamento técnico de transmissão e gravação televisiva, bem como ao projeto de ampliação do edifício de Paço de Arcos, correspondem às adições mais significativas no exercício, os quais em 31 de dezembro de 2018 se encontravam em curso.

O aumento da rubrica “Equipamento básico” deve-se, essencialmente, à aquisição de equipamento técnico de transmissão e gravação televisiva.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo mantinha os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2018			2017		
	Valor bruto	Depreciação e perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação e perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido
Edifícios e outras construções	104.348	(16.304)	88.044	104.348	(3.261)	101.088
Equipamento básico	592.789	(201.646)	391.143	592.789	(99.930)	492.859
Equipamento administrativo	121.960	(60.974)	60.986	121.960	(20.325)	101.636
Ativos fixos tangíveis em curso	8.719.128	-	8.719.128	-	-	-
	<u>9.538.225</u>	<u>(278.924)</u>	<u>9.259.301</u>	<u>819.097</u>	<u>(123.516)</u>	<u>695.583</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)20. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros foi como segue:

31 de dezembro de 2018:

	Investimentos em associadas	Investimentos em outras empresas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.595.158	19.363	3.614.521
Aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 14)	430.544	-	430.544
Alienações	-	(10.000)	(10.000)
Outros movimentos	-	5.000	5.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.025.702</u>	<u>14.363</u>	<u>4.040.065</u>

31 de dezembro de 2017:

	Investimentos em associadas	Investimentos em outras empresas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.648.531	19.363	3.667.894
Aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 14)	126.627	-	126.627
Distribuição de dividendos da VASP	(180.000)	-	(180.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.595.158</u>	<u>19.363</u>	<u>3.614.521</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas é como segue:

31 de dezembro de 2018:

Denominação	Sede	2018				Percentagem efetiva do Grupo	Valor de participação	Perdas por imparidade (Nota 29.1)	Valor líquido do ativo
		Ativo total	Proveitos totais	Capital próprio	Resultado líquido				
Vasp	Cacém	40.218.110	222.475.796	9.071.219	409.870	33,33	3.023.438	-	3.023.438
Lusa	Lisboa	13.099.971	15.927.572	4.484.400	1.141.508	22,35	1.002.263	-	1.002.263
Visapress	Lisboa	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	7,69	5.000	(5.000)	-
							<u>4.030.701</u>	<u>(5.000)</u>	<u>4.025.701</u>

31 de dezembro de 2017:

Denominação	Sede	2017				Percentagem efetiva do Grupo	Valor de participação	Perdas por imparidade (Nota 29.1)	Valor líquido do ativo
		Ativo total	Proveitos totais	Capital próprio	Resultado líquido				
Vasp	Cacém	42.763.551	217.445.446	8.526.627	(118.718)	33,33	2.841.926	-	2.841.926
Lusa	Lisboa	12.061.072	15.324.419	3.370.163	720.693	22,35	753.232	-	753.232
Visapress	Lisboa	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	21,43	15.000	(15.000)	-
							<u>3.610.158</u>	<u>(15.000)</u>	<u>3.595.158</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram registados os seguintes movimentos nas rubricas “Investimentos em associadas”:

Denominação	2018			2017		
	Ganhos em empresas associadas (Nota 14)	Perdas em empresas associadas (Nota 14)	Total	Ganhos em empresas associadas (Nota 14)	Perdas em empresas associadas (Nota 14)	Total
Vasp	181.514	-	181.514	-	(51.571)	(51.571)
Lusa	249.030	-	249.030	178.198	-	178.198
	<u>430.544</u>	<u>-</u>	<u>430.544</u>	<u>178.198</u>	<u>(51.571)</u>	<u>126.627</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos investimentos financeiros em outras empresas é como segue:

Denominação	2018				2017	
	Percentagem efetiva do Grupo	Valor da participação	Perdas por imparidade (Nota 29.1)	Valor líquido de perdas por imparidade	Percentagem efetiva do Grupo	Valor líquido de perdas por imparidade
NP	10,71%	18.703	(5.000)	13.703	10,71%	18.703
Nexponor	0,001%	660	-	660	0,001%	660
Outros	n.d.	30.000	(30.000)	-	n.d.	-
		<u>49.364</u>	<u>(40.000)</u>	<u>14.363</u>		<u>19.363</u>

## 21. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe das propriedades de investimento detidas pelo Grupo é como segue:

Propriedade de investimento	2018	2017
Terreno "FNAC" (a)	<u>1.478.489</u>	<u>1.478.489</u>

(a) Este montante encontra-se líquido de perdas por imparidade no montante de 1.473.474 Euros (Nota 29.1).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram movimentos na rubrica de propriedades de investimento.

Durante o findo em 31 de dezembro de 2017, através da celebração de um contrato promessa de compra e venda, o Grupo chegou a acordo com uma entidade terceira para a alienação de uma parcela do terreno denominado por “Terreno FNAC”, a qual, naquela data foi classificada como detida para venda (Nota 26). Decorrente deste acordo o preço de venda foi definido em 3.200.000 Euros, dos quais 640.000 Euros foram recebidos a título de sinal, os quais se encontram cativos até celebração da escritura, tendo sido estimada uma perda por imparidade para a totalidade do terreno, tendo por base o valor de venda por metro quadrado definido naquele contrato. Desta forma, o Conselho de Administração tem convicção que o valor contabilístico deste ativo não difere significativamente do seu valor justo valor.

Existe uma promessa de hipoteca deste terreno para garantia de um financiamento do BPI.

22. DIREITOS DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS E EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor dos direitos de transmissão de programas tinha o seguinte detalhe:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<u>Direitos de transmissão:</u>				
<u>Valor bruto:</u>				
Direitos de transmissão de programas	2.586.358	3.562.879	4.959.298	2.203.515
Adiantamentos por conta de compras	557.128	11.701.321	557.128	10.574.887
	<u>3.143.486</u>	<u>15.264.200</u>	<u>5.516.426</u>	<u>12.778.402</u>
<u>Imparidades no valor de realização:</u>				
Imparidades acumuladas no valor de realização (Nota 29.1)	(557.128)	-	(557.128)	-
Valor líquido de realização dos direitos de transmissão	<u>2.586.358</u>	<u>15.264.200</u>	<u>4.959.298</u>	<u>12.778.402</u>
<u>Existências:</u>				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	-	416.784	-	313.982
Produtos e trabalhos em curso	-	87.940	-	41.320
Valor líquido de realização das existências	<u>-</u>	<u>504.724</u>	<u>-</u>	<u>355.302</u>
Valor líquido de realização dos direitos de transmissão e existências	<u>2.586.358</u>	<u>15.768.924</u>	<u>4.959.298</u>	<u>13.133.704</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Adiantamentos por conta de compras” inclui pagamentos efetuados pela SIC a fornecedores de programas, ao abrigo de contratos celebrados com estas entidades, referentes a direitos de transmissão de programas, que a esta data ainda não se encontravam disponíveis para exibição, essencialmente, relacionados com novelas e direitos desportivos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não possui inventários dados como garantia pelo cumprimento de passivos.

23. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017 (reexpresso)		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 29.1)	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 29.1)	Valor realizável
Clientes	41.557.360	(10.694.710)	30.862.650	45.561.010	(11.258.712)	34.302.298
Faturação a emitir:						-
Serviços de valor acrescentado	563.521	-	563.521	583.953	-	583.953
Direitos de transmissão de televisão dos canais temáticos	566.978	-	566.978	694.861	-	694.861
Direitos de transmissão de televisão do canal generalista	167.370	-	167.370	208.535	-	208.535
Outra faturação a emitir	210.228	-	210.228	469.213	-	469.213
	<u>43.065.457</u>	<u>(10.694.710)</u>	<u>32.370.747</u>	<u>47.517.572</u>	<u>(11.258.712)</u>	<u>36.258.860</u>

24. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES E CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Plano de pensões - Benefícios pós-emprego (Nota 33.1)	1.133.697	1.300.454
Premius, S.A.	906.250	906.250
Serviços de teledifusão digital (a)	561.178	623.530
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário (b)	-	800.000
Outras contas a receber (c)	2.485.390	1.937.043
	<u>5.086.515</u>	<u>5.567.277</u>
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	220.534	150.242
Outros devedores:		
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário (b)	800.000	-
Subsídios a receber	571.978	441.972
Adiantamentos ao pessoal	218.035	848.602
Depósito (d)	1.227.302	1.114.963
Outras contas a receber (c)	5.004.932	1.208.016
Pagamentos antecipados:		
Licenças	196.492	445.400
Rendas	100.401	84.160
Serviços de teledifusão digital (a)	62.352	62.352
Encargos financeiros	75.419	59.282
Seguros	57.066	41.372
Outros	1.056.253	739.167
Impostos:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")	222.363	-
Outros impostos	65	65
	<u>9.813.192</u>	<u>5.195.593</u>
	<u>14.899.707</u>	<u>10.762.870</u>

- (a) Esta rubrica respeita ao diferimento da prestação única pelo acesso à rede de teledifusão digital e pelos serviços prestados pela MEO, no âmbito do processo de alteração tecnológica. Este montante encontra-se a ser diferido pelo período do contrato de prestação de serviços de teledifusão digital celebrado com a MEO. Este contrato entrou em vigor a 1 de janeiro de 2012 e terá termo em 9 de dezembro de 2028.
- (b) Valor ainda por receber da alienação do Edifício da SIC, ocorrida no exercício de 2004, que se encontra pendente da atualização da licença de utilização, o qual o Conselho de Administração estima que será recebido no curto prazo.
- (c) Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de outras contas a receber inclui 6.166.090 Euros referentes ao montante a receber da Trust in News, S.A. ("TIN") relativamente à alienação do portfólio de revistas, o qual se encontra ao abrigo de um plano de pagamentos (Nota 26), assim como as contas a receber da Isabel Monteiro e da Fantasy Day - Unipessoal, Lda. e Lemon- Entretenimento, Lda., relativos à alienação de 90% do capital da Dialectus – Traduções Técnicas, Legendagem e Locução, Lda., e 100% do capital da iPlay - Som e Imagem, Lda., respetivamente.
- (d) Em 2018 e 2017, os montantes de 1.227.302 Euros e 1.114.963 Euros, refere-se ao saldo líquido de um depósito a prazo em dólares com o contravalor de 3.930.131 Euros e 6.253.648 Euros, respetivamente, e de um contrato de financiamento, registado nesta rubrica no montante de 2.702.829 Euros e 5.138.685 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com o montante máximo de 10.000.000 Euros, sendo automaticamente renovável por períodos sucessivos de seis meses. O depósito a prazo encontra-se em regime de penhor financeiro como garante das responsabilidades decorrentes daquele contrato de financiamento.



25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração consolidada da posição financeira naquelas datas são como segue:

	2018	2017
Numerário	57.314	65.264
Depósitos bancários	9.581.794	3.758.869
	9.639.108	3.824.133
Depósitos bancários cativos	(640.000)	(640.000)
Descobertos bancários (Nota 28)	(5.696.187)	(4.983.501)
	3.302.921	(1.799.368)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os depósitos bancários cativos estão relacionados com o processo de alienação de uma parcela do denominado "Terreno FNAC" (Nota 26).

26. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos classificados como detidos para venda e respetivos passivos associados, detalham-se como segue:

	2018	2017
Ativos referentes ao portfólio de revistas (a)		
<i>Goodwill</i> (b)	-	10.304.332
Ativos de exploração afetos ao portfólio de revistas	-	341.134
	-	10.645.466
Propriedades de investimento (c)	3.200.000	3.200.000
	3.200.000	13.845.466
Passivos relativos ao portfólio de revistas (a)	-	1.930.741

- (a) No último trimestre de 2017, o Grupo tomou a decisão de alienar o portfólio das revistas, tendo encetado um plano para a concretização desta operação, o qual foi concluído em janeiro de 2018 pelo que os ativos e passivos a alienar, em 31 de dezembro de 2017, foram classificados como ativos e passivos detidos para venda. Dada a concretização da venda em 2018 aqueles montantes foram materializados numa conta a receber, que em 31 de dezembro de 2018 ascendia a 6.166.090 Euros (cujo valor nominal é de 6.300.000 Euros) com o seguinte plano:

2019	4.200.000
2020	2.100.000
	6.300.000

- (b) Esta rubrica incluía uma estimativa do valor nominal de venda do portfólio das revistas por 10.200.000 Euros e o remanescente, à estimativa líquida de outros ativos e passivos, associadas àquelas, a serem recuperadas e/ou liquidadas através da venda anteriormente referida (Nota 17).
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, através da celebração de um contrato de promessa de compra e venda, o Grupo chegou a acordo com uma entidade terceira para a alienação de uma parcela do terreno denominado por "Terreno Fnac", a qual, naquela data foi classificada como detida para venda. Decorrente desde acordo o preço de venda foi definido em 3.200.000 Euros, dos quais 640.000 Euros foram recebidos a título de sinal, os quais se encontram cativos até celebração da escritura (Nota 25).

27. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL ACIONISTAS DA EMPRESA - MÃE

Composição do capital: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a 84.000.000 Euros, sendo constituído por 168.000.000 ações com o valor nominal de cinquenta cêntimos, sendo detido como segue, de acordo com as participações comunicadas à CMVM:

	2018		2017	
	Percentagem detida	Montante	Percentagem detida	Montante
Impreger - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Impreger")	50,31%	42.257.294	50,31%	42.257.294
Madre - SGPS, S.A.	4,47%	3.750.622	4,63%	3.887.483
Santander Asset Management	4,18%	3.507.282	4,18%	3.507.282
Grupo BPI	3,69%	3.100.000	3,69%	3.100.000
Newshold - SGPS, S.A.	2,40%	2.019.382	2,40%	2.019.382
Azvalor Asset Management	3,05%	2.562.793	2,80%	2.354.481
Norges Bank	2,78%	2.336.667	2,78%	2.336.667
Outros	29,13%	24.465.960	29,21%	24.537.412
	<u>100,00%</u>	<u>84.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>84.000.000</u>

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital, ocorridos em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Conforme deliberado em Assembleia Geral de acionistas, realizada em 19 de abril de 2018, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de 4.797.627 Euros, apurado nas demonstrações financeiras individuais da Impresa, foi aplicado como segue:

Resultados transitados	4.797.627
	<u>4.797.627</u>

O diferencial entre o resultado líquido individual e o consolidado, nas contas consolidadas, foi transferido para resultados transitados.

Conforme deliberado em Assembleia Geral de acionistas, realizada em 19 de abril de 2017, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de 4.392.190 Euros, apurado nas demonstrações financeiras individuais da Impresa, foi aplicado como segue:

Outras reservas	4.172.580
Reserva legal	219.610
	<u>4.392.190</u>

O diferencial entre o resultado líquido individual e o consolidado, nas contas consolidadas, foi transferido para resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)28. EMPRÉSTIMOS E LOCAÇÕES FINANCEIRAS28.1 Empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de dívidas referente a empréstimos obtidos tem a seguinte composição:

Empresa	Entidades financiadoras	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
		Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
		Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Impresa	Banco BPI, S.A. (a)	55.581.637	9.939.866	55.826.229	9.983.607	65.522.391	9.939.999	65.809.837	9.983.606
Impresa	Banco Santander, S.A. (b)	494.560	989.119	500.000	1.000.000	1.483.491	988.994	1.500.000	1.000.000
Impresa	Caixa Central de Crédito Agrícola								
	Mútuo, C.R.L. (c)	-	1.344.843	-	1.350.000	1.343.745	1.343.744	1.350.000	1.350.000
Impresa	Banco BIC Português, S.A. (d)	-	4.172.253	-	4.187.500	-	6.165.723	-	6.200.000
Impresa	Empréstimo obrigacionista (e)	-	-	-	-	-	29.915.914	-	30.000.000
SIC	Banco BPI, S.A. (f)	10.577.474	2.115.495	10.625.000	2.125.000	12.692.969	2.115.495	12.750.000	2.125.000
SIC	Caixa Central de Crédito Agrícola								
	Mútuo, C.R.L. (c)	-	75.000	-	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000
SIC	Montepio Geral (g)	-	4.615.315	-	4.666.667	-	-	-	-
IOSS	Novo Banco, S.A. (m)	20.008.357	1.395.267	21.507.592	1.653.892				
Impresa Publishing	Montepio Geral (h)	535.766	1.285.839	536.779	1.288.271	1.804.202	2.273.549	1.804.203	2.273.548
Impresa Publishing	Banco Comercial Português, S.A. (i)	-	2.167.913	-	2.200.000	-	4.357.041	-	4.400.000
Impresa Publishing	Caixa Central de Crédito Agrícola								
	Mútuo, C.R.L. (c)	-	75.000	-	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000
	Factorings (l)	5.823.748	7.983.325	5.833.400	7.987.572	-	-	-	-
	Contas correntes caucionadas (j)	-	46.123.750	-	46.123.750	-	36.250.000	-	36.250.000
	Descobertos bancários (k) (Nota 25)	-	5.696.187	-	5.696.187	-	4.983.501	-	4.983.501
	Locações financeiras (Nota 28.2)	5.909.830	1.900.388	5.909.830	1.900.388	509.849	258.424	509.849	258.424
		<u>98.931.373</u>	<u>89.879.559</u>	<u>100.738.830</u>	<u>90.312.833</u>	<u>83.506.647</u>	<u>98.742.384</u>	<u>83.364.040</u>	<u>98.715.655</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido no saldo de dívidas a instituições de crédito, separado por movimentos com fluxos de caixa associado e sem fluxo de caixa, foi como segue:

Empresa	Entidades financiadoras	1 de janeiro de	Fluxos de caixa do exercício		Movimento sem		31 de dezembro
		2018	do exercício		fluxo de caixa		de 2018
		Valor de balanço	Recebimentos	(Pagamentos)	Locações financeiras	custo amortizado	Valor de balanço
Impresa	Banco BPI, S.A. (a)	75.462.390	-	(9.983.606)	-	42.719	65.521.503
Impresa	Banco Santander, S.A. (b)	2.472.485	500.000	(1.500.000)	-	11.194	1.483.679
Impresa	Caixa Central de Crédito Agrícola						
	Mútuo, C.R.L. (c)	2.687.489	-	(1.350.000)	-	7.354	1.344.843
Impresa	Banco BIC Português, S.A. (d)	6.165.723	-	(2.012.500)	-	19.030	4.172.253
Impresa	Empréstimo obrigacionista (e)	29.915.914	-	(30.000.000)	-	84.086	-
SIC	Banco BPI, S.A. (f)	14.808.464	-	(2.125.000)	-	9.505	12.692.969
SIC	Caixa Central de Crédito Agrícola						
	Mútuo, C.R.L. (c)	150.000	-	(75.000)	-	-	75.000
SIC	Montepio Geral (g)	-	5.000.000	(333.333)	-	(51.352)	4.615.315
IOSS	Novo Banco, S.A. (m)	-	24.173.600	(1.012.116)	-	(1.757.860)	21.403.624
Impresa Publishing	Montepio Geral (h)	4.077.751	-	(2.252.701)	-	(3.445)	1.821.605
Impresa Publishing	Banco Comercial Português, S.A. (i)	4.357.041	-	(2.200.000)	-	10.872	2.167.913
Impresa Publishing	Caixa Central de Crédito Agrícola						
	Mútuo, C.R.L. (c)	150.000	-	(75.000)	-	-	75.000
	Factorings (l)	-	13.820.972	-	-	(13.899)	13.807.073
	Locações financeiras (Nota 28.2)	768.273	-	(258.424)	7.300.369	-	7.810.218
	Contas correntes caucionadas (j)	36.250.000	9.873.750	-	-	-	46.123.750
		<u>177.265.530</u>	<u>53.368.322</u>	<u>(53.177.680)</u>	<u>7.300.369</u>	<u>(1.641.796)</u>	<u>183.114.745</u>
	Descobertos bancários (k) (Nota 25)	4.983.501	712.686	-	-	-	5.696.187
		<u>182.249.031</u>	<u>54.081.008</u>	<u>(53.177.680)</u>	<u>7.300.369</u>	<u>(1.641.796)</u>	<u>188.810.932</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no saldo de dívidas a instituições de crédito, separado por movimentos com fluxos de caixa associado e sem fluxo de caixa, foi como segue:

Empresa	Entidades financiadoras	1 de janeiro de	Fluxos de caixa do exercício		Movimentos sem fluxo de caixa	31 de dezembro
		2017	Recebimentos	(Pagamentos)	Efeito do custo amortizado	de 2017
		Valor de balanço				Valor de balanço
Impresa	Banco BPI, S.A. (a)	85.403.275	-	(9.983.606)	42.721	75.462.390
Impresa	Banco Popular, S.A. (b)	3.461.290	-	(1.000.000)	11.195	2.472.485
Impresa	Caixa Central de Crédito Agrícola					
	Mútuo, C.R.L. (c)	3.582.149	-	(900.000)	5.340	2.687.489
Impresa	Banco BIC Português, S.A. (d)	8.517.603	-	(2.400.000)	48.120	6.165.723
Impresa	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (e)	7.362.613	-	(7.500.000)	137.387	-
Impresa	Empréstimo obrigacionista (f)	29.818.481			97.433	29.915.914
SIC	Banco BPI, S.A. (g)	16.923.958	-	(2.125.000)	9.506	14.808.464
SIC	Caixa Central de Crédito Agrícola					
	Mútuo, C.R.L. (c)	199.008	-	(50.000)	992	150.000
Impresa Publishing	Montepio Geral (h)	4.300.919		(223.168)	-	4.077.751
Impresa Publishing	Banco Comercial Português, S.A. (i)	1.427.575	5.500.000	(2.600.000)	29.466	4.357.041
Impresa Publishing	Caixa Central de Crédito Agrícola					
	Mútuo, C.R.L. (c)	199.008		(50.000)	992	150.000
	Locações financeiras (Nota 28.2)	370.100	511.572	(113.399)	-	768.273
	Contas correntes caucionadas (j)	19.665.000	16.585.000	-	-	36.250.000
		181.230.979	22.596.572	(26.945.173)	383.152	177.265.530
	Descobertos bancários (k) (Nota 25)	5.465.769	-	(482.268)	-	4.983.501
		186.696.748	22.596.572	(27.427.441)	383.152	182.249.031

(a) Empréstimo contraído pela Impresa Serviços e Multimédia ("ISM") junto do Banco BPI, S.A., para aquisição da totalidade do capital da Solo (integrada por fusão na ISM), que detinha uma participação de 18,35% na SIC, e de uma participação de 30,65% na SIC. Em 1 de janeiro de 2015, a ISM foi integrada por fusão na Impresa, tendo sido transferida para esta entidade a totalidade da responsabilidade inerente. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,5%, e será reembolsado em 38 prestações semestrais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira prestação em 30 de junho de 2006. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é o seguinte:

2019	9.983.607
2020	9.983.607
2021	9.983.607
2022	9.983.607
2023	9.983.607
2024	9.983.607
2025	5.908.194
	55.826.229
	65.809.836

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, o Grupo subscreveu uma livrança em branco e adicionalmente foram cedidas em penhoras ações representativas de 100% do capital da SIC (Nota 32).

Em resultado da contratação deste empréstimo, a Impresa assumiu diversos *covenants* e restrições relacionados essencialmente com a aquisição e alienação de ativos e com distribuição de dividendos.

Nos termos deste contrato, a Impresa deve manter pelo menos 51% do capital da SIC. Adicionalmente, a Impreger não deve reduzir a sua participação na Impresa abaixo de 50,01% do seu capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- (b) Contrato de financiamento celebrado pelo Grupo em junho de 2015, com o Banco Popular, S.A. (atualmente Banco Santander, S.A.), a ser reembolsado em dez prestações semestrais sucessivas até 16 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,25%. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é o seguinte:

2019	<u>1.000.000</u>
2020	<u>500.000</u>
	<u>500.000</u>
	<u>1.500.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, o Grupo subscreveu uma livrança em branco.

- (c) Empréstimo contraído pelo Grupo em setembro de 2015, com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo C.R.L., a ser reembolsado em oito prestações semestrais até 15 de setembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,6%. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida, por entidade, é conforme segue:

	Impresa	SIC	Impresa Publishing	Total
2019	<u>1.350.000</u>	<u>75.000</u>	<u>75.000</u>	<u>1.500.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, o Grupo subscreveu uma livrança em branco.

Adicionalmente, nos termos deste contrato, a Impresa deve manter pelo menos 51% do capital da SIC e da Impresa Publishing.

- (d) Em 18 de setembro de 2015, o Grupo celebrou, com o Banco BIC Português, S.A., um financiamento a ser reembolsado em seis prestações semestrais, sendo as cinco primeiras no valor de 1.200.000 Euros e a última, em 18 de setembro de 2018, de 5.000.000 Euros. Em 16 de julho de 2018, o Grupo e o BIC celebraram um aditamento ao contrato, onde ficou definido o reembolso deste financiamento em duas últimas prestações, uma de 312.500 Euros em março de 2019 e remanescente em junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 1,875%.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, o Grupo subscreveu três livranças em branco.

Adicionalmente, em resultado da contratação deste empréstimo, a Impresa assumiu o cumprimento de determinados *covenants*.

Nos termos deste contrato de financiamento, a Impreger não deve reduzir a sua participação na Impresa abaixo de 50,01% do seu capital.

- (e) Em 12 de novembro de 2014, a Empresa emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de 30.000.000 Euros, correspondente a 600 obrigações com valor nominal de 50.000 Euros, com reembolso em 12 de novembro de 2018. O empréstimo vence juros à taxa de Euribor a 6 meses adicionado de um *spread* de 4%.

Ao abrigo deste financiamento a Impresa assumiu determinadas obrigações, não devendo deixar de deter a totalidade do capital da SIC e da Impresa Publishing, assim como a Impreger não deverá deixar de deter a maioria (50,01%) do capital da Impresa.

Em 31 de dezembro de 2018, este financiamento encontra-se nulo, uma vez que se procedeu ao reembolso da totalidade do empréstimo obrigacionista no dia 12 de novembro de 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- (f) Empréstimo bancário contraído pela SIC junto do Banco BPI, S.A. em 26 de junho de 2013 no montante máximo de 17.000.000 Euros, o qual foi totalmente utilizado em 2014. Em 31 de dezembro de 2018 este empréstimo vence juros semestrais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de um *spread* de 5%, e será reembolsado em 16 prestações semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de junho de 2017. Em resultado da contratação deste empréstimo, foi subscrita uma livrança em branco, tendo-se assumido diversos *covenants* e restrições relacionados, essencialmente, com a aquisição e alienação de ativos, a promessa de hipoteca do terreno FNAC, assim como a manutenção de parte da atual estrutura acionista da Impresa. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida, por entidade, é conforme segue:

2019	<u>2.125.000</u>
2020	2.125.000
2021	2.125.000
2022	2.125.000
2023	2.125.000
2024	2.125.000
	<u>10.625.000</u>
	<u>12.750.000</u>

Nos termos deste contrato de financiamento, a Impreger não deve reduzir a sua participação na Impresa abaixo de 50,01% do seu capital.

- (g) Empréstimo contraído pela SIC, em agosto de 2018, com a Caixa Económica Montepio Geral, a ser reembolsado em 56 prestações mensais constantes até agosto de 2023. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,5%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a SIC, subscreveu uma livrança em branco. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é o seguinte:

2019	<u>1.000.000</u>
2020	1.000.000
2021	1.000.000
2022	1.000.000
2023	666.667
	<u>3.666.667</u>
	<u>4.666.667</u>

Adicionalmente, em resultado da contratação deste empréstimo, a Impresa assumiu o cumprimento de determinados *covenants*, cujos pressupostos não foram cumpridos pelo que a dívida se encontra totalmente classificada como dívida corrente.

- (h) Empréstimo contraído pela Impresa Publishing em maio de 2016, com a Caixa Económica Montepio Geral, a ser reembolsado em 48 prestações mensais constantes até maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, este empréstimo vence juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses, acrescida de 2,5%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Impresa Publishing subscreveu uma livrança em branco. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é conforme segue:

2019	<u>1.288.271</u>
2020	536.779
	<u>536.779</u>
	<u>1.825.050</u>

Ao abrigo deste financiamento, se a Impresa deixar de deter, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social da Impresa Publishing, poderá o financiamento ser resolvido pelo banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

- (i) Emissão de papel comercial efetuada pela Impresa Publishing, ao abrigo de um programa de papel comercial com um período de 5 anos, com prazos de emissões até seis meses, terminando em 18 de novembro de 2019, com o montante máximo inicial de 11.000.000 Euros, o qual vai sendo reduzido até um montante máximo de 1.100.000 Euros na última emissão. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta emissão de papel comercial vence juros à taxa Euribor igual ao período da emissão, acrescida de um *spread* de 2,25% e uma comissão anual de agenciamento de 1%.

Ao abrigo deste financiamento a Impresa Publishing assumiu determinadas obrigações, não devendo deixar de ser detida em mais de 50,1% pela Impresa.

- (j) Conta-correntes caucionadas obtidas pelas empresas do Grupo as quais vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares. O Grupo entende que, face ao histórico e à evolução da sua operação, estas linhas de crédito não sofrerão uma penalização significativa no momento da sua renovação.
- (k) Os descobertos bancários vencem juros a taxas de mercado para operações similares.
- (l) Os *factorings* dizem respeito operações de financiamento obtidas pela SIC as quais vencem juros anuais, entre 1,5% e 1,95%. Estas operações estão suportadas na antecipação de receitas futuras relativas a contratos específicos de cedência de direitos de transmissão dos canais SIC.

- (m) Financiamento contraído pela IOSS diz respeito a um financiamento de médio/longo prazo suportado no Edifício Impresa em Paço de Arcos por um período de 10 anos no valor nominal de, aproximadamente, 24.174.000 Euros através de 120 prestações mensais de 208.225 Euros, com uma taxa nominal de 3,77% e com um valor residual de 20%. Considerando as condições do referido contrato, o Grupo considera que a substância do mesmo reflete um financiamento garantido pelo imóvel e não um contrato de locação, sendo que o mesmo, para além de um conjunto de obrigações a serem cumpridas pelo Grupo, inclui o cumprimento de um rácio financeiro. O plano de reembolso do saldo ao valor nominal em dívida é conforme segue:

2019	<u>1.653.892</u>
2020	1.717.333
2021	1.783.207
2022	1.851.607
2023	1.922.632
2024	1.996.381
2025 e seguintes	<u>12.236.433</u>
	<u>21.507.592</u>
	<u>23.161.484</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo tinha *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados nos montantes de, aproximadamente, 3.207.050 Euros e 13.815.000 Euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a taxa de juro efetiva em cada empréstimo foi como segue:

Empresa	Entidades financiadoras	2018	2017
Impresa	Banco BPI, S.A.	2,50%	2,50%
Impresa	Banco Santander, S.A.	2,25%	2,25%
Impresa	Caixa Central de Crédito Agrícola		
	Mútuo, C.R.L.	2,60%	2,60%
Impresa	Banco BIC Português, S.A.	1,88%	1,50%
Impresa	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	2,85%
Impresa	Novo Banco, S.A. e Banco Espírito		
	Santo de Investimento, S.A.	4,00%	4,00%
SIC	Banco BPI, S.A.	5,00%	5,00%
SIC	Caixa Central de Crédito Agrícola		
	Mútuo, C.R.L.	2,60%	2,60%
SIC	Montepio Geral	2,50%	-
IOSS	Novo Banco, S.A.	3,77%	
Impresa Publishing	Banco Comercial Português, S.A.	2,25%	2,75%
Impresa Publishing	Banco Popular, S.A.	-	2,75%
Impresa Publishing	Montepio Geral	2,50%	2,50%
Impresa Publishing	Caixa Central de Crédito Agrícola		
	Mútuo, C.R.L.	2,60%	2,60%
Grupo	Contas correntes caucionadas	2,50%	2,60%
SIC	Factorings	1,65%	-

Na Nota 36 é apresentada informação relativa à exposição do Grupo ao risco de taxa de juro em função dos empréstimos em vigor.

O Conselho de Administração entende que não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes dos empréstimos anteriormente referidos, quer quanto à manutenção das principais participações sociais nas empresas subsidiárias, quer de limitação de investimentos ou distribuição de dividendos, quer de *covenants* financeiros, exceto quanto ao rácio financiamento previsto no financiamento da SIC com o Montepio Geral. No âmbito daqueles *covenants*, os rácios financeiros a cumprir, não aplicáveis a todos os financiamentos, correspondem ao “Rácio da dívida remunerada líquida/EBITDA” e ao “Rácio de autonomia financeira”, dos quais a existência de eventuais incumprimentos, poderá decorrer a faculdade à instituição financeira de solicitar o reembolso antecipado dos financiamentos e/ou alteração das condições dos financiamentos anteriormente acordados. Em 31 de dezembro de 2018 foi obtida das entidades financiadoras a dispensa de cumprimento dos rácios que o Grupo não atingiu naquela data, exceto quanto ao financiamento acima referido.

## 28.2 Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira no montante de 7.810.218 Euros, as quais se vencem como segue:

	Capital	Juros	Total
2019	1.900.388	163.677	2.064.065
2020	3.153.736	125.602	3.279.337
2021	1.328.473	90.925	1.419.398
2022 e 2023	1.427.622	63.373	1.490.995
	5.909.830	279.900	6.189.731
	7.810.218	443.577	8.253.796



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira no montante de 768.273 Euros, as quais se venciam como segue:

	Capital	Juros	Total
2018	258.424	9.204	267.629
2019	251.031	6.976	258.007
2020	180.738	4.870	185.608
2021	62.384	4.372	66.756
2022	15.696	1.093	16.789
	509.849	17.311	527.160
	768.273	26.515	794.788

## 29. PERDAS POR IMPARIDADE, PROCESSOS JUDICIAIS E FISCAIS EM CURSO E PROVISÕES

## 29.1 Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas:

31 de dezembro de 2018:

	Perdas por imparidade do goodwill (Nota 17)	Perdas por imparidade em investimentos financeiros (Nota 20)	Perdas por imparidade em propriedades de investimento (Nota 21)	Perdas por imparidade em contas a receber (Notas 10 e 23)	Imparidade do valor de realização de direitos de transmissão (Nota 22)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)	21.965.668	45.000	1.473.474	11.258.712	557.128
Reforços	-	-	-	296.970	-
Utilizações	(21.965.668)	-	-	(13.805)	-
Anulação/regularização (Nota 10)	-	-	-	(847.167)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	45.000	1.473.474	10.694.710	557.128

31 de dezembro de 2017 (reexpresso):

	Perdas por imparidade do goodwill (Nota 17)	Perdas por imparidade em investimentos financeiros (Nota 20)	Perdas por imparidade em propriedades de investimento (Nota 21)	Perdas por imparidade em contas a receber (Notas 10 e 23)	Imparidade do valor de realização de direitos de transmissão (Nota 22)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reexpresso)	-	45.000	239.523	10.565.490	557.128
Reforços	21.965.668	-	1.233.951	1.791.577	-
Utilizações	-	-	-	(808.822)	-
Anulação/regularização (Nota 10)	-	-	-	(289.533)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reexpresso)	21.965.668	45.000	1.473.474	11.258.712	557.128

29.2 Provisões

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para riscos e encargos respeitam, essencialmente, a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

Natureza	2018		2017	
	Montante reclamado	Montante provisionado	Montante reclamado	Montante provisionado
Fiscal (a)	30.705	30.705	30.000	8.000
Despedimento/Laboral	1.947.437	872.094	1.519.399	996.373
Coimas de publicidade	944.351	122.445	1.118.153	144.372
Abuso de liberdade de imprensa	3.131.625	330.058	3.245.767	338.549
Outros	21.485.241	5.723.007	21.485.241	3.015.108
	<u>27.539.358</u>	<u>7.078.308</u>	<u>27.398.560</u>	<u>4.502.402</u>

(a) Não inclui os processos fiscais descritos na Nota 29.4.

Os montantes reclamados relativos aos processos judiciais relacionados com coimas de publicidade decorrem, essencialmente, da instauração de diversas contraordenações pela ERC, por violação do Código de Publicidade.

O Grupo é alvo de diversos processos por abuso de liberdade de imprensa, para os quais foram constituídas provisões com base na opinião dos seus advogados e na experiência histórica neste tipo de litígios.

O montante significativo reclamado na rubrica “Outros” resulta da quantificação efetuada pela GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL no incidente de liquidação apresentado em dezembro de 2015 (Nota 29.3).

Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados do Grupo, com base na avaliação do risco que fazem dos processos judiciais e fiscais em curso, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018, as quais correspondem à melhor estimativa de desembolsos resultantes daqueles processos naquela data.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos nas rubricas de provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

31 de dezembro de 2018:

	Provisões para riscos e encargos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.502.402
Reforços	2.778.232
Utilizações	(202.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>7.078.308</u>

31 de dezembro de 2017:

	Provisões para riscos e encargos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.757.360
Reforços	750.088
Utilizações	(5.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.502.402</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os reforços e as utilizações verificadas no movimento das provisões decorrem da constituição e utilização, respetivamente, do saldo para fazer face a responsabilidades decorrentes essencialmente de litígios judiciais e extrajudiciais do Grupo.

A rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi constituída como segue:

31 de dezembro de 2018:

Reforços da provisão para outros riscos e encargos	<u>2.778.232</u>
	<u>2.778.232</u>

31 de dezembro de 2017:

Reforços da provisão para outros riscos e encargos	750.088
Perda por imparidade em propriedades de investimento (Nota 21)	1.233.951
Perda por imparidade do <i>goodwill</i> (Nota 17)	21.965.668
Outros	(63.041)
	<u>23.886.666</u>

### 29.3 Processos judiciais em curso

Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se a decorrer contra o Grupo diversas ações propostas por terceiros, cujos montantes e desfechos não são conhecidas à data de preparação das demonstrações financeiras, dos quais se releva o seguinte:

- Em exercícios anteriores a GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL (“GDA”) interpôs uma ação com processo ordinário à SIC, no Tribunal Judicial de Oeiras, onde a GDA reclamava o pagamento de uma remuneração anual devida aos artistas, intérpretes ou executantes, fixada em 1,5% do valor anual das receitas publicitárias auferidas, com efeitos a partir de setembro de 2004, assim como juros moratórios. Esta ação foi contestada pela SIC, tendo-lhe sido proferida uma decisão favorável, julgando a petição inicial inapta, por falta de causa de pedir e, em consequência, anulou-se todo o processo. Desta decisão foi interposto recurso tendo a ação seguido em primeira instância. O Tribunal julgou improcedente a pretensão da GDA e fixou como critério da remuneração equitativa anual, um valor por minuto de prestações exibidas, sendo o valor de cada minuto a apurar em incidente de liquidação. Em dezembro de 2015, a GDA apresentou um incidente de liquidação no qual foi solicitado o pagamento à SIC de, aproximadamente, 17.700.000 Euros, tendo o montante solicitado sofrido um aumento de, aproximadamente, 2.357.000 Euros, em virtude de terem sido adicionados ao processo os direitos conexos referentes aos anos de 2015 e 2016, ascendendo à data de 31 de dezembro de 2018 o montante total reclamado a, aproximadamente, 20.057.000 Euros.

A determinação deste montante foi fundamentada num estudo efetuado por um terceiro, tendo como um dos pressupostos, a aproximação de atividade das televisões a uma atividade de uma qualquer empresa e sua produção. A SIC contestou este pedido requerido pela GDA, com base na incompetência do tribunal, na falta de capacidade judiciária da GDA que só representa artistas, intérpretes e executantes nacionais, tendo-se contestado ainda a metodologia apresentada e, em sede de recurso, estimou a sua responsabilidade com base na utilização efetiva das prestações dos artistas, tal como a sentença que se pretende liquidar determina, bem como por um cálculo de um valor por minuto dessas prestações, aproximado ao que a SIC paga à Sociedade Portuguesa de Autores, mas com um montante mais reduzido nos termos da lei e da prática. Foi assim determinado um valor a pagar substancialmente inferior ao solicitado pela GDA, encontrando-se nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018, um montante provisionado para fazer face àquela responsabilidade, que no entendimento do Conselho de Administração, com base na opinião dos seus advogados e técnicos, é suficiente.

### 29.4 Processos fiscais em curso

Em exercícios anteriores o Grupo foi notificado por liquidações adicionais de impostos que, na sua maioria, não foram registadas nem pagas, por ser entendimento que as mesmas não têm fundamento:

- Em resultado de fiscalizações efetuadas à ISM (fundida em 2015 na Impresa) e do respetivo procedimento tributário, a Impresa foi notificada em 2011, 2012, 2014 e 2015, de correções fiscais em sede de IRC relativas a 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, no âmbito da qual a Administração Fiscal recusou a dedutibilidade fiscal dos juros relativos à parte de um empréstimo do BPI destinado ao financiamento da aquisição dos suprimentos não remunerados detidos pelo BPI (anterior acionista) sobre a Solo (entidade fundida em exercícios anteriores na ISM). Os motivos alegados pela Administração Fiscal para essa recusa são o facto da atividade normal e corrente da ISM não integrar a concessão de empréstimos às subsidiárias (não era uma SGPS) e tais encargos não estarem supostamente associados a capitais alheios obtidos para a sua exploração direta. As correções à matéria coletável em causa foram no montante de 3.415.295 Euros para 2008, 2.105.621 Euros em 2009, 2.161.788 Euros em 2010, 2.334.795 Euros em 2011 e 943.005 Euros em 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Autoridade Tributária procedeu à anulação da liquidação adicional de IRC instaurada à Empresa relativa ao exercício de 2012, no montante total de 943.005 Euros, e para a qual se encontrava prestada uma garantia, no montante de 325.041 Euros, que foi cancelada em abril de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo obteve uma sentença favorável relativa a uma impugnação judicial apresentada contra as liquidações adicionais de IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009, relacionadas com a dedutibilidade de encargos financeiros suportados, tendo sido apresentado recurso pela Autoridade Tributária, encontrando-se o Grupo a aguardar uma decisão sobre o recurso apresentado.

Assim, em 31 de dezembro de 2018, as correções fiscais supra referidas encontravam-se contestadas em sede de Impugnação Judicial, tendo a Impresa prestado garantias bancárias no montante de 2.991.811 Euros relativas aos exercícios de 2010, 2011 (Nota 32). No que respeita às contestações relativas aos exercícios de 2008 e 2009, não foram prestadas garantias bancárias, dado que naqueles exercícios o RETGS apresentou prejuízos fiscais reportáveis (utilizados no exercício de 2010) que compensam as correções fiscais referidas.

No entendimento do Conselho de Administração, com base na opinião dos seus advogados, a perspectiva de sucesso das reclamações e/ou impugnações daqueles atos, interposto, é razoável, pelo que não foi registada qualquer provisão para esta contingência fiscal.

### 30. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Não corrente:</u>		
Fornecedores	2.026.823	-
<u>Corrente:</u>		
Fornecedores, conta corrente	29.186.892	30.543.282
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	<u>3.694.051</u>	<u>1.492.685</u>
	<u>32.880.943</u>	<u>32.035.967</u>
	<u><u>34.907.766</u></u>	<u><u>32.035.967</u></u>

O montante não corrente, corresponde a contratos de aquisição de equipamento, para os quais foram celebrados acordos de pagamentos com os fornecedores com prestações mensais até 2023.

31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros passivos correntes” tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
<u>Outros passivos correntes:</u>		
Adiantamentos de clientes	60.288	123.416
Acréscimos de custos:		
Acordos comerciais	10.610.621	10.429.910
Férias e subsídio de férias a liquidar ao pessoal	5.586.543	5.811.047
Custos com produção de programas	1.953.471	2.414.933
Royalties a pagar	53.243	303.048
Juros a liquidar	152.275	330.973
Comunicação	72.199	137.914
Comissões a liquidar ao pessoal	161.761	68.773
TSU - Recibos verdes	271.011	297.349
Direitos de Autor	500.000	400.000
Marketing e publicidade	187.251	255.477
Prémios a liquidar ao pessoal	104.713	170.920
Outros custos a pagar	4.336.029	4.413.455
	<u>23.989.117</u>	<u>25.033.799</u>
Proveitos diferidos:		
Faturação antecipada publicidade	2.200.448	3.222.637
Assinaturas de jornais	270.921	265.856
Subsídios	928.949	426.383
Outros proveitos diferidos	703.969	236.926
	<u>4.104.287</u>	<u>4.151.802</u>
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.916.608	4.998.433
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares – retenções na fonte	1.382.142	1.732.058
Contribuições para a Segurança Social	1.459.684	1.687.682
Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinemateca Portuguesa	1.307.173	1.287.490
Imposto do Selo	124.862	146.777
	<u>7.190.469</u>	<u>9.852.440</u>
Outros passivos:		
Outros credores	3.932.969	4.393.323
	<u>39.277.130</u>	<u>43.554.780</u>

32. PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Impresa mantém o penhor das ações representativas de 100% da SIC, para garantia do empréstimo contraído junto do Banco BPI, S.A. para financiar a aquisição daquela participação (Nota 28.a)).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas do segmento televisão tinham solicitado a emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, como segue:

	2018	2017
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna ("SGMAI")	1.158.532	3.127.518
ERC	1.995.192	1.995.192
Santander Novimovest	1.320.600	1.320.600
Lidl	640.000	640.000
Imópolis	44.701	44.701
Câmara Municipal de Oeiras	35.745	35.745
Tribunal judicial de Lisboa Oeste	30.000	-
Tribunal de Oeiras	4.000	-
Union des Associations Européennes de Football	4.370.000	1.950.000
Comarca da Grande Lisboa Noroeste	-	4.000
	<u>9.598.769</u>	<u>9.117.756</u>

As garantias prestadas à SGMAI destinam-se a garantir o cumprimento integral dos concursos publicitários, dos quais se destacam os seguintes: "Furo da Sorte 2018", "A Roda Mágica", "Dobradinha", "Casa Feliz". A variação do montante das garantias prestadas, encontra-se relacionada com os concursos que existem em cada momento.

As garantias prestadas à ERC decorrem de imposições da legislação em vigor para o licenciamento de canais e para a emissão de concursos televisivos.

A garantia prestada à UEFA destina-se a garantir o bom cumprimento do contrato "UEFA Europa League 2018-2021".

As garantias prestadas ao Santander Novimovest destinam-se a assegurar as obrigações decorrentes do contrato de arrendamento com esta entidade, relacionada com o edifício da Sede da SIC, em particular o pagamento das rendas.

A garantia prestada ao "Lidl", refere-se ao cumprimento de obrigações contratuais definidas aquando a assinatura do CPCV para a venda de uma das parcelas do Terreno Fnac (Nota 26).

A garantia prestada à Câmara Municipal de Oeiras destina-se a garantir a reparação de eventuais danos que possam ser provocados nas infraestruturas públicas devido a escavações e contenção de terras na Estrada da Outurela num terreno contíguo às instalações da sede da SIC.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a empresa do segmento "Publishing" tinha solicitado a emissão de uma garantia bancária a favor de terceiros como segue:

	2018	2017
Tribunal judicial de Lisboa Oeste	<u>30.000</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas do segmento “Outros” tinham solicitado a emissão de garantias bancárias a favor de terceiros como segue:

	2018	2017
Autoridade Tributária e Aduaneira (Nota 29.4)	2.991.811	2.991.811
IAPMEI	157.146	379.456
Município de Oeiras	146.960	447.844
Ass. Cova da Beira	16.862	-
Infraestruturas de Portugal	15.056	9.404
IFAP	11.335	-
Turismo de Portugal	-	20.791
Ambiolhão	-	5.652
	<u>3.339.169</u>	<u>3.854.957</u>

As garantias prestadas ao IAPMEI estão relacionadas com os subsídios recebidos desta entidade pelos projetos Intellitouring e SINTRA que estão a ser desenvolvidos pela InfoPortugal.

A garantia bancária prestada ao Município de Oeiras destina-se à obrigação da reposição do terreno no qual se encontram a ser executadas as obras de ampliação do edifício de Paço de Arcos.

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS33.1 Pensões

Determinadas empresas do Grupo (Impresa e Impresa Publishing) assumiram o compromisso de conceder aos empregados e a administradores remunerados, admitidos até 5 de julho de 1993, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações são calculadas com base numa percentagem crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial, ou numa percentagem fixa aplicada ao salário base, definida como sendo os valores em 2002.

Em 1987, o Grupo criou um fundo de pensões autónomo para onde foram transferidas as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações pecuniárias acima referidas. Adicionalmente, a Impresa Publishing assume a responsabilidade solidária com as restantes empresas, no cumprimento da totalidade das obrigações, nomeadamente, do financiamento do plano de pensões.

De acordo com um estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, o valor atual das responsabilidades do conjunto das empresas supra referidas por serviços passados dos seus empregados ativos e reformados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi estimado em 2.905.439 Euros e 3.144.052 Euros, respetivamente, sendo que o valor do fundo, a essas datas, ascendia a 4.039.136 Euros e 4.444.506 Euros, respetivamente.

O estudo foi efetuado utilizando o método denominado por “*Projected Unit Credit*” para o cálculo das pensões para invalidez e velhice e considerou, naquela data, os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	2018	2017
Taxa de desconto	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento salarial	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento do salário mínimo nacional	2,00%	2,00%
Tábuas atuariais:		
Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Invalidez	EVK 80	EVK 80
Decrementos por invalidez	100% EVK 80	100% EVK 80
Idade da reforma	66 anos	66 anos

A taxa usada foi determinada com referência aos rendimentos do mercado em obrigações de alta qualidade, *corporate*, consistente com a moeda e o prazo esperado desses benefícios.



A metodologia utilizada baseou-se na criação de uma curva de taxas de juro ajustada, tendo em conta o rendimento de dívida *corporate* de alta qualidade, que abranja as várias maturidades. Para tal, considerou-se a curva de taxas de juro *swap* da zona euro obtendo-se, através do método de *bootstrapping*, a curva de cupão zero. A curva de taxas de juro utilizadas resultou da aplicação de um *spread* de risco à curva de cupão zero obtida. Para a determinação do *spread*, considerou-se o índice *iTraxx Europe Main*, que comporta títulos de dívida *corporate*, da Europa, com notação de *rating investment grade*, sendo por isso consideradas de alta qualidade. As taxas dos prazos intermédios foram obtidas por interpolação linear, e para prazos inferiores a 3 ou superiores a 10 anos considerou-se uma taxa constante.

O fundo de pensões encontra-se exposto aos seguintes riscos:

- Risco da rentabilidade do fundo

A definição da política de investimentos é da responsabilidade da Impresa, sob aconselhamento da Entidade Gestora, respeitando os limites e restrições definidos para cada classe de investimentos. A Caixa Gestão de Ativos, S.A. é a entidade responsável pela implementação da estratégia de gestão dos ativos financeiros que integram o Fundo de Pensões. Os títulos em carteira são selecionados, tendo por base as linhas orientadoras definidas, atendendo à conjuntura económico-financeira e às expectativas de evolução do mercado.

A política de investimentos segue um modelo de gestão de *benchmarks*, onde se definem os limites máximos de exposição a cada classe de ativos e dos índices de referência de cada uma, relativamente aos quais é medida a performance.

Verificam-se alguns desvios entre a composição da carteira alocada e a de *benchmark*, nomeadamente pela forte componente em mercado monetário. Esta situação deve-se, em parte, ao elevado sobre financiamento que o fundo apresenta.

A composição da carteira de ativos obedece a um conjunto de regras que visam, através de uma sistemática dispersão de riscos e de um processo de *benchmarking*, referenciar e mensurar o desempenho e o risco da carteira, assegurando os princípios de diversificação e dispersão e riscos.

Existem ainda orientações precisas sobre a qualidade de crédito que fixam notações mínimas e delimitam o universo de investimentos.

Foram efetuadas projeções dos fluxos financeiros previstos para os passivos até ao final da vida útil do Fundo de pensões.

Este modelo de gestão, não sendo orientado especificamente para a minimização do *mismatch* entre ativos e passivos, justifica-se na medida em que a maturidade residual das responsabilidades com serviços passados ultrapassa os 70 anos, e a sua duração é de, aproximadamente, 11 anos, o que torna difícil uma estratégia de imunização eficaz. Esta estratégia não invalida que se efetuem rebalanceamentos à carteira, tendo em conta a evolução das responsabilidades.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rentabilidade da carteira de ativos foi de -3,4% e 2,6%, respetivamente. A taxa de rendimento esperada para os ativos, tendo em conta o *benchmark* definido, foi de 1,34% e 1%, em cada exercício, inferior à taxa de rendimento considerada para a referida projeção.

- Risco cambial

A carteira é representada, preferencialmente, por títulos denominados na mesma moeda em que as responsabilidades são devidas, ou seja, em Euros. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a percentagem da carteira exposta ao risco cambial foi de 0,34% e 1,04%, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)- Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Fundo de pensões tinha responsabilidade com pensões em pagamento, a qual, pela avaliação da sua liquidez, foi considerada na definição da composição da respetiva carteira. Deste modo, naquelas datas, a percentagem da carteira investida em mercado monetário era de 8,9% e 2,47%, respetivamente, pelo que as disponibilidades em carteira eram suficientes para fazer face ao pagamento das pensões previstas para o ano seguinte.

- Risco de crédito

O controlo do risco de crédito atende às maturidades de cada título e é feita quer em termos agregados, quer considerando isoladamente a taxa fixa quer a variável. Relativamente à política de investimentos estipula uma notação mínima de *investment grade* ou equivalente para quaisquer títulos a adquirir.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a carteira era composta em 100% por títulos com notação BBB- ou superior.

Adicionalmente, foram efetuadas análises de sensibilidade na carteira de ativos a oscilações, quer nas taxas de juro nos mercados acionistas e imobiliário. Assim, para a componente de rendimento fixo, consideram-se subidas na curva de taxa de juro de 1% e 2%, e descidas de 10% e 15% simultâneas nos mercados acionistas e imobiliário, tendo-se verificado em qualquer das simulações efetuadas, o valor da carteira de ativos revela-se suficiente para fazer face ao nível mínimo de solvência.

Acresce referir, que de modo a avaliar a adequação entre os ativos e as responsabilidades, que nas análises de sensibilidade efetuadas à carteira de ativos aos vários tipos de riscos inerentes aos ativos, que apesar da taxa de rentabilidade esperada para os ativos do fundo serem inferior à taxa de desconto utilizada, a manter-se este cenário, não é expectável que seja necessário efetuar qualquer contribuição para o Fundo nos próximos anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor das responsabilidades por serviços passados dos seus empregados ativos e reformados e no valor dos ativos do plano do Grupo, foi como segue:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios		
definidos no início do exercício	3.144.052	3.387.598
Benefícios pagos	(252.928)	(256.848)
Custo dos serviços correntes	29.689	35.467
Custo dos juros	67.896	57.036
Perdas/(ganhos) atuariais	(83.270)	(79.201)
Valor presente da obrigação de benefícios		
definidos no final do exercício	2.905.439	3.144.052
Ativos do plano no início do exercício	4.444.506	4.791.521
Benefícios pagos	(252.928)	(256.848)
Juros do plano	97.156	81.605
Ganhos/(perdas) financeiras	(249.598)	39.228
Reembolso do excesso de financiamento do plano	-	(211.000)
Ativos do plano no final do exercício	4.039.136	4.444.506
<i>Superavit</i> (Nota 24)	1.133.697	1.300.454

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados e os ganhos e perdas atuariais entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades, foram registados como rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio, como outro rendimento integral. Os restantes proveitos e custos foram registados na demonstração dos resultados.

	2018	2017
Montantes reconhecidos na demonstração dos resultados:		
Custo dos serviços correntes	(29.689)	(35.467)
Custo dos juros do plano	(67.896)	(57.036)
Juros do plano	97.156	81.605
	<u>(429)</u>	<u>(10.898)</u>
Montantes reconhecidos com outro rendimento integral:		
Ganhos / (perdas) atuariais	83.270	79.201
Ganhos / (perdas) financeiras	(249.597)	39.228
	<u>(166.327)</u>	<u>118.429</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição da carteira dos ativos do fundo de pensões era a seguinte:

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	1.762.802	44%	2.293.888	52%
Títulos de rendimento de dívida pública	1.208.720	30%	915.752	21%
Mercado monetário	360.046	9%	109.718	2%
Ações	496.535	12%	710.478	16%
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliário	212.780	5%	424.523	10%
Disponibilidades, contas a receber (pagar) e outros ativos (passivos) de curto prazo	(1.747)	0%	(9.853)	0%
	<u>4.039.136</u>	<u>100%</u>	<u>4.444.506</u>	<u>100%</u>

O fundo de pensões não possui em carteira quaisquer títulos do Grupo Impresa, nem quaisquer ativos utilizados por este.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)33.2 Compromissos para a aquisição de programas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo tinha contratos ou acordos celebrados com terceiros para a compra de direitos de exibição de novelas, filmes, séries e outros programas de 20.505.266 Euros e 12.125.187 Euros, respetivamente, não incluídos na demonstração consolidada da posição financeira, de acordo com os critérios valorimétricos utilizados (Nota 2.11), como segue:

Natureza	31 de dezembro de 2018					31 de dezembro de 2017				
	Ano de disponibilidade dos títulos					Ano de disponibilidade dos títulos				
	2019	2020	2021 e seguintes	Sem data definida	Total	2017	2018	2019 e seguintes	Sem data definida	Total
Entretenimento	4.854.199	3.636.590	2.108.250	-	10.599.039	1.466.909	-	-	-	1.466.909
Filmes	464.288	-	-	-	464.288	971.732	-	-	-	971.732
Formato	27.430	-	-	-	27.430	42.200	-	-	-	42.200
Novelas	4.585.342	-	-	-	4.585.342	6.687.888	-	-	-	6.687.888
Infantis	341.255	10.369	99.811	-	451.435	569.340	10.900	-	-	580.240
Documentários	157.891	-	-	-	157.891	165.339	94.720	-	-	260.059
Séries 60'	670.451	-	56.151	-	726.602	683.807	-	-	71.574	755.381
Mini séries	-	-	-	-	-	14.540	-	-	-	14.540
Desporto	1.930.161	1.533.333	-	-	3.463.494	1.219.324	-	-	-	1.219.324
Eventos	24.500	-	5.245	-	29.745	119.461	-	-	7.453	126.914
	<u>13.055.517</u>	<u>5.180.292</u>	<u>2.269.457</u>	<u>-</u>	<u>20.505.266</u>	<u>11.940.540</u>	<u>105.620</u>	<u>-</u>	<u>79.027</u>	<u>12.125.187</u>

Natureza	31 de dezembro de 2018					31 de dezembro de 2017				
	Ano limite para exibição dos títulos					Ano limite para exibição dos títulos				
	2019	2020	2021 e seguintes	Sem data definida	Total	2017	2018	2019 e seguintes	Sem data definida	Total
Entretenimento	3.724.137	4.024.940	2.849.962	-	10.599.039	817.048	276.951	372.911	-	1.466.909
Filmes	-	-	464.288	-	464.288	7.453	69.960	894.319	-	971.732
Formato	-	-	27.430	-	27.430	-	-	42.200	-	42.200
Novelas	66.887	53.454	4.465.000	-	4.585.342	684.415	41.923	5.961.550	-	6.687.888
Infantis	34.854	202.572	214.009	-	451.435	22.449	320.983	236.808	-	580.240
Documentários	54.921	102.970	-	-	157.891	61.054	104.285	94.720	-	260.059
Séries 60'	-	199.263	527.339	-	726.602	4.545	460.393	218.869	71.574	755.381
Mini séries	-	-	-	-	-	14.540	-	-	-	14.540
Desporto	396.827	1.533.333	1.533.333	-	3.463.494	1.219.324	-	-	-	1.219.324
Eventos	-	-	29.745	-	29.745	13.474	69.995	35.993	7.453	126.914
	<u>4.277.627</u>	<u>6.116.533</u>	<u>10.111.106</u>	<u>-</u>	<u>20.505.266</u>	<u>2.844.302</u>	<u>1.344.489</u>	<u>7.857.369</u>	<u>79.027</u>	<u>12.125.187</u>

33.3 Compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os compromissos assumidos com a compra de ativos fixos tangíveis ascendem a, aproximadamente, 3.056.538 Euros e 1.151.093 Euros, respetivamente.

33.4 Locações operacionais

No exercício findo em 31 dezembro de 2004, a SIC alienou o edifício da sua sede a um fundo de investimento, por 12.300.000 Euros, tendo adicionalmente celebrado um contrato de arrendamento daquele edifício pelo período de 15 anos, pagando uma renda anual de 816.500 Euros no primeiro ano de vigência do contrato e 873.000 Euros a partir do segundo ano, sujeita a atualizações anuais em função da taxa de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a GMTS celebrou um contrato de arrendamento de um imóvel onde se encontram implantados alguns estúdios da SIC, por um período de 5 anos, renovável automaticamente por períodos adicionais de 1 ano pagando uma renda anual no montante de, aproximadamente, 236.000 Euros, sujeita a atualizações anuais em função da portaria publicada para o efeito.

Adicionalmente, o Grupo utiliza ainda outros bens em regime de locação operacional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2018	2017
no prazo de um ano	1.504.608	1.568.833
entre um ano e cinco anos	1.149.883	1.528.795
mais de cinco anos	61.226	164.343
	<u>2.715.716</u>	<u>3.261.971</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo reconheceu na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral custos com locações operacionais nos montantes de, aproximadamente, 1.529.212 Euros e 1.993.957 Euros, respetivamente.

## 34. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos e as transações com partes relacionadas são as seguintes:

31 de dezembro de 2018:

	Saldos			
	Depósitos à ordem	Contas a receber	Contas a pagar	Empréstimos obtidos
<u>Acionistas:</u>				
Grupo BPI	2.203.236	1.317.611	-	87.609.836
Grupo Madre (SP - Televisão, Lda.)	-	74.415	7.208.374	-
<u>Associadas:</u>				
Vasp - Distribuidora de Publicações, S.A. ("Vasp")	-	1.026.509	78.989	-
Vasp Premium - Entrega personalizada de publicações, Lda. ("Vasp Premium")	-	-	12.409	-
Vasp TMK - Soluções de Trademarketing, Lda. ("Vasp TMK")	-	-	246	-
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	-	-	135.466	-
DPS-Digital Printing Services, Lda	-	-	269	-
<u>Outras:</u>				
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados	-	-	208.969	-
	<u>2.203.236</u>	<u>2.418.535</u>	<u>7.644.723</u>	<u>87.609.836</u>

	Transações				
	Serviços obtidos	Custos com o pessoal	Custos financeiros	Vendas e serviços prestados	Proveitos financeiros
<u>Acionistas:</u>					
Impreger	81.000	-	-	-	-
Grupo BPI	-	-	2.914.900	369.256	34.932
Grupo Madre (SP - Televisão, Lda.)	24.460.277	-	-	740.300	-
<u>Associadas:</u>					
Vasp (Nota 8)	200.084	-	-	8.056.062	-
Vasp Premium	79.380	-	-	-	-
Vasp TMK	3.900	-	-	-	-
Lusa	360.407	-	-	-	-
DPS	1.095	-	-	-	-
<u>Outras:</u>					
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados	452.310	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	615.440	-	-	-
	<u>25.638.453</u>	<u>615.440</u>	<u>2.914.900</u>	<u>9.165.618</u>	<u>34.932</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)31 de dezembro de 2017:

	Saldos			
	Depósitos à ordem	Contas a receber	Contas a pagar	Empréstimos obtidos
<u>Acionistas:</u>				
Grupo BPI	2.400.267	1.159.654	-	95.270.854
Grupo Madre (SP - Televisão, Lda.)	-	44.501	6.812.528	-
<u>Associadas:</u>				
Vasp - Distribuidora de Publicações, S.A. ("Vasp")	-	1.710.815	90.700	-
Vasp Premium - Entrega personalizada de publicações, Lda. ("Vasp Premium")	-	-	26.283	-
Vasp TMK - Soluções de Trademarketing, Lda. ("Vasp TMK")	-	-	11.107	-
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	-	-	96.863	-
DPS - Digital Priting Services, Lda. ("DPS")	-	-	580	-
<u>Outras:</u>				
Compta - Infra-estruturas e Segurança, S.A. ("Compta Infra-estruturas")	-	-	603	-
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados	-	-	157.769	-
	<u>2.400.267</u>	<u>2.914.970</u>	<u>7.196.433</u>	<u>95.270.854</u>

	Transações				
	Serviços obtidos	Custos com o pessoal	Custos financeiros	Vendas e serviços prestados	Proveitos financeiros
<u>Acionistas:</u>					
Impreger	89.784	-	-	-	-
Grupo BPI	-	-	3.485.374	294.444	60.199
Grupo Madre (SP - Televisão, Lda.)	24.636.621	-	-	788.200	-
<u>Associadas:</u>					
Vasp (Nota 8)	198.451	-	-	17.659.015	-
Vasp Premium	60.260	-	-	-	-
Vasp TMK	58.740	-	-	-	-
Lusa	390.933	-	-	-	-
DPS	2.004	-	-	-	-
<u>Outras:</u>					
Conselho de Administração	-	552.482	-	-	-
Compta	1.290	-	-	-	-
Compta - Infra-estruturas e Segurança, S.A. ("Compta Infra-estruturas")	848	-	-	-	-
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados	352.371	-	-	-	-
	<u>25.791.302</u>	<u>552.482</u>	<u>3.485.374</u>	<u>18.741.659</u>	<u>60.199</u>

Os termos ou condições praticadas entre a Impresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. Alguns acionistas da Impresa são instituições financeiras, com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal decurso da atividade da Impresa, com condições semelhantes aos que normalmente são contratados entre entidades independentes. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam, essencialmente, à prestação de serviços de publicidade por parte do Grupo Impresa e à concessão de empréstimos por parte dessas instituições financeiras. No início de 2005, o Grupo Impresa adquiriu, ao Grupo BPI e a outros pequenos acionistas, 49% do capital da SIC e obteve um empréstimo de 152.500.000 Euros (Nota 28) para financiar aquela aquisição.

Os saldos e transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação, estando evidenciados na Nota 8.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas pelo Administrador Delegado e pelo Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as transações com o Conselho de Administração correspondem, essencialmente, às remunerações auferidas no desempenho das suas funções no Grupo Impresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos complementos de pensões ao Presidente do Conselho de Administração no montante de 184.739 Euros em ambos os exercícios, pelo fundo de pensões.

35. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2018	2017
Dólar americano (USD)	1,145	1,1993
Franco Suíço (CHF)	1,1269	1,1702
Libra Esterlina (GBP)	0,8945	0,8872
Dólar Australiano (AUD)	1,7056	1,5346
Dólar Canadano (CAD)	1,5605	1,5039
Real do Brasil (BRL)	4,444	-

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo gere o seu capital para assegurar que as empresas participadas prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, o Grupo analisa periodicamente, para todas as empresas que dele fazem parte, a sua estrutura de capital (próprio e alheio) e maturidade da dívida, procedendo ao respetivo financiamento sempre que necessário.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	2018	2017 (reexpresso)
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	45.161.293	44.966.467
Caixa e seus equivalentes (Nota 25)	3.302.921	
Ativos classificados como detidos para venda	3.200.000	13.845.466
	<u>51.664.214</u>	<u>58.811.933</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos obtidos	183.114.745	177.265.530
Contas a pagar a terceiros	71.084.880	72.763.786
Caixa e seus equivalentes (Nota 25)	-	1.799.368
Passivos relativos a ativos classificados como detidos para venda	-	1.930.741
	<u>254.199.625</u>	<u>253.759.425</u>

Em 31 de dezembro de 2018, conforme identificado na Nota 28, o Grupo entende que os montantes pelos quais os empréstimos se encontram registados não diferem significativamente do seu justo valor ou são superiores a este. Com efeito, o justo valor dos empréstimos obtidos dependerá significativamente do nível de risco atribuído pelas entidades financiadoras e das condições que a Impresa conseguiria obter em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se fosse ao mercado contratar financiamentos de prazo e montantes semelhantes aos que tem em curso naquela data.

É entendimento do Grupo que a generalidade dos empréstimos têm *spreads* de mercado, na medida em que foram renegociados recentemente, ou as taxas de juro são atualizadas periodicamente, pelo que as suas condições estão atualizadas face à situação dos mercados financeiros, refletindo deste modo o nível de risco atribuído pelos financiadores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

O Grupo Impresa encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis. Os empréstimos contratados encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro de mercado (Nota 28).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado líquido daqueles exercícios teria diminuído ou aumentado em, aproximadamente, 1.040.000 Euros e 920.000 Euros, respetivamente, não considerando o respetivo efeito fiscal.

b) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio referem-se a dívidas denominadas em moeda estrangeira diferente da moeda do Grupo, o Euro.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com contratos de aquisição de direitos de transmissão de programas de televisão celebrados com diversas produtoras estrangeiras. Com o objetivo de reduzir o nível de risco a que o Grupo está exposto, foi contraído um empréstimo que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ascendia a 2.702.829 Euros e 5.138.685 Euros, respetivamente, o qual foi convertido num depósito a prazo em USD, que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ascendia a 3.930.131 Euros e 6.253.648 Euros, respetivamente (Nota 24).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o Grupo não contratou *forwards* cambiais.

Os saldos a pagar em moeda estrangeira, expressos em Euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2018 e 2017, são conforme segue:

	2018	2017
Dólar americano (USD)	3.445.925	2.515.815
Franco Suíço (CHF)	21.670	27.900
Libra Esterlina (GBP)	7.549	8.229
Dólar Australiano (AUD)	4.320	4.320
Dólar Canadiano (CAD)	422	422
	<u>3.479.886</u>	<u>2.556.686</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo tem contas a receber em USD no montante de 1.843.039 USD e 681.202 USD, respetivamente.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações das diversas empresas do Grupo (Nota 23). Para reduzir o risco de crédito, as empresas do Grupo têm definidas políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento. O risco de crédito é monitorizado regularmente por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas por imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- as perdas esperadas;
- o perfil de risco do cliente;
- o histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- acordos de pagamento existentes;
- as condições financeiras dos clientes.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

O movimento nas perdas por imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 29.1.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas, não existindo necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis:

Saldos vencidos	2018	2017
Até 90 dias	5.745.065	4.728.276
De 90 dias a 180 dias	2.988.538	1.012.684
Mais de 180 dias	9.565.256	1.025.894
	<u>18.298.858</u>	<u>6.766.854</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem contas a receber com a TIN referente à alienação do portfólio de revistas, no montante de 6.166.090 Euros (valor nominal), para o qual está estipulado um plano de pagamentos com recebimentos previstos em 2019 e 2020 nos montantes de 4.082.685 Euros e 2.083.405 Euros, respetivamente.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida perspectivado no curto prazo.

Para reduzir este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor dos *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados ascende a, aproximadamente, 3.207.050 Euros e 13.815.000 Euros, respetivamente, que, no entendimento do Conselho de Administração, tendo também em consideração as principais projeções de *cash-flow* para 2019, e a capacidade do Grupo em renovar as linhas correntes utilizadas, serão suficientes para o Grupo liquidar as suas responsabilidades financeiras correntes a manter as suas operações em continuidade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos remunerados que se vencem até 1 ano, incorporam 46.123.750 Euros e 36.250.000 Euros, respetivamente, referentes a contas correntes caucionadas cujos contratos preveem a renovação automática dos mesmos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos remunerados incluem 7.983.325 Euros referentes a contratos de *factoring*.

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 vencem-se como segue:

Passivos financeiros	2018				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Remunerados:					
Empréstimos (a)	82.282.985	18.520.751	15.899.845	58.600.945	175.304.526
Credores por locações financeiras	1.900.387	3.153.736	1.328.473	1.427.623	7.810.218
Créditos de fornecedores garantidos por terceiros	1.987.732	-	-	-	1.987.732
	<u>86.171.104</u>	<u>21.674.486</u>	<u>17.228.318</u>	<u>60.028.568</u>	<u>185.102.476</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	29.186.892	1.114.821	912.002	-	31.213.715
Fornecedores de imobilizado	3.694.051	-	-	-	3.694.051
Outros passivos correntes	34.189.383	-	-	-	34.189.383
	<u>67.070.326</u>	<u>1.114.821</u>	<u>912.002</u>	<u>-</u>	<u>69.097.149</u>
	<u>153.241.430</u>	<u>22.789.307</u>	<u>18.140.320</u>	<u>60.028.568</u>	<u>254.199.625</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

Passivos financeiros	2017				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Remunerados:					
Empréstimos (a)	93.500.459	15.811.782	13.080.650	54.104.367	176.497.257
Credores por locações financeiras	258.424	251.031	180.738	78.080	768.273
Caixa e seus equivalentes (Nota 25)	1.799.368	-	-	-	1.799.368
Créditos de fornecedores garantidos por terceiros	971.217	-	-	-	971.217
	<u>96.529.468</u>	<u>16.062.812</u>	<u>13.261.388</u>	<u>54.182.447</u>	<u>180.036.116</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	30.543.282	-	-	-	30.543.282
Fornecedores de imobilizado	1.492.685	-	-	-	1.492.685
Outros passivos correntes	39.756.601	-	-	-	39.756.601
Passivos relativos a ativos não correntes detidos para venda	1.930.741	-	-	-	1.930.741
	<u>73.723.309</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.723.309</u>
	<u>170.252.777</u>	<u>16.062.812</u>	<u>13.261.388</u>	<u>54.182.447</u>	<u>253.759.425</u>

(a) Esta rubrica não inclui os descobertos bancários.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de fevereiro de 2019 o Grupo recebeu 2.560.000 Euros referentes à celebração da escritura de venda do terreno que se encontrava em 31 de dezembro de 2018 como devido para venda (Nota 26), que juntamente com o adiantamento efetuado pela a adquirente de 640.000 Euros, perfazem 3.200.000 Euros.

38. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante da remuneração anual paga pelo Grupo ao auditor externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foram como segue:

	2018	2017
<u>Pela Impresa (a)</u>		
Serviços de revisão de contas	61.500	61.500
Serviços de garantia de fiabilidade	2.700	2.700
Outros serviços que não revisão de contas	27.500	27.500
	<u>91.700</u>	<u>91.700</u>
<u>Por outras entidades do Grupo (a)</u>		
Serviços de revisão de contas	162.400	173.300
Total Geral	<u>254.100</u>	<u>265.000</u>

(a) Incluindo contas individuais e consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADOO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Empresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 396.714.220 Euros e um total de capital próprio de 125.380.731 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 3.139.284 Euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Empresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para o facto de que decorrente da adoção do IFRS 9 e IFRS 15, para efeitos de comparabilidade, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram reexpressas conforme divulgado na Nota 2.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2019. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

78

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Imparidade do goodwill</u></p> <p>(referido nas Notas 2.4 e 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>A demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 inclui na rubrica "Goodwill" o montante de 268.622.821 Euros, relativos a goodwill gerados em concentrações de atividades empresariais ocorridas em exercícios anteriores, relacionadas, essencialmente, com as unidades geradoras de caixa da televisão e das publicações. A realização do valor do goodwill está dependente dos fluxos de caixa futuros a gerar pelas unidades geradoras de caixa correspondentes, pelo que existe o risco destes não serem suficientes para recuperar o valor do respetivo goodwill. Conforme referido na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo efetua análises de imparidade do goodwill anualmente, ou sempre que se verifiquem indícios de imparidade, recorrendo para esse efeito a uma entidade terceira, externa ao Grupo, que prepara avaliações, utilizando o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base as projeções futuras a cinco anos de cada negócio, considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano, as quais, incluem diversos pressupostos relativos a um conjunto de variáveis que se encontram detalhadas na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Considerando o valor da rubrica "Goodwill", assim como a existência de um elevado número de julgamentos e estimativas que os testes de imparidade comportam, a análise de imparidade do goodwill é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Testes aos controlos internos considerados relevantes relativos à elaboração das análises de imparidade;</li> <li>- Obtenção das análises de imparidade preparadas pelo órgão de gestão com recurso a uma entidade externa e revisão dos estudos efetuados por essa entidade quanto à plenitude e consistência com a restante informação financeira:             <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise da razoabilidade dos pressupostos utilizados, considerando a conjuntura económica e o mercado atual, assim como o desempenho futuro esperado das unidades geradoras de caixa correspondentes.</li> <li>(ii) comparação dos fluxos de caixa projetados nas análises, incluindo os principais pressupostos considerados, com o desempenho histórico das unidades geradoras de caixa e respetivos orçamentos aprovados pelo órgão de gestão, e</li> <li>(iii) verificação da sua correção aritmética.</li> </ul> </li> <li>- Envolvimento dos nossos especialistas internos para a avaliação dos principais pressupostos utilizados, nomeadamente cálculo das taxas de desconto e da taxa de crescimento da perpetuidade;</li> </ul>

## Reconhecimento da receita de publicidade em televisão

(Referido nas Notas 2.16 e 9 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

As receitas geradas pela televisão correspondem à principal fonte de receita do Grupo, nomeadamente através da exibição de anúncios publicitários. Esta receita resulta, essencialmente, das campanhas publicitárias efetuadas pelos clientes em televisão através de um elevado número de transações, das respetivas audiências e das condições acordadas com os clientes. Conforme referido na Nota 2.16 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a mensuração da referida receita depende da medição e perfil das respetivas audiências, dos descontos a atribuir em função do investimento publicitário efetuado pelos clientes e das restantes condições acordadas com estes. Deste modo, existe o risco da receita das referidas campanhas ser incorretamente registada, considerando, nomeadamente a efetiva medição das audiências e a aplicação dos descontos a conceder que se encontrem negociados e das restantes condições acordadas.

Os nossos principais procedimentos incluíram:

- Entendimento do processo de apuramento da receita de publicidade pelos sistemas relevantes de suporte à faturação, no qual são envolvidos os nossos especialistas internos e avaliação dos mecanismos de controlo interno considerados relevantes no apuramento e registo da receita de publicidade;
- Avaliação da política de reconhecimento da receita gerada pela exibição de anúncios publicitários na televisão adotada pelo Grupo por referência às normas contabilísticas aplicáveis;
- Análise das principais variações da receita gerada face ao período homólogo, tendo em conta os principais indicadores de medição da atividade gerada;
- Para uma amostra de ordens publicitárias reconhecidas como receita, recálculo da receita apurada por referência às condições comerciais acordadas, respetiva exibição e/ou audiência atingida na respetiva faixa horária;
- Conciliação do sistema de faturação com os registos contabilísticos;
- Comparação dos montantes registados pelo Grupo relativos a descontos concedidos e a conceder a clientes, com os resultantes do respetivo investimento publicitário e das condições comerciais aprovadas pelo Grupo, bem como com as notas de crédito emitidas a clientes relativas a descontos comerciais;
- Aferição da fiabilidade das estimativas efetuadas pelo órgão de gestão, por referência à comparação dos descontos efetivamente concedidos no exercício com estimativas registadas em exercícios anteriores.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

76

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), l) e m) do referido artigo.

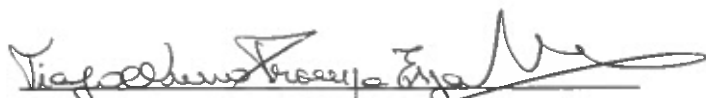
### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- A Deloitte & Associados, SROC, S.A. enquanto membro da rede Deloitte, é Revisor Oficial de Contas do Grupo há 16 anos. Fomos nomeados em Assembleia Geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2015 para o mandato que termina no exercício findo em 31 de dezembro 2018.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 18 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 18 de março de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado, ROC





**LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS  
A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO Nº1 DO ARTº 8º  
DO REGULAMENTO Nº 05/2008 DA C.M.V.M.**  
(Com referência a 31 de dezembro de 2018)

Titular c/ participação qualificada	Quantidade de Ações Detidas	Percentagem de direitos de voto
<b>IMPREGER - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
* Diretamente	84.514.588	50,306%
* Através do Presidente do Conselho de Administração,  Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	2.520.000	1,500%
* Através do Vice-Presidente do Conselho de Administração  Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	8.246	0,005%
* Através do Presidente do Conselho Fiscal,  Dr. António Flores de Andrade	160	0,000%
<b>Total Imputável</b>	<b>87.042.994</b>	<b>51,811%</b>
(a) – A IMPREGER, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA é detida maioritariamente pela sociedade BALSEGER, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, a qual é detida em 99,99% pelo Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>Madre - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
* Diretamente	7.501.243	4,465%
<b>Total Imputável</b>	<b>7.501.243</b>	<b>4,465%</b>
(a) – A Madre – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA é controlada pela Madre – Empreendimentos Turísticos, SA, que por sua vez é controlada pelo Sr. António da Silva Parente, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>BANCO BPI, S.A.</b>		
* Diretamente	6.200.000	3,690%
<b>Total Imputável</b>	<b>6.200.000</b>	<b>3,690%</b>



Titular c/ participação qualificada	Quantidade de Ações Detidas	Percentagem de direitos de voto
<b>Santander Asset Management, S.A.</b>		
* Através do Fundo Santander Acções Portugal	6.895.473	4,104%
* Através do Fundo Santander PPA	119.091	0,071%
<b>Total Imputável</b>	<b>7.014.564</b>	<b>4,175%</b>
<b>Newshold - S.G.P.S.</b>		
* Diretamente (a)	4.038.764	2,404%
<b>Total Imputável</b>	<b>4.038.764</b>	<b>2,404%</b>
(a) – A Newshold – S.G.P.S., SA é detida em 91,25% pela Pineview Overseas, SA, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>Azvalor Asset Management,</b>		
* Diretamente	5.125.586	3,051%
<b>Total Imputável</b>	<b>5.125.586</b>	<b>3,051%</b>
<b>Norges Bank</b>		
* Diretamente	4.673.333	2,782%
<b>Total Imputável</b>	<b>4.673.333</b>	<b>2,782%</b>



**INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART<sup>OS</sup> 447º DO C.S.C.  
E 14º DO REGULAMENTO DA CMVM Nº 5/2008**

Ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade  
(com referência a 31/12/2018)

**Indicação sobre ações:**

Membros do Órgão de Administração	Ações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.18
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	2.520.000	0	0	2.520.000
Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	5.100	0	0	5.100
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	8.246	0	0	8.246
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	140	0	0	140
António Soares Pinto Barbosa	0	0	0	0
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	0	0	0	0
José Manuel Archer Galvão Teles	0	0	0	0
João Nuno Lopes de Castro	0	0	0	0

**Francisco José Pereira Pinto de Balsemão** (Presidente do Conselho de Administração) – Detinha, em 31.12.17, 2.520.000 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. Na IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, sociedade que se encontra em relação de domínio com a IMPRESA, detinha, através da sociedade BALSEGER, SGPS, SA, por si participada em 99,99%, em 31.12.17, 12.095.376 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. Sua mulher, Maria Mercedes Aliú Presas Pinto de Balsemão, detinha, em 31.12.17, 868 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31.12.17, 84.514.588 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão** (Administrador Delegado) – Detinha, em 31.12.17, 5.100 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**Francisco Maria Supico Pinto Balsemão** (Vice-Presidente do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Administrador, detinha, em 31.12.17, 84.514.588 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**Alexandre de Azeredo Vaz Pinto** (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) – Detinha, em 31.12.17, 140 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.



**António Soares Pinto Barbosa** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**José Manuel Archer Galvão Teles** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**João Nuno Lopes de Castro** (Vogal do Conselho de Administração) - Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

Membros do Órgão de Fiscalização	Ações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.18
Deloitte & Associados, SROC, SA - (Fiscal Único)	0	0	0	0
Luís Augusto Gonçalves Magalhães (ROC) – (Suplente)	0	0	0	0

**Indicação sobre obrigações:**

Membros do Órgão de Administração	Obrigações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 16.11.18*
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	0	0	0	0
Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	0	0	0	0
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	0	0	0	0
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	0	0	0	0
António Soares Pinto Barbosa	0	0	0	0
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	0	0	0	0
José Manuel Archer Galvão Teles	0	0	0	0
João Nuno Lopes de Castro	0	0	0	0

\*A emissão de Obrigações IMPRESA – 2018, foi totalmente amortizada em 16 de Novembro de 2018

**Francisco José Pereira Pinto de Balsemão** (Presidente do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão** (Administrador Delegado) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Francisco Maria Supico Pinto Balsemão** (Vice-Presidente do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.



**Alexandre de Azeredo Vaz Pinto** (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**António Soares Pinto Barbosa** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**José Manuel Archer Galvão Teles** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**João Nuno Lopes de Castro** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

Membros do Órgão de Fiscalização	Obrigações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 16.11.18*
Deloitte & Associados, SROC, SA - (Fiscal Único)	0	0	0	0
Luís Augusto Gonçalves Magalhães (ROC) – (Suplente)	0	0	0	0

\*A emissão de Obrigações IMPRESA – 2018, foi totalmente amortizada em 16 de Novembro de 2018



**ANEXO A QUE SE REFERE O ARTº 448º**  
**DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**  
(Com referência a 31 de dezembro de 2018)

Com mais de 1/2 do capital

<b>Titular</b>	<b>Quantidade de Ações Detidas</b>
IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	87.042.994 ações

# Relatório Comissão de Auditoria Contas Anuais 2018

IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200-787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa





# **RELATÓRIO DE ATIVIDADE e PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA**

**Exercício de 2018**

## **1. Introdução**

A Comissão de Auditoria, eleita para o mandato 2015-2018, é composta pelos seguintes elementos:

- Presidente - Alexandre de Azeredo Vaz Pinto
- Vogais - António Soares Pinto Barbosa
- Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

A maioria dos membros da Comissão de Auditoria cumpre os critérios da compatibilidade para o exercício das suas funções previstos no art.º 414º A, do Código das Sociedades Comerciais. A composição da Comissão de Auditoria cumpre os requisitos referidos no artigo 3º, em articulação com o nº 8 do artigo 9º, da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro.

Os membros da Comissão de Auditoria participaram em todas as reuniões do Conselho de Administração, para as quais foram devida e atempadamente convocados, e das quais receberam posteriormente as respetivas atas, tendo apresentado, sempre que justificado, as recomendações e sugestões adequadas nos domínios da auditoria interna, da auditoria externa e do controlo de riscos.

Durante o exercício de 2018, a Comissão de Auditoria procedeu ao acompanhamento e fiscalização da administração da Sociedade e da eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos, tendo realizado 9 reuniões presenciais e duas reuniões por meios telemáticos.

A Comissão de Auditoria recebeu atempadamente todas as atas das reuniões das Comissões Executivas das empresas operacionais.

A eficácia do sistema de controlo interno e da gestão de riscos é, no entender da Comissão, garante da qualidade e integridade da informação financeira disponibilizada pela administração da Sociedade, bem como da observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis.

A Sociedade mantém um sistema de controlo interno e de gestão de riscos, competindo ao Administrador Delegado (CEO) e às Comissões Executivas das empresas operacionais, em articulação com a Comissão de Auditoria, a responsabilidade pela sua implementação, avaliação e cumprimento. Durante o ano de 2018, a Comissão de Auditoria continuou os seus trabalhos de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e de fiscalização das melhorias implementadas com vista a colmatar insuficiências.





A Comissão de Auditoria analisou e aprovou os planos de trabalho do Revisor Oficial de Contas e manteve reuniões periódicas para avaliação do trabalho efetuado e análise dos respetivos resultados.

Na sequência da extinção, em 2015, da Direção de Auditoria Interna, a Comissão de Auditoria deliberou intensificar os contactos com a Direção Administrativa e Financeira e com o CFO, concentrar e focalizar a análise em processos cuja natureza e/ou montantes envolvidos acarretam riscos potenciais mais elevados e abrir a possibilidade, quando tal se justifique, de contratar suplementarmente serviços de auditoria interna a empresas especializadas.

## **2. Auditoria Externa**

### **2.1 Atividade de auditoria e revisão das contas**

A Comissão de Auditoria representa a sociedade, para todos os efeitos, junto do Auditor Externo e zela para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos seus serviços. É, além disso, o interlocutor da empresa para com o Revisor Oficial de Contas é o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

A Comissão de Auditoria efetuou de forma regular a supervisão dos trabalhos do Revisor Oficial de Contas promovendo reuniões regulares com o Revisor Oficial de Contas e seus colaboradores. Durante 2018, decorreram três reuniões entre o auditor externo e a comissão de auditoria.

Nas reuniões foram discutidos, nomeadamente, o andamento dos trabalhos conducentes à auditoria sobre as contas, o ambiente de cooperação dos serviços da empresa com o Auditor Externo, os pontos fracos eventualmente encontrados ao nível do sistema de controlo interno implementado e das políticas contabilísticas adotadas e os efeitos materiais de políticas e procedimentos contabilísticos implementados.

As avaliações e recomendações para melhoria do sistema de controlo interno quando apresentadas pelo Auditor Externo foram reportadas pela Comissão de Auditoria ao Conselho de Administração. Em concreto, foram apresentadas as atividades de controlo relevantes para as transações mais significativas do Grupo IMPRESA.

As reuniões regulares havidas com o Auditor Externo permitiram à Comissão de Auditoria assegurar-se da integridade, rigor, competência, qualidade dos trabalhos e independência com que os auditores levaram a cabo os respetivos trabalhos de revisão e auditoria às contas, bem como da fiabilidade da informação financeira publicada.



O Auditor Externo mostrou-se, ao longo de 2018, cooperante com a Comissão de Auditoria no que toca a todas as questões levantadas. O Auditor Externo comunicou formalmente à Comissão de Auditoria que o exercício das suas funções decorreu em conformidade com o cumprimento dos seus deveres de independência.

Em especial, foi discutido com o Auditor Externo o cumprimento de novos requisitos legais e alterações no normativo contabilístico, bem como a adequação de políticas e critérios contabilísticos com impacto significativo nas contas da IMPRESA.

Assim, relativamente ao exercício de 2018, foram discutidos, entre outros assuntos, as políticas, critérios e procedimentos contabilísticos relacionados com as áreas de risco mais significativas, que são, segundo os auditores, as seguintes:

- Imparidade do *goodwill*;
- Reconhecimento do rédito decorrente de publicidade televisiva;
- Descontos comerciais concedidos;
- Controlo de contas a receber e obrigações de tesouraria;
- Cálculo de estimativas;
- Venda de segmento de negócio;
- Investimento no novo edifício IMPRESA.

Foram objeto de análise pela Comissão de Auditoria os seguintes documentos:

- (i) Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitido em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;
- (ii) Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Impresa, SGPS, reportadas a 31 de dezembro de 2018.
- (iii) Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras da Impresa, SGPS, reportadas a 31 de dezembro de 2018.

## **2.2 Honorários de Revisão de Contas e Outros trabalhos realizados pelo auditor**

Sempre que aplicável, a Comissão de Auditoria foi solicitada a avaliar e dar a sua aprovação, devidamente registada em ata, à contratação do Auditor Externo para a prestação de serviços diversos dos serviços de revisão de contas, tendo em vista assegurar que a independência do auditor não fosse posta em causa. A avaliação teve em consideração, nomeadamente, a razoabilidade dos preços propostos e o grau de conhecimento específico do setor de atividade.

Em 2018 os serviços totais prestados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 254.100 €, dos quais 223.900 € respeitaram a serviços de revisão legal das contas, 2.700 € a serviços de garantia de fiabilidade e 27.500 € a serviços de revisão limitada.



### **3. Negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação**

Para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, a Comissão de Auditoria definiu, como sendo de relevância significativa, os negócios que representem mais de 1% dos custos variáveis consolidados do Grupo, do ano anterior àquele a que os mesmos digam respeito.

Em 2018, a Comissão de Auditoria pronunciou-se sobre dois contratos e respetivas adendas no âmbito da parceria constituída no âmbito da prestação de serviços de televisão.

### **4. Parecer específico sobre as condições de independência do auditor**

Ao longo de 2018, a Comissão de Auditoria apreciou a atividade do Auditor Externo, acompanhando e avaliando de forma regular o desempenho das suas funções e a sua independência, tendo concluído pela inexistência de situações de conflito de interesses e tendo considerado adequados os trabalhos de revisão de contas.

A avaliação do Auditor Externo constitui matéria de discussão nas reuniões da Comissão de Auditoria, não se tendo verificado, até ao momento, qualquer motivo para a sua destituição e consequente substituição.

### **5. Parecer sobre o Relatório Único de Gestão, Contas e proposta de aplicação dos resultados**

Nos termos do nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por remissão do disposto no nº 2 do artigo 423º-F do mesmo Código, a Comissão de Auditoria dá parecer favorável ao Relatório Único de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2018 e respetiva proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração.

Mais informa a Comissão de Auditoria que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante dos documentos de prestação de contas emitidos pelo Grupo foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Grupo se defronta.

### **6. Parecer sobre o Relatório sobre o Governo da Sociedade**

Nos termos do nº 5 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por remissão do disposto no nº 2 do artigo 423º-F do mesmo Código, a Comissão de Auditoria dá, ainda, parecer favorável ao Relatório sobre o Governo da Sociedade



respeitante ao exercício de 2018, o qual inclui os elementos exigíveis pelo artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 20 de março de 2019

A Comissão de Auditoria,

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

António Soares Pinto Barbosa

Maria Luísa Anacoreta Correia



# **Relatório do Governo Societário**

**Contas Anuais 2018**

▪ IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200-787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa





## **RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO – 2018**

### **PARTE I**

#### **INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

##### **A. ESTRUTURA ACIONISTA**

###### **I**

##### **Estrutura de capital**

- 1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 84.000.000,00 euros, representado por 168.000.000 ações escriturais, do valor nominal de 0,50 euros cada. A estas ações corresponde igual número de direitos de voto, por força do n.º 1 do artigo 8º do contrato de sociedade, que estabelece que a cada ação corresponde um voto. Não existem diferentes categorias de ações e as existentes estão todas admitidas à negociação.

- 2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).**

Não existe qualquer tipo de restrição à transmissibilidade das ações.

- 3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

A sociedade não detém ações próprias.



4. **Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j).**

Nos termos (i) do Contrato de empréstimo celebrado pela Impresa Serviços e Multimédia, (entretanto incorporada por fusão na IMPRESA) em março de 2005, com o Banco BPI, SA, no montante de 152,5M€, para a aquisição de 49% do capital da SIC, (ii) do Contrato de empréstimo celebrado pela SIC, em junho de 2013, com o Banco BPI, SA, no montante de 17M€, para apoio à tesouraria, (iii) do Contrato de Mútuo celebrado com o Banco BIC Portugal, S.A., no montante de 11M€, para apoio à tesouraria, e (iv) do Contrato de Conta Corrente Caucionada celebrado com o Banco BPI, SA, no montante de até 10,45 M€, celebrado em 12 de janeiro de 2016, para apoio à tesouraria, os bancos poderão resolver os contratos ou declarar o vencimento antecipado e imediato das obrigações de reembolso dos fundos mutuados, se a participação da IMPREGER na IMPRESA baixar de 50,01% do capital social e/ou dos direitos de voto desta.

5. **Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.**

Não existem quaisquer medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. **Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).**

Não existem quaisquer acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e que envolvam restrições à transmissibilidade de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## II

### Participações Sociais e Obrigações detidas

7. **Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.**



Titular c/ participação qualificada	Quantidade de Ações Detidas	Percentagem de direitos de voto
<b>IMPREGER - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
* Diretamente	84.514.588	50,306%
* Através do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	2.520.000	1,500%
* Através do Vice-Presidente do Conselho de Administração Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	8.246	0,005%
* Através do Presidente do Conselho Fiscal, Dr. António Flores de Andrade	160	0,000%
<b>Total Imputável</b>	<b>87.042.994</b>	<b>51,811%</b>
(a) – A IMPREGER, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA é detida maioritariamente pela sociedade BALSEGER, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, a qual é detida em 99,99% pelo Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>Madre - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
* Diretamente	7.501.243	4,465%
<b>Total Imputável</b>	<b>7.501.243</b>	<b>4,465%</b>
(a) – A Madre – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA é controlada pela Madre – Empreendimentos Turísticos, SA, que por sua vez é controlada pelo Sr. António da Silva Parente, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>BANCO BPI, S.A.</b>		
* Diretamente	6.200.000	3,690%
<b>Total Imputável</b>	<b>6.200.000</b>	<b>3,690%</b>
<b>Santander Asset Management, S.A.</b>		
* Através do Fundo Santander Acções Portugal	6.895.473	4,104%
* Através do Fundo Santander PPA	119.091	0,071%
<b>Total Imputável</b>	<b>7.014.564</b>	<b>4,175%</b>
<b>Newshold - S.G.P.S.</b>		
* Diretamente (a)	4.038.764	2,404%
<b>Total Imputável</b>	<b>4.038.764</b>	<b>2,404%</b>
(a) – A Newshold – S.G.P.S., SA é detida em 91,25% pela Pineview Overseas, SA, pelo que os referidos direitos de voto lhe são igualmente imputáveis.		
<b>Azvalor Asset Management,</b>		
* Diretamente	5.125.586	3,051%
<b>Total Imputável</b>	<b>5.125.586</b>	<b>3,051%</b>
<b>Norges Bank</b>		
* Diretamente	4.673.333	2,782%
<b>Total Imputável</b>	<b>4.673.333</b>	<b>2,782%</b>





**8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

**Indicação sobre ações:**

Membros do Órgão de Administração	Ações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.18
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	2.520.000	0	0	2.520.000
Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	5.100	0	0	5.100
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	8.246	0	0	8.246
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	140	0	0	140
António Soares Pinto Barbosa	0	0	0	0
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	0	0	0	0
José Manuel Archer Galvão Teles	0	0	0	0
João Nuno Lopes de Castro	0	0	0	0

**Francisco José Pereira Pinto de Balsemão** (Presidente do Conselho de Administração) – Detinha, em 31.12.17, 2.520.000 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. Na IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, sociedade que se encontra em relação de domínio com a IMPRESA, detinha, através da sociedade BALSEGER, SGPS, SA, por si participada em 99,99%, em 31.12.17, 12.095.376 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. Sua mulher, Maria Mercedes Aliú Presas Pinto de Balsemão, detinha, em 31.12.17, 868 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31.12.17, 84.514.588 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão** (Administrador Delegado) – Detinha, em 31.12.17, 5.100 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**Francisco Maria Supico Pinto Balsemão** (Vice-Presidente do Conselho de Administração) – Detinha, em 31.12.17, 8.246 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Administrador, detinha, em 31.12.17, 84.514.588 ações, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.



**Alexandre de Azeredo Vaz Pinto** (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) – Detinha, em 31.12.17, 140 ações da IMPRESA, posição que, por não ter havido qualquer aquisição/alienação em 2018, se mantinha igual em 31.12.18.

**António Soares Pinto Barbosa** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**José Manuel Archer Galvão Teles** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**João Nuno Lopes de Castro** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

Revisor Oficial de Contas	Ações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.18
Deloitte & Associados, SROC, SA	0	0	0	0
Luís Augusto Gonçalves Magalhães (Suplente)	0	0	0	0

#### **Indicação sobre obrigações:**

Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização	Obrigações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 16.11.18*
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	0	0	0	0
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	0	0	0	0
Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	0	0	0	0
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	0	0	0	0
António Soares Pinto Barbosa	0	0	0	0
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	0	0	0	0
José Manuel Archer Galvão Teles	0	0	0	0
João Nuno Lopes de Castro	0	0	0	0

\*A emissão de Obrigações IMPRESA 2018 foi totalmente amortizada em 16 de novembro de 2018

**Francisco José Pereira Pinto de Balsemão** (Presidente do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.



**Francisco Maria Supico Pinto Balsemão** (Vice-Presidente do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão** (Administrador Delegado) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Alexandre de Azeredo Vaz Pinto** (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**António Soares Pinto Barbosa** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia** (Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**José Manuel Archer Galvão Teles** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

**João Nuno Lopes de Castro** (Vogal do Conselho de Administração) – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2018.

Revisor Oficial de Contas	Obrigações			
	Detidas em 31.12.17	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 16.11.18*
Deloitte & Associados, SROC, SA	0	0	0	0
Luís Augusto Gonçalves Magalhães (Suplente)	0	0	0	0

\*A emissão de Obrigações IMPRESA 2018 foi totalmente amortizada em 16 de novembro de 2018

9. **Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

No que respeita a deliberações sobre aumentos de capital, o Conselho de Administração não tem qualquer poder definido no contrato de sociedade, sendo matéria exclusiva da Assembleia Geral, podendo, no entanto, fazer propostas neste sentido à Assembleia Geral.

10. **Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

Existem as seguintes relações de natureza comercial com acionistas titulares de participações qualificadas:

- Com a IMPREGER – contrato de arrendamento de instalações (sede) em que a IMPRESA é inquilina.
- Com o BPI – contratos de financiamento (vide ponto 4).
- Com a SP Televisão (Grupo Madre) – contratos de produção televisiva (vide ponto 90).



## **B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

### **I**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

##### **a) Composição da mesa da assembleia geral**

**11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).**

A composição da mesa da Assembleia Geral para o mandato atual (quadriénio 2015/2018) é a seguinte:

Presidente: Dr. Manuel Magalhães e Silva

Secretário: Dr. Pedro Leite Alves

##### **b) Exercício do direito de voto**

**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);**

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.**

Não existem quaisquer regras estatutárias com as características acima referidas.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Não existem quaisquer regras estatutárias sobre quóruns constitutivos e deliberativos, regendo-se a Assembleia Geral de acordo com as regras previstas na lei.



## II ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### a) Composição

**15. Identificação do modelo de governo adotado.**

O modelo de governo adotado é o previsto na alínea b) do nº1 do artº 278º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, com um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).**

As designações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no início de cada mandato são da competência da Assembleia Geral.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de julho de 2012, foi criada a figura do Administrador Delegado com a responsabilidade em todos os pelouros, figura esta que se mantém no mandato atual (2015/2018) por deliberação do Conselho de Administração eleito em 2015, na sua reunião de 4 de Maio de 2015.

Quanto à substituição de um administrador, procede-se de acordo com o previsto no Código das Sociedades Comerciais, isto é, procede-se à sua substituição por cooptação, no prazo de sessenta dias, ou, na falta desta, por designação da Comissão de Auditoria, procedendo-se na primeira Assembleia Geral seguinte à ratificação da escolha para valer até ao fim do período para que o administrador estava eleito.

No que diz respeito ao Revisor Oficial de Contas, o mesmo será substituído pelo seu suplente.

**17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

A composição do Conselho de Administração para o mandato atual (quadriénio 2015/2018) é a seguinte:

Presidente:	Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão
Vice-Presidente:	Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão
Vogais:	Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão (Administrador Delegado) (a)
	Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto
	Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa
	Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia
	Dr. José Manuel Archer Galvão Teles
	Engº João Nuno Lopes de Castro

(a) Cooptação com efeitos a 6 de março de 2016, ratificada na Assembleia Geral de 19 de abril de 2016.



O mandato do Conselho de Administração, composto por três a onze membros, é de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos quadriênios, sem prejuízo das limitações impostas por lei às sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado. De acordo com a composição atrás referida, o Conselho de Administração tem 8 membros efetivos.

Membros do Conselho de Administração	Data da 1ª designação	Termo do mandato
Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	18-01-90	31-12-18
Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	05-02-01	31-12-18
Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	06-03-16	31-12-18
Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	15-05-00	31-12-18
Dr. António Soares Pinto Barbosa	12-04-07	31-12-18
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	28-01-08	31-12-18
Dr. José Manuel Archer Galvão Teles	07-10-09	31-12-18
Engº João Nuno Lopes de Castro	29-04-15	31-12-18

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.**

Da composição do Conselho de Administração indicada no ponto anterior apenas um administrador, Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão (Administrador Delegado), tem funções executivas.

De entre os sete membros não executivos, são independentes, considerando os critérios constantes do ponto 18.1 do Modelo do Relatório de Governo Societário e do artigo 414º nº 5 do Código das Sociedades Comerciais, os seguintes três vogais: Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa, Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia e Engº João Nuno Lopes de Castro.

**19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão

Membro do Conselho de Estado (desde julho de 2005). É Presidente do Júri do Prémio Pessoa (1987), Presidente do Conselho Geral do Instituto Sá Carneiro (1998), membro do “Consejo de Protectores” da “Fondación Carolina” (2001), membro do Conselho de



Curadores da Fundação Luso-Brasileira (abril 2004), membro do Conselho Assessor da Revista “Quaderns del Cac”, editada pelo Conselho do Audiovisual da Catalunha (agosto de 2009), membro do Conselho Consultivo do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão (desde abril de 2010), Presidente do Conselho Geral da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (desde fevereiro de 2014), Presidente do Conselho Geral da PMP – Plataforma de Media Privados (agosto 2014), Presidente da Comissão Diretiva dos Encontros de Cascais e Copresidente do Foro Iberoamérica. Doutorado Honoris Causa pela Universidade Nova de Lisboa (abril 2010) e pela Universidade da Beira Interior (outubro 2010).

Foi membro do Steering Committee do Bilderberg Meetings (1983-2015), professor associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1987-2002), Presidente do Conselho de Administração do “European Institute for the Media” (1990-1999), Presidente do “European Television and Film Forum” (1997-2003), vice-presidente da Fundação “Journalistes en Europe” (1995-2003), Presidente do “European Publishers Council” (1999-2014), membro do comité executivo do “Global Business Dialogue” (1999-2002), membro do Conselho Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação (2003-2006), membro do Conselho Assessor Internacional do Grupo Santander (2004-2014), membro do Conselho Consultivo da Universidade de Lisboa (de janeiro de 2007 a maio de 2009), Membro da Comissão para a Revisão do Conceito Estratégico da Defesa Nacional (junho 2012), membro do Júri do Prémio Príncipe/Princesa de Astúrias de Cooperação Internacional (1985-1986 e 1996-2015), Administrador não executivo da Daily Mail and General Trust plc (2002-2017), Presidente do Conselho de Faculdade da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2009-2017), Conselheiro Externo do presidente da 72ª Assembleia-Geral da ONU (setembro 2017 a setembro de 2018) e Presidente da mesa da Assembleia Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação (2016-2018).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), onde frequentou o curso complementar de Ciências Político-Económicas. Foi jornalista, secretário de direção (1963-1965) e administrador (1965-1971) do Diário Popular, fundador e diretor do jornal EXPRESSO (1973-1980), fundador do Partido Social Democrata (1974), deputado e vice-presidente da Assembleia Constituinte (1975), deputado da Assembleia da República em 1979, 1980 e 1985, Ministro de Estado Adjunto no VI Governo Constitucional (1980) e Primeiro-Ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-1983).

#### Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Telecomunicações e Eletrónica, no Instituto Superior Técnico (I.S.T.), Universidade Técnica de Lisboa.

Curso de Pós-Graduação em “Gestão de Empresas de Telecomunicações” (1998/99) do ISTP – Instituto Superior de Transportes, organizado pelo ISTP, pela APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações e pelo Instituto de Empresa de Madrid (IE).

Participação e conclusão do Programa EJE - Engenheiro Jovem Empresário (1993/1994), promovido pela Secretaria de Estado da Juventude, pela Junitec (Júnior Empresas do Instituto Superior Técnico) e pelo ITEC (Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária).

Na TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A., foi Diretor de Negócios Internacionais e Roaming (de outubro de 1997 a março de 2000), Gestor de Produto no Departamento de Produtos e Serviços para o Mercado Empresarial da Direção de Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços (de abril de 1997 a outubro de 1997), e Gestor de Projeto no Departamento de Inovação e Desenvolvimento de Produtos e Serviços da Direção de Comunicação e Marketing (de dezembro de 1995 a abril de 1997).





Foi vogal da Direção da AAAIST- Associação dos Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico no biénio 2000/2002, e presidente da sua Comissão de Comunicação e Imagem de 1995 a 2000. Foi membro da Direção Nacional (Região Sul/Ilhas) da APIGRAF - Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Comunicação Visual e Transformadoras do Papel no biénio 2005/2007.

Foi membro observador do Conselho Consultivo do ICP/ANACOM – Autoridade Nacional das Comunicações (em representação da SIC); foi membro do júri de avaliação das Provas de Aptidão Profissional dos cursos de “Técnico de Telecomunicações” ministrados pelo INETE – Instituto de Educação Técnica e pela EPET – Escola Profissional de Eletrónica e Telecomunicações (em representação da APDC); foi «senior advisor» para Portugal da Investment Banking Division do banco multinacional de origem norte-americana Lehman Brothers desde julho de 2006 até à falência desta instituição (em 15 de setembro de 2008); foi membro do Conselho Consultivo Ibérico da multinacional americana de tecnologia Oracle até junho de 2014 (tendo sido, desde 2006, do Conselho Consultivo Ibérico da SUN Microsystems, empresa posteriormente adquirida pela Oracle); e, de 2006 a 2014, foi membro do Conselho Consultivo Ibérico da Thomson-Reuters Aranzadi, editora espanhola de conteúdos especializados para o mercado jurídico, pertencente à multinacional canadiana Thomson-Reuters (líder mundial na disponibilização de conteúdos especializados para profissionais: jurídicos, fiscais, financeiros, científicos).

Foi presidente da Direção Nacional da ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários) de Maio de 2009 a Outubro de 2013, tendo sido seu vice-presidente de 2003 a 2006 e seu presidente-adjunto de 2006 a 2009. No período como presidente da ANJE, foi igualmente: presidente da Comissão Executiva do Portugal Fashion; membro do Conselho Económico e Social de Portugal; membro do Conselho de Acompanhamento da RTP2; membro do Conselho Consultivo da AIESEC Portugal (associação internacional de estudantes de economia e gestão); membro da Comissão Executiva do Movimento Cívico “Novo Portugal – Opções de uma Geração”; e vice-presidente do Conselho Geral da CIP – Confederação Empresarial de Portugal de 2011 a 2013, tendo sido vogal da Direção da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa em 2010.

É vogal da Direção da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações desde 2016 (tendo antes sido vogal da Direção entre 2001 e 2011, diretor da sua revista “Comunicações” de 2011 a 2012, e comissário para os media de 2012 a 2016); membro da Direção da ACEPI – Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa - desde novembro de 2005 (tendo sido Diretor do seu Grupo Especializado B2C de 2001 a 2005); vice-presidente da Direção da AIP/CE – Associação Industrial Portuguesa/Confederação Empresarial desde 2015 (tendo sido vice-presidente da Direção de 2007 a 2011 e membro do Conselho Geral de 2012 a 2015); vogal suplente da Direção da API – Associação Portuguesa de Imprensa desde 2007; presidente da assembleia-geral da ANETIE – Associação Nacional das Empresas de Tecnologia de Informação e Eletrónica desde 2015 (tendo sido vogal da Direção de 2010 a 2012, e seu vice-presidente da assembleia-geral de 2012 a 2014); presidente do conselho fiscal da EF – Associação de Empresas Familiares; membro do Conselho Geral da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação; membro do Conselho Geral da AEP – Associação Empresarial de Portugal desde 2014; e elemento de ligação da IMPRESA, SGPS à COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação.

É membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto (Católica Porto Business School).

É presidente do Conselho de Administração da Fundação da Juventude desde janeiro de 2014, tendo sido seu vice-presidente em 2013.





*Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão*

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (1998-2003), programa Erasmus na Universitat Pompeu Fabra, Barcelona (2002), Masters – LLM, Mestrado em Direito (2006-2007) pela University of Oxford, Inglaterra, Curso Geral de Gestão na Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa (2008), Advanced Management Program pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, e Kellogg School of Management, Chicago (EUA) (2011), Curso de Gestão “Orchestrating Winning Performance / Leading the Family Business, na IMD Business School, Lausanne (Suíça) (2012) e “Journey to Business Transformation” pela Esade Business School, lecionado na Singularity University (NASA Research Park) em Silicon Valley (2018).

Junior Associate (2003-2005) e Associate (2005-2006) na Linklaters (Lisboa), Assistant Adviser na Missão de Portugal junto das Nações Unidas, Nova Iorque (EUA) (2007), Senior Associate na Heidrick & Struggles (2008-2009).

Membro do Conselho BENova, entre 2011 e 2013, aconselhamento ao Diretor da Faculdade de Gestão e Economia da Universidade Nova de Lisboa na tomada de decisões estratégicas sobre o futuro da instituição.

Nomeado para European Counsel Awards 2012 – categoria General Commercial.

Masters Capital Humano 2015 na categoria “Melhor estratégia de motivação e engagement dos colaboradores”

Eleito para o General Counsel (GC) Powerlist da Península Ibérica, prémio atribuído pela empresa Legal 500 (2016).

Faz parte do Advisory Board do Imagens de Marca, Magazine de Informação sobre Comunicação das Marcas (janeiro 2017).

Membro da St. Julian’s School Association.

Eleito Diretor da International Academy of Television Arts & Sciences (novembro 2017).

Membro do Conselho Consultivo do Forum para a Competitividade, para o triénio 2018-2020.

Membro do Conselho de Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa para o quadriénio 2018-2021.

IMPRESA: Diretor de Recursos Humanos (setembro 2009 a setembro 2011), Diretor de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (outubro 2011 a setembro 2012), COO Recursos Humanos, Jurídico e Sustentabilidade (outubro 2012 a março 2016), Secretário da Sociedade (setembro de 2011 a janeiro de 2016) e é Vice-Presidente da Direção da SIC Esperança desde 2013.

*Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas, em 1961.

Foi vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (1996), administrador não executivo da Brisa (1998), presidente do Conselho de Administração da SIBS, SA (1996), presidente do Conselho de Administração da Caixa Investimentos (1996), administrador não executivo da UNICRE (1996), presidente do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, por nomeação do Conselho de Ministros (1986), vice-presidente do mesmo Banco (1992), vice-governador do Banco de Portugal, por nomeação do Conselho de Ministros (1982), presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Investimento Estrangeiro, por nomeação do Conselho de Ministros (1977), Ministro do Comércio e Turismo (de janeiro a setembro de 1981), presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Investimento Estrangeiro, retomando a sua anterior posição, presidente da Sociedade Financeira Portuguesa, por nomeação do Conselho de



Ministros (de 1974 a 1979), Secretário de Estado do Comércio, por nomeação de 11 de agosto de 1972, tendo, nesta qualidade, sido presidente da Delegação Portuguesa do Conselho de Ministros da EFTA, nas sessões que tiveram lugar em novembro de 1972 e maio de 1973, em Viena e Genebra, respetivamente, tendo presidido aos trabalhos desta última; participou igualmente em diversas reuniões ministeriais do GATT e da OCDE. Subsecretário de Estado do Comércio, por nomeação de 15 de janeiro de 1970, cargo que desempenhou até 11 de agosto de 1972. Diretor do Banco Nacional Ultramarino, por nomeação de setembro de 1968. Trabalhou no Secretariado Técnico do Primeiro-Ministro, tendo colaborado no Terceiro Plano de Desenvolvimento. Como Técnico do Departamento de Economia Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial, colaborou na elaboração da primeira matriz portuguesa de relações interindustriais. Posteriormente esteve ligado ao estudo e elaboração de Planos de Desenvolvimento e, em colaboração com um grupo de economistas, trabalhou no Ministério da Economia, numa primeira fase, na programação do setor industrial para o Plano Intercalar de Desenvolvimento, tendo de seguida feito parte do Secretariado no Gabinete do Primeiro Ministro.

Chefe do Departamento de Estudos e Coordenação da Companhia Portuguesa de Petróleos, BP.

Ao longo da sua carreira profissional tem trabalhado como consultor junto de diversas organizações, nomeadamente a CIP, tendo nesta qualidade colaborado na preparação de um Guia de Investimentos; como consultor da Corporação de Transportes e Turismo, participou na programação do Setor de Turismo do Terceiro Plano de Desenvolvimento.

*Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa*

Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Universidade Técnica, em 1966.

Doutoramento em Economia, Virginia Polytechnic Institute & SU.

Professor Catedrático de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

*Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia*

Doutorada em Gestão, com especialidade em Contabilidade, pelo ISCTE, em outubro de 2009.

Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em março de 2001.

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, em setembro de 1991.

Revisor Oficial de Contas nº 1133.

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Católica Porto Business School).

Sócio da sociedade Novais, Anacoreta e Associado, SROC, Lda.

Representante da OROC no Accounting Working Party da Fédération des Experts-Comptables Européens – Accountancy Europe.

Membro da lista de árbitros tributários do Centro de Arbitragem Administrativa.

Membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa.

Autora dos livros “Anexo em SNC – Guia prático”, com Sónia Costa Matos e Rui Neves Martins, edição da Vida Económica, 2011 e “Instrumentos Financeiros Derivados: Enquadramento Contabilístico e Fiscal”, edição da Universidade Católica Editora, 2000.



Dr. José Manuel Archer Galvão Teles

Sócio Honorário da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados – Sociedade de Advogados, exercendo a advocacia, a tempo inteiro, desde 1961 (salvo nos anos 75 e 76 em que foi Embaixador de Portugal na ONU).

É fundador e dirigente, desde há muitos anos, de prestigiadas Associações e Fundações de natureza sócio-cultural, tais como: Fundação Serralves, Fundação Mário Soares, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e Fundação Júlio Pomar.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander Totta, SA e da Auchan Portugal Investimentos, SGPS.

Nos anos 60 foi Presidente Nacional da Juventude Católica; fundador e dirigente da “Cooperativa Pragma” e dos “Cadernos Gedoc”; Presidente do “Centro Nacional de Cultura”; candidato a deputado pela Oposição (CDE) nas eleições de 1969, e advogado de defesa em importantes processos políticos julgados no Tribunal Plenário.

Até à independência das colónias portuguesas foi um opositor ativo da guerra colonial. Entre 1976 e 1982 foi Presidente da Direção da Associação de Amizade Portugal-Espanha e na década de 90 foi Presidente da Associação para o Progresso do Direito.

Após a Revolução de 25 de abril participou ativamente na vida política do país, sem nunca abdicar de um permanente exercício da advocacia. Foi fundador e dirigente da Associação “Intervenção Socialista”. Mais tarde, a partir de 1978 e até meados dos anos 90 foi dirigente nacional do Partido Socialista, sucessivamente eleito para a sua Comissão Nacional e Comissão Política.

Em 1974 e 1975, no âmbito do processo de descolonização, foi chefe de delegação do Governo Português em diversas missões de natureza política e económico-financeira, designadamente em Angola e Moçambique.

Em 1975/76 exerceu o cargo de Embaixador de Portugal na ONU, em Nova Iorque, onde representou o País, inclusive no Conselho de Segurança, nas negociações respeitantes ao processo de descolonização, em especial quanto à independência de Angola e Timor Leste.

Entre 1996 e 2006 foi membro do Conselho de Estado por designação do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Em 2005 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e, em 2010, recebeu a medalha de Honra da Ordem dos Advogados.

Foi Administrador não executivo do Banco Santander Totta, SA; da Supa – Companhia Portuguesa de Supermercados, SGPS (Pão de Açúcar); e do Entrepasto, SGPS;

Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Cimpor, SGPS; do Banco Santander Negócios Portugal, SA, e da SONAGI, SGPS (Grupo Queiroz Pereira).

Foi Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo Investimentos, SA.

Foi Presidente da Comissão de Vencimentos da EDP – Energias de Portugal, SA.

Foi Presidente do Conselho de Remunerações e Previdência do Banco Comercial Português, S.A..

Foi Presidente do Conselho Fiscal do Banco Central de Investimento e membro do Conselho Fiscal da Empresa de Cimentos de Leiria, SA (Grupo Champalimaud).

Exerceu, na EDP – Energias de Portugal, SA, os seguintes cargos: Presidente da Mesa da Assembleia Geral durante 3 mandatos, de 2000 a 2007; Vogal do Conselho Geral e de Supervisão em 2006 e 2007.



Engº João Nuno Lopes de Castro

Diretor do Center for Digital Business and Technology da Nova School of Business and Economics.

Pós-doutoramento na Stanford University em 2010.

Doutorado em Engineering Systems pelo Massachusetts Institute of Technology em 2010.

Mestrado (ABD) em Engineering Design pelo Instituto Superior Técnico em 2004.

Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 2000.

Presidente da Portuguese-American Post-Graduate Society no mandato 2007-08 e presidente da AG no mandato seguinte.

Vasta experiência profissional e de consultoria no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, de inovação ou estratégicas no Canal de Notícias de Lisboa, Sonae.com, Cisco Systems, Metro do Porto, UMIC e Sumol+Compal.

Orador convidado com regularidade em programas de formação avançada e executiva sobre temas de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento de Produto.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

As relações familiares conhecidas entre os membros dos órgãos indicados e acionistas com participação qualificada na sociedade são:

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, é pai do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão e do Administrador Delegado (CEO), Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão.

As relações profissionais ou comerciais conhecidas entre os membros dos órgãos indicados e acionistas com participação qualificada na sociedade são:

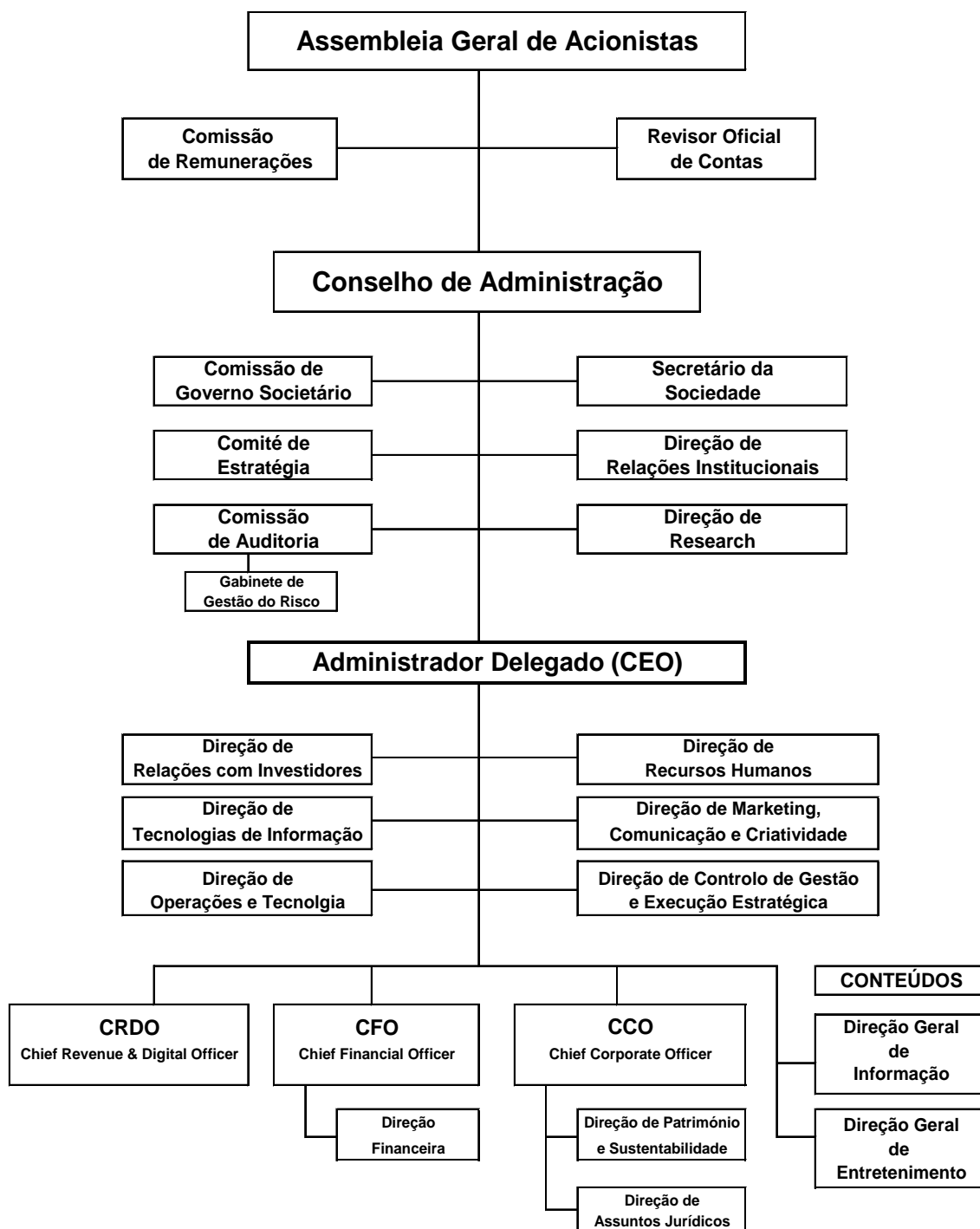
O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão, são, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., a acionista maioritária da IMPRESA.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, é Presidente do Conselho de Administração Executivo da BALSEGER, SGPS, SA, que é a acionista maioritária da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.**



## ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO GRUPO IMPRESA





## **REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

### **Compete ao Presidente do Conselho de Administração (PCA):**

- a) Coordenar as relações do Conselho de Administração com o Administrador Delegado;
- b) Presidir às reuniões do Conselho de Administração (mensais), às reuniões com o CEO (semanais), ao encontro anual de quadros e a quaisquer reuniões ad hoc nas quais esteja presente;
- c) Presidir ao Comité de Estratégia, aprovar a proposta de Plano Estratégico do Grupo e submetê-la ao Conselho de Administração, bem como propostas de alteração do Plano a submeter ao Conselho, e coordenar a respetiva implementação, avaliação e revisão;
- d) Presidir ao Comité Supra Editorial, aprovar propostas respeitantes à estratégia editorial das várias marcas do Grupo e submetê-las ao Conselho de Administração;
- e) Representar institucionalmente o Grupo, coordenar as relações institucionais do Grupo (nomeadamente com UE, Governo, Assembleia da República, Reguladores, Associações do Setor, etc.) e com os acionistas;
- f) Coordenar a Direção de Relações Institucionais e a Direção de Research, cujos Diretores reportam diretamente ao PCA.

### **Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração:**

- a) Presidir às reuniões do Conselho de Administração nas faltas e impedimentos do Presidente;
- b) Exercício de outros poderes ou funções que lhe sejam atribuídos.

### **Compete ao Administrador Delegado (CEO):**

- a) Coordenar a gestão operacional do Grupo;
- b) Coordenar as áreas de Sistemas, Operações e Tecnologia, de Recursos Humanos, de Comunicação Externa e de Investor Relations, cujos responsáveis lhe reportam diretamente;
- c) Nomear e destituir os COO (CRDO, CFO e CCO), os quais lhe reportam diretamente;
- d) Orientar individualmente os COO nas principais políticas e decisões das respetivas áreas;
- e) Presidir às Reuniões de Coordenação Operacional do Grupo;
- f) Presidir às reuniões com cada COO e de quadros de 1ª linha, bem como a outras reuniões ad hoc a que não assista o PCA;
- g) Presidir às apresentações de contas do Grupo.

### **Compete à Comissão de Auditoria:**

A Gestão de Risco.

## **MATÉRIAS INDELEGÁVEIS**

São matérias indelegáveis pelo Conselho de Administração, as seguintes:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Aprovação de relatórios e contas anuais;
- d) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- e) Mudança de sede nos termos previstos no contrato de sociedade;
- f) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- g) Definição de opções estratégicas do Grupo;



- h) Definição da estrutura empresarial do Grupo;
- i) Aprovação do orçamento anual.

Todos os membros do Conselho de Administração são devidamente e atempadamente convocados para as reuniões do órgão e recebem posteriormente as respetivas atas.

Todos os restantes membros dos órgãos sociais podem requerer ao CEO toda e qualquer informação relativa à atividade da IMPRESA e das suas participadas. Tipicamente, esses pedidos de informações são efetuados por escrito (nomeadamente por correio eletrónico), mas também o podem ser por telefone ou presencialmente (normalmente no decurso das reuniões do conselho de administração). Depois de efetuados, e se o CEO não dispuser de todos os dados para poder responder imediatamente (por escrito ou oralmente) de um modo completo, esses pedidos são internamente encaminhados para a estrutura da IMPRESA e/ou das suas participadas. Neste último caso, e em média, a resposta ao pedido levará cerca de 5 dias úteis a ser remetida ao membro do órgão social que o requereu. Na eventualidade desse membro não ficar satisfeito com a referida resposta, o processo é recomeçado, assistindo-se ao número de iterações que for necessário até que o pedido seja inteiramente satisfeito.

## **b) Funcionamento**

### **22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Existem regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, da Comissão de Governo Societário e da Comissão de Auditoria, podendo os mesmos ser consultados no sítio da sociedade – [www.impresa.pt](http://www.impresa.pt).

### **23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.**

O Conselho de Administração reuniu 15 vezes ao longo do ano, sendo a assiduidade dos seus membros a seguinte:

Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão (Presidente)	93,33%
Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão (Vice-Presidente)	100,00%
Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	100,00%
Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	100,00%
Dr. António Soares Pinto Barbosa	100,00%
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	93,33%
Dr. José Manuel Archer Galvão Teles	100,00%
Engº João Nuno Lopes de Castro	100,00%

### **24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A Comissão de Governo Societário tem como missão, entre outras, a avaliação do desempenho do Administrador Delegado (CEO).





**25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A Comissão de Governo Societário definiu os seguintes seis critérios para a avaliação de desempenho do administrador executivo: “Comunicação, Impacto e Influência”; “Da Visão aos Resultados”; “Gestão e Desenvolvimento de Equipas”; “Orientação para os Clientes e/ou Públicos-Alvo”; “Espírito de Equipa e de Grupo”; e “Melhores Práticas, Inovação e Mudança”.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

\* Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

a) Sociedades do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da IMPRESA PUBLISHING, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.

b) Sociedades fora do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração Executivo da BALSEGER-SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Gerente da Sociedade Francisco Pinto Balsemão, SGPS, LDA.
- Gerente da Sociedade Turística da Carrapateira, LDA.

\* Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

a) Sociedades do Grupo

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da IMPRESA PUBLISHING, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA

b) Sociedades fora do Grupo

- Presidente do Conselho da Administração da SPECTACOLOR Portugal, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA
- Administrador da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Administrador da BROADLOOP – INVESTMENTS, SA
- Administrador da EUROTEMPUS, SA
- Administrador da LIFETIME VALUE, SA
- Gerente da SEGMENTABILITY, LDA
- Gerente da ENCOREXPRESS – INVESTMENTS, SGPS, LDA
- Gerente da BORN TO RUN – Consultoria Empresarial, LDA
- Gerente da INCLUDES EVERYONE, LDA
- Gerente da CASUAL PORTION, LDA.





\* Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

a) Sociedades do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da INFOPORTUGAL – Sistemas de Informação e Conteúdos, SA
- Presidente do Conselho de Administração da IMPRESA OFFICE & SERVICE SHARE – Gestão de Imóveis e Serviços, SA.
- Administrador da IMPRESA PUBLISHING, SA
- Administrador da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA
- Presidente do Conselho de Gerência da GMTS (Global Media e Technology Solutions) Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Sociedade Unipessoal, Lda.

b) Sociedades fora do Grupo

Não exerce cargos noutras sociedades.

\* Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

Não exerce cargos noutras sociedades.

\* Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

Sociedades fora do Grupo

- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Champalimaud.

\* Dr<sup>a</sup> Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

Sociedades fora do Grupo

- Presidente da Comissão de Auditoria e Administradora Não Executiva dos CTT, SA
- Vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Administradora Não Executiva da Sonaegest, SGFI, SA
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar Universitário de São João
- Presidente do Conselho Fiscal da Sogrape S.G.P.S., SA
- Membro do Conselho Geral e da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística.

\* Dr. José Manuel Archer Galvão Teles

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

Sociedades fora do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da INTERLAGO, SA.
- Administrador da GT4 – Assessoria e Gestão, SA
- Gerente da CIPRESTE – Turismo de Habitação, Lda.



\* Engº João Nuno Lopes de Castro

Para além do curriculum profissional e das atividades relevantes constantes do ponto 19, exerce, noutras sociedades, os seguintes cargos:

Sociedades fora do Grupo

- Ganexa Seed Capital – General Partner

### **c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**

#### **27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Criadas no seio do Conselho de Administração, existem as seguintes Comissões: Comissão de Auditoria, Comissão de Governo Societário e Comité de Estratégia.

Os Regulamento de funcionamento das Comissões de Auditoria e de Governo Societário podem ser consultados no sítio da sociedade.

#### **28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

O atual Administrador Delegado (CEO), Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão, é Vogal do Conselho de Administração.

#### **29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Compete à Comissão de Auditoria:

1. Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribui para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que desempenhou nesse processo;
2. Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco;
4. Acompanhar a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
5. Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria;
6. Selecionar o Revisor Oficial de Contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles; e
7. Cumprir as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.



Para dar cumprimento aos seus deveres, a Comissão de Auditoria reúne regularmente com o Revisor Oficial de Contas para aferir as condições criadas para a adequada execução dos seus trabalhos. O conteúdo dos relatórios do Revisor Oficial de Contas é apresentado e analisado em detalhe no decorrer destas reuniões, que são realizadas previamente às reuniões do Conselho de Administração, para que a Comissão de Auditoria seja o primeiro órgão do Grupo a tomar conhecimento do conteúdo dos relatórios. As sugestões efetuadas pelo Revisor Oficial de Contas que visem melhorar medidas de controlo interno da empresa e implementar melhores práticas contabilísticas e os resultados da revisão legal das contas são posteriormente reportados e discutidos em sede de Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria reúne regularmente, também, com o Diretor Financeiro e com o CFO do Grupo IMPRESA com vista a acompanhar e propor recomendações no que se refere ao processo de preparação e divulgação e informação financeira.

Para efeitos de acompanhamento da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, a Comissão de Auditoria reúne com responsáveis diversos do Grupo IMPRESA e avalia a necessidade de subcontratação de serviços especializados, tendo em conta, nomeadamente, a inexistência de departamento de auditoria interna no Grupo.

A avaliação e seleção do Revisor Oficial de Contas, bem como a sua independência, constituem também matéria de discussão nas reuniões da Comissão de Auditoria, não se tendo verificado até ao momento, na opinião da Comissão, qualquer motivo para a sua destituição e, portanto, substituição.

Todas as atas das reuniões da Comissão de Auditoria são distribuídas a todos os membros do Conselho de Administração.

Compete à Comissão de Governo de Governo Societário, para além do referido no Ponto 24:

- a) Assistir e apoiar o Conselho de Administração no desempenho da sua função de supervisão da atividade social em matéria de governo societário e regras de conduta, nomeadamente, (i) no aperfeiçoamento do modelo de governo e de supervisão da sociedade, da respetiva estrutura organizativa e dos princípios e práticas de governo por que aquela se regerá, e (ii) na elaboração e implementação de normas de conduta, destinadas a impor a observância das disposições aplicáveis e de rigorosos princípios éticos e deontológicos, no desempenho das funções atribuídas aos membros dos órgãos sociais e trabalhadores da Sociedade.
- b) Estudar, propor e recomendar a adoção pelo Conselho de Administração das políticas, regras e procedimentos necessários ao cumprimento do disposto no presente Regulamento, nas disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, bem como nas recomendações, padrões e melhores práticas, nas matérias referidas na alínea anterior;
- c) Desempenhar quaisquer outras competências ou responsabilidades que o Conselho de Administração venha a delegar na Comissão de Governo Societário.

A Comissão de Governo Societário deverá, ainda, colaborar na elaboração do Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade nas matérias da sua competência.

Todas as atas das reuniões da Comissão de Governo Societário são distribuídas a todos os membros do Conselho de Administração.



Compete ao Comité de Estratégia:

- i) Auxiliar o PCA na preparação da proposta de Plano Estratégico do Grupo (a 3 anos), a qual é aprovada pelo PCA e, por este, submetida ao Conselho de Administração.
- ii) Auxiliar o PCA na avaliação da aplicação do Plano e na revisão anual do mesmo, formulando eventuais propostas de alteração que, uma vez aprovadas pelo PCA, serão, por este, submetidas ao Conselho de Administração.

Todas as atas das reuniões do Comité de Estratégia são distribuídas a todos os membros do Conselho de Administração.

### **III FISCALIZAÇÃO**

#### **a) Composição**

#### **30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.**

O modelo de governo adotado é o previsto na alínea b) do nº1 do artº 278º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, com um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria (com funções de fiscalização) e um Revisor Oficial de Contas.

#### **31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.**

A composição da Comissão de Auditoria para o mandato atual (quadriénio 2015/2018) é a seguinte:

Presidente: Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto  
Vogais: Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa  
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

O mandato da Comissão de Auditoria, composta por um número fixo de três membros, é de quatro anos.

Emanando a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, a sua nomeação compete à Assembleia Geral, sendo permitida a sua reeleição por sucessivos quadriénios, sem prejuízo das limitações impostas por lei às sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.



<b>Membros da Comissão de Auditoria</b>	<b>Data da 1ª designação</b>	<b>Termo do mandato</b>
Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto (a)	12-04-07	31-12-18
Dr. António Soares Pinto Barbosa	12-04-07	31-12-18
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	28-01-08	31-12-18

(a) Membro do Conselho de Administração desde 15/05/2000

- 32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.**

Conforme já referido no ponto 18 são independentes os vogais da Comissão de Auditoria, Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa e Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia.

- 33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.**

Vide ponto 19.

### **b) Funcionamento**

- 34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.**

Vide ponto 22.

- 35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.**

A Comissão de Auditoria reuniu 11 vezes ao longo do ano, sendo 9 reuniões presenciais e 2 por meios telemáticos. A assiduidade dos seus membros foi a seguinte:

Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto (Presidente)	100,00%
Dr. António Soares Pinto Barbosa	100,00%
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	100,00%



36. **Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.**

Vide ponto 26.

### **c) Competências e funções**

37. **Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

Sempre que aplicável, a Comissão de Auditoria avalia e dá a sua aprovação, devidamente registada em ata, à contratação do Revisor Oficial de Contas para a prestação de serviços distintos de auditoria, desde que não proibidos pelo artigo 5º do Regulamento (EU) 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que respeite o limite previsto no artigo 4º do mesmo Regulamento. A avaliação tem em vista assegurar que a independência do Revisor Oficial de Contas não é posta em causa e tem em consideração a razoabilidade dos preços propostos, o grau de conhecimento do setor de atividade e o acompanhamento contínuo do negócio da empresa. A Comissão de Auditoria verifica, ainda, se o valor destes serviços se encontra abaixo do limite imposto pelo referido Regulamento Europeu.

38. **Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Vide ponto 29 onde se encontram descritas as competências e funções da Comissão de Auditoria.

## **IV REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

39. **Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas, eleito para o mandato atual (quadriénio 2015-2018), é a Deloitte & Associados, SROC, SA, registada na CMVM sob o nº 20161389, a qual se faz representar pelo sócio Dr. Tiago Nuno Proença Esgalhado.

40. **Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da sociedade há 16 anos, sendo representado pelo sócio Dr. Tiago Nuno Proença Esgalhado desde o exercício de 2016.

41. **Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.**

Em 2018, o Revisor Oficial de Contas prestou serviços distintos de revisão às contas anuais relativos à verificação, exigida pelas entidades bancárias, das obrigações contratuais (rácios) constantes de contratos de financiamento (serviços de garantia de fiabilidade) e à revisão limitada às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares (semestrais).



Conforme referido no ponto 37, na contratação ao Revisor Oficial de Contas destes serviços adicionais à revisão das contas anuais, para além de ter sido assegurada a sua independência, foram tidos em consideração, nomeadamente, a razoabilidade dos preços propostos, o grau de conhecimento do setor de atividade e o acompanhamento contínuo do negócio da empresa.

A Comissão de Auditoria analisou, ainda, o serviço de “knowledge partner” dos rankings 1000 Maiores PMEs e 500 Maiores e Melhores Empresas, prestado pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que o mesmo não envolve a prestação de serviços proibidos ao abrigo do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, não coloca em causa a independência do Revisor e respeita o limite estabelecido no artigo 4º do mesmo Regulamento.

## V AUDITOR EXTERNO

- 42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

Vide ponto 39 (Capítulo IV).

- 43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

Vide ponto 40 (Capítulo IV).

- 44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

A Comissão de Auditoria avalia e discute, de forma regular, as condições de independência, o desempenho das funções e as vantagens e custos da substituição do Revisor Oficial de Contas. Neste âmbito, a Comissão de Auditoria concluiu como adequado o exercício da atividade de revisão legal das contas, tendo o Grupo optado pela manutenção do Revisor Oficial de Contas. A Comissão verifica, ainda, o cumprimento das limitações de mandatos constantes do artigo 54º do Decreto-Lei 140/2015 de 7 de setembro.

- 45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

Vide ponto anterior.

- 46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Vide ponto 41 (Capítulo IV).

- 47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares**





ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

Pela IMPRESA (a)	Em Euros	Em %
Serviços de revisão de contas	61.500	24%
Serviços de garantia de fiabilidade	2.700	1%
Serviços de consultoria fiscal	0	0%
Outros serviços que não revisão de contas	0	0%
<b>Por outras entidades do Grupo (a)</b>		
Serviços de revisão de contas	162.400	64%
Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%
Serviços de consultoria fiscal	0	0%
Outros serviços que não revisão de contas	27.500	11%
<b>Total Geral</b>	<b>254.100</b>	<b>100%</b>

(a) Incluindo contas individuais e consolidadas

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem quaisquer regras para a alteração do contrato da sociedade, a não ser as que decorrem da lei a ela aplicável.

### II COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Foi criado e aprovado em 2007, pela Comissão de Auditoria, um sistema de comunicação interna de irregularidades, com vista à sua prevenção e sanção, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular.

Este sistema, cujo Regulamento se encontra divulgado no sítio da IMPRESA e na Intranet do Grupo IMPRESA, garante a confidencialidade das participações, e, bem assim, o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades.

Garante, ainda, que os trabalhadores das sociedades do Grupo IMPRESA não serão prejudicados nos seus direitos pelo facto de comunicarem indícios da prática de irregularidades.





As fases processuais do sistema de comunicação de irregularidades são cinco, a saber: receção e registo, análise preliminar, juízo acerca da consistência da comunicação recebida, investigação e relatório final, com comunicação ao Presidente do Conselho de Administração.

No decurso do exercício de 2018, à semelhança do verificado em 2017, não houve quaisquer comunicações ao abrigo deste Regulamento.

### **III CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS**

**50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.**

Com responsabilidade pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno, existem, na IMPRESA, os seguintes órgãos:

- Gabinete de Gestão de Risco;
- Direção de Património, Risco e Sustentabilidade;
- Direção Financeira;
- Direção de Assuntos Jurídicos;
- Direção de Relações Institucionais.

**51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.**

As relações de dependência encontram-se definidas no organograma inserto no ponto 21.

**52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

Para além das áreas indicadas no ponto 50, com atuação nos termos descritos no ponto 54, não existem outras áreas com competência no controlo de riscos.

**53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

Riscos económicos (atividade e instalações):

Riscos relacionados, principalmente, com situações que afetem a exploração corrente das empresas, nomeadamente, incêndios, quebras de produção dos jornais e revistas, cortes de emissão da atividade televisiva, falhas dos sistemas informáticos.

Riscos financeiros (risco de crédito, de liquidez, de câmbio e de taxa de juro):

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes da venda de publicidade. Para reduzir o risco de crédito, a empresa Emitente tem definidas políticas de concessão de crédito, com limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O risco de câmbio está essencialmente relacionado com a aquisição de programas de televisão.



O risco da taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros suportados com a contratação de financiamentos com taxas de juro variáveis, por conseguinte expostos às alterações nas taxas de juro de mercado.

Riscos Jurídicos (legislação):

Riscos relacionados com o cumprimento da legislação em vigor, aplicável ao respetivo setor, principalmente ao nível das subsidiárias operacionais (Lei da TV, Lei da Imprensa, Lei da ERC, Lei da Publicidade, etc.).

**54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

É preocupação da administração do Grupo IMPRESA a adoção de uma política de gestão de riscos que vise minimizar as consequências eventuais sobre o negócio, sobre as pessoas e sobre os ativos do Grupo, por efeito de qualquer ameaça intencional ou não intencional.

No Grupo IMPRESA existem os seguintes órgãos que permitem a prossecução deste objetivo:

- a) Gabinete de Gestão de Risco - acompanha e monitoriza os diferentes eventos de segurança potenciadores de riscos para as diferentes empresas do Grupo. Cabe, ainda, a este Gabinete formalizar os objetivos estratégicos definidos em matéria de assunção de riscos, identificar os riscos e eventos potenciadores de riscos inerentes à atividade desenvolvida, analisar o impacto de cada risco identificado e gerir e monitorizar os riscos identificados. O Gabinete de Gestão de Risco reúne periodicamente com a Comissão de Auditoria, divulgando e propondo medidas necessárias à avaliação do sistema de gestão de riscos implementado.
- b) Direção de Património, Risco e Sustentabilidade - supervisiona a contratação de seguros ao nível do Grupo IMPRESA, por forma a conseguir as soluções mais adequadas para a cobertura dos riscos seguráveis.
- c) Direção Financeira - desenvolve os seguintes aspetos do controlo de riscos:
  - Negociação, contratação e gestão de financiamentos bancários para fazer face às necessidades financeiras do Grupo IMPRESA;
  - Negociação e contratação de instrumentos financeiros adequados, com o objetivo de diminuir a exposição aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio.
  - Definição de políticas de concessão de crédito, com limites de crédito por cliente e prazos de cobrança.
- d) Direção de Assuntos Jurídicos e Direção de Relações Institucionais - ao nível das subsidiárias operacionais, fazem o seguimento da legislação em vigor, aplicável ao respetivo setor (Lei da TV, Lei da Imprensa, Lei da ERC, Lei da Publicidade, etc.) no sentido de minimizar os riscos associados ao seu eventual incumprimento.

Ainda a nível das subsidiárias operacionais, estão equacionados e implementados planos para situações exógenas que afetem a exploração corrente das empresas, nomeadamente, incêndios, quebras de produção, cortes de emissão, falhas dos sistemas informáticos, etc., com o objetivo de salvaguarda de bens e pessoas e de garantir, tanto quanto possível, a continuidade da produção tanto dos jornais e revistas, como da atividade de televisão.

No que respeita à informação financeira, o CEO, em articulação com a Comissão de Auditoria e o CFO, acompanha a sua elaboração e divulgação, no sentido de garantir uma imagem verdadeira e apropriada da mesma, a par de uma fiel exposição sobre a evolução dos negócios e, ainda, de obviar o acesso indevido de terceiros à informação relevante.



**55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).**

Previamente às reuniões do Conselho de Administração, calendarizadas com antecedência (com exceção de eventuais reuniões extraordinárias) e tendo esse calendário a concordância de todos, os membros não executivos do conselho de administração, incluindo portanto todos os membros da Comissão de Auditoria, recebem atempadamente a agenda e toda a documentação relacionada com os pontos em agenda, podendo requerer informação adicional sobre qualquer dos pontos, propor a inclusão de outros pontos que queiram ver discutidos e propor ao Presidente do Conselho de Administração a presença na reunião de qualquer funcionário ou dirigente da IMPRESA e das suas participadas que possa estar relacionado com a discussão de um (ou mais) pontos dessa mesma agenda. Os membros não executivos do Conselho de Administração recebem, ainda, as atas das reuniões de Coordenação Operacional do Grupo, entre o Administrador Delegado e os COO, responsáveis das diversas áreas de negócio, e toda a informação e documentação de natureza económica e financeira, designadamente mapas de investimento, de controlo de gestão e de evolução de dívida bancária, bem como outra relacionada com a atividade do Grupo, como por exemplo informação sobre recursos humanos, evolução de vendas de publicações e audiências, etc.

O CEO, em articulação com a Comissão de Auditoria e o CFO, acompanha a elaboração e divulgação da informação financeira, no sentido de garantir uma imagem verdadeira e apropriada da mesma, a par de uma fiel exposição sobre a evolução dos negócios e, ainda, de obviar o acesso indevido de terceiros à informação relevante.

Os documentos de prestação de contas são elaborados com base nas informações fornecidas pelas diversas empresas do Grupo e, em particular, pelos serviços partilhados. O Grupo tem implementados mecanismos e procedimentos de controlo interno sobre o processo de fecho de contas e divulgação de informação financeira, tendo presente os riscos identificados e definindo prazos, requisitos e obrigações de reporte financeiro. Neste contexto são definidos e comunicados calendários, tarefas e responsabilidades entre os trabalhadores envolvidos no processo de elaboração da documentação de reporte financeiro.

A Direção Financeira do Grupo revê as políticas contabilísticas adotadas, identifica as transações relevantes ou não usuais, analisando, sempre que necessário, com a Comissão de Auditoria, os tratamentos contabilísticos adequados e requisitos de divulgação correspondentes, e identifica as transações que envolvem julgamentos ou estimativas, definindo os métodos de cálculo, pressupostos e demais informações relevantes.

Estão definidos mecanismos de comunicação entre cada segmento e a Direção Financeira, por forma a garantir que todas as eventuais novas operações foram devidamente identificadas e tratadas contabilisticamente, nomeadamente, pela articulação entre a Direção Financeira e o Controlo de Gestão de cada segmento e do Grupo.

No que se refere particularmente à Comissão de Auditoria, e conforme referido no ponto 29, a Comissão reúne regularmente com o Revisor Oficial de Contas para aferir as condições criadas para a adequada execução dos seus trabalhos. O conteúdo dos relatórios do Revisor Oficial de Contas é apresentado e analisado em detalhe no decorrer destas reuniões periódicas, que são realizadas previamente às reuniões do Conselho de Administração, para que a Comissão de Auditoria seja o primeiro órgão do Grupo a tomar conhecimento do conteúdo dos relatórios. As sugestões efetuadas pelo Revisor Oficial de Contas que visem melhorar medidas de controlo interno da empresa e implementar melhores práticas contabilísticas são posteriormente apresentadas e discutidas em sede de Conselho de Administração.



Só após a aprovação pelo Conselho de Administração se procede à divulgação da informação financeira ao mercado, nos termos legais.

#### **IV APOIO AO INVESTIDOR**

**56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

A IMPRESA tem uma Direção de Relações com Investidores, de modo a assegurar o relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de acionistas, potenciais investidores e analistas, bem como com a bolsa de valores dos mercados onde as ações IMPRESA se encontram admitidas à negociação e respetivas entidades reguladoras e de supervisão, CMVM e Euronext.

A Direção de Relações com Investidores da IMPRESA desempenha, assim, um papel de relevo para a prossecução desse objetivo, permitindo manter um adequado relacionamento com acionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da IMPRESA, nomeadamente através da participação em conferências específicas e realização de road-shows pelas principais praças bolsistas.

A função primordial desta Direção consiste em atuar como interlocutor entre o Conselho de Administração da IMPRESA e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua atividade normal, por todas as informações disponibilizadas pelo Grupo IMPRESA, quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.

Para o desempenho das suas funções, esta Direção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros em Portugal e no estrangeiro, disponibilizando toda a informação e esclarecimentos necessários para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações que lhe são dirigidas por estas entidades.

Os contactos com a Direção são:

Edifício IMPRESA  
R. Calvet de Magalhães, 242  
2770-022 Paço de Arcos  
Telefone: +351 214 544 009  
Email: jfreire@impresa.pt

**57. Representante para as relações com o mercado.**

O Diretor de Relações com Investidores é o Eng<sup>o</sup> José Freire, que acumula funções como CFO.

**58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

Todos os pedidos de informação (efetuados por telefone, mail ou correio) são imediatamente respondidos, não havendo quaisquer pedidos pendentes, quer do exercício de 2018, quer de anos anteriores.



## V SÍTIO DE INTERNET

**59. Endereço(s).**

O sítio da sociedade na Internet é “www.impresa.pt”

**60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

Os elementos respeitantes a toda a informação referida no artº 171º do C.S.C. encontram-se no sítio da sociedade, *em investor relations/contactos*.

**61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

Os estatutos da sociedade encontram-se no sítio da sociedade, *em investor relations/governo da sociedade/governo da sociedade*.

Os regulamentos dos órgãos e comissões encontram-se no sítio da sociedade, *em investor relations/governo da sociedade/estatutos*.

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.**

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais encontra-se no sítio da sociedade, *em investor relations/órgãos sociais*.

A informação sobre o Gabinete de Apoio ao Investidor encontra-se no sítio da sociedade, *em investor relations/contactos*.

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

A informação sobre os documentos de prestação de contas encontra-se no sítio da sociedade, *em investor relations/relatórios e contas*.

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

A informação sobre as Assembleias Gerais encontra-se no sítio da sociedade, *em investor relations/assembleias gerais*.

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

A informação sobre o acervo histórico das Assembleias Gerais encontra-se no sítio da sociedade, *em investor relations/assembleias gerais*.



## **D. REMUNERAÇÕES**

### **I**

#### **COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO**

- 66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração compete a uma Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral.

### **II**

#### **COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

- 67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

A composição da Comissão de Remunerações para o mandato atual (quadriénio 2015/2018) é a seguinte:

Presidente: Embaixador Fernando António Lacerda Andresen Guimarães  
Vogais: Sr. Alberto Romano  
Dr. José Germano de Sousa

Os trabalhos da Comissão de Remunerações foram levados a cabo pelos respetivos membros, não tendo sido contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para lhes prestar apoio.

Todos os membros desta Comissão são independentes.

Todas as atas das reuniões da Comissão de Remunerações são distribuídas a todos os membros do Conselho de Administração.

O Presidente da Comissão de Remunerações e/ou, na sua ausência, um outro membro da Comissão participa na assembleia geral anual cuja ordem de trabalho inclua assunto conexo com remunerações dos membros dos órgãos de administração.

- 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.**

Qualquer um dos membros da Comissão de Remunerações tem conhecimentos e experiência para a função, em razão das atividades profissional e empresarial, por si desenvolvidas. Contudo, nenhum membro tem formação específica e atividade dedicada a matéria de Recursos Humanos.

### **III**

#### **ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES**

- 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.**

Num contexto de grande mudança e concorrência, em que se insere a atividade desenvolvida pelo Grupo IMPRESA, a capacidade de atrair, motivar e reter os melhores profissionais



existentes no mercado e fazer da sua contribuição um verdadeiro trabalho em equipa, é um dos principais fatores críticos de sucesso do futuro próximo.

A Comissão de Remunerações do Grupo IMPRESA definiu uma estratégia de compensação para os membros do Conselho de Administração que tem como principais objetivos:

- (i) dar sinal de reconhecimento ao mérito (Meritocracia);
- (ii) determinar a atribuição de remuneração variável de acordo com critérios fáceis de entender (Simplificação);
- (iii) manter equilíbrio entre interesse da empresa e dos acionistas (Razoabilidade).

Considerando estes objetivos, a Comissão de Remunerações da IMPRESA deliberou sobre (i) a definição dos valores das remunerações fixas de todos os membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e (ii) implementação de um Modelo de Remuneração Variável para o administrador executivo (CEO) e para o Presidente do Conselho de Administração (PCA), considerando as suas atuais atribuições, constantes do modelo de organização e gestão do Grupo IMPRESA.

#### Modelo de remuneração variável plurianual 2017-2019:

No seguimento das melhores práticas do mercado, a Comissão de Remunerações deliberou que, com referência ao triénio 2017-2019, será aplicado um modelo de remuneração variável plurianual, com pagamento diferido a 3 anos.

Este modelo de remuneração variável plurianual considera 3 níveis de prémios, correspondentes a 1, 2 e 3 vezes a respetiva remuneração bruta mensal, e tem como base os seguintes critérios cumulativos de atingimento, definidos anualmente:

- a) Avaliação positiva de desempenho
- b) Atingimento de valor consolidado de Dívida Bancária Líquida
- c) Atingimento de valor consolidado de EBITDA

- 70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

Vide ponto 69.

- 71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Vide ponto 69.

- 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Vide ponto 69.

- 73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

Não aplicável na medida em que não existe, na sociedade, qualquer atribuição de remuneração variável em ações.





**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

Não aplicável na medida em que não existe, na sociedade, qualquer atribuição de remuneração variável em ações.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

Não aplicável na medida em que não existe, na sociedade, qualquer atribuição de prémios e/ou benefícios não pecuniários.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Dos membros que compõem o Conselho de Administração, apenas o seu Presidente está abrangido por um regime complementar de reforma, através do Fundo de Pensões “Impresa Publishing & Associadas”, criado em 1987, que abrange os administradores, jornalistas e outros trabalhadores remunerados, admitidos até 5 de julho de 1993, conforme informação constante da Nota 33.1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas da IMPRESA.

O plano de atribuição do complemento consiste no esquema e características seguintes: “Os jornalistas e administradores com 10 ou mais anos de serviço têm direito a um subsídio complementar de reforma, por velhice ou por invalidez, cujo montante, sem compromisso de atualização futura, é calculado da seguinte forma:

- a) Os jornalistas e administradores com 10 anos de antiguidade receberão um subsídio equivalente a metade da diferença entre a pensão paga pela Segurança Social e o salário pensionável;
- b) Por cada ano de antiguidade que acresça aos 10, o subsídio complementar irá sendo acrescido de 1% até que a pensão somada ao subsídio complementar perfaça 90% do salário pensionável.

Entende-se por reforma por velhice a concedida ao participante quando atingir os 66 anos de idade.

Entende-se por reforma por invalidez a reconhecida e concedida ao participante pela Segurança Social.

Entende-se por salário pensionável o valor de todas as remunerações (salário base, diuturnidades e subsídios) definidas para o ano de 2002.

Qualquer participante pode continuar ao serviço da Associada, de comum acordo com esta, após a data de reforma por velhice. Neste caso, o valor da pensão de reforma será calculado de acordo com o esquema acima definido, tendo por base o salário pensionável e o tempo de serviço pensionável à data em que o participante atingiu os 66 anos.

Para o cálculo das pensões complementares, utiliza-se a fórmula de cálculo das pensões da Segurança Social que vigorava em 5 de julho de 1993.”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos, pelo Fundo de Pensões ao Presidente do Conselho de Administração, complementos de pensões no montante de 192.098,05€.

O plano de reforma acima descrito consta da informação disponibilizada no IPO da IMPRESA realizado em 2000 e, desde então, de toda a documentação de prestação de contas.





#### IV

### DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Remunerações do Conselho de Administração		
Administradores	Fixas (14 meses)	Variáveis
Presidente do Conselho de Administração – Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	106.400,00€	0,00€
Vice-Presidente do Conselho de Administração – Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	49.000,00€	n.a.
Administrador Delegado (CEO) – Dr. Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão	280.000,00€	0,00€
Presidente da Comissão de Auditoria – Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	40.012,00	n.a.
Vogal da Comissão de Auditoria – Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa	40.012,00	n.a.
Vogal da Comissão de Auditoria – Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	40.012,00	n.a.
Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Manuel Archer Galvão Teles	30.002,00	n.a.
Vogal do Conselho de Administração – Engº João Nuno Lopes de Castro	30.002,00	n.a.
<b>Total</b>	<b>615.440,00€</b>	<b>0,00€</b>

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não houve qualquer montante pago por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Vide pontos 69 e 77.



**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não houve qualquer indemnização paga a este título.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.**

Os membros da Comissão de Auditoria são remunerados enquanto administradores tendo as suas remunerações sido em 2018, conforme referido no ponto 77, as seguintes:

Remunerações dos Membros da Comissão de Auditoria	
Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto – Presidente	40.012,00
Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa – Vogal	40.012,00
Drª Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia – Vogal	40.012,00
<b>Total</b>	<b>120.036,00€</b>

**82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu, pelo exercício das suas funções durante o exercício de 2018, a importância de 6.500 euros.

## V

### ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador.

**84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).**

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.



## VI PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

**85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários.**

Não existe, na sociedade, qualquer sistema de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).**

Vide ponto 85

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.**

Vide ponto 85

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).**

Vide ponto 85

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Os pedidos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estão em qualquer relação deverão ser solicitados à Comissão de Auditoria e, sempre que possível, acompanhados de justificação adequada, nomeadamente quanto ao custo, às condições de mercado e alternativas consideradas.

A Comissão de Auditoria definiu como sendo de relevância significativa os negócios que representem mais de 1% dos custos variáveis consolidados do Grupo, do ano anterior àquele a que os mesmos digam respeito.

**90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Em 2018, foram sujeitos ao controlo da Comissão de Auditoria os contratos de prestação de serviços de produção televisiva, e respetivas adendas, celebrados entre a SIC e a SP Televisão (Grupo Madre), ao abrigo do Contrato de Parceria, cujos termos e condições foram analisados pela Comissão de Auditoria em novembro de 2015.



91. **Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

Vide ponto 89.

## II

### ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. **Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 34 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da IMPRESA.

## F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

93. **Política de diversidade dos órgãos de administração e fiscalização.**

À data de entrada em vigor do DL 89/2017 de 28 de julho, que veio estabelecer a obrigatoriedade de apresentação da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, os órgãos de administração e fiscalização da IMPRESA encontravam-se em período de mandato, 2015-2018, pelo que a definição formal de uma política de diversidade apenas será aplicável a partir da nomeação de novos órgãos de administração e fiscalização.

A IMPRESA não definiu, ainda, uma política de diversidade formal, no sentido em que não consta em qualquer documento nem há procedimentos definidos para a sua implementação. Contudo, a diversidade integra-se, naturalmente, na cultura organizacional da IMPRESA e a prova disso mesmo é a vasta e diversa experiência profissional dos Administradores (como comprovam as biografias constantes deste relatório), o facto de existir uma mulher há 11 anos no Conselho de Administração e a idade dos seus membros, procurando-se atingir um equilíbrio entre a senioridade e a juventude, como comprovam as nomeações mais recentes de João Nuno Lopes Castro e Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão.



## **PARTE II**

### **AValiação DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

#### **1. Identificação do Código de Governo das sociedades adotado.**

A sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance.

#### **2. Análise de cumprimento do Código de Governo das sociedades adotado.**

##### **RECOMENDAÇÕES:**

### **Capítulo I – PARTE GERAL**

#### **I.1. Relação da sociedade com investidores e informação**

**I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.**

Cumprida (Cap. C, Título III, Pontos 54 e 55, Título IV, Pontos 56 a 58; Título V, Pontos 59 a 65)

#### **I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade**

**I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.**

Cumprida (Cap. B, Título II, Pontos 16 a 19, 25 e 26; Cap. F, Ponto 93)

**I.2.2. Os órgãos de administração e fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros -, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 21, b) Ponto 22, c) Pontos 27 e 29)

**I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgadas, na íntegra, no sítio da internet.**

Cumprida (Cap. B, Título II, b) Ponto 22, c) Pontos 27 e 29, Título III, b) Ponto 34)



**I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgadas através do sítio Internet da sociedade.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Pontos 17 e 18, b) Ponto 23; Título III, a) Ponto 31, b) Ponto 35)

**I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.**

Cumprida (Cap. C, Título II, Ponto 49)

### **I.3. Relação entre órgãos da sociedade**

**I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 21, c) Ponto 29, Título III, Ponto 55)

**I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 21, c) Ponto 29)

### **I.4. Conflito de interesses**

**I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.**

Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que sejam os novos órgãos de administração e fiscalização, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação

**I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.**



Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que sejam os novos órgãos de administração e fiscalização, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação.

## **I.5. Transações com partes relacionadas**

**I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.**

Cumprida (Cap. E, Título I, Pontos 89 a 91)

**I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.**

Não cumprida, mas todos os negócios com partes relacionadas são previamente autorizados em sede de Comissão de Auditoria.

## **Capítulo II – ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL**

**II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.**

Cumprida (Cap. A, Título I, Pontos 1, 5 e 6, Cap. B, Título I, Pontos 12 a 14)

**II.2. A Sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.**

Cumprida (Cap. A, Título I, Pontos 1, 5 e 6, Cap. B, Título I, Pontos 12 a 14)

**II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.**

Parcialmente cumprida. Existência do exercício do direito de voto por correspondência, mas não por via eletrónica.

**II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia geral por meios telemáticos.**

Não cumprida



**II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.**

Não aplicável

**II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.**

Não cumprida (Cap. A, Título I, Ponto 4)

### **Capítulo III – ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO**

**III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na Recomendação V.1.1.**

Não cumprida. A dimensão e estrutura do conselho de administração não o justificam.

**III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Pontos 17 e 18, Título III, a) Pontos 31 e 32)

**III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.**

Cumprida (Cap. B, Título II, Pontos 17 e 18)

**III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:**





- (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
- (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 18)

**III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).**

Não aplicável

**III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 21)

**III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.**

Não aplicável

**III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.**



Cumprida. Os membros da Comissão de Auditoria participam nas decisões, na medida em que são membros do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão de Auditoria tem assento, como administrador não executivo, no Comité de Estratégia.

**III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.**

Cumprida (Cap. B, Título II c) Ponto 29; Cap. D, Título II, Ponto 67)

**III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.**

Cumprida (Cap. C, Título III, Pontos 50 a 55)

**III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.**

Cumprida (Cap. B, Título II, c) Ponto 29; Cap. C, Título III, Ponto 55)

**III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.**

Parcialmente cumprida (Cap. B, Título II, b) Ponto 29; Cap. C, Título II, Ponto 49; Título III, Pontos 50 a 55)

## **Capítulo IV – ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA**

**IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.**

Não cumprida. Apesar da inexistência de um regulamento interno escrito, o administrador executivo não exerce outras funções executivas em entidades fora do Grupo.

**IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.**

Cumprida (Cap. B, Título II, a) Ponto 21)



**IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.**

Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que seja o novo órgão de administração, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação.

**IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.**

Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que seja o novo órgão de fiscalização, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação.

## **Capítulo V – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES**

### **V.1. Avaliação Anual de Desempenho**

**V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.**

Parcialmente cumprida. Compete à Comissão de Governo Societário avaliar o desempenho do administrador executivo (Cap. B, Título II, b) Ponto 24)

**V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.**

Parcialmente cumprida. Compete à Comissão de Auditoria a gestão do risco (Cap. B, Título II, a) Ponto 21)

### **V.2. Remunerações**

**V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.**

Cumprida (Cap. D, Título I, Ponto 66, Título II, Ponto 67)



**V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.**

Cumprida (Cap. D, Título III, Pontos 69 a 72)

**V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:**

- (i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;**
- (ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;**
- (iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;**
- (iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;**
- (v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;**
- (vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.**

Parcialmente cumprida, nomeadamente, em relação aos subpontos (i), (ii) e (iii).

**V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.**

Não aplicável quanto ao regime de pensões (o plano em vigor para o PCA é anterior à entrada da IMPRESA na BOLSA). Não cumprida quanto ao segundo aspeto.

**V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.**

Cumprida (Cap. D, Título III, Ponto 69).



**V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.**

Cumprida (Cap. D, Título II, Ponto 67)

### **V.3. Remuneração dos Administradores**

**V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.**

Cumprida (Cap. D, Título III, Ponto 69)

**V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.**

Cumprida (Cap. D, Título III, Ponto 69)

**V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.**

Não aplicável

**V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.**

Cumprida (Cap. D, Título III, Ponto 69)

**V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.**

Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que sejam os novos órgãos sociais, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação.



#### **V.4. Nomeações**

**V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.**

Não cumprida. Porque, em 2018, para além da adoção do novo código do IPCG, os órgãos sociais estão em final de período de mandato (2015-2018), foi tomada a decisão de que sejam os novos órgãos sociais, a eleger na próxima Assembleia Geral a realizar em 2019, a elaborar e definir os procedimentos associados a esta recomendação.

**V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.**

Não aplicável (a estrutura acionista e dimensão da sociedade não o justificam)

**V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.**

Vide ponto anterior V.4.2.

**V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.**

Vide ponto V.4.2.

### **Capítulo VI – GESTÃO DO RISCO**

**VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.**

Parcialmente cumprida (Cap. B, Título II, a), Ponto 21)

**VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.**

Parcialmente cumprida (Cap. C, Título III, Pontos 50 a 55)



**VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.**

Não cumprida (Cap. C, Título III, Pontos 50 a 55)

## **Capítulo VII – INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

### **VII.1. Informação financeira**

**VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.**

Cumprida (Cap. B, Título II, c), Ponto 29)

### **VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização**

**VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:**

- (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;**
- (ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;**
- (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;**
- (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.**

Não cumprida (Cap. B, Título II, c) Ponto 29; Título III, c), Ponto 37; Título IV, Ponto 41)

**VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.**

Cumprida (Cap. B, Título II, c) Ponto 29)

**VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.**

Cumprida (Cap. B, Título II, c) Ponto 29; Título IV, Ponto 41; Título V, Ponto 44)

**VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.**



Parcialmente cumprida. O Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos seus trabalhos, verifica as remunerações pagas aos órgãos sociais. Adicionalmente, no processo de auditoria anual, o Revisor Oficial de Contas obtém uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, com o objetivo de conceber os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno. As deficiências identificadas são reportadas pelo Revisor Oficial de Contas à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração.

**VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.**

Cumprida. O Revisor Oficial de Contas presta regularmente informação à Comissão de Auditoria sobre o andamento e conclusões do seu trabalho, reportando toda a informação de que tenha conhecimento sobre irregularidades relevantes para o desempenho das funções de fiscalização da Comissão de Auditoria, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Francisco José Pereira Pinto de Balsemão

Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

António Soares Pinto Barbosa

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

José Manuel Archer Galvão Teles

João Nuno Lopes de Castro





# **Relatório Consolidado de Informação não Financeira**

## **Contas Anuais 2018**

IMPRESA – SGPS, S.A.  
Sociedade Aberta  
Capital Social Eur 84.000.000  
Rua Ribeiro Sanches, 65  
1200–787 Lisboa  
NIPC 502 437 464  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa





## **RELATÓRIO CONSOLIDADO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA - 2018**

**(DIMENSÃO SOCIAL, AMBIENTAL E DE GOVERNO)**



## INDICE:

INTRODUÇÃO .....	5
1. DA DIMENSÃO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	6
1.1. NÍVEL EXTERNO.....	6
1.1.1. SIC ESPERANÇA .....	6
1.1.2. CULTURA .....	11
1.1.3. INICIATIVAS INSTITUCIONAIS .....	12
1.1.4. RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS) .....	17
1.1.5. RELAÇÃO COM OS INVESTIDORES .....	31
1.1.6. ATENDIMENTO DOS ESPETADORES .....	32
1.1.7. VISITAS DE ESTUDO.....	33
1.2. NÍVEL INTERNO .....	33
1.2.1. QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS A TRABALHADORES .....	33
1.2.2. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS .....	38
1.2.3. NÃO DISCRIMINAÇÃO .....	41
1.2.4. RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS.....	42
1.2.5. COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO .....	43
1.2.6. POLÍTICA DE DIVERSIDADE DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO .....	45
2. DA DIMENSÃO AMBIENTAL .....	45
2.1. POLÍTICA AMBIENTAL.....	45
2.2. CONTROLO E IMPLEMENTAÇÃO.....	46
3. DA DIMENSÃO ESTRUTURAL E DE GOVERNO.....	47



<b>3.1. MODELO DE GOVERNO .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2. INDICADORES DE ATIVIDADE .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.1. CRITÉRIOS QUALITATIVOS .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.2. CRITÉRIOS QUANTITATIVOS.....</b>	<b>53</b>
<b>3.3. RISCO .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3.1. CONTROLE E GESTÃO DE RISCO .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3.2. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E FATORES DE RISCO .....</b>	<b>55</b>



## INTRODUÇÃO

O Grupo IMPRESA está consciente e assume plenamente a responsabilidade social acrescida que lhe é atribuída, pelo facto de grande parte da atividade das suas empresas se desenvolver na área da comunicação social e pelo consequente impacto que tem sobre a sociedade.

A IMPRESA promove, anualmente, várias iniciativas, quer a nível externo, quer interno, que transmitem os valores, que pratica e privilegia, e refletem as suas preocupações com a sustentabilidade, tais como:

- Defesa da liberdade de expressão;
- Papel dos meios de comunicação social independentes e de qualidade no funcionamento da democracia;
- Desenvolvimento de relações fortes com “*stakeholders*”, parceiros locais e a sociedade portuguesa em geral;
- Aposta no talento e capital humano;
- Preservação e defesa do ambiente.

Nesse contexto, ao longo do ano de 2018, foram várias as ações desenvolvidas pelos principais meios do Grupo, sendo as mesmas objeto de referência nas páginas seguintes.



## **1. DA DIMENSÃO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **1.1. NÍVEL EXTERNO**

#### **1.1.1 SIC ESPERANÇA**

A SIC Esperança é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de utilidade pública, transversal ao Grupo IMPRESA, cujo fim é sensibilizar a sociedade civil para os problemas sociais existentes em Portugal. Com esse objetivo, trabalha em parceria com empresas para o financiamento de projetos e com instituições que os levam a cabo, sob a sua supervisão, de modo a contribuir para a minimização desses problemas e para a construção de um país mais justo e menos desigual.

A SIC Esperança contou com o Grupo IMPRESA na divulgação de diversas ações de solidariedade social:

Ao longo de 2018, os canais SIC, SIC Notícias e SIC Mulher disponibilizaram gratuitamente cerca de 20 horas no espaço de serviço público. Foram divulgadas 56 campanhas de Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente: Liga Portuguesa Contra o Cancro, Pais 21, APELA, Fundação Portuguesa de Cardiologia, Conselho Português para os Refugiados, Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos.

#### ***Projetos***

No primeiro trimestre, a SIC Esperança apresentou o Plano Estratégico para o triénio 2018/2020 assente em quatro pilares: dois direcionados para o Grupo IMPRESA e dois centrados na sua atuação junto da sociedade civil:

**Objetivo estratégico 1:** Coordenar o trabalho na área social do Grupo IMPRESA

**Objetivo estratégico 2:** Contribuir para o sentimento de pertença e coesão do Grupo IMPRESA

**Objetivo estratégico 3:** Dinamizar parcerias para a implementação de projetos

**Objetivo estratégico 4:** Contribuir para a sustentabilidade do Terceiro Setor



- Na qualidade de única Instituição Particular de Solidariedade Social de um Grupo de Comunicação Social em Portugal, a SIC Esperança ocupa um lugar privilegiado no que toca à mobilização social e à possibilidade de ser um agregador de recursos oriundos da sociedade civil. Neste sentido, definiu como áreas prioritárias de intervenção, no triénio em curso a inovação social, a sensibilização e a emergência social.
- No âmbito da parceria estabelecida com a organização do 39º Torneio de Golfe Rotário, a SIC Esperança criou uma linha de financiamento destinada à aquisição de novos equipamentos para Bancos de Ajudas Técnicas, geridos por Instituições de Solidariedade Social. Este projeto beneficiará cerca de uma centena de utentes de quatro instituições: Centro Social Paroquial de Santa Catarina, Centro Social S. Tiago de Lobão, Grupo Social de Favaio e Médicos do Mundo.
- No dia 8 de fevereiro de 2018 foram apresentados os resultados do primeiro ano do projeto Atelier Digital, uma parceria entre a SIC Esperança, o Google e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e que consistiu numa plataforma online gratuita que teve como objetivo formar jovens portugueses em marketing digital, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento do empreendedorismo em Portugal. Desde o lançamento, no final de 2016, foram formados mais de 35 mil portugueses.
- Em junho de 2018, foi concluída a primeira edição do Projeto GEN10S Portugal onde foram formados, em programação Scratch, 4.749 alunos do 2º ciclo do ensino básico e cerca de 600 professores, por todo o país. Os resultados foram apresentados num evento a 21 de junho, onde estiveram presentes alunos de várias escolas participantes, que tiveram a oportunidade de desfrutar de uma tarde de atividades tecnológicas. Face ao sucesso desta edição, será lançada uma 2ª edição em 2019, com o objetivo de formar 6.000 alunos do 2º ciclo.
- Na sequência dos incêndios de junho de 2017, a SIC Esperança deu seguimento ao projeto Um Abraço a Portugal, que permitiu a reconstrução de 25 casas, nos três concelhos mais afetados, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos. Destas 25 intervenções, 11 foram obras de reconstrução total e 14 de reconstrução parcial.



- Na qualidade de parceiro social da edição de 2018 do Expresso/BPI Golf Cup, a SIC Esperança atribuiu a verba angariada ao projeto PIPOP – Portal de Informação Português de Oncologia Pediátrica, da Fundação Osório de Castro. Este portal surgiu em 2011, com o intuito de informar e esclarecer a população, em especial pais de crianças com cancro, sobre questões relacionadas com a oncologia pediátrica, para melhor conhecer e saber viver com a doença. O apoio do Expresso/BPI Golf Cup permitirá que este portal se mantenha ativo e que os beneficiários possam ter acesso a novos conteúdos científicos, traduzidos para a língua portuguesa, permitindo-lhes acompanhar os avanços da pesquisa científica nesta área.
- O projeto Portugal Mais Acessível, da Associação Salvador, foi o vencedor do Prémio Solidário 25 Anos SIC e consistiu no desenvolvimento de um conjunto de iniciativas com o objetivo de suscitar o debate sobre a falta de acessibilidades no nosso país.

Entre as iniciativas desenvolvidas são de destacar:

- O lançamento da aplicação + Acesso Para Todos, cujo propósito é classificar os espaços públicos ao nível das acessibilidades, gerando automaticamente reclamações para as entidades competentes em caso de incumprimento. Em apenas oito meses originaram-se 2.600 classificações e produziram-se mais de 600 reclamações;
  - A organização de diversos passeios pelas ruas de Lisboa com o objetivo de sensibilizar os proprietários de estabelecimentos e a população em geral para a importância das acessibilidades;
  - A criação de dois vídeos impactantes sobre as dificuldades do dia-a-dia das pessoas com mobilidade reduzida;
  - Diversas iniciativas que alertaram para o incumprimento da lei das acessibilidades pelo próprio Estado, como escolas (que são assembleias de voto), tribunais, departamentos de finanças, entre outros.
- Através da verba angariada com a venda de eletricidade do projeto Escola Solar 2010, a SIC Esperança apoiou o projeto Inspira o Teu Professor, da Acessível Êxito - Associação, que visa ajudar a reforçar a missão social dos professores e potenciar o reconhecimento





do seu papel. Para tal, os alunos participaram em várias ações com o objetivo de refletir sobre a importância dos professores na sua vida, sendo ainda desafiados a produzir conteúdos para valorizar a profissão e a educação. Pretendeu-se, com esta ação, motivar os professores de forma a melhorar a qualidade do ensino e o desempenho escolar dos alunos.

- Pelo 6º ano consecutivo, foi lançado um projeto de Natal, da SIC Esperança e da Porto Editora, em novembro e dezembro, em que, por cada livro infantil vendido com o autocolante Campanha de Natal Alfa & SIC Esperança, 1€ reverteu para apoiar o projeto Café com Vida, da Associação Vila Com Vida. Este projeto visa proporcionar uma resposta pós-percurso escolar a jovens com Perturbações Ligeiras do Desenvolvimento Intelectual. Num café moderno, atual e inclusivo, estes jovens encontram um emprego remunerado atendendo o público, num espaço em que o convívio entre clientes e empregados é natural e saudável.

### **15º Aniversário - SIC Esperança**

A SIC Esperança celebrou o seu 15º aniversário no dia 6 de outubro e propôs-se assinalar a data com um plano de iniciativas, internas e externas, que serão lançadas ao longo de um ano. O programa de comemorações pretende:

- Consolidar a posição da SIC Esperança enquanto entidade de referência do 3º setor;
- Aumentar a sua notoriedade;
- Divulgar o trabalho desenvolvido nos 15 anos de existência;
- Comunicar nova imagem da marca.

Das iniciativas que constam do plano de ação, foram desenvolvidas as seguintes:

- Apresentação do novo logótipo;
- Lançamento de uma campanha comemorativa para dar a conhecer o trabalho da SIC Esperança ao longo de 15 anos de existência;
- Criação do Hino SIC Esperança que contou, na sua composição e interpretação, com a colaboração do músico José Cid e da produtora Viagens a Marte;
- Recolha e gestão de informação com o intuito de realizar um estudo de impacto social dos 15 anos do trabalho realizado pela SIC Esperança;



- Lançamento do Prémio Especial 15 Anos SIC Esperança, com o apoio da Delta Cafés, que consistiu numa linha de financiamento de 45.000€. Foram recebidas 384 candidaturas tendo sido vencedores: a Associação Crescer, com o projeto É um Restaurante, que pretende criar um restaurante em Lisboa onde só trabalharão pessoas que estiveram em situação de sem abrigo; a Unitate, com o projeto iCare, que consiste no desenvolvimento de uma APP para facilitar a gestão dos dados dos utentes, melhorando a eficácia do trabalho das IPSS; e a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, com o projeto ILLUMINART, que visa implementar um programa de estimulação sensorial na sua unidade de cuidados continuados, de forma a humanizá-los. Dada a qualidade dos projetos apresentados, foi ainda atribuída uma menção honrosa ao Centro Social do Soutelo, pelo projeto SOS Rio Tinto, que consiste na realização de reparações em habitações de idosos por parte de voluntários orientados por técnicos especializados;
- Emissão na SIC do Circo de Natal SIC Esperança, no dia 22 de dezembro. Mais de 100 crianças de instituições parceiras da SIC Esperança tiveram a oportunidade de assistir às gravações desta emissão. Paralelamente, e em parceria com a Força Aérea, a SIC Esperança proporcionou batismos de voo a cerca de uma centena de crianças de Instituições de Solidariedade Social.

### ***Ações Internas***

- Na sequência do projeto Um Abraço a Portugal e para assinalar o trabalho de reconstrução de habitações em Pedrógão Grande, a SIC Esperança organizou uma ação de voluntariado que juntou pela primeira vez os trabalhadores do Grupo IMPRESA de Oeiras e de Matosinhos. Com os seus esforços foi possível remodelar duas instituições de solidariedade social, a Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio dos Escalos Cimeiros e a Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Pesos Vale de Álvares e Tojeira, nos dias 25, 26 e 27 de maio.
- A SIC Esperança organizou a 2ª colónia de férias IMPRESA, destinada aos filhos dos trabalhadores do Grupo. Durante a semana de 9 a 14 de julho, 41 crianças e jovens dos 6 aos 15 anos usufruíram de diversas experiências dinâmicas e pedagógicas, que proporcionaram momentos de convívio e união.



- Em outubro – mês assinalado internacionalmente pela luta contra o cancro da mama – o Grupo IMPRESA acolheu, nas suas instalações de Carnaxide e de Paço de Arcos, a campanha Tempo para Viver, da Novartis, que pretendia gerar uma mensagem de esperança dirigida às mulheres com este tipo de cancro e, simultaneamente, sensibilizar a população para o tema. Através da instalação de um pequeno estúdio fotográfico, os trabalhadores do Grupo foram convidados a “dar a cara” por esta causa, tendo-se recolhido um total de 321 fotografias, em dois dias, e criando-se posteriormente um vídeo com os rostos associados.

### ***Outras iniciativas***

- Com o apoio dos meios do Grupo IMPRESA, a SIC Esperança, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, promoveu uma campanha de apelo à doação para esta entidade da consignação dos 0,5% do IRS. O jornalista Bento Rodrigues deu a cara por esta campanha.
- Enquanto parceiro social do Rock In Rio, a SIC Esperança atribuiu 1.000 bilhetes a beneficiários de 38 Instituições de Solidariedade Social do país, que puderam assistir aos espetáculos dos dias 29 e 30 de junho, numa iniciativa destinada a continuar a lutar pelo acesso à cultura para todos.
- Em parceria com o programa Volante, da SIC Notícias, a SIC Esperança sinalizou duas instituições de solidariedade social que fizeram parte de um programa solidário de Natal. Cerca de meia centena de crianças recebeu a visita dos apresentadores do programa que distribuíram presentes de natal às crianças das instituições.

### **1.1.2. CULTURA**

Os meios de comunicação social do Grupo IMPRESA continuaram a apoiar manifestações culturais em 2018, através da divulgação de conteúdos e de outras formas:

#### ***Apoio a espetáculos e outras iniciativas culturais***

Na área dos espetáculos musicais e culturais, o apoio do Universo SIC totalizou 70 eventos relacionados com música, espetáculos ou cultura. Na grande maioria dos apoios, a marca SIC esteve presente nos locais dos eventos para potenciar a proximidade. De destacar, entre estes



eventos, Rock In Rio, Super Bock Super Rock, Sumol Summer Fest, Meo Sudoeste Sol da Caparica e EDP Vilar de Mouros.

### ***Condições especiais para publicidade***

A cultura e os espetáculos e outros eventos de cariz institucional beneficiaram de descontos nos preços da publicidade nas marcas do Grupo IMPRESA.

### **1.1.3. INICIATIVAS INSTITUCIONAIS**

O Grupo IMPRESA procurou, em 2018, promover e distinguir pessoas e instituições e usar os meios ao seus dispor para chamar a atenção para os grandes temas da atualidade.

#### **1.1.3.1. Expresso**

##### ***Prémio Pessoa***

Lançado em 1987, pelo Expresso, é um dos mais importantes prémios do país, atribuído anualmente a uma personalidade portuguesa com intervenção relevante na vida científica, artística ou literária.

O Júri de 2018 foi composto por Francisco Pinto Balsemão (presidente), Emídio Rui Vilar (vice-presidente), Ana Pinho, António Barreto, Clara Ferreira Alves, Diogo Lucena, Eduardo Souto Moura, José Luis Porfírio, Maria Manuel Mota, Maria de Sousa, Pedro Norton, Rui Magalhães Baião, Rui Vieira Nery e Viriato Soromenho Marques

Em 2018, o prémio, no valor de 60.000 euros, foi atribuído a Miguel Bastos Araújo, O geógrafo e investigador é hoje internacionalmente reconhecido como uma das personalidades científicas mais criativas e influentes em biogeografia, macroecologia e modelação ecológica", disse, na cerimónia de apresentação do premiado, Francisco Pinto Balsemão, acerca do investigador do Museu Nacional de Ciências Naturais, de Madrid, e também docente nas Universidades de Copenhaga e Évora.

Este prémio é realizado em parceria com a Caixa Geral de Depósitos.



### ***Prémio Primus Inter Pares***

Lançado em parceria com o Banco Santander Totta, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de rigor, de profissionalismo e de excelência na gestão de empresas, através da concessão de oportunidades privilegiadas para formação académica complementar, nacional e internacional, a três finalistas do último ano do Curso de Mestrado na sequência de uma licenciatura em Gestão de Empresas, Economia ou Engenharia pelas Universidades, Faculdades ou Institutos Universitários Portugueses, que confirmem esse grau de licenciatura e que o júri entenda distinguir em cada ano, como os mais destacados.

O prémio para os três vencedores consiste na oferta de um MBA numa *Business School* de prestígio nacional e internacional: o IESE, em Barcelona, a *IE Business School*, em Madrid, o *Lisbon MBA*, o ISCTE, o ISEG e a *Porto Business School*. O 4º e 5º classificados recebem um curso de pós-graduação.

O Júri do Prémio Primus Inter Pares é composto por Francisco Pinto Balsemão (Presidente), António Vieira Monteiro (Vice-Presidente), Estela Barbot, António Vitorino e Raquel Seabra.

O primeiro classificado do Prémio Primus Inter Pares 2017/18 foi João Ramadas, licenciado em Gestão pelo ISCTE e com um mestrado pela Católica.

### ***Prémio Branquinho da Fonseca***

Promovido em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, este prémio, de carácter bienal, no valor de 5.000 euros e com garantia de publicação das obras vencedoras, tem como objetivo incentivar o aparecimento de jovens escritores de literatura infantil e juvenil.

O Júri é constituído por Ana Maria Magalhães, Rita Taborda Duarte, José António Gomes, Henrique Monteiro, representante do Jornal EXPRESSO, e Maria Helena Melim Borges, representante da FCG.

Na última edição, respeitante a 2017, o Prémio Branquinho da Fonseca foi atribuído a Fábio Monteiro, na modalidade infantil, com a obra “A construção do mundo”, e a Inês Barata Raposo, na modalidade juvenil, com a obra “Coisas que Acontecem”. A próxima edição decorrerá em 2019.



### ***Tenho Cancro. E depois?***

Tenho Cancro. E Depois? é um projeto da SIC Notícias e do EXPRESSO onde desafiámos 5 mulheres a partilhar connosco os desafios de viver com a doença.

Com o patrocínio da Novartis, lançámos ao longo de dez semanas, 5 vídeos com 5 desafios, histórias de vida de mulheres extraordinárias que vivem, todos os dias, com cancro da mama. Desafios que se traduziram em 3 debates onde chamamos os grandes stakeholders para falar sobre questões que são estruturais, mobilizando médicos, responsáveis de saúde, associações de doentes e todos os que podem fazer a diferença.

Os cinco desafios foram contados na SIC Notícias e, posteriormente, no site [www.tenhocancroedepois.pt](http://www.tenhocancroedepois.pt), onde interagiram 400 mil pessoas:

1. **O desafio de uma vida normal.** A falta de alternativas (consumo) para pessoas com cancro da mama. As reformadas forçadas e antecipadas. O lado (bom) e urgente de aproveitar a vida.
2. **Os desafios familiares.** A taxa de divórcio, o apoio psicológico aos maridos, o impacto nos filhos, entre outros.
3. **Os desafios de rendimento.** A dificuldade para quem trabalha a recibos verdes, o desafio de encontrar emprego no pós-tratamento, os custos implícitos a esta doença crónica, a quebra de rendimento decorrente das baixas, entre outros.
4. **Os desafios no emprego.** A pressão no local de trabalho, as quebras de produtividade e o efeito nas avaliações, a pressão para abandonar o emprego, a necessidade dos maridos terem flexibilidade de horário para acompanhar os tratamentos, entre outros.
5. **Quando a doença volta e novos tratamentos.** Até quando (idade) devemos tratar os doentes com cancro? Que tipo de medicamentos devem ser disponibilizados? O que deve mudar na proteção (seguros) a estes casos?

### ***ESSILOR Carro do Ano / Troféu Volante de Cristal 2018/2019***

O galardão anual designado por “CARRO DO ANO” visa premiar o modelo que represente, simultaneamente, um avanço tecnológico significativo no âmbito do mercado automóvel nacional



e o melhor compromisso para o automobilista português em termos de economia (preço e custos de utilização), segurança e agradabilidade de condução.

Paralelamente, mantendo a generalidade dos seus pressupostos, são galardoados os melhores produtos automóveis (versão) em segmentos distintos do mercado nacional. Estes galardões contemplam sete classes: Cidadino, Familiar, Executivo, Desportivo (inclui descapotáveis), Grande SUV, SUV Compacto e Ecológico. O vencedor de cada classe recebe o respetivo título e poderá ostentar a distinção de cada uma das sete classes mencionadas.

Referência, ainda, para o prémio Ecológico do ano. Uma distinção especial reservada a veículos com motores elétricos ou híbridos (que combinem motor elétrico e motor térmico). Em foco, nesta categoria, a eficiência energética, os consumos, as emissões e a autonomia, homologados pela marca, tendo igualmente em atenção os consumos revelados durante o teste dos jurados, assim como a autonomia real numa utilização diária.

O formato da 36ª edição reúne um júri composto por 20 jornalistas especializados, em representação da imprensa escrita, meios digitais, rádio e televisão, numa busca pela pluralidade de opiniões. Pela segunda vez, desde que existe o troféu, os três maiores canais de televisão portugueses, SIC, TVI e RTP, integram o júri.

- **Prémio Tecnologia e Inovação**

Na 36ª edição do Troféu CARRO DO ANO, a organização voltará a selecionar cinco dispositivos inovadores e tecnologicamente avançados, que consigam beneficiar diretamente a condução e o condutor, que serão apreciados e posteriormente votados pelos jurados em simultâneo com a votação final.

### ***Global Management Challenge***

Esta iniciativa portuguesa, lançada há 39 anos, numa parceria entre o Expresso e a SDG – Simuladores e Modelos de Gestão, está atualmente implementada em cerca de 40 países, distribuídos por quatro continentes. Durante o seu período de vida, já envolveu, em todo o mundo, mais de meio milhão de participantes, essencialmente estudantes universitários e quadros de empresas.



Nesta competição de estratégia e gestão, as equipas têm uma empresa para gerir. Ao longo da prova, tomam decisões sobre os destinos da mesma. No final, vence a que obtiver os melhores resultados.

Para os estudantes universitários, o Global Management Challenge funciona como uma experiência formativa complementar à formação académica. Por seu lado os quadros, ao integrarem este desafio, têm a oportunidade de refrescar e testar conhecimentos e de reforçar o trabalho em equipa e as funções de liderança.

Valorizada pelo tecido empresarial nacional, esta iniciativa conta com o patrocínio e apoio de prestigiadas empresas e instituições nacionais e internacionais. Entre elas: Accenture, EDP, Staples, Intrum, Millennium BCP, REN, Garantia Mútua, Fidelidade, TAP, IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, SIC, IT Sector e UPP Out.

O Global Management Challenge tornou-se a maior competição a nível mundial, que se desenrola em dezenas de países dos 5 continentes. Entre eles, além de Portugal, Brasil e Angola, os Camarões, o Quênia, a Costa do Marfim, em África, o Panamá, na América Latina, os Emirados Árabes Unidos (onde decorreu a final do ano passado) no Dubai, o Qatar, a Índia, a China e as Regiões Autónomas Especiais de Hong Kong e Macau, além, claro, de diversos países da Europa.

### ***Global Investment Challenge***

O Expresso e a SDG - Simuladores e Modelos de Gestão lançaram, há 6 anos, uma competição destinada a aumentar a literacia financeira, onde cada participante pode investir e testar os seus conhecimentos em Bolsa. O *Global Investment Challenge*, uma competição de inscrição gratuita, conta com o apoio da *Euronext*, utilizando a plataforma de negociação *online* do Banco Best. O vencedor é o participante que apresenta, no final, o portfólio com maior rentabilidade.

Existem duas categorias a concurso: “Geral”, onde é contabilizada a valorização global do portfólio de cada participante e “Estudantes”, onde é avaliada a valorização do portfólio de participantes estudantes. Os participantes com o nickname jota007 e Rodrigo255 foram os





vencedores respetivamente da categoria geral e de estudantes, da sexta edição do Global Investment Challenge.

Os vencedores das duas categorias recebem como prémio uma viagem a Amesterdão, que inclui uma visita à Bolsa de Valores da cidade.

#### **1.1.3.2. PRÉMIOS EXPRESSO ECONOMIA**

Em 2018, o Expresso criou novos prémios, com o apoio da Informa D&B e da Deloitte, e em parceria com a Caixa Geral de Depósitos.

A 1ª edição do Prémio Expresso Economia | Caixa Geral de Depósitos, cuja entrega decorreu no edifício sede da CDG, no dia 18 de dezembro, premiou um conjunto de empresas e empresários pelo seu mérito, arrojo e trabalho de excelência. Premiou ainda o Empresário do Ano.

A Farfetch, empresa britânica fundada pelo português José Neves, foi a vencedora dos Prémios Expresso Economia na categoria Exportações - Volume de negócios entre €50 e €100 milhões - e já aponta a novas barreiras

Foi o primeiro unicórnio (empresa valorizada em mais de mil milhões de euros) com ADN português e continua a aumentar o volume de negócios. Está sediada em Londres e conta com quatro escritórios em Portugal localizados em Matosinhos, Lisboa, Braga e Guimarães.

Paula Amorim foi distinguida como Empresária do Ano, outro prémio atribuído pelo Expresso e pela Caixa Geral de Depósitos.

#### **1.1.4. RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)**

A presença do Grupo IMPRESA nos vários organismos associativos, de regulação e autorregulação, mantém-se consolidada, o que lhe permite participar, de forma ativa, em decisões que interessam à sua atividade. Tal posicionamento continuou a afirmar-se ao longo de 2018 com a intervenção em debates e propostas de alternativas a projetos de diplomas, diretivas



e/ou normas que o Governo e outras Entidades, no plano nacional e no plano europeu, apresentaram à consulta pública ou às entidades onde o Grupo IMPRESA está representado.

Durante o ano de 2018, o Grupo IMPRESA manteve e/ou reforçou a sua presença nos corpos sociais dos seguintes órgãos associativos, bem como junto de Entidades Reguladoras:

- ACEPI – Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa (Direção)
- AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercados (Presidência do Conselho Geral)
- AEP – Associação Empresarial de Portugal (Conselho Geral)
- AIP/ CE - Associação Industrial Portuguesa/Confederação Empresarial (Vice-Presidência da Direção)
- AMD – Associação de Marketing Direto (Direção)
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações (Conselho Consultivo)
- ANETIE – Associação Nacional das Empresas de Tecnologia de Informação e Eletrónica (Presidência da Assembleia Geral)
- APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (Vice-Presidência da Direção)
- APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (Direção)
- APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Conselho Geral)
- API – Associação Portuguesa de Imprensa (Presidência da Direção)
- CAEM – Comissão de Análise e Estudos de Meios (Secção de Meios e Comité Técnico)
- CCPJ – Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (Secretariado Executivo)
- Comissão de Classificação dos Meios de Comunicação Social (Presidência)
- COTEC - Associação Empresarial para a Inovação (Presidência da Assembleia Geral)
- ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Conselho Consultivo)
- Fórum para a Competitividade (Conselho Consultivo)
- GEDIP – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais (Presidência da Assembleia Geral)
- ICAP – Auto Regulação Publicitária (Presidência da Assembleia Geral)
- MAPINET – Movimento Cívico Anti Pirataria na Internet (Direção)



- NP – Notícias de Portugal (Presidência do Conselho de Administração)
- OBERCOM – Observatório da Comunicação (Direção)
- PMP – Plataforma de Media Privados (Presidência do Conselho Geral)
- VISAPRESS – Cooperativa de Gestão de Conteúdos (Direção)

Em cada um destes organismos, bem como junto do Governo, Grupos Parlamentares, Comissão Europeia e membros do Parlamento Europeu, as diferentes intervenções pautaram-se, sempre, pela defesa da liberdade de informação e pela independência e sustentabilidade das empresas de comunicação social.

#### **1.1.4.1. Junto do Governo, Grupos Parlamentares e outras Entidades**

Ao longo de 2018, o Grupo IMPRESA acompanhou, de perto, a evolução das principais iniciativas do Governo e da Assembleia da República na área da Comunicação Social, com realce para:

##### **1. Regulamento Geral de Proteção de Dados**

- Acompanhamento da sua implementação, a partir de 25 de Maio, procurando esclarecer dúvidas junto da Comissão Nacional da Proteção de Dados.
- Participação em diversas reuniões com o Grupo de Trabalho da 1ª Comissão da Assembleia da República e membros do governo para discutir as leis complementares à aplicação do Regulamento, nomeadamente a Proposta de lei 120/XIII, Artº 24º, que versa a liberdade de expressão, informação e imprensa, incluindo o tratamento de dados para fins jornalísticos.
- Acompanhamento das propostas de lei 125/XIII e 126/XII, relativas ao tratamento de dados pessoais para aplicação de sanções e ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.

##### **2. Nova Diretiva sobre Direitos de Autor no mercado único digital e Direitos Conexos dos Editores**

- Acompanhamento das discussões a nível nacional e europeu e as votações, a 12 de Setembro, pelo Parlamento Europeu, do texto da proposta de Diretiva



que transita para o ano seguinte, entrando na fase da negociação tripartida (Parlamento, Comissão e Conselho).

### 3. Código da Publicidade

- Acompanhamento da evolução, no seio do Grupo de Trabalho da 6ª Comissão, das diferentes tendências sobre a comunicação comercial de produtos alimentares com elevado valor calórico para crianças e jovens.

### 4. Participação, com particular empenho, na oposição ao negócio da compra da Media Capital pela Altice, o qual foi inviabilizado pela Autoridade da Concorrência.

### 5. Desenvolvimento de ações, a todos os níveis, para conseguir que o IVA eletrónico igualasse o do papel (6%) e que esta medida já fizesse parte do Orçamento de Estado para 2019, o que foi conseguido.

### 6. Acompanhamento da evolução das decisões acerca dos novos canais na TDT, desde o parecer da ERC até à abertura do Concurso Público, sendo que esta parte transitou para 2019.

### 7. Fake News

- Estudo da legislação vigente ou em evolução em alguns países da União Europeia, com vista a criar alertas e defesas contra a intromissão desta nova ferramenta na manipulação da informação, em geral, e particularmente nas campanhas e resultados das eleições próximas.

### 8. Respostas às diferentes Consultas Públicas vindas da Comissão Europeia, da ERC, ANACOM ou Autoridade da Concorrência e acompanhou-se, o exercício das suas funções regulatórias, fiscalizadoras e sancionatórias, bem como as Deliberações, Recomendações, Regulamentos, Estudos e Relatórios destas Entidades.

A IMPRESA participou na discussão de todos os temas do universo dos seus interesses, quer diretamente, quer através das organizações, entidades e instituições a que está ligada.



#### **1.1.4.2. Nos diferentes organismos:**

##### ***ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações***

Na sequência da reivindicação da SIC, iniciada no ano anterior, para a ANACOM reavaliar o preço do serviço prestado pela MEO na plataforma TDT com base no espaço efetivamente ocupado por cada serviço de programas de televisão, ao longo de 2018 reforçou-se essa exigência. E, aquando do conhecimento dos preços a atribuir aos canais do Estado e aos dois privados, a SIC denunciou a existência de uma clara violação do princípio da não discriminação, favorecendo de um modo anticoncorrencial o operador de serviço público, em detrimento dos operadores privados na plataforma TDT.

Finalmente, em 22 de Novembro, a ANACOM decidiu determinar à MEO a aplicação do preço anual de 885,1 mil euros por Mbps, em cumprimento dos princípios e requisitos estabelecidos nos nº 3, 4 e 6 do artigo 4º da lei nº 33/2016 e nos números 18.2., 18.3. e 18.7 do DUF TDT, a que corresponde uma redução, em 15,16%, dos preços anuais por Mbps praticados aos operadores de televisão pela prestação do serviço de transporte e difusão do sinal de TDT.

##### ***APCT - Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação***

Ao longo do ano, verificou-se uma aposta mais generalizada nas edições digitais, especialmente por parte da imprensa regional, à medida que, nas edições impressas, se iam registando aumentos no custo do papel, a par com perdas de vendas. Tornou-se, assim, necessário promover mais esclarecimentos quanto à aplicação do Regulamento Complementar para Edições Digitais. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma renovação do site, de modo a tornar mais completa a informação e mais fácil a consulta. Substituíram-se, também, equipamentos que estavam a ficar obsoletos.

Por efeitos da crise que se acentuou, o ano de 2018 ficou marcado pela perda de 14 associados, assim distribuídos: 6 da imprensa regional, 3 por falência (nas áreas de puericultura e ciências ocultas), 2 do mercado automóvel e 3 revistas de baixa circulação ligadas a negócios diversos.



Em contrapartida só entraram 2 revistas, ambas orientadas para a saúde. Perante esta situação, houve necessidade de proceder à redução do quadro de pessoal, por forma a manter o equilíbrio do exercício.

Continuaram as auditorias bimestrais e anuais com seleções apuradas, quer no papel, que no digital.

Mantiveram-se os contactos com congéneres estrangeiros.

### ***CAEM - Comissão de Análise e Estudos de Meios***

Foi um ano de intensas reuniões, tanto a nível da Direção, como da Secção de Meios e do Comité Técnico Consultivo da Televisão. Tal se justificou face à proximidade da renovação ou prorrogação do contrato com a GFK.

Foi, por isso, necessário:

- Elaborar novas especificações técnicas para a medição de audiências da televisão.
- Discutir e atualizar universos do painel com base nas estimativas do INE para as variáveis idade e géneros e, no Establishment Survey, para a variável posse de televisão por subscrição.

A par de tudo isto, a CAEM manteve o desempenho das outras funções que lhe estão atribuídas:

- Monitorização contínua do sistema de medição de audiências de televisão em direto e diferido;
- Monitorização do BAREME RÁDIO;
- Monitorização do BAREME IMPRENSA;
- Monitorização do NETSCOPE e NETPANEL da Markest;
- Monitorização do estudo Multimeios da Media Monitor referente aos Investimentos Publicitários na Internet.



### **CCPJ - Comissão da Carteira Profissional de Jornalista**

Participação em diversas reuniões com o Governo e a Assembleia da República (1ª e 6ª Comissões), bem como com gabinetes dos Partidos com assento na AR, para discutir e defender os interesses da comunicação social e da liberdade de imprensa em diversos campos:

- Regulamento Geral de Proteção de Dados – Projeto de Lei de enquadramento 120/XIII –, especialmente do artigo 24º, sobre tratamento de dados para fins jornalísticos, assegurando a liberdade de informação sem restrições securitárias.
- Alterações ao Código da Publicidade – Projeto de Lei do PS, PAN e PEV – no que respeita à comunicação comercial de alimentos e bebidas com alto valor energético, dirigida a menores de 16 anos.  
As restrições apresentadas na primeira proposta provocariam graves quebras na faturação.
- Para além das várias intervenções sobre estes temas, que se arrastaram ao longo do ano sem conclusão, a CCPJ tomou posição pública sempre que estiveram em debate matérias que exigiam a sua interpretação do Estatuto do Jornalista ou do Regulamento da Carteira Profissional.

Entre primeiras emissões e renovações, foram avaliados e processados 4.610 títulos, distribuídos por carteira profissional, título provisório de estagiário, cartão de correspondente, colaborador e equiparado.

Para além das reuniões semanais do Secretariado Executivo, o Plenário, órgão alargado da CCPJ, reuniu seis vezes, durante o ano, para debater da sua competência.

A CCPJ esteve presente em várias conferências e/ou debates, alguns da iniciativa da imprensa regional, participando no esclarecimento de dúvidas levantadas por editores e jornalistas.

A CCPJ fez parte da Fundação da Rede Lusófona pela dualidade da informação, constituída por representantes da sociedade civil, media e jornalistas, universidades do espaço lusófono, entidades reguladoras, ordens e institutos que têm por objeto a criação de espaços de discussão, formação e produção de conteúdos científicos e cívicos.



## **ICAP – Auto Regulação Publicitária**

As grandes linhas do Plano de Atividade para 2018 assentaram nos seguintes eixos:

- Sensibilização da Indústria
- Demonstração de Resultados
- Afirmação da Eficácia
- Cooperação com entidades Públicas e Privadas

Dos trabalhos desenvolvidos constam:

- Discussão e entrada em vigor do “Código de Auto Regulação em Matéria de Comunicação Comercial de Alimentos e Bebidas Dirigido a Crianças” – implementação do Pre-Clearance (pareceres prévios vinculativos – 21 empresas aderentes)
- “Plano de Comunicação” incluindo imprensa regional + Digital + Publicidade Exterior + Rádio
- Flash’s de notícias ligadas à ARP (19)
- ARP – SICAD – Reunião tripartida ARP/SICAD/DGC
- Divulgação e presença Ações de Formação Taylor Made:
  - ✓ Apuramento de uma Ação Formação vs P&G
  - ✓ Apuramento de Banco de Formadores
- AIC (cosméticos) – Discussão para a aprovação do “Código de Cosméticos - publicidade
- Contactos com Assembleia da República – Consultas Públicas; Código Alimentos Crianças
- ICAS – Internacional Council for Ad Self-Regulation Video – tradução e adaptação do filme para português
- Ambush Marketing – em sintonia com a Faculdade de Direito – Universidade Nova
- Plano de Angariação associados – Bullets vs. Investimento publicitário
- Gordura/Açúcar e Sal - Ações
- Apetrechamento do JE – Júri de Ética da ARP
- Regulamento Proteção Dados Pessoais – Política de Privacidade
- Abordagem Santander Consumer e Assinatura de Acordo Financeiro – prevê-se Pre-Clearance para cerca de 500 peças publicitárias





## **MAPINET - Movimento Cívico Antipirataria na Internet**

### **Pedidos de Remoção**

- O ano de 2018 registou significativo aumento de pedidos de remoções de links, tendo atingido um total de 1.716.246.967, distribuídos por Filmes, Séries, Streaming, Software, Livros, Revistas, Jornais, Playstation (1,2,3), Wii, Nintendo, PC, Xbox, Música e outros.  
São poderosos e de grande agilidade, como se sabe, os meios de que a pirataria dispõe. Pelo contrário, faltam medidas punitivas e meios eficazes para a combater. Apesar de tudo, conseguiu-se remover 5.678.325 links distribuídos pelos suportes referidos.
- Quanto a websites, foram bloqueados 783, sendo que, na área da imprensa, foram bloqueados cinco e re-bloqueado um. Dos cinco bloqueados, três desapareceram em definitivo. Com eles desapareceram centenas de links de Revistas e Jornais completos ou artigos.
- No que diz respeito a websites, que disseminam conteúdos de televisão, foram bloqueados 110 e re-bloqueados 15, tendo desaparecido 11.
- A temática dos re-bloqueios que se efetuam, obrigatoriamente, no final de um ano de bloqueio, permite afirmar que, em média, cerca de 60% a 70% dos websites bloqueados desaparecem ou mudam de nome. Apesar de os números conseguidos estarem a grande distância do pretendido, Portugal continua a ser apontado como um caso de sucesso europeu na luta contra a pirataria.
- No que respeita ao bloqueio de vídeos no YOUTUBE foram carregados cerca de 1053 ficheiros de referência que permitiram o bloqueio de 10.956 conteúdos carregados por utilizadores sem direitos para tal.
- Ainda no ano 2018, foi assinada com a IGAC uma extensão ao Memorando de Entendimento que vai permitir, nesta primeira fase, o bloqueio de jogos de futebol, em streaming, para no futuro também ser aplicado a eventos transmitidos em direto.



## **OBERCOM - Observatório da Comunicação**

Em 2018, o OberCom, para além do lançamento do habitual Anuário da Comunicação, de largo espectro informativo, continuou a desenvolver estudos no quadro da investigação em comunicação e media, os quais permitiram explorar novas áreas e proceder à consolidação do conhecimento no campo dos *media* e da comunicação em Portugal, com diferentes formatos e diferentes objetivos e estruturas.

- **Projeto OberCom - Recolha Estatística Nacional no Setor da Comunicação**

Relativamente ao *Relatório Anual Media e Comunicação*, pretendeu-se que em 2017 esta publicação apresentasse informação estatística sobre os diferentes setores analisados pelo OberCom. Este relatório é publicado *on-line* no sítio da Internet do OberCom, em ficheiros PDF disponíveis para *download*, por setor e atualizados ao longo do ano sempre que tal seja possível.

- **Projeto OberCom – Digital News Report**

Desde 2014 o OberCom tem colaborado com o Oxford Reuters Institute, sendo a entidade parceira para a realização do inquérito anual "Digital News" em Portugal financiado pelo Reuters Institute e apoiado.

O *Reuters Digital News Report 2017 (ReutersDNR 2018)* foi o sétimo relatório anual do *Reuters Institute for the Study of Journalism (RISJ)* e o quarto relatório a contar com informação sobre Portugal. Enquanto parceiro estratégico, o OberCom colaborou com o *RISJ* na conceção do questionário para Portugal bem como na análise e interpretação final dos dados.

- **Literacias na Sociedade dos Ecrãs**

Este relatório explora as dinâmicas de utilização de recursos mediáticos em Portugal através da definição de perfis de literacia mediática.

A questão da utilização crítica de media e de conteúdos mediáticos é um eixo fundamental de perceção neste quadro de análise e revela a complexidade da cristalização de práticas em torno das relações comunicacionais de grande espectro da sociedade portuguesa.



- **As Fake News numa Sociedade pós-verdade**

**Contextualização, potenciais soluções e análises**

O documento *Fake News numa Sociedade pós-verdade* foi produzido para dar resposta a uma série de questões levantadas pelo clima político internacional, tais como as eleições presidenciais Americanas, o Brexit ou o que viriam a ser as eleições presidenciais brasileiras que culminaram com a eleição de Jair Bolsonaro.

Um dos primeiros estudos públicos realizados em Portugal no contexto dos estudos em comunicação, inaugura um debate conceptual sobre temas tais como a confiança em notícias.

As conclusões obtidas revelam que os portugueses estão muito preocupados com a legitimidade dos conteúdos noticiosos em ambientes digitais, dado que coincide com índices estruturalmente altos de confiança em conteúdos noticiosos. A elevada confiança dos portugueses em notícias justifica-se, em parte, pela sua preocupação com a legitimidade dos conteúdos noticiosos, dado que é relevante num contexto em que a comunicação social está no epicentro do debate sobre a saúde das democracias globais.

***PMP - Plataforma de Media Privados***

Durante o exercício de 2018, a PMP desenvolveu a sua ação, centrada em quatro eixos fundamentais:

- Representação dos interesses coletivos da Plataforma junto dos órgãos de soberania (Governo e Assembleia da República) e da sociedade.
- Gestão do Projeto Nónio (sistema unificado de recolha e qualificação de audiências digitais).
- Resposta às consultas públicas, nacionais e europeias, relevantes para o setor.
- Acompanhamento ativo dos desenvolvimentos legislativos mais relevantes para os media.

Principais áreas de atuação desenvolvidas pela PMP:



- **Projeto Nónio**

O projeto Nónio conheceu desenvolvimentos muito significativos, mormente a partir do segundo semestre de 2018. Após a conclusão do contrato DNI-Google (31 de dezembro de 2018), prevê-se um alargamento progressivo do espetro de ação do Nónio, com o objetivo de atingir 1 milhão de utilizadores registados, ao longo do primeiro trimestre de 2019, e de 2 milhões, no horizonte de um ano.

- **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**

Os trabalhos parlamentares de transposição do novo RGPD foram objeto de seguimento e participação ativa da PMP em comissão especializada.

- **Diretiva sobre Direitos de Autor**

Idêntica ação se registou junto das instituições europeias, no acompanhamento do processo de produção da futura Diretiva sobre Direitos de Autor.

- **IVA Digital**

A PMP, juntamente com outras associações setoriais, prosseguiu na defesa da redução do IVA digital para taxa reduzida, tendo a medida ficado consagrada no OE 2019

Complementarmente, a PMP desenvolveu ainda as seguintes atividades:

- Participação em grupos de trabalho sobre temas de interesse para os media.
- Participação em fóruns relacionados com a inovação e a economia digital.
- Participação em Conferências sobre os Media.

### ***VISAPRESS - Cooperativa de Gestão de Conteúdos***

- **No cumprimento do Plano de Atividades, destacamos as seguintes ações:**

- ✓ Distribuição das verbas provenientes do licenciamento para a utilização de conteúdos publicados nos jornais e revistas pertencentes a cooperadores da VISAPRESS e, simultaneamente, distribuição aos Cooperadores da remuneração equitativa da cópia privadas, relativa ao ano de 2017.



- ✓ Realização de mais de duas dezenas de reuniões com entidade públicas e privadas, convidando-as a licenciarem-se para a utilização legal que fazem dos conteúdos de imprensa escrita pertencente aos Editores representados na VISAPRESS.
- ✓ Envio de cerca de uma centena de e-mails para entidades que estavam a disponibilizar nas suas páginas de internet conteúdos sem autorização, configurando-se de alguma forma como prestação de serviços de clipping, solicitando que obtenham o respetivo licenciamento junto da VISAPRESS.
- ✓ Participação em diversas reuniões internacionais sobre o tema do licenciamento para acesso aos conteúdos publicados na imprensa escrita.
- ✓ Campanha de informação e sensibilização do público em geral para a problemática da gestão coletiva de direitos de autor na imprensa escrita. Esta divulgação foi efetuada em dois canais privados de televisão por cabo, numa estação de rádio nacional e em jornais, com tiragem nacional e regional.
- ✓ Participação em diversas reuniões no Ministério da Cultura, na Assembleia da Republica e no Parlamento Europeu com o propósito de esclarecer a posição da VISAPRESS, relativamente aos direitos de autor dos Publishers em Portugal. Aproveitando estes fóruns para fazer o enquadramento e analisar o impacto que a proposta de Diretiva Europeia irá ter na remuneração dos direitos dos Editores.
- ✓ Renovação da totalidade das licenças existentes e celebração de três novos contratos, passando a estar representados, no portfólio da VISAPRESS, 25 entidades para a utilização primária e secundária dos conteúdos publicados na imprensa escrita.

- **Ação judicial que decorre no TPI (Tribunal da Propriedade Intelectual)**

No ano de 2018, não se registaram significativos avanços no processo que decorre neste tribunal contra as empresas de clipping, CISION e MANCHETE. O Tribunal agendou o início do julgamento para os dias 13 a 15 de novembro, que acabou por não se realizar, tendo sido marcadas novas datas para 2019.



## **AMD – ASSOCIAÇÃO DE MARKETING DIRETO**

- **Proteção de Dados**

O impacto do início da aplicação do RGPD (25 maio), pela importância para o setor e implicações diretas junto dos Associados, exigiu uma dedicação prioritária em ordem a evitar qualquer incumprimento por parte dos nossos sócios.

Durante a discussão da proposta de lei complementar do Regulamento, a AMD manteve diversos contactos com representantes do Governo e com os Grupos Parlamentares.

- **Ameaças à Publicidade**

Permanecendo a ameaça às restrições à publicidade dirigida a crianças/menores, no que concerne a alimentos e bebidas com elevado teor de sal e açúcar, respetivamente, a AMD foi acompanhando e participando em diversas iniciativas, no âmbito da discussão do diploma, em sede de um GT junto da 6ª Comissão da AR.

- **Anacom**

A discussão, no seio da Europa, do novo Regulamento sobre a Privacidade nas Comunicações Eletrónicas – mais severo do que o RGPD – foi tema de nova reunião com a ANACOM.

- **Cooperação**

Foi mantida uma permanente intercooperação com a API e APAN, na defesa de aspetos comuns aos nossos Associados.

Para além de toda esta atividade, a AMD proporcionou aos seus associados uma constante informação sobre leis, decisões, estudos, recomendações, debates nas áreas dos seus interesses.



#### **1.1.4.3. Curso de Pós Graduação em Jornalismo Multiplataforma**

Em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e com a colaboração da Rádio Renascença, promoveu-se a sétima edição do curso, com aulas teóricas e estágios profissionais nas diferentes redações. Frequentado por 20 alunos, foi mais um êxito, à semelhança dos anteriores, devendo relevar-se a grande qualidade da maioria dos alunos, o que fez deste curso o melhor de todos em resultados.

Procedeu-se à atualização e arrumação de algumas matérias, bem como à escolha de novos Professores. Atingiu-se, no final deste curso, o número total de 137 alunos ao longo de sete anos, com muito bom aproveitamento, tendo parte deles encontrado colocação.

#### **1.1.4.4. Outras ações**

As grandes preocupações do ano foram a defesa dos Direitos de Autor e Direitos Conexos dos Editores no mercado único digital e o combate à pirataria, que dispõe de meios cada vez mais sofisticados e de grande mobilidade, assim como aos grandes agregadores que continuam a usurpar conteúdos editoriais e, à conta destes a desviar publicidade dos meios clássicos e digitais.

No contexto destas duas frentes desenvolvem-se contactos e interage-se com Associações das áreas do audiovisual, da distribuição, da gestão coletiva de direitos, de editores e produtores, todos convergentes na defesa dos mesmos direitos.

#### **1.1.5. RELAÇÃO COM OS INVESTIDORES**

A IMPRESA tem uma Direção de Relações com Investidores, de modo a assegurar o relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de acionistas, potenciais investidores e analistas, bem como com a bolsa de valores do mercado onde as ações da IMPRESA se encontram admitidas à negociação e respetivas entidades reguladoras e de supervisão, CMVM e Euronext.



A Direção de Relações com Investidores da IMPRESA desempenha, assim, um papel de relevo para a prossecução desse objetivo, permitindo manter um adequado relacionamento com acionistas, analistas financeiros e potenciais investidores na IMPRESA, nomeadamente através da participação em conferências específicas e realização de road-shows pelas principais praças bolsistas.

A função primordial desta Direção consiste em atuar como interlocutor entre o Conselho de Administração da IMPRESA e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua atividade normal, por todas as informações disponibilizadas pelo Grupo IMPRESA quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.

Para o desempenho das suas funções, esta Direção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros em Portugal e no estrangeiro, disponibilizando toda a informação e esclarecimentos necessários para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações que lhe são dirigidas por estas entidades.

Todos os pedidos de informação (efetuados por telefone, mail ou correio) foram imediatamente respondidos, não havendo quaisquer pedidos pendentes, quer do exercício de 2018, quer de anos anteriores.

Durante 2018, a Direção de Relações com Investidores levou a cabo as seguintes iniciativas:

- 2 “*Roadshows*” cobrindo Lisboa e Madrid, com realização de 13 reuniões com investidores;
- Reuniões, na IMPRESA, com 6 investidores e analistas;
- 4 Conferências telefónicas, relacionadas com a publicação de resultados trimestrais;
- 1 Apresentação pública, referente aos resultados anuais de 2017.

#### **1.1.6. ATENDIMENTO DOS ESPETADORES**

Em 2018, foram recebidos 33.041 contactos, número muito semelhante a 2017 (33.801). Cerca de 68% destes contactos chegaram via e-mail e respeitaram a pedidos de informação (61,8%),





sugestões de temas para reportagem (24%), críticas (11,2%), elogios (1,3%) e outros assuntos diversos (1,7%). Em 88% dos casos, a temática foi o canal SIC generalista. Todos os assuntos receberam a devida atenção, pois para além da sua utilidade, permitem melhorar a relação da SIC com os espetadores.

#### **1.1.7. VISITAS DE ESTUDO**

Em 2018, organizámos 22 visitas (praticamente metade das 41 recebidas no ano anterior, face à interrupção devido à mudança para o Edifício IMPRESA), com um total de 569 visitantes (média de 26 pessoas por visita).

Escolas dos vários ciclos, incluindo o ensino profissional, centros de estudos e/ou de tempos livres, IPSS, são os frequentadores mais assíduos. Pontualmente, existem visitas de Faculdades ou de empresas. Os pedidos chegam maioritariamente dos distritos de Lisboa e Setúbal. Na região Norte, privilegia-se a visita às instalações de Matosinhos.

### **1.2. NÍVEL INTERNO**

#### **1.2.1. QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS A TRABALHADORES**

Sendo o Capital Humano a mais importante fonte de vantagem competitiva do Grupo IMPRESA, torna-se impreterível a sua valorização em termos de competências, conhecimentos, capacidades e experiências individuais. O Grupo IMPRESA acredita que a valorização do desenvolvimento do Capital Humano impulsionará, em grande medida, o sucesso da execução do Plano Estratégico do Grupo elaborado para o triénio 2017-2019.

#### ***Formação***

A formação no Grupo IMPRESA representa uma prática de gestão por excelência que apresenta como premissa a capacitação do capital humano e a obtenção de vantagem competitiva face ao mercado envolvente.



Em 2018, o Grupo IMPRESA continuou a compatibilizar o cumprimento dos seus objetivos estratégicos com as expectativas e o desenvolvimento individual dos seus ativos, de modo a manter e melhorar um essencial clima de satisfação, produtividade e motivação.

Para isso, o Grupo IMPRESA procura proporcionar/incentivar aos seus trabalhadores o desenvolvimento das suas competências, não só através da possibilidade de frequência de ações de formação externas, como também pela partilha de conhecimentos, experiências e vivências.

O quadro seguinte apresenta os dados mais relevantes de 2018 e respetiva comparação com o ano de 2017:

Quadro: Formação 2017/2018 (a)

Área	Número de ações			Trabalhadores abrangidos			Horas de formação		
	2017	2018	Variação	2017	2018	Variação	2017	2018	Variação
Publishing	42	36	-16,67%	272	154	-76,62%	2995	2123,5	-41,04%
Televisão	51	46	-10,87%	395	313	-26,20%	4474	3364,55	-32,97%
New Business	13	16	18,75%	34	30	-13,33%	875	572,5	-52,84%
Transversais	42	27	-55,56%	57	61	6,56%	954	1247	23,50%
Total Grupo Impresa	<b>148</b>	<b>125</b>	<b>-18%</b>	<b>758</b>	<b>558</b>	<b>-36%</b>	<b>9298</b>	<b>7308</b>	<b>-27%</b>

Fonte: IMPRESA

(a) No ano de 2017, o Grupo IMPRESA tinha no seu portfólio um conjunto de 12 marcas que foram alienadas no início de 2018, o que contribuiu para que os números de trabalhadores, de ações e de horas de formação registados em 2018 fossem inferiores a 2017

São de salientar as seguintes ações:

- Formação na área digital, nas vertentes comercial e marketing, nomeadamente através de ações de CRM, Social Media Marketing, Digital Transformation – Reinventar as empresas na era digital, Instagram Marketing.
- Formação via E-learning em diversas áreas.
- Formação interna sobre Captação e Edição de Imagem, Elvis, Fluxos de Informação e Conteúdos Digitais, Noções Básicas de Economia.



- Formação académica: Pós-Graduação em Gestão e Coordenação Pedagógica da Formação, Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Consultadoria Organizacional, 17º Executive MBA e Doutoramento em Ciências da Comunicação.

### ***Gestão do Desempenho***

A Gestão do Desempenho Anual do Grupo IMPRESA representa um instrumento fundamental na promoção de uma cultura meritocrática, alicerçada no desenvolvimento de todos os trabalhadores e na melhoria da qualidade dos diferentes serviços que são prestados.

Pretende, portanto, apoiar os trabalhadores na reflexão sobre a sua própria performance e no impacto desta na IMPRESA, tornando os trabalhadores elementos ativos, em conjunto com as respetivas chefias, no processo avaliativo.

A Gestão do Desempenho Anual referente ao ano de 2018, que engloba a Autoavaliação, a Avaliação-Chefia e a Avaliação Global da Chefia, será realizada no primeiro trimestre de 2019.

### ***Iniciativas***

- Em 2018, o Grupo IMPRESA manteve o seu objetivo de trabalhar para uma maior motivação, envolvimento e enriquecimento dos trabalhadores e a construção de uma vantagem competitiva sustentável, atribuindo um conjunto de benefícios a todos os trabalhadores do Grupo IMPRESA, que acrescem aos previstos no Código do Trabalho:
  - Atribuição do gozo do dia aniversário, desde que o mesmo coincida com um dia de trabalho;
  - Passatempos regulares com oferta de convites para espetáculos (teatro, concertos, conferências, jogos de futebol, telemóveis, etc.);
  - Disponibilização de lugares de estacionamento exclusivos para trabalhadoras grávidas;
  - Atribuição de regimes de horários flexíveis a trabalhadores com responsabilidades familiares;



- Distribuição de presentes de Natal a todos os trabalhadores e respetivos filhos com idades até aos 12 anos;
- Campanha de vacinação contra a gripe;
- Organização regular de iniciativas de *sampling*, distribuição de produtos ou venda com condições vantajosas, nas instalações de Carnaxide, Paço de Arcos e Matosinhos;
- Disponibilização aos trabalhadores e, desde o presente ano, aos familiares diretos, o acesso a produtos e serviços a um preço mais baixo do que o de tabela, através do estabelecimento de protocolos com entidades que prestam serviços em áreas como a banca, comunicações, serviços infantis, estética, ginásios, atividades de lazer, saúde, seguros e viaturas.
- O Grupo IMPRESA acredita que a adoção de políticas que promovam uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar representa um dos elementos chave para proporcionar aos trabalhadores uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, uma maior motivação, compromisso e produtividade. Neste sentido, a cultura organizacional do Grupo IMPRESA é pautada por políticas, iniciativas e práticas que cumprem o objetivo de se conciliar a vida pessoal e a vida profissional dos trabalhadores. São exemplos: Ateliês IMPRESA, Colónia de férias IMPRESA, Presentes de Natal, Cheque-creche, Lembrança de nascimento e uma Política de Benefícios (parcerias com outras entidades e protocolos estabelecidos que podem proporcionar condições vantajosas não só aos trabalhadores como aos familiares diretos).
- Utilização de ferramentas de gestão do capital humano: sistema de gestão de desempenho por competências; avaliação *bottom up* e consequentes planos de ação (a implementar); acolhimento de novos trabalhadores.
- Realização anual do Encontro de Quadros de forma a promover o *networking* interno, alinhar a cultura e valores do Grupo IMPRESA e monitorizar o cumprimento do Plano Estratégico do Grupo IMPRESA, onde são realizadas atividades de promoção de sinergias de equipa e apresentação de palestras de variadas temáticas.



- Utilização da iNet, o canal de comunicação interna. Na iNet são colocados todos os benefícios atribuídos, a realização de ações internas, comunicados internos (mobilidade, nomeações e comunicações do CEO). São, de igual modo, disponibilizadas outras informações como aniversários, protocolos e parcerias estabelecidas e um campo destinado a histórias/curiosidades dos trabalhadores e da empresa, designado de “Sabia que”.
- Utilização do iPortal, contribuindo para o aceleração, a simplificação e a desmaterialização dos processos mais administrativos de recursos humanos, tais como consulta de recibos de vencimento e de declarações de IRS, horas formativas, registo de faltas, gestão de férias e atualização de dados pessoais.
- Implementação do projeto estratégico de transformação organizacional “Juntos somos futuro”, no âmbito da mudança de instalações, concluída em janeiro de 2019. O projeto assumiu como pretensões o apoio aos trabalhadores nesta fase de mudança e, particularmente, a aposta na otimização do potencial de cada área, com vista a reforçar a liderança e posicionamento de mercado do Grupo. Apresentou, portanto, um objetivo tático, numa perspetiva de apoio às equipas em todo processo, e um objetivo estratégico com a construção da Cultura IMPRESA.
- No âmbito do projecto “Juntos somos futuro” foi lançado um canal de comunicação interno para sistematizar toda a informação sobre o projeto, comunicar de forma clara, objetiva e oportunamente as fases da mudança, sensibilizar os trabalhadores sobre a necessidade de mudança, esclarecer dúvidas sobre o processo e impulsionar o *engagement*.
- Também no decurso do mesmo projecto procedeu-se à dinamização de iniciativas que promovam uma maior interação entre os trabalhadores e que fomentem o sentimento de pertença, através da criação de momentos de convívio e de partilha, como a inauguração do novo refeitório do Edifício IMPRESA, o Magusto IMPRESA e visitas à obra de ampliação do Edifício.
- Aposta num plano formativo que vá ao encontro das necessidades formativas sentidas pelos trabalhadores do Grupo IMPRESA e respetivas chefias. Esta análise é elaborada



no âmbito do sistema de gestão do desempenho onde consta, como campo obrigatório, a indicação de ações de formação a frequentar. Após esse preenchimento é feita uma análise por parte da Direção de Recursos Humanos, que com a Administração do Grupo IMPRESA inicia o processo formativo anual de forma a potenciar o talento dos trabalhadores em articulação com o Plano Estratégico do Grupo IMPRESA.

- Realização de um questionário interno sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.

### ***Ética Profissional***

Para além do cumprimento das normas legislativas (Lei de Imprensa, Lei da Televisão, Estatuto do Jornalista, Código Deontológico, etc.) os grandes meios do Grupo – SIC e Expresso – têm os seus Códigos de Conduta Jornalística próprios, que os sites adotam e adaptam à sua especificidade. Estes Códigos de Conduta não se confundem com Livros de Estilo ou meras normas ortográficas; são fruto de aprofundadas discussões e resultam numa extensão das principais normas éticas, deontológicas e legais aplicadas ao exercício da profissão.

Isenção e rigor, reserva da privacidade, repúdio à censura, respeito pela dignidade das pessoas, proteção das fontes, evitar imagens de crianças e jovens em situações extremas e todos os outros princípios do Código Deontológico e do Estatuto do Jornalista fazem parte da formação dos candidatos à integração nas redações do Grupo.

### **1.2.2. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**

O Grupo IMPRESA, consciente de que a igualdade entre mulheres e homens integra um dos temas centrais das empresas orientadas pela responsabilidade social, prevê o desenvolvimento de medidas e ações que promovam condições de inserção profissional e de desenvolvimento de carreiras em igualdade de circunstâncias para homens e mulheres:

Em 2018, o Grupo IMPRESA estabeleceu e desenvolveu medidas de promoção da igualdade e da equidade de género e da não discriminação entre mulheres e homens:

- Definição e implementação de um Plano de Igualdade que desenvolva medidas de promoção da igualdade e da equidade de género e da não discriminação entre mulheres e homens, com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;



- Envolvimento da Administração no diagnóstico em matéria da igualdade entre homens e mulheres, bem como na elaboração e discussão dos planos anuais de promoção de igualdade, onde serão definidas as ações a desenvolver, incluindo a respetiva implementação, monitorização e avaliação;
- Sensibilização *top-down* das políticas de igualdade, bem como das medidas a implementar e os objetivos a alcançar;
- Garantir que, no Manual de Normas e Procedimentos do Grupo IMPRESA, a igualdade de género e a não discriminação entre mulheres e homens está explicitada;
- Os critérios e procedimentos de recrutamento e seleção, seja recrutamento interno, externo ou em regime de *outsourcing*, deverão apresentar como fio condutor o princípio da meritocracia bem como o princípio da igualdade e da não discriminação em função do género;
- Ministrar formação em igualdade de género, numa fase inicial direcionado para a Comissão Executiva, Direção de Recursos Humanos e “Equipa de Igualdade”, sendo que de forma gradual abranger-se-ão as diferentes chefias e trabalhadores;
- Garantir a todos os trabalhadores iguais oportunidades na frequência de ações de formação;
- Criar procedimentos e instrumentos que sejam facilitadores da apresentação formal de queixa em caso de assédio sexual e/ou moral;
- Incentivar e sensibilizar para a partilha da licença de parentalidade por parte do pai, bem como a partilha do exercício dos direitos de assistência à família;
- Assegurar que o Plano Anual de Formação tem como princípio a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens;
- Cumprir com o princípio de igualdade de retribuição para trabalho igual em natureza, quantidade e qualidade;
- Avaliar o desempenho com base em critérios objetivos de modo a proporcionar uma avaliação justa e rigorosa, isenta de qualquer conexão às características femininas ou masculinas;



- Assegurar a promoção e progressão na carreira baseadas em critérios objetivos de performance individual, estando isentas de discriminação de género;
- Estabelecer protocolos com outras entidades prestadoras de serviços, próximas das instalações do Grupo IMPRESA;
- Celebrar protocolos com outras entidades prestadoras de serviços de apoio para filhas/os dos trabalhadores do Grupo IMPRESA;
- Disponibilizar serviços de saúde ao agregado familiar dos trabalhadores;
- Divulgar a todos os trabalhadores a informação relativa aos seus direitos e deveres, em matéria de igualdade e não discriminação em função do género, maternidade e paternidade;
- Garantir uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades de género, através do cumprimento dos princípios da igualdade na contratação, progressão de carreira e remuneração.

Distribuição por género	
Número de trabalhadoras	413
Número de trabalhadores	488

No Grupo IMPRESA, os critérios de recrutamento e seleção, seja interno, externo ou em regime de *outsourcing*, apresentam como fio condutor o princípio da meritocracia bem como o princípio da igualdade e da não discriminação em função do género. A análise é feita única e exclusivamente através das *hard e soft skills* necessárias do perfil a recrutar, de forma a fazer o *fit* com a cultura do Grupo IMPRESA e da área de negócio e não em critérios de género.

Nível remuneratório por género	
Salário médio mensal das trabalhadoras	2.027,53 €
Salário médio mensal dos trabalhadores	2.674,68 €

Apesar da diferença salarial média mensal entre géneros, esta não reflete qualquer discriminação já que a política remuneratória do Grupo IMPRESA baseia-se na avaliação das





componentes das funções desempenhadas pelos trabalhadores, com base em critérios objetivos designadamente, mérito, produtividade, assiduidade ou antiguidade, comuns a homens e mulheres.

Licenças de maternidade e parentais	
Licenças de maternidade	9
Licenças de parentalidade	20

O Grupo IMPRESA promove a conciliação entre as três esferas (pessoal, familiar e profissional) e defende que mulheres e homens, quando decidem ser pais, deverão sê-lo de forma partilhada, equilibrada e responsável.

### 1.2.3. NÃO DISCRIMINAÇÃO

No Grupo IMPRESA a diversidade dos seus trabalhadores é percecionada como um fator de vantagem competitiva. É respeitada e valorizada a individualidade e a diversidade que cada trabalhador oferece ao Grupo IMPRESA, pelo que se promove a criação de um ambiente de trabalho livre de discriminação.

Defende-se que cada trabalhador tem direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, origem ou condição social, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

O Grupo IMPRESA não tolera qualquer forma de discriminação, direta ou indireta:

- É inválido o ato de retaliação que prejudique o trabalhador em consequência de rejeição ou submissão a ato discriminatório;



- Constitui discriminação a mera ordem ou instrução que tenha por finalidade prejudicar alguém em razão de um fator de discriminação;
- Presume-se abusivo o despedimento ou outra sanção aplicada alegadamente para punir uma infração, quando tenha lugar até um ano após reclamação ou outra forma de exercício de direitos relativos a igualdade e não discriminação;
- A entidade empregadora não pode, em circunstância alguma, exigir a candidata a emprego ou a trabalhadora a realização ou apresentação de testes ou exames de gravidez. O médico responsável pelos testes e exames médicos só pode comunicar à entidade empregadora se o trabalhador está ou não apto para desempenhar a atividade;
- Cabe a quem alega discriminação indicar o trabalhador ou trabalhadores em relação a quem se considera discriminado. Aplica-se designadamente em caso de invocação de qualquer prática discriminatória no acesso ao trabalho ou à formação profissional ou nas condições de trabalho, nomeadamente por motivo de dispensa para consulta pré-natal, proteção da segurança e saúde de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, licenças por parentalidade ou faltas para assistência a menores.

O Grupo IMPRESA pretende, com base no respeito mútuo, cumprir todas as leis em matéria de igualdade de oportunidades e de condições de desenvolvimento para todos os trabalhadores sem distinção ou discriminação. Assim sendo, o trabalhador que sinta que o seu ambiente de trabalho não respeita os princípios da igualdade deverá relatar as suas preocupações e denunciar eventuais infrações à Direção de Recursos Humanos, conforme expresso no Manual de Normas.

#### **1.2.4. RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS**

O respeito pelos direitos humanos e dos trabalhadores é uma condição *sine qua non* do Grupo IMPRESA, sendo o ponto orientador em todas as suas relações com os seus investidores, parceiros, fornecedores, clientes, consumidores e trabalhadores.



No âmbito da Política de Direitos Humanos, o Grupo IMPRESA arroga-se o compromisso de honrar os Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente, assumindo assim os seguintes compromissos:

- Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, o Pacto Global das Nações Unidas;
- Não empregar mão-de-obra infantil ou forçada;
- Respeitar a liberdade de associação sindical e reconhecer o direito à negociação coletiva;
- Impossibilitar a discriminação injustificada em função da ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, origem ou condição social, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical;
- Assegurar a segurança, saúde e bem-estar a todas/os as/os trabalhadoras/es, através do desenvolvimento de sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacional;
- Promover condições de trabalho devidas e não tolerar atos de violência psicológica e de coação moral.

O Grupo IMPRESA pretende que a Política de Direitos Humanos esteja alinhada com outras políticas internas, tais como, Código de Ética e Conduta, Política de Saúde, Segurança e Ambiente e Política de Compras.

#### **1.2.5. COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO**

No Grupo IMPRESA são consideradas proibidas todas as práticas de corrupção e tentativas de suborno. Sendo a transparência, a cooperação e o respeito princípios basilares do Grupo IMPRESA, as práticas de combate à corrupção encontram-se devidamente regulamentadas, havendo medidas disciplinares a considerar aquando do desvio ao cumprimento das normas gerais de conduta estabelecidas na Política de Combate à Corrupção.



No âmbito desta Política, existe o compromisso de implementar procedimentos operacionais que visem o seu combate em todas as formas, tais como:

- É proscrita a aceitação, pelos jornalistas, de ofertas cujo valor ultrapasse 10% do salário mínimo nacional. Destas ofertas deve ser dado conhecimento à Direção. As prendas devem ser devolvidas ao expedidor, acompanhadas de uma carta cortês e justificativa;
- Espaço publicitário ou promocional deve ser claramente assinalado, evitando qualquer ambiguidade para o leitor. Numa notícia, o nome de empresas, hotéis, marcas comerciais, instituições privadas ou públicas, ou de outra natureza, podem ser incluídas se constituírem elemento útil para a informação;
- Não deve dar-se tratamento noticioso preferencial a anunciantes ou grupos de interesses especiais;
- Aceitação de convites para viagens – seja em comitivas oficiais, seja de entidades privadas – está sujeita à autorização prévia da direção e ao reconhecimento do seu interesse jornalístico;
- Qualquer serviço apoiado por terceiros só pode ser publicado se acompanhado da respetiva menção em local bem visível;
- Também na política de compras do Grupo IMPRESA existe um alinhamento dos nossos fornecedores e parceiros com os princípios de transparência e da concorrência leal, assumindo condutas transparentes relativas à aquisição de bens e serviços, por exemplo:
- Os fornecedores e/ou prestadores de serviços do Grupo IMPRESA (ou sujeitos ao seu escrutínio) devem ser colocados em concorrência no mínimo de 3 em 3 anos. Este critério deve ser aplicado por todos os departamentos do Grupo;
- A seleção de fornecedores deverá contemplar no mínimo 3 fornecedores e os respetivos orçamentos devem acompanhar a ficha de necessidade;
- É sempre feita uma avaliação do fornecedor numa perspetiva consolidada;
- Todos os contratos de fornecimentos e prestação de serviços devem ser submetidos à validação do Departamento Jurídico do Grupo IMPRESA, que materializa a sua aprovação num documento para o efeito.



### **1.2.6. POLÍTICA DE DIVERSIDADE DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

À data de entrada em vigor do DL 89/2017 de 28 de julho, que veio estabelecer a obrigatoriedade de apresentação da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, os órgãos de administração e fiscalização da IMPRESA encontravam-se em período de mandato, 2015-2018, pelo que a definição formal de uma política de diversidade apenas será aplicável a partir da nomeação de novos órgãos de administração e fiscalização.

A IMPRESA não definiu, ainda, uma política de diversidade formal, no sentido em que não consta em qualquer documento nem há procedimentos definidos para a sua implementação. Contudo, a diversidade integra-se naturalmente na cultura organizacional da IMPRESA e a prova disso mesmo é a vasta e diversa experiência profissional dos Administradores (como comprovam as biografias constantes do relatório de governo societário), o facto de existir uma mulher há 11 anos no Conselho de Administração e a idade dos seus membros, procurando-se atingir um equilíbrio entre a senioridade e a juventude, como comprova as nomeações mais recentes de João Nuno Lopes Castro e Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão.

## **2. DA DIMENSÃO AMBIENTAL**

### **2.1. POLÍTICA AMBIENTAL**

Durante 2018, prosseguiu-se a implementação das políticas de redução de consumíveis, nomeadamente, papel, energia e água e de recuperação e tratamento de resíduos. As declarações oficiais para o Siliamb passaram a ser asseguradas pela empresa Safetykleen.

Verificaram-se resultados satisfatórios na defesa do meio ambiente, graças ao desenvolvimento da informatização e à tomada de decisões, das quais se destacam:

- Continuação da digitalização da informação empresarial, quer na Intranet, quer noutros suportes informáticos;



- Diminuição no número de cassetes utilizadas na produção e arquivo televisivo; efetivamente, só foram utilizadas cassetes vídeo recicladas internamente;
- Continuação da operação de redução de impressoras, todas elas equipadas com sistemas de digitalização;
- Controlo da utilização de gases fluorados.
- Início da recolha seletiva de plásticos em contentores próprios.

## **2.2. CONTROLO E IMPLEMENTAÇÃO**

### ***Controlo de consumos de água potável***

- Continuação da colocação de reguladores ou torneiras automáticas nas casas de banho;
- Verificação regular, incluída no plano de manutenção, de fugas de água em todos os autoclismos existentes;
- Nas instalações de Paço de Arcos, utilização exclusiva da água do furo para regas, lavagens ou obras.

### ***Controlo de consumos de energia elétrica***

- Exame mensal detalhado dos consumos de energia elétrica e decisões imediatas para redução de consumos;
- Prosseguiram as ações de:
  - Controlo do número de lâmpadas acesas nas zonas públicas e “open spaces”;
  - Continuação da instalação de interruptores de iluminação em salas de reunião e gabinetes;
  - Gestão dos horários de iluminação automáticos;
  - Controlo das temperaturas mínimas e máximas nos sistemas de ar condicionado;
  - Redução do número de horas de ar condicionado;
  - Utilização de pilhas recarregáveis nas redações;
  - Troca de lâmpadas incandescentes por iluminação de baixo consumo;
  - Sensibilização dos realizadores e iluminadores de programas para um menor consumo de iluminação.



### ***Controlo de consumos relativos à edição de jornal e de revistas***

- Compra de 100% do papel para impressão a empresas papelarias ambientalmente certificadas;
- Continuação da redução do número de exemplares de jornais e revistas, comprados a outros editores, e sua substituição por compra de assinaturas em formato digital sempre que possível.

### ***Resíduos***

- Manutenção e incentivo à política de separação e reciclagem de resíduos, com contentores de recolha seletiva (papel/ cartão, plástico e vidro);
- Resíduos como pilhas, baterias, cassetes, lâmpadas e outros, são enviadas para entidades certificadas no seu tratamento;
- Recuperação, pela Ponto Verde, dos resíduos de embalagens plásticas;
- Os resíduos gerados nas instalações do Grupo IMPRESA são anualmente registados no SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente), de acesso restrito às organizações que têm responsabilidades ambientais cometidas por lei.

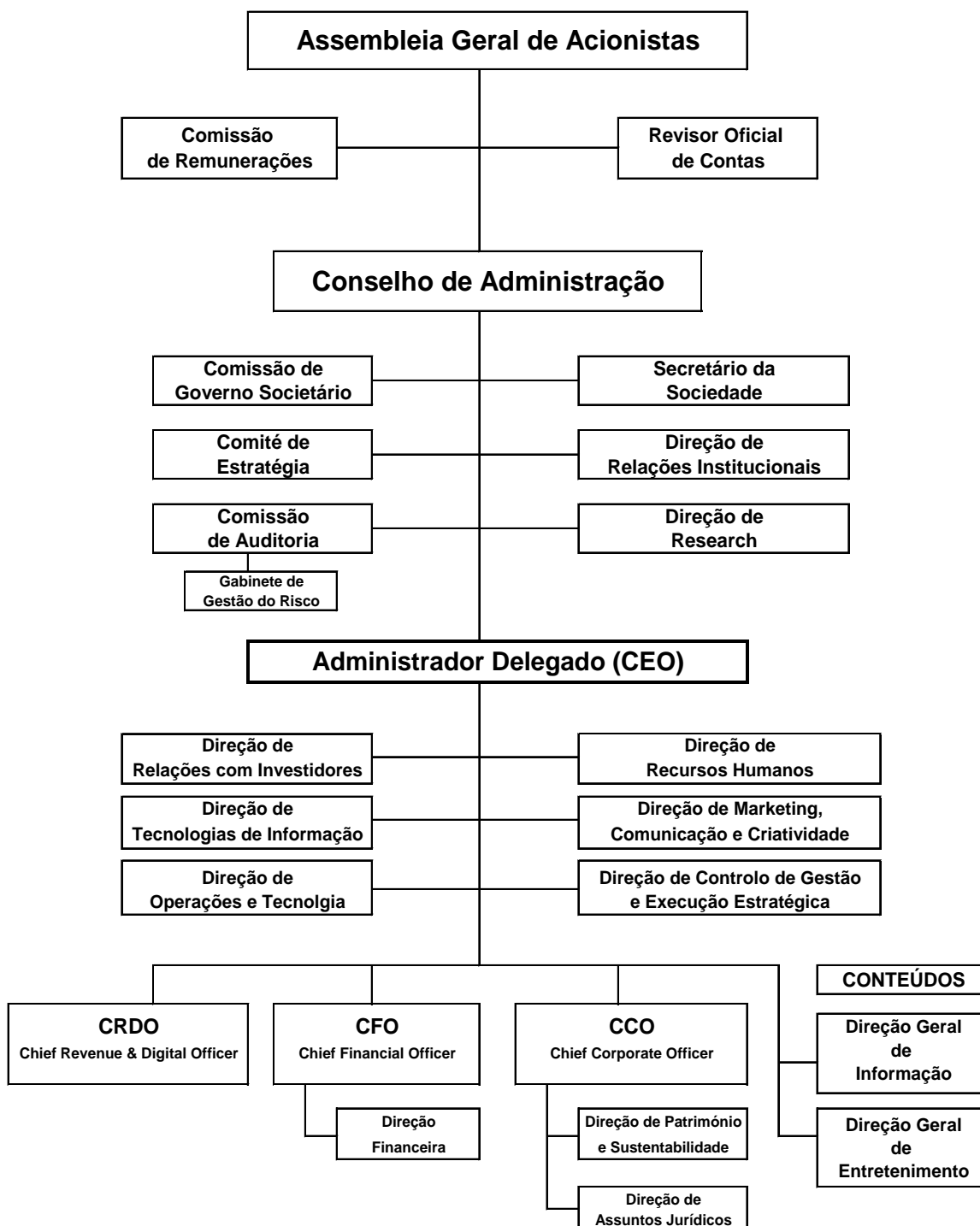
## **3. DA DIMENSÃO ESTRUTURAL E DE GOVERNO**

### **3.1. MODELO DE GOVERNO**

O modelo de governo adotado é o previsto na alínea b) do nº1 do Art. 278º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, com um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.



## ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO GRUPO IMPRESA







As designações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no início de cada mandato são da competência da Assembleia Geral.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de julho de 2012, foi criada a figura do Administrador Delegado (CEO) com a responsabilidade em todos os pelouros, figura esta que se mantém no mandato atual 2015/2018.

Ao Presidente do Conselho de Administração (PCA) compete:

- Coordenar as relações do Conselho de Administração com o Administrador Delegado (CEO);
- Presidir às reuniões do Conselho de Administração (mensais), às reuniões com o CEO (semanais), ao encontro anual de quadros e a quaisquer reuniões ad hoc nas quais esteja presente;
- Presidir ao Comité de Estratégia, aprovar a proposta de Plano Estratégico do Grupo e submetê-la ao Conselho de Administração, bem como propostas de alteração do Plano a submeter ao Conselho, e coordenar a respetiva implementação, avaliação e revisão;
- Presidir ao Comité Supra Editorial e aprovar propostas respeitantes à estratégia editorial das várias marcas do Grupo e submetê-las ao Conselho de Administração;
- Representar institucionalmente o Grupo, coordenar as relações institucionais do Grupo (nomeadamente com UE, Governo, Assembleia da República, Reguladores, Associações do Setor, etc.) e com os acionistas;
- Coordenar a Direção de Relações Institucionais e a Direção de Research, cujos Diretores reportam diretamente ao PCA.

No âmbito da definição de objetivos estratégicos de alto nível, o PCA é auxiliado pelo Comité de Estratégia, ao qual preside, e que integra o CEO, o Chief Revenue & Digital Officer (CR&DO), o Chief Financial Officer (CFO), o Chief Corporate Officer (CCO) e dois administradores não executivos. Cabe ao Comité de Estratégia auxiliar o PCA, designadamente, na preparação da proposta de Plano Estratégico do Grupo, na avaliação da aplicação do Plano e na sua revisão anual.



Ao Administrador Delegado (CEO) compete:

- Coordenar a gestão operacional do Grupo;
- Coordenar as áreas de Sistemas, Operações e Tecnologia, de Recursos Humanos, Comunicação Externa e de Investor Relations, cujos responsáveis lhe reportam diretamente;
- Nomear e destituir os COO (CR&DO, CFO e CCO), os quais lhe reportam diretamente;
- Orientar individualmente os COO nas principais políticas e decisões das respetivas áreas;
- Presidir às Reuniões de Coordenação Operacional do Grupo;
- Presidir às reuniões com cada COO e de quadros de 1ª linha, bem como a outras reuniões ad hoc a que não assista o PCA;
- Presidir às apresentações de contas do Grupo.

No Plano das relações entre PCA e CEO, o PCA monitoriza e partilha com o CEO as grandes tendências externas do negócio, e orienta e aconselha o CEO, em particular, nas decisões de maior impacto estratégico.

No que respeita à informação financeira, o CEO, em articulação com a Comissão de Auditoria e o CFO, acompanha a sua elaboração e divulgação, no sentido de garantir uma imagem verdadeira e apropriada da mesma, a par de uma fiel exposição sobre a evolução dos negócios e, ainda, de obviar o acesso indevido de terceiros à informação relevante.

Criadas no seio do Conselho de Administração, existem as seguintes Comissões: Comissão de Auditoria, Comissão de Governo Societário e Comité de Estratégia.

À Comissão de Auditoria compete:

- Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribui para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que desempenhou nesse processo;
- Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco;



- Acompanhar a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria;
- Selecionar o Revisor Oficial de Contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- Cumprir as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

Ainda no âmbito das competências da Comissão de Auditoria, foi criado, em 2007, um sistema de comunicação interna de irregularidades (whistle-blowing), com vista à sua prevenção e sanção, evitando danos agravados pela continuidade da prática irregular.

Este sistema garante a confidencialidade das participações e, bem assim, o anonimato da sua autoria, a quem comunique indícios da prática de irregularidades.

Garante, ainda, que os trabalhadores das sociedades do Grupo IMPRESA não serão prejudicados nos seus direitos pelo facto de comunicarem indícios da prática de irregularidades.

À Comissão de Governo de Governo Societário compete:

- Assistir e apoiar o Conselho de Administração no desempenho da sua função de supervisão da atividade social em matéria de governo societário e regras de conduta, nomeadamente, (i) no aperfeiçoamento do modelo de governo e de supervisão da sociedade, da respetiva estrutura organizativa e dos princípios e práticas de governo por que aquela se regerá, e (ii) na elaboração e implementação de normas de conduta, destinadas a impor a observância das disposições aplicáveis e de rigorosos princípios éticos e deontológicos, no desempenho das funções atribuídas aos membros dos órgãos sociais e trabalhadores da Sociedade.
- Estudar, propor e recomendar a adoção pelo Conselho de Administração das políticas, regras e procedimentos necessários ao cumprimento do disposto no presente Regulamento, nas disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, bem



como nas recomendações, padrões e melhores práticas, nas matérias referidas na alínea anterior;

- Desempenhar quaisquer outras competências ou responsabilidades que o Conselho de Administração venha a delegar na Comissão de Governo Societário.

A Comissão de Governo Societário deverá, ainda, proceder à avaliação de desempenho do CEO e colaborar na elaboração do Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade nas matérias da sua competência.

Ao Comité de Estratégia compete:

- Auxiliar o PCA na preparação da proposta de Plano Estratégico do Grupo (a 3 anos), a qual é aprovada pelo PCA e, por este, submetida ao Conselho de Administração.
- Auxiliar o PCA na avaliação da aplicação do Plano e na revisão anual do mesmo, formulando eventuais propostas de alteração que, uma vez aprovadas pelo PCA, serão, por este, submetidas ao Conselho de Administração.

No âmbito das sociedades participadas SIC e IMPRESA PUBLISHING observa-se o seguinte:

- a) A Presidência e a Vice-presidência do Conselho de Administração são exercidas pelo PCA e Vice-PCA da IMPRESA, respetivamente;
- b) São designados como administradores, para além do PCA, do Vice-PCA, do CEO e do CCO da IMPRESA, os dois responsáveis por unidades operacionais (CR&DO e CFO);
- c) A gestão corrente está confiada a uma Comissão Executiva, integrada pelos mencionados dois responsáveis operacionais e presidida pelo CEO da IMPRESA.

## **3.2. INDICADORES DE ATIVIDADE**

### **3.2.1. CRITÉRIOS QUALITATIVOS**

A Comissão de Governo Societário definiu os seis critérios para a avaliação de desempenho da atividade: “Comunicação, Impacto e Influência”; “Da Visão aos Resultados”, “Gestão e



Desenvolvimento de Equipas”; “Orientação para os Clientes e/ou Públicos-Alvo”; “Espírito de Equipa e de Grupo” e “Melhores Práticas, Inovação e Mudança”.

### **3.2.2. CRITÉRIOS QUANTITATIVOS**

A Comissão de Remunerações, no seguimento das melhores práticas do mercado, deliberou a aplicação de um modelo de remuneração variável plurianual, que tem como base os critérios cumulativos de atingimento, definidos anualmente: “Avaliação Positiva de Desempenho”; “Atingimento de Valor Consolidado de Dívida Bancária Líquida” e “Atingimento de Valor Consolidado de EBITDA”.

## **3.3. RISCO**

### **3.3.1. CONTROLE E GESTÃO DE RISCO**

Na IMPRESA existem os seguintes órgãos com responsabilidade no acompanhamento e implementação do controlo interno e gestão do risco:

- Gabinete de Gestão de Risco, que acompanha e monitoriza os diferentes eventos de segurança potenciadores de riscos para as diferentes empresas do Grupo. Cabe, ainda, a este Gabinete formalizar os objetivos estratégicos definidos em matéria de assunção de riscos, identificar os riscos e eventos potenciadores de riscos inerentes à atividade desenvolvida, analisar o impacto de cada risco identificado e gerir e monitorizar os riscos identificados. O Gabinete de Gestão de Risco reúne periodicamente com a Comissão de Auditoria, divulgando e propondo medidas necessárias à avaliação do sistema de gestão de riscos implementado.
- Direção de Património, Risco e Sustentabilidade, que supervisiona a contratação de seguros ao nível do Grupo, por forma a conseguir as soluções mais adequadas para a cobertura dos riscos seguráveis.
- Direção Financeira, que desenvolve os seguintes aspetos do controlo de riscos:



- Negociação, contratação e gestão de financiamentos bancários para fazer face às necessidades financeiras do Grupo;
  - Negociação e contratação de instrumentos financeiros adequados, com o objetivo de diminuir a exposição aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio.
  - Definição de políticas de concessão de crédito, com limites de crédito por cliente e prazos de cobrança.
- Direção de Assuntos Jurídicos, que, ao nível das subsidiárias operacionais, supervisiona a aplicação da legislação em vigor, em particular a regulamentação específica aplicável ao setor da comunicação social, no sentido de minimizar os riscos associados ao seu eventual incumprimento.
  - Direção de Relações Institucionais.

Estes órgãos analisam:

- Riscos económicos (atividade e instalações): Riscos relacionados, principalmente, com situações que afetem a exploração corrente das empresas, nomeadamente, incêndios, quebras de produção dos jornais e revistas, cortes de emissão da atividade televisiva, falhas dos sistemas informáticos.
- Riscos financeiros (risco de crédito, de liquidez, de câmbio e de taxa de juro):
  - O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes da venda de publicidade. Para reduzir o risco de crédito, a IMPRESA tem definidas políticas de concessão de crédito, com limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento.
  - O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.



- O risco de câmbio está essencialmente relacionado com a aquisição de programas de televisão.
- O risco da taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros suportados com a contratação de financiamentos com taxas de juro variáveis, por conseguinte expostos às alterações nas taxas de juro de mercado.
- Riscos Jurídicos: Riscos relacionados com o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao setor da comunicação social.

É preocupação da Administração do Grupo IMPRESA a adoção de uma política de gestão de riscos que vise minimizar as consequências eventuais sobre o negócio, sobre as pessoas e sobre os ativos do Grupo, por efeito de qualquer ameaça intencional ou não intencional.

Ainda a nível das subsidiárias operacionais, estão equacionados e implementados planos para situações exógenas que afetem a exploração corrente das empresas, nomeadamente, incêndios, quebras de produção, cortes de emissão, falhas dos sistemas informáticos, etc., com o objetivo de salvaguarda de bens e pessoas e de garantir, tanto quanto possível, a continuidade da produção dos jornais e revistas (Expresso e área de Novas Soluções de Media), da atividade de televisão e dos conteúdos digitais.

### **3.3.2. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E FATORES DE RISCO**

Em 2018 os planos de “segurança” e as “medidas de autoproteção” foram revistos conforme planeamento anual.

Foi elaborado o projeto prévio das “Medidas de Autoproteção” para as instalações da IMPRESA em Paço de Arcos tendo já em conta o projeto de ampliação. O projeto de segurança das novas instalações foi enviado e aprovado pela ANPC. As “Medidas de autoproteção” foram enviadas para a ANPC, aguardando-se a sua aprovação.

Continuaram a ser desenvolvidos os “Planos de Segurança Interna”, de acordo com as recomendações da ANPC para as instalações do Parque Holanda (PH) e Matosinhos.



Procedeu-se, em conjunto com a Direção de Recursos Humanos, à nomeação e formação de novos Delegados de Segurança das instalações de Paço de Arcos, Carnaxide 119, Parque Holanda e Matosinhos, bem como à distribuição do respetivo material identificativo e do manual de procedimentos.

Manteve-se o nível de “risco fraco” nas instalações de Paço de Arcos e Matosinhos e manteve-se uma situação de “risco médio” nas instalações da SIC 119 e instalações da SIC – PH.

### ***Riscos relativos a instalações e infraestruturas***

- Seguidos e controlados os “fatores de risco”, no âmbito do processo de transformação do edifício de Paço de Arcos, para funcionamento em 24/7. Foram emitidos alertas para os riscos assumidos e sugeridas alterações aos processos de investimento e projetos de especialidade para as novas zonas ampliadas.
- No que respeita às infraestruturas técnicas, as recomendações foram respeitadas e os investimentos necessários autorizados e instalados, tendo sido aumentada a capacidade de fornecimento de energia elétrica, ar condicionado e segurança necessária para o funcionamento contínuo 24/7. O exame de risco levou a uma revisão em alta do investimento proposto.
- Procedeu-se, regularmente, aos exames habituais de controlo de qualidade do ar interno, em todos os estabelecimentos. Procedeu-se, como habitual, ao controlo de legionela ativa.
- Nível de “risco fraco” em todas as instalações do Grupo.

### ***Risco de interrupção nas comunicações***

- Acessos ao exterior
- Ligações em fibra securizada
- Manteve-se o nível de “risco fraco”
- Comunicação inter-edifícios
- Ligações em fibra securizada
- Manteve-se o nível de “risco fraco”





- Distribuição de sinais de televisão
- Duplos caminhos de fibra, redundância na codificação asseguradas pelos operadores clientes
- Transmissão de canais via Paço de Arcos sem problemas.
- Manteve-se o nível de “risco fraco”
- Sistema de mail
- Sistema securizado pelo serviço 360 da Microsoft.

#### ***Riscos na execução, impressão de jornais e revistas***

- Foram, como habitualmente, revistos os planos alternativos de impressão dos jornais e revistas do Grupo, caso se verifique uma avaria ou um colapso financeiro que provoque interrupção imprevista e prolongada nas gráficas onde são habitualmente impressos.
- Estão garantidos *stocks* de papel, de forma a permitir, face a qualquer interrupção imprevista do fornecimento destes materiais, que são de origem estrangeira, a continuidade da impressão. Manteve-se o nível de “risco fraco”.
- No que respeita aos sistemas de edição e fotografia, manteve-se o nível de “risco fraco”.

#### ***Risco de interrupção de emissão dos canais de televisão SIC***

- Estão previstas diversas alternativas de emergência às emissões dos canais SIC que garantam a continuidade das mesmas, no caso de interrupção motivada por avarias de vários sistemas. Considera-se que os responsáveis pelos Serviços de Informação, Continuidade, Informática e Técnica estão preparados e dispõem de meios para agir em situação de emergência.
- Em 2018 o funcionamento da “continuidade de emissão” encontrava-se em pleno nas instalações de Paço de Arcos, assegurando um *backup* ativo às emissões e diminuindo o risco de interrupções prolongadas.
- Nível de “risco fraco”.



### ***Utilização indevida de dados sensíveis dos clientes***

- Manteve-se a política de responsabilidade do Grupo IMPRESA de respeitar as obrigações legais e as recomendações da CNPD, de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD.
- Controlo sistemático de que as políticas de utilização, *cookies* e garantias de sigilo são explícitas e devidamente transmitidas aos clientes.
- Foi mantido o nível de “risco fraco”.

### ***Conservação do património – conteúdos em papel e digitais***

- Manteve-se a política de responsabilidade do Grupo IMPRESA, que consiste em conservar os conteúdos produzidos para as edições em papel, TV e suporte digital.
- Foram cumpridos planos de digitalização, indexação e conservação de conteúdos.
- Foi mantido o nível de “risco fraco” na perda de conteúdos produzidos pela IMPRESA.

### ***Seguros***

- Mantêm-se as apólices que asseguram à IMPRESA meios financeiros para fazer frente a situações de emergência, surgidas por motivos de desastres ou eventos dramáticos alheios a sua vontade.
- Foi mantido o nível de “risco fraco” relativo às coberturas existentes.



Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração,

Francisco José Pereira Pinto de Balsemão

Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Francisco Pedro Presas Pinto de Balsemão

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

António Soares Pinto Barbosa

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

José Manuel Archer Galvão Teles

João Nuno Lopes de Castro